ATTICUS: «DIÁLOGO EVENTUAL SOBRE BERLIM-OESTE» (PÁGINA 3)

Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS
QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1969 N.º 16 826 ANO 49.º PREÇO 1$50

ATENÇÃO
A MOSCA
PICA AOS SÁBADOS

A RAINHA E O «HIPPIE» — A soberana da Grã-Bretanha, Isabel II, conversa com o «hippie» Quentin Charatan, de 19 anos, antimonárquico «ferrenho». Quentin, que fazia parte de um grupo de estudantes com quem a rainha falou durante a sua recente visita á Universidade de Lancaster, conseguiu fazer sorrir Isabel, aparentemente pouco anti-«hippie»

Guerrilheiros atacam o Líbano

BEIRUTE, 23 — (R.) — Homens armados atacaram hoje de madrugada uma série de postos ao longo da fronteira do Líbano com a Síria, acrescentando assim um novo elemento explosivo à crise política no Líbano.

Segundo um comunicado local do Exército, os assaltantes, que usavam uniformes militares e turbantes árabes, atacaram com foguetões o posto de Maasna, na estrada principal Beirute-Damasco, antes de serem repelidos.

Maasna está situada a três quilómetros para dentro da fronteira.

Durante o ataque, foram levados 20 guardas e funcionários da alfândega de dois pequenos postos no Norte do Líbano.

Os observadores afirmaram que os ataques, efectuados durante a noite, constituíam um agravamento da crise libanesa, que se desencadeara com os recontros do fim da semana passada, entre as forças de segurança e os comandos da Palestina, no Sul.

Estes recontros levaram a Síria a encerrar a fronteira com o Líbano e á ameaça de novas medidas contra Beirute.

HOJE 48 PAGINAS
VISADO PELA CENSURA

especial ELEIÇÕES

A REFORMA DA UNIVERSIDADE

— mesa-redonda efectuada em Coimbra em que tomaram parte, a convite do «Diário de Lisboa», Gouveia Monteiro, Linhares Furtado, Paulo Quintela e Vítor Matos e Sá, este como moderador.

PROBLEMAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

— mesa-redonda realizada no Porto com a participação de Armando de Castro (C. D. E.), Mateus Espregueira (C. E. U. D.) e Flávio Martins, este a convite do «Diário de Lisboa». Como moderador, também a nosso convite, interveio Luís Pauliño.

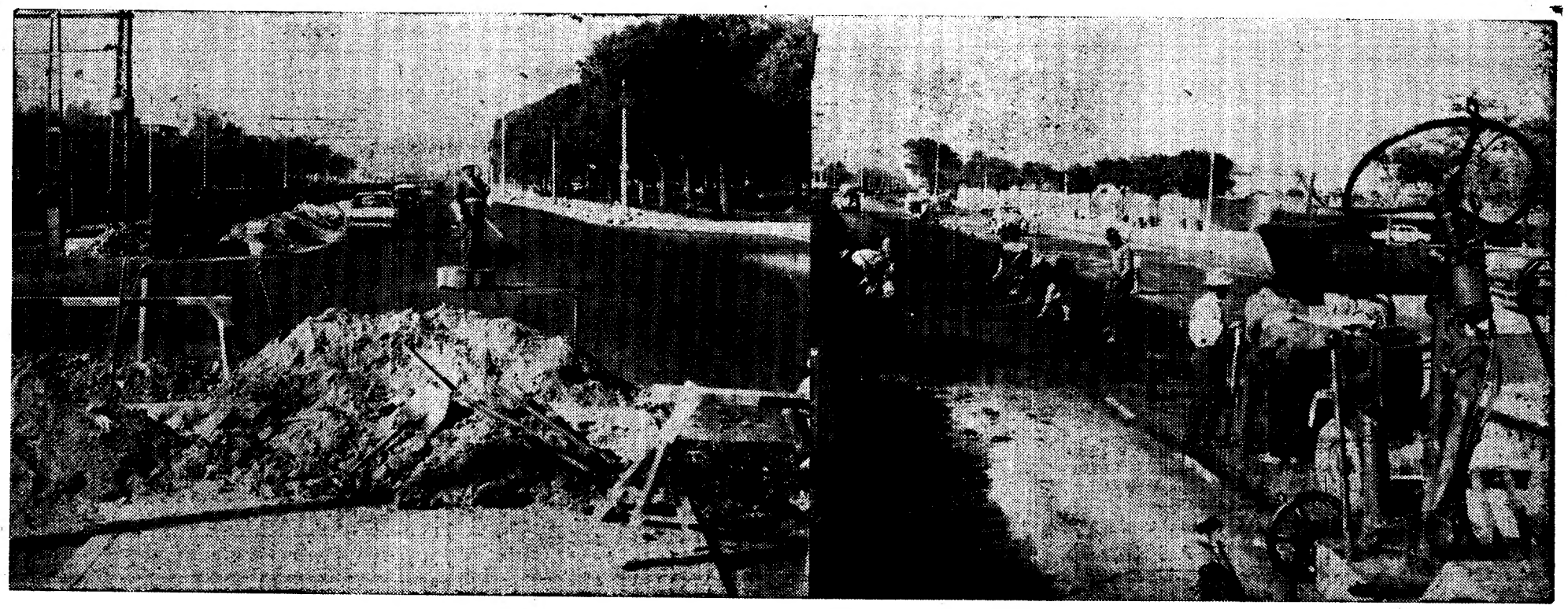
«Presenças estranhas», artigo do candidato Raúl Rego • Resposta ao Ministério das Corporações dos participantes na mesa-redonda sobre «O estado da Previdência» • Manifesto da C. D. E. de Aveiro • Ao acaso da rua • Espelho da Imprensa • Comunicados, etc.

HOJE EM MESA REDONDA

O PISO VAI FICAR MELHOR

Começaram em Agosto e vão durar pelo menos até Janeiro (se não chover) as obras de revestimento do piso da Marginal entre a Avenida 24 de Julho e Algés. Se chover — o que é provável —, máquinas e homens ficarão parados por mais umas semanas. Trabalhar com asfalto só no tempo seco.

(Ler na última pág.)



UMA CARTA DO DR. OSVALDO AGUIAR

«Os fins do Opus Dei são apenas de natureza espiritual e religiosa»

• «Em matéria política a Obra concede aos sócios total liberdade»

Recebemos do dr. Osvaldo Aguiar, com o pedido de publicação, a seguinte carta:

«Sr. director do «Diário de Lisboa»: Na primeira página do «Diário de Lisboa» de 15 do corrente vem uma notícia de Madrid, de cuja leitura pode concluir o leitor apressado dos jornais que o Opus Dei é uma organização política e secreta.

Ora há quase vinte anos que acompanho as actividades e obras que o Opus Dei promove em Portugal; conheço grande numero dos seus sócios; tenho tido oportunidade de observar directamente actividades realizadas pela associação em vários países do mundo; estou ao corrente das que fomenta nos 73 países onde trabalha. Além disso faço contínuos esforços para lhe conhecer íntima e detalhadamente a natureza e o espírito, nomeadamente através da leitura das obras do seu fundador — mons. Escrivá de Balaguer — e julgo, sem vaidade nem falsa modéstia, que poderei levar aos leitores do seu jornal um testemunho válido que os habilite a corrigirem a deformada imagem que da Obra a notícia lhes levou.

Ao longo de todos estes anos pude verificar que os fins do Opus Dei são unicamente de natureza espiritual e religiosa e que as actividades que em toda a parte promove se cifram em obras de promoção social, de assistência e de educação, feitas á luz do dia e abertas a toda a gente. Algumas dessas actividades têm sido largamente referidas pela Imprensa, nomeadamente nas páginas do «Diário de Lisboa».

Em 1966, numa viagem ao Brasil, contactei em São Paulo com vários sócios do Opus Dei e com algumas das actividades que a associação fomenta naquele país, e mais uma vez se evidencia a mesma natureza benefi cente, assistencial ou educativa, designadamente num dos bairros mais pobres de São Paulo.

Como jurista, sei que a associação goza de personalidade jurídica e obedece aos requisitos legais exigidos ás associações da sua natureza. Nem em si nem nas actividades que promove, pude constatar nada de secreto ou oculto; antes pelo contrário, sempre deparei com a maior abertura para toda a gente, sem excluir ou discriminar as pessoas não católicas ou mesmo não cristãs.

Porque a notícia vem de Madrid e também já tive oportunidade de observar directamente e de me informar por várias maneiras das actividades que a Obra promove na Espanha, posso dizer que a grande massa dos seus sócios naquele país — como de resto nos outros — é constituída por pessoas da mais modesta condição social — operários, lavradores, empregadas domésticas, etc. — e as actividades ali promovidas têm a mesma natureza que nos outros lados. A instrução e formação profissional das crianças e adolescentes de um dos bairros operários de Madrid é realizada quase totalmente pelo «Instituto Tajamar», promovido por sócios e cooperadores do Opus Dei.

Em matéria política sempre tenho constatado que não só a Obra concede aos seus sócios total liberdade, mas também que eles fazem uso dessa liberdade: abstendo-se de tomar parte activa na vida publica, ou tomando-a efectivamente, no partido, facção ou grupo que seja da sua preferência. O pluralismo político é um facto

Tenho encontrado gente das mais variadas tendências, desde sociais-democratas a monárquicos, e posso testemunhar que os sócios do Opus Dei, pensem pessoalmente o que pensarem, procuram respeitar a posição dos outros, começando por assumir a sua em nome pessoal, sem nela envolverem a Obra para nada, porquanto esta se limita a prestar-lhes assistência espiritual.

Isto, que tenho encontrado nos factos, corresponde fielmente ao que li nas obras de mons. Escrivá, nomeadamente na ultima das publicadas em português — *Temas actuais do Cristianismo* — onde se defende com inexcedível vigor a liberdade de opinião (como, aliás, outras liberdades).

Grato pela acolhida que possa dar a estas linhas que ajudarão a esclarecer os leitores do «Diário de Lisboa», apresento a V. Ex.ª os meus cordiais cumprimentos.»

VIDA MUSICAL

A nova temporada de concertos pela Orquestra de Camara Gulbenkian

Inicia-se no dia 28 e prolongar-se-á até Março a nova temporada da Orquestra de Camara Gulbenkian, que decorrerá no grande Auditório da Fundação, na Avenida de Berna recentemente inaugurado.

Ao longo de 21 concertos, a Orquestra, que agora se apresenta com os seus quadros remodelados e aumentados, será dirigida sucessivamente pelos maestros Gianfranco Rivoli, David Zinman, Helmut Mulher-Bruhl, Frederico de Freitas, Michel Corboz, Gerard Devos, Raymond Leppard, Andreas Albert, René Klopfenstein, Pierre Salzmann e Mario Benzecry.

Entre os solistas, contam-se os nomes dos pianistas Sérgio Varela Cid, Noel Flores e Gabriel Tacchino; violinistas Zvi Zeitlin, Franco Gulli, Ortwin Noth Maurice Gendron, António Janigro; cantores Alvaro Malta, Elisa Saque, Luisa Bosabalian, Anna Reynolds, Jhon Mitchinson e Marilyn Tyler. Alguns concertos terão também a colaboração do Coro Gulbenkian

DE ONTEM PARA HOJE

«A VOZ DO OPERÁRIO»

O presidente da direcção da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» foi ontem escolhido para orientar o funcionamento da Biblioteca Social daquela agremiação (36 mil volumes), que vai reabrir próximamente. Três dezenas de associados discutiram longamente o problema durante a primeira parte da assembleia geral extraordinária, efectuada no ginásio sob a presidência do sr. Agnelo Morão Pereira. Entretanto a continuação da assembleia ficou marcada para o próximo dia 12 de Novembro, devendo ser então apreciado o segundo ponto em agenda — remodelação do salão de festas por forma a torná-lo apto para todos os espectáculos de cinema e teatro.

MUITOS JOVENS EM ALVERCA

«Sinto-me no dever de explicar a razão porque hoje se encontra entre vós o ministro da Educação Nacional. A bem dizer, não se passa agora semana nenhuma sem que, em algum ponto do País, se não proceda á inauguração de um edifício escolar. Trata-se de edifícios definitivos, muitas vezes construções grandiosas, para milhares de alunos e importando em milhares de contos. E, todavia, o ministro, que é convidado sempre, poucas vezes vai. Porque veio ele hoje a Alverca? O acontecimento a que aqui assistimos é verdadeiramente extraordinário. Esta freguesia já tem muito de que se orgulhe no seu passado. Mas o fausto mais extraordinário da sua história é ter-se construído em 57 dias um edifício escolar desejado há muitos anos». Estas palavras do dr. José Hermano Saraiva dão o tom da cerimónia inaugural da Secção de Alverca de uma Escola Técnica próxima (Vila Franca de Xira), a que se associaram o ministro das Comunicações e o secretário de Estado da Aeronáutica. «A batalha da Educação», disse ainda o dr. J. H. Saraiva, «é uma batalha por etapas. Vila Franca de Xira já possuía uma escola técnica. Mas argumentou-se que se tratava do concelho mais industrializado do País e que na freguesia de Alverca havia muitos jovens e pobres. E o edifício surgiu».

A MORTE DE DANIEL

Já vai fazendo frio pela serra e os meninos gostam de se aquecer á lareira, como fez Daniel (4 anos, morador com os pais na Ribeira do Vale da Ursa, Sobreira Formosa). O drama foi assim rápido e — diríamos — o seu quê de estupido: roupa a arder, queimaduras gravíssimas por todo o corpo. Ainda chamaram o médico da Casa do Povo. Era tarde.

PALÁCIO DE BELÉM

O almirante Américo Thomaz recebeu ontem em audiência, no Palácio Nacional de Belém, os srs. general Sá Viana Rebelo, ministro da Defesa Nacional; eng.º Rui Sanches, ministro das Obras Publicas; embaixador dr. António da Rocha Fontes; prof. Teixeira Pinto; almirante Paulo Viana; dr. Frederico Marjay; José Passanha Guedes; e a directora do Museu dos Coches.

NA PRAÇA DA GALIZA

Faleceu ontem num hospital do Porto (Santo António) a sr.ª D. Maria do Carmo Purificação, de 40 anos, doméstica, moradora na Rua de S. Paulo, 83, colhida horas antes por um automóvel em plena Praça da Galiza. O carro, que levava ao volante o sr. José de Aguiar Peixoto Machado, embateu ainda em duas árvores.

TRUCIDADO

Documentação vária permitiu identificar como sendo Diamantino Lourenço Gonçalves, de 31 anos, natural do lugar do Forcalho, Sabugal, e residente na Amadora, o homem que esta noite ficou debaixo do comboio na Avenida da India, numa passagem para peões com boa visibilidade. O corpo foi removido para o Instituto de Medicina Legal.

DEFESA DO PORTO

O ministro da Marinha visitou ontem, em missão de trabalho, as várias instalações do Comando da Defesa Marítima do Porto de Lisboa. Acompanharam-no o comodoro naval do Continente e o presidente da Comissão Permanente de Infra-Estruturas da Armada.

«TOPAZE» NO TRINDADE PELA INCRÍVEL ALMADENSE

Teatro da Trindade. Concurso de Arte Dramática das Colectividades de Cultura e Recreio e dos Grupos Dramáticos Independentes. Categoria A. (Para quem não tem seguido de perto esta prova, há talvez, que indicar o seguinte: categoria A corresponde a amadores encenados por amadores. Não quer mesmo dizer outra coisa).

Comédia em 4 actos. «Topaze». Marcel Pagnol. Maiores de 17 anos. Quarta-feira, ás 21 e 30. Ontem, portanto. Foi ontem.

E palco, com estes atributos, a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, de Almada. Distribuição, pela ordem do programa: Susy, Helena Maria; Ernestina, Maria Emília; Baronesa, Emília Maria; Dactilógrafa, Ivone Garcia; Topaze, Celestino Silva; Castel, Francisco Gonçalves; Director, Manuel Raimundo; Jornalista, Luis Antunes; Roger, Alfredo Gonçalves; Polícia, Américo de Sousa; Tamise, Marcelo de Brito; Seguedille, David Amaro; Blondet, Domingos Alvaro; Jusserand, Vladimiro Custódio; Cardier, Luís Filipe; e Trouche, Jorge Manuel.

Ficha técnica, também incluída no programa: encenação, Marcelo de Brito; contra-regra, José Pedro e Manuel João; ponto, Arnaldo Santos; lumino técnico, Vítor Manuel; cenários, Norberto Barroca; colaboração, Joaquim Daniel; e montagem, Augusto Ramos.

Algum publico, como todas as noites. E, também, como todas as noites, o juri.

TAVARES DA SILVA

A COMÉDIA DE QUE TODOS FALAM

TEATRO T. 32 60 37

VARIEDADES 15.ª SEMANA

VASCO MORGADO apresenta

— HOJE —

À NOITE, às 21.45 h. (Adultos)

2 HORAS A RIR com UM CASO MUITO SÉRIO

A MULHER é igual, superior, ou inferior ao HOMEM

TRIUNFO DA C.ª TEATRO ALEGRE

com HENRIQUE SANTANA ☆ IRENE ISIDRO ☆ COSTINHA ☆ LIA GAMA ☆ MARIA HELENA ☆ LUÍSA DURÃO ☆ DAVID SILVA ☆ HELENA ISABEL ☆ BENJAMIM FALCÃO

DOMINGO, À TARDE, ÀS 16 HORAS

10 ÚNICOS DIAS

10 ÚNICOS DIAS

A revista dos PARODIANTES DE LISBOA

com CAMILO, FLORBELA, com as atracções PAULA RIBAS, RUI DE MASCARENHAS

— um espectáculo de VASCO MORGADO em QUARTO MÊS com lugares desde 10$00

MONUMENTAL

HOJE em DUAS SESSÕES 20.45 e 23 horas (ADULTOS)

DOMINGO, À TARDE, ÀS 16 H.

ATENÇÃO: Amanhã, o «Sr. Ri-te, Ri-te» está em Alcântara junto ao Pomotora

Operações de Bolsa

BANCO DO ALENTEJO

TRINDADE

Hoje, às 21,30

CONCURSO DE ARTE DRAMÁTICA ORGANIZADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO COM A COLABORAÇÃO DA F.N.A.T. E DA F.P.C.C.R.

«OS PRIMOS BASÍLIOS»

pelo PROGRESSO CLUBE DO ALGUEIRÃO

(Maiores de 17 anos)

AMANHÃ — «O GEBO E A SOMBRA», pelo Grupo Dramático e Cultural de Aveiras de Cima (Maiores de 17 anos)

Bilhetes à venda no Teatro, aos preços de 10$00, 5$00 e 2$50

DIÁLOGO EVENTUAL SOBRE BERLIM-OESTE

I — UM REGULAMENTO GERAL

A questão de Berlim-Oeste está de novo na ordem do dia; mas, desta vez, já não em consequência de qualquer crise susceptível de ameaçar a paz mundial. Desta vez foi trazida á ribalta com muita suavidade, por assim dizer. Foi como se todos os interessados se tivessem posto repentinamente de acordo sobre isto: chegou finalmente a hora de acabar com essa questão que tantas vezes tem feito perigar a paz.

Houve primeiro uma curiosa declaração do burgomestre de Berlim Ocidendental, sr. Schütz, feita em Washington, durante a grande recepção dada na Casa Branca, por altura do acto de posse de Nixon. Schütz disse que a questão de Berlim devia ser definitivamente regulada. Esta declaração causou surpresa em Bonn, por motivos que iremos ver em seguida.

Depois houve a diligência feita, em 7 de Agosto último, pelas três grandes potências ocidentais, em Moscovo, com vista à melhoria da situação de Berlim-Oeste, sobretudo no tocante às comunicações com este sector da antiga capital alemã. Mocovo reagiu positivamente a esta diligência.

Uma situação insustentável

Quando se fala — salvo o governo federal — do regulamento da situação em Berlim-Oeste isto significa pôr termo à situação actual que contiuua a ser explosiva, definindo, uma vez por todas, o estatuto de Berlim. Porque é este estatuto que constitui fonte de conflitos e crises permanentes. Isto porque se presta a interpretações e equívocos infinitos. Essa a razão por que toda e qualquer negociação sobre a questão de Berlim-Oeste tem sido bloqueada até agora.

O Governo federal não quer, de maneira nenhuma, tocar no actual estatuto. Isto porque o estatuto se presta precisamente a todas as interpretações que lhe possam convir. Um novo estatuto só interessaria a Bonn, desde que reconhecesse formalmente o ponto de vista do governo federal, a saber: Berlim-Oeste faz parte da República Federal. O novo estatuto devia, pelo contrário, precisar, de maneira não menos formal, que Berlim-Oeste não pertence à República Federal e constitui uma entidade política especial, como foi previsto, na conferência de Potsdam. Berlim foi designado como sede do Conselho de Controlo aliado, organismo que ficava encarregado da administração da Alemanha sob o regime de ocupação. Portanto, se houvesse que rever, de modo radical, o estatuto de Berlim-Oeste, como em Bonn se entende, o que devia era restituir-se este sector da antiga capital alemã à antiga zona de ocupação soviética, que veio a tornar-se a República Democrática Alemã, uma vez que o antigo estatuto especial de Berlim já não tem razão de ser. De qualquer maneira, a revisão do estatuto (que seria o objecto das negociações previstas com Moscovo) deixaria de dar azo a que o governo federal se comportasse daí em diante como até agora se tem comportado — tratando Berlim-Oeste como parte integrante da R. F. A.

Daí que Bonn se oponha a toda a revisão e a todas as negociações sobre o caso. Daí também a emoção suscitada em Bonn pela notícia da abertura de um diálogo entre as três grandes potências ocidentais e a U. R. S. S. sobre a questão.

Uma questão capital

Mas as razões por que o governo federal não quer, de modo nenhum, tocar no estatuto de Berlim são de natureza muito mais séria de que a revisão em si mesma. Esta revisão iria levantar o problema alemão no seu todo: isto é (segundo o entendimento de Bonn) levantaria a questão da reunificação da Alemanha e a questão das suas antigas fronteiras a Leste.

Se Berlim-Oeste obtivesse um novo estatuto, no sentido de um regime efectivamente independente, que não se prestasse a qualquer interpretação consentânea com a ingerência do governo federal, daí resultaria a cristalização do conjunto da situação da Alemanha de Leste. Seria impossível tratar a questão de Berlim-Oeste em separado. A situação em Berlim-Oeste é tão delicada que é impossível tocar-lhe sem que isso implique automáticamente o reconhecimento do governo de Leste. Na aparência, trata-se de uma questão muito secundária: a das comunicações com a cidade, cuja melhoria interessa, em primeira linha, ás três potências ocidentais que lá têm tropas estacionadas, e que seria o primeiro ponto a negociar, eventualmente, com os russos. O governo da R. F. A. devia forçosamente participar oficialmente nestas negociações, visto que as comunicações com Berlim-Oeste se fazem através do seu território. Esta participação significaria o reconhecimento *de facto* desse governo pelas potências ocidentais.

Ora este facto implicaria necessáriamente o reconhecimento da linha Oderneisse por essas mesmas potências. Pois tudo isto está concatenado. (...)

O grande paradoxo

O maior paradoxo que se viu a propósito de Berlim-Oeste foi o que se registou aquando da crise de Agosto de 1961: «*o muro de Berlim*», o maior paradoxo, na verdade. Esta crise podia ter levado a um conflito gravíssimo, se os governos ocidentais, e, mais ainda, o governo federal tivessem aceitado o repto do governo da Alemanha de Leste (parece que vontade não faltava a Bonn). Mas as potências ocidentais naquela emergência deram provas de uma passividade, que foi pelo menos, espantosa. Esta nova crise serviu-se assim podemos dizer — para levantar a questão de Berlim-Oeste e o conjunto do problema alemão, de maneira inédita até aí, com vista a uma regulamentação geral de um problema e outro. Como se fosse absolutamente necessário pôr termo a ambos os problemas, para não se reeditarem situações explosivas, como aquelas que o caso de Berlim vem criando periódicamente, de há anos a esta parte.

Menos de três semanas após os acontecimentos de Agosto de 1961, já se falava em negociações com Moscovo, a partir de uma nova base; isto é, com vontade de se chegar a um acordo geral sobre a questão de Berlim-Oeste, bem como sobre o problema alemão, no seu todo. E isto — caso mais extraordinário ainda — sem condições prévias como a supresão do «muro».

«*Estamos agora na fase preliminar de negociações, que todos dizem desejar*», escrevia Walter Lippmann, no *New York Herald Tribune*, de 9 de Setembro de 1961. E acrescentava que as negociações seriam «*encetadas sob o signo da aquiescência e do reconhecimento pela R. F. A., da divisão da Alemanha*» (isto é, o reconhecimento da República Democrática Alemã).

Não se tratava de informações de Imprensa. Numa declaração feita a 13 de Setembro, o presidente Kennedy afirmava estar «*disposto a discutir com a U. R. S. S. sobre a Alemanha e sobre outros problemas*». No dia seguinte, um porta-voz da Casa Branca declarava aos jornalistas que existia «um acordo geral» para que as negociações E. U. A.-U. R. S. S. se efectuassem. Acrescentava esta personagem oficial: «*Os E. U. A. esperam que as negociações sejam sérias*».

A seguir: «*O acordo possível*».

por ATTICUS

Nota do dia

À BOCA DAS URNAS

A CAMPANHA CHEGA AO FIM. Fazem-se as últimas sessões, os oradores preparam o fogo dos seus últimos argumentos, os entusiastas correm a ouvi-los ou a tentar ouvi-los porque são muitos os que ficam às portas dos pequenos recintos que para a liça puderam ser mobilizados em operações de boa vontade. Amanhã aparecerá nos projectores da Televisão a imagem do Presidente do Conselho para nos fazer ouvir a sua palavra. Depois é o pequeno intervalo que fica até termos nós todos que nos engravatar de domingo para ir junto da urna deixar o nosso boletim.

Fazer o balanço da campanha será fácil ou difícil? Cada um, porventura, cada um dos que nos sentimos interessados o fará por si, sem esperar que lhe demos nós daqui a papinha feita ou sem esperar que lha ofereçam no rectangulozinho dos televisores. O importante, pensamos nós, é que ensaie cada um a sua própria tentativa de análise, recordar o que viu e o que ouviu e tentar daí as suas próprias conclusões. Mas cada um por si, sem preconceito nem razão escura.

As horas de meditação, como se tem chamado às que medeiam entre a última palavra de propaganda e o acto de votar, podem e devem dar para essa escolha final. Que disseram estes? Que propõem aqueles? Que oferecem os outros? E também: do que disseram, do que ofereceram, do que propuseram, o que é que é viável, o quanto custa, onde é que há meios bastantes, meios bastantes e pessoas em quem valha a pena ter confiança? Todo este matagal de interrogações precia de ser arroteado com o sistema de respostas.

A nós parece-nos que a campanha foi útil e quase se poderá dizer que muito mais útil do que qualquer poderia esperar. E ao falar da utilidade da campanha não se pensa na utilidade que dela possa ter recolhido uma ou outra das partes intervenientes, porque se pensa efectivamente em utilidade a que sem hesitação nem constrangimento se considera nacional. Bem se pode dizer, ao que nos parece, que com todas as limitações se deu um passo importante na aproximação que se fez entre o corpo de cidadãos e as realidades que lhe respeitam.

Vieram à baila muitos problemas de que habitualmente se não fala. E, vamos lá, também nos parece que vieram esses problemas amparados num fundo de reflexão que significa trabalho e devoção pela coisa pública. Vieram ainda amparados, naturalmente, num certo fogo de entusiamo, mas disso não haverá ninguém de se queixar pois que, sem ele, sem esse fogo, numa hora destas, mais amorfos pareceríamos do que na realidade formos. Mas de nenhum lado se foi por aí fora além das marcas.

Apareceram pessoas que ninguém sabia onde estavam. Apareceu muita gente jovem em que todos, esteja cada um de nós onde estiver, havemos de ver a promessa de que há uma geração que sobe e traz consigo uma porção de ideal que tem o sentido de uma caução para o nosso futuro. E vimos todos, nessa juventude que chega, além do seu fogo de ideal, sinais de um amadurecimento que vale para as responsabilidades e até para o sacrifício (não nos deixemos iludir!) que o Poder traz para os que o exercem com devoção.

Dos dois lados da contenda parece-nos razoável dizer que se observou uma certa medida de moderação. E tirando naturalmente as pontas, porque necessàriamente elas hão-de existir, essa moderação pareceu consciente por capaz de entender as circunstâncias particulares e específicas do momento nacional, a mutação lenta que pode operar-se, o reavivar da vida política do País, a chamada das pessoas às realidades que nos rodeiam. Estamos agora à boca das urnas. A experiência tem de continuar.

RECTÂNGULOS DA VIDA

PEDRAS

O professor Dean Chapman, do Centro de Investigações Ames, teria dito mais ou menos o que se segue, segundo um artigo da autoria de Lucien Barnier, publicado no «Figaro Littéraire»: Era quase desnecessário mandar homens à Lua buscar pedras. Melhor, era quase desnecessário trazê-las, porque temos cá em baixo mais de dez milhões de toneladas de rochas lunares. Ao falar assim, Chapman sabia o que dizia. Ele referia-se às tectites, pedrinhas escuras, de aspacto vítreo, que aparecem com relativa frequência em certas zonas da Terra. como por exemplo na Boémia e em Madagáscar. As tectites há muito que se chamam pedras da Lua, e isso porque alguém teve a estranha percepção da sua origem. Chapman, porém, verificou agora que a composição das rochas lunares trazidas pelos astronautas e a das tectites é impressionantemente semelhante. Como e quando terão chegado à Terra estas amostras do seu satélite? Segundo parece devido à violência do choque de um meteorito gigante na superfície lunar. Isto a maneira. Quanto à data... Pois bem, parece que as tectites têm uns 36 milhões de anos (a idade dos minerais dá-nos uma dolorosa sensação de fragilidade e de ameaça), mas quando terão chegado até nós ninguem o sabe.

Isto as tectites que talvez comecem a ter grande procura agora que foram enobrecidas. Mas vejamos os diamantes, melhor, um enorme diamante de quase 70 carates, que será pela primeira vez exibido em público no dia 23 de Outubro, data do seu leilão na galeria Park Bernet, em Madison Avenue. Há quem diga que duas mulheres fabulosamente ricas poderão enfrentar-se nesse dia e disputar entre si, a golpes de dólares (fala-se em dezoito mil contos), a pedra recem-descoberta. Não lutariam só pela posse do diamante, mas pela imortalidade. Porque este diamante ainda por baptizar, usará, durante séculos e séculos, como é hábito entre os diamantes, o nome prestigioso do seu primeiro possuidor.

Por MARIA JUDITE DE CARVALHO

Crédito Universitário
BANCO DO ALENTEJO

RELATÓRIO DE 1968 DA CAIXA DE REFORMAS DOS JORNALISTAS

A Caixa de Reformas dos Jornalistas (desde este ano Caixa de Previdência dos Jornalistas) distribuiu o volume com o relatório e as contas da gerência de 1968. Pelo documento se verifica que foram contabilizadas contribuições no montante de 2 992 694$04, verba que excede em 345 835$73 a importância contabilizada no ano anterior.

A Caixa, em 1968, não fez quaisquer investimentos na construção de casas económicos, tendo-lhe rendido os capitais investidos em anos anteriores a importância de 30 158$70.

As importâncias pagas por invalidez (10 beneficiários) atingiram 156 170$00, enquanto as pagas por velhice se cifraram em 692 650$00 (24 beneficiários).

A despesa com o pagamento de subsídios ás viuvas totalizou 389 300$00. O Fundo de Auxílio á Viuvez, no fim de 1968, somava 5 250 825$25.

No balanço afirma-se que a instituição goza de estabilidade financeira relativamente aos compromissos imediatos. Para satisfação dos compromissos futuros, a Caixa dispõe de 47 052 250$17.

ora diga-nos...

— Quem escolheu o seu nome?

«Quem teria escolhido o nome de D. Afonso Henriques?» «Se calhar foi o padrinho», respondeu um dos nossos entrevistados de hoje.

● *José Manuel de Oliveira Félix, 14 anos, ajudante de cortador, não esperava uma pergunta assim. Ficou a matutar, a matutar, por fim coçou a moleirinha e disse:*

— Se bem me recordo, foi um tio meu. Um tio da parte do meu pai. Chama-se... Não, chamava-se: já morreu. O nome dele é que não me lembra agora. Este meu tio era o meu padrinho, está o senhor a ver. Pois fiquei José Manuel sem saber porquê. Por acaso até gostava de ter outro nome, um nome mais jeitoso. Carlos...

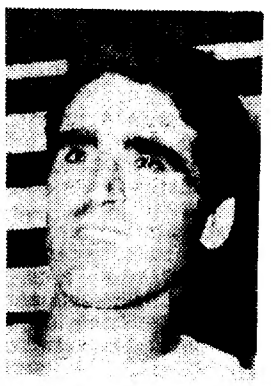
● *Agostinho Gonçalves Mota, trasmontano do distrito de Vila Real, estava a descarregar máquinas quando nos plantámos diante dele. Respondeu assim:*

— Ah, com certeza devia ser o meu padrinho, que se chama Alberto.

— ?

— Bem, este senhor Alberto (o nome completo é Alberto Alves Dinis) tem um irmão Agostinho, que está em África.

— Mistério explicado! *Agostinho, de Trás-os-Montes, rin-se. Nome de campeão é o que a gente precisa.*



● *Francisco António Fialho Sequeira, operário, pareceu-nos suspenso por instantes. Isto de não escolher o próprio nome...*

— Bem — *foi respondendo* —, acho que a minha madrinha, uma senhora de Brinches que se chama Célia, é que escolheu o nome cá do rapaz.

— E porquê Francisco?

— Só se lhe perguntarmos. Devia ser o nome do pai dela. Mas é bonito, e eu até já o pus á minha filha, que é Paula Francisca.

Vinte e três países na reunião no Porto da assembleia geral da IFCATI

PORTO, 23. — A assembleia geral da IFCATI (Federação Internacional do Algodão e Industrias Têxteis Similares) reune-se aqui, por iniciativa da Associação Industrial Portuense, no dia 27, no Salão Árabe, do Palácio da Bolsa.

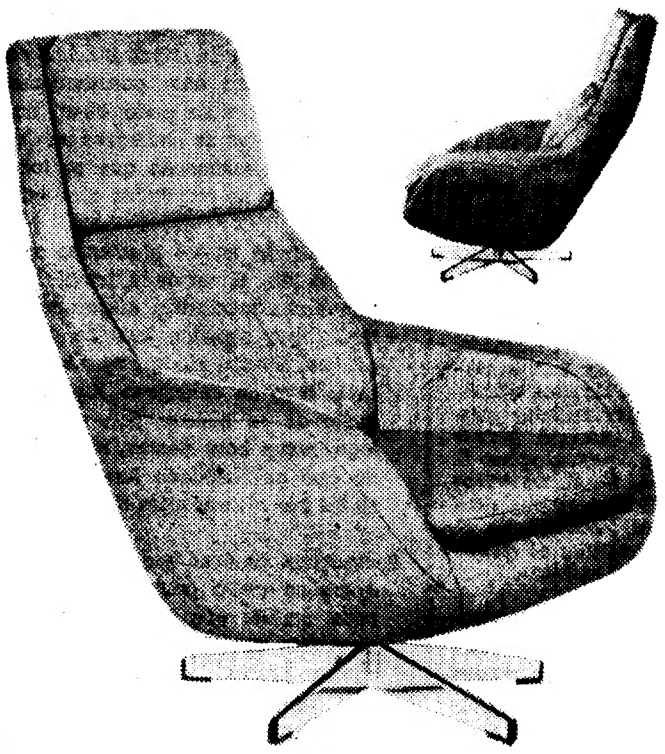
Tomam parte na importante reunião delegações de vinte e três países, e foram convidados membros do Governo e entidades oficiais e particulares para assistirem á cerimónia inaugural.

Os congressistas começam a chegar a partir de amanhã.

Durante a reunião, que se prolongará até 1 de Novembro, estão previstas recepções de carácter social na Camara Municipal e em diversas localidades do Norte do País.

No dia 31, haverá o banquete oficial de encerramento do congresso no Pátio das Nações do Palácio da Bolsa.

ETP 30



DOMUS

A NOBREZA DO DESENHO CONTEMPORÂNEO

É UMA CADEIRA

SEEL

SELDEX SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO S. A. R. L.
EXPOSIÇÃO E VENDAS: AV. DA LIBERDADE, 127-129 — LISBOA 2 — TELEFS.: 324986 - 328671 - 327022

Uma mulher gravemente atropelada por um automóvel num passeio

PORTO, 23 — Na Rua Julio Dinis, esta manhã, um automóvel, que se dizia com excesso de velocidade, talvez por alguma deficiência técnica despistou-se, atravessou a faixa de rodagem, derrubou duas árvores e apanhou no passeio uma pobre mulher, modestamente vestida, que carregava um saco de papel velho, a qual aparenta 45 anos. Gravemente ferida, a infeliz foi levada para o Hospital de Santo António, no carro do governador civil, que, na altura, por ali passava. A pobre criatura, que sofreu fracturas e traumatismo craniano, ficou em estado grave. Foi depois identificada: Maria do Carmo Truificação, de 40 anos, casada, Rua de São Paulo, 83.

O carro era conduzido pelo sr. José de Aguiar Peixoto Machado, de 25 anos, morador na Rua Antero de Quental, 706, 4.º, direito, que levava a seu lado a esposa, sr.ª D. Odília Reis Pinheiro Peixoto Machado, de 30 anos. Nada sofreram.

CINECLUBISMO

O ABC Cineclube de Lisboa promove amanhã (18 e 40), no cinema Lys, uma sessão com o filme «O Obcecado», de William Wyler.

Às 21 e 30 haverá na S. N. B. A. um colóquio sobre Cineclubismo, promovido em conjunto pelo ABC e Imagem.

TODO O MUNDO FALA DELE

VOCÊ ADOPTA-LO-Á ESTE INVERNO

BUTA-THERM'X

O CALORÍFERO A GÁS MAIS ESPANTOSO ATÉ HOJE APRESENTADO

FUNCIONANDO SEM LUME, SEM CHAMA, SEM FUMO, SEM CHEIRO, SEM INSTALAÇÃO

BUTA-THERM'X

OFERECE UMA SEGURANÇA ABSOLUTA EM TODAS AS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

Você pode regá-lo com gasolina, bater-lhe, voltá-lo, aproximar dele uma cortina ou um papel, que nada se inflama. A isto se chama a «alta segurança» THERM'X. Ela é baseada no princípio da catálise, que produz um calor confortável, sem a menor chama, sem óxido de carbono, por consequência, um calor sem perigo, um calor de confiança».
No Inverno passado, muitos lares portugueses ficaram privados de caloríferos BUTA-THERM'X porque todas as remessas se esgotaram ràpidamente e muitos clientes não os puderam obter.
Actualmente, o mercado está abastecido.
Adquira pois, desde já, o seu calorífero BUTA-THERM'X.
Não espere pela chegada do Inverno se quiser ter a certeza de ser servido.
Dirija-se ao seu habitual fornecedor de electrodomésticos.

Representantes exclusivos em Portugal:

ESTABELECIMENTOS M. SIMÕES JR., S. A. R. L.

DEPARTAMENTO ELECTRODOMÉSTICO
Rua dos Douradores, 43 — Telefone 361763 — LISBOA 2
Rua de Santo António 208 — Telefone 25581 — PORTO

O SUFRÁGIO É A PROVA REAL DA VONTADE DO POVO

Quero que este seja livremente expresso em termos de não deixar dúvidas a ninguém

Marcello Caetano

VOTAR É UM DEVER

VOTE NA LISTA U. N.

VOTE NA LISTA A

Filmes Lusomundo

A morte de qualquer homem diminui-nos porque fazemos parte da Humanidade... Nunca mandem saber

por quem os sinos dobram

Dobram por ti...

A VERSÃO DA CÉLEBRE NOVELA DE
ERNEST HEMINGWAY

M/12 ANOS

Com
GARY COOPER e **INGRID BERGMAN**

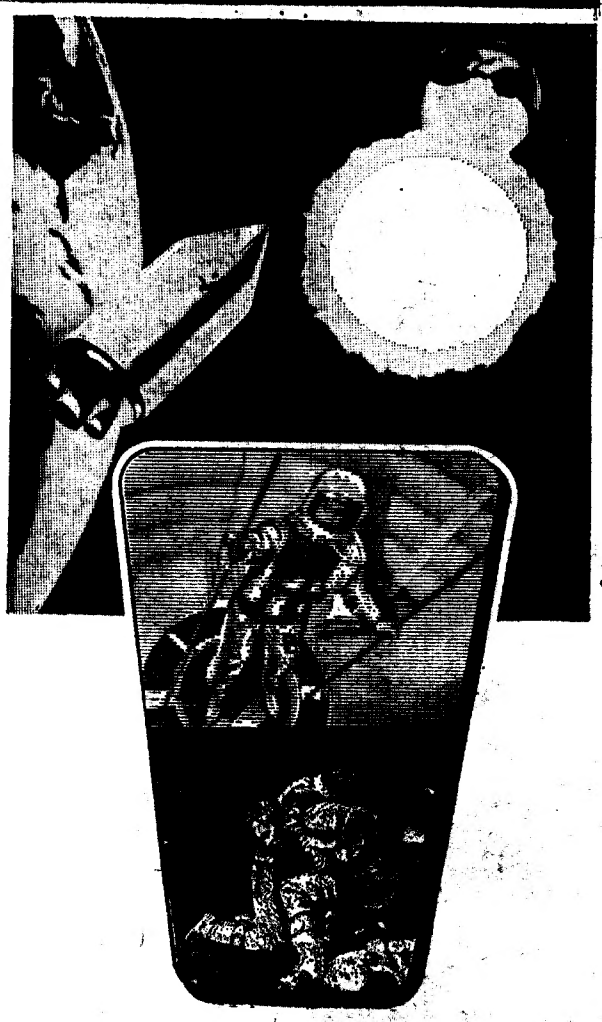
Realização
SAM WOOD

4.ª SEMANA TRIUNFAL

TECHNICOLOR
MUNDIAL

APOLO 11 CONQUISTOU A LUA!

AGORA TODOS PODEM PARTILHAR DA MAIS EXCITANTE AVENTURA DE ANTECIPAÇÃO NA EXPLORAÇÃO DO INFINITO



VIAGEM AO OUTRO LADO DO SOL

ROY THINNES · IAN HENDRY · LYNN LORING · PATRICK WYMARK · HERBERT LOM
realização ROBERT PARRISH · produção GERRI e SILVIA ANDERSON
um Filme UNIVERSAL — SONORO FILME — COLORIDO

HOJE ESTREIA no

PARA TODOS
POLITEAMA

FILMES CASTELLO LOPES apresenta

NATHALIE DELON · RENAUD VERLEY · ROBERT HOSSEIN

MICHEL BOISROND
assina uma obra-prima do cinema verdadeiro!

A LIÇÃO PARTICULAR

LA LEÇON PARTICULIÈRE

O AMOR E O SEXO...
UMA MULHER E UM JOVEM

VERSÃO INTEGRAL

MEDALHA DE OURO DO CINEMA FRANCÊS

COLORIDO

AMANHÃ

CONDES

ESTREIA

MONUMENTAL DE SANTARÉM

DOMINGO 26
ÀS 16.30 H.
M/ 6 ANOS

GRANDIOSA CORRIDA DE TOIROS

CAVALEIROS
Mestre Batista ● Fernando Salgueiro

ESPADAS
José Júlio ● Mário Coelho

FORCADOS AMADORES DO RIBATEJO
COMANDADOS POR PARENTE DE ALMEIDA

4 TOIROS DO CONDE DE MURÇA
4 TOIROS DE ERNESTO DE CASTRO

SOL DESDE 20$00 — SOMBRA DESDE 55$00
BILHETES À VENDA — AGÊNCIA ABEP — RESTAURADORES E EM SANTARÉM NOS LOCAIS DO COSTUME

«ORAÇÃO» E «OS DOIS VERDUGOS» DE ARRABAL NO TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS

Pelo conjunto dos seus trabalhos anteriores e pelas linhas estéticas que básicamente têm definido a sua acção á frente do Teatro Experimental de Cascais, não esperávamos que Carlos Avilez construísse com as duas peças de Arrabal «A oração» e «Os dois verdugos» o espectáculo singular que o publico que enchia ontem o Gil Vicente aplaudiu com entusiasmo. E porque se trata, realmente, de uma admirável realização, que conjuga vários elementos de grande importância e permite um contacto sério com o inquietante dramaturgo espanhol, não recusamos a Carlos Avilez a adesão que nos não tem sido possivel, até aqui, dar-lhe inteiramente.

Entre os aspectos positivos que ressaltam deste espectáculo, salienta-se um que, desde já, queremos assinalar: a reafirmação do talento extraordinário de uma grande actriz — Eunice Muñoz — cuja interpretação se elevou ao plano do genial na primeira das peças apresentadas. A capacidade de representação do seu corpo, admiràvelmente moldado ás necessidades da expressão verbal, a riqueza do seu jogo fisionómico, a sua voz magnífica, musical (mesmo quando, como no caso da «Oração» propositadamente destorcida) fazem de Eunice Muñoz um caso verdadeiramente á parte no nosso panorama teatral e apontam-na também como um saluta. exemplo de estudo e de aperfeiçoamento técnico constantes.

Profundamente didáctico na sua crivel ironia, no seu feroz dilacerar da realidade, o teatro de Arrabal constitui uma moral e um aviso: a moral da denuncia e do alarme e o aviso de que o nosso tempo vai passar. Em Arrabal o teatro é uma forma de profecia: enquanto uma realidade é desfeita por um violento processo de agressão, as fórmulas novas vão sendo anunciadas, não pela sua precisa descrição, mas pela via indirecta do esmagamento e da recusa das fórmulas velhas. Em «Oração» é a moral tradicional que é posta em causa — e não só essa moral, como toda a moral: o equilíbrio desfaz-se, os conceitos entre os quais o homem se move esvaziam-se de significado e a acção dele perde sentido. Mas a denuncia desse equilíbrio, das medidas que temos do bem e do mal, apontam, no entanto, uma moral nova: a da destruição, a da primeira etapa, que é a de volver ao caos a vida, antes de para ela encontrar as regras que a sirvam.

Em «Os dois verdugos», peça onde se faz a denuncia do horror, onde está implicita a condenação da violência, existe uma nitida alegoria politica, mas existem também alusões vigorosas a uma problemática vivencial, no plano social, no plano religioso, no plano erótico.

Perante um teatro tão rico, tão claro no seu significado humano (e só aparentemente estranho) Carlos Avilez escolheu o caminho certo da depuração, da renuncia ás concepções visualistas que têm predominado nos seus espectáculos. A sua direcção aproveita vários elementos preciosos, tentando (e conseguindo) um tom harmonioso: desta vez já não há arbitrio, gratuitidade, mas uma interpretação coerente do texto, traduzida com valores cénicos de estilo unitário e gravemente significantes.

Para a criação do clima necessário á compreensão

(Continua na página seguinte)

HOTEL DOM CARLOS
PARA SI, SUA FAMÍLIA OU COM AMIGOS UTILIZE O NOSSO RESTAURANTE
Ao almoço tem sempre á sua disposição um prato típico da cozinha portuguesa
Amanhã, sexta-feira:
BACALHAU ASSADO A MODA DO CHEFE
PARA MARCAÇÃO DE MESA: TELEF 53 90 71
AV DUQUE DE LOULÉ, 121 LISBOA

DecoLin
• MÓVEIS
• DECORAÇÕES
• ANTIGUIDADES
Rua D. Estefânia, 121-A — Tel.: 41304 — LISBOA

Conta Infantil
BANCO DO ALENTEJO

UM FILME DE QUE TODOS FALAM!
QUE MOTIVO O IMPÕE
CONTINUAR EM EXIBIÇÃO?
APENAS ESTE:
A história de duas irmãs apaixonadas por um aventureiro
Uma era leviana e tinha pecados escondidos...
A outra era pura e nada sabia de amor...
O PÚBLICO GOSTA... PORQUE TEM
UMA FORTE RAZÃO PARA ISSO...
HOJE, NO ODEON
3ª SEMANA
(Maiores 12 anos)
IMPERIAL FILMES Excl.

LATINA

Contas novas para gente nova

UM NOVO ANO LECTIVO COMEÇA. Muita gente nova encara de novo as responsabilidades. O BANCO DO ALENTEJO continua a oferecer-lhe para tanto a sua colaboração através das três modalidades:

CONTA INFANTIL
Para o futuro dos mais jovens. O Banco do Alentejo tem um Departamento Infantil para a sua clientela mais nova, com pessoal especializado.

CONTA JUVENTUDE
Para jovens do Ciclo Preparatório, Liceu, Ensino Técnico ou Empregados.*

CONTA UNIVERSITÁRIA
Para jovens práticos que frequentem Cursos Superiores.*

*Aos titulares das Contas JUVENTUDE ou UNIVERSITÁRIA, recém-formados ou finalistas de Cursos Médios ou Superiores, o Banco do Alentejo concede empréstimos para início de carreira, viagens de estudo e cursos de especialização.

BANCO DO ALENTEJO
ÉVORA • LISBOA • BEJA • ESTORIL • SINES • VENDAS NOVAS

APAIXONADO...
APAIXONANTE...
eis: DAVEY
O FOLGAZÃO
"SINFUL DAVEY"

PARA ÊLE, OS 7 PECADOS MORTAIS NÃO CHEGAVAM...
...E INVENTOU O 8.º
UM FILME DE JOHN HUSTON
JOHN HURT
ADULTOS

NA LINHA DE "TOM JONES", UM NOVO AVENTUREIRO
TRUCULENTO, VIRIL, INSACIÁVEL!!!
SÃO JORGE — PROGRAMAÇÃO RANK
HOJE ÀS 21.30
ESTREIA
PAMELA FRANKLIN · NIGEL DAVENPORT · RONALD FRASER · ROBERT MORLEY
Prod. Executivo WALTER MIRISCH Produtor WILLIAM N. GRAF Director JOHN HUSTON Argum. JAMES R. WEBB
Musica KEN THORNE cor DeLuxe United Artists

ARRABAL PELO T.E.C.

(Continuaç.º da pág. anterior)

de Arrabal teve C. Avilez nos cenários de Noronha da Costa uma importantíssima contribuição. Pode dizer-se que á inteligência da interpretação cenográfica de Noronha da Costa (adaptando as suas formas e o seu gosto ao universo insólito de Arrabal e aos objectivos e opções básicas da encenação) se deve grande parte da eficiência e da qualidade do espectáculo.

Eunice Muñoz teve em Santos Manuel, na «Oração», uma digna réplica á sua notável criação. Em «Os dois verdugos» é de assinalar o trabalho dos jovens Carlos Paulo e Filipe La Féria. O primeiro aparece mesmo com facetas novas, mais actor, revelando qualidades que até aqui não tivera ocasião de mostrar.

Resumindo: o novo espectáculo do Teatro Experimental de Cascais não deve deixar de ser visto.

JOAQUIM BENITE

PRÉMIO ONDAS PARA RCP

MADRID, 23. — (A. N. I.) — O Prémio Ondas 1969, destinado ao melhor programa musical da Rádio e da Televisão em todo o mundo ibero-americano, foi atribuido ao programa «A musica, linguagem universal», de Mendes Martins, emitido pelo Rádio Clube Português.

Hermínia é hoje homenageada

Hermínia Silva faz anos, hoje. Por esse motivo, decorrerá, á noite, no «Solar da Hermínia» (Rua da Misericórdia), uma festa de homenagem á popular cantadeira, em que participam, entre muitos outros artistas seus amigos, Beatriz Costa, Francisco José e Loubet Bravo.

CINECLUBE IMAGEM

Na continuação da sua programação de Outubro, dedicada ao cinema português, o Cineclube Imagem realiza, hoje, ás 18 e 40, no Jardim Cinema, mais uma sessão preenchida com o filme de Paulo Rocha, «Verdes Anos». Novos sócios podem ser admitidos á entrada da sessão.

Teatro Maria Matos
HOJE
ÀS 21.30 HORAS
TELEFONE 71 70 17
a peça de AQUILINO RIBEIRO
dirigida por IGREJAS CAEIRO, em cenários de João Vieira — Fernando Lopes Graça colaborou musicalmente
TOMBO NO INFERNO
(por ordem de entrada em cena)
COSTA FERREIRA
RUY FURTADO
LURDES NORBERTO
MÁRIO PEREIRA
EMÍLIA PEDRO
ADELAIDE JOÃO
ARMANDO VENÂNCIO
VASCONCELOS VIANA
JOSÉ DE CARVALHO
GILBERTO GONÇALVES
LUÍS MACHADO
LADISLAU FERREIRA
CREMILDA GIL
ELVIRA VELEZ
HERMÍNIA TOJAL
MÁRIO SARGEDAS
MADALENA BRAGA
PEDRO PINHEIRO
JÚLIO CLETO
FERNANDO SOARES
EMÍLIO CORREIA
IGREJAS CAEIRO

ADULTOS
A PEÇA INAUGURAL DO TEATRO MARIA MATOS
O FUNDO DE TEATRO E A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN SUBSIDIARAM

ABC Às 20.45 e 23 h. Adultos
ENA, JÁ FALA!

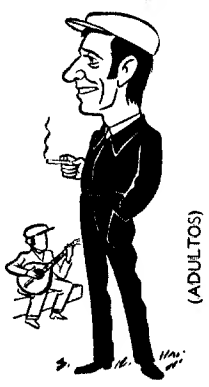
CASA DA COMÉDIA
R. S. Francisco Borja, n.º 22
Hoje às 22 h. e dias seguintes
MÁRIO OU EU PRÓPRIO — O OUTRO de José Régio
com Manuela Machado, Vítor de Sousa e Jorge Vale
MARCAÇÕES depois 18 h. T 677299
Maiores de 17 anos
Subsidiado pelo Fundo de Teatro

ESTREIA HOJE ÀS 19 HORAS
M/ 6 ANOS
SÓ DURANTE 8 DIAS

ARLECCHINO, L'AMORE E LA FAME
o primeiro espectáculo para jovens de todas as idades
com
FERRUCCIO SOLERI, GRAZIELA GALVANI e MARCELLO BARTOLI
do
PICOLLO TEATRO DI MILANO
(DESCONTO DE 50% PARA ESTUDANTES)
Para usarem do seu direito de marcação de lugares em todas as estreias, os assinantes deverão contactar urgentemente com a bilheteira acerca da estreia desta tarde

Na MARINHA GRANDE o «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Emílio Neto, Rua das Flores, 8.

Operações de Bolsa
BANCO DO ALENTEJO



JOSÉ VIANA na «Voz da Guitarra»

Um enorme êxito, no Teatro dos grandes êxitos
A colossal revista
MARIA VITÓRIA
ESPERTEZA SALOIA
(ADULTOS)
● ÀS 20.45 E ÀS 23 H.
● DOMINGO «MATINÉE» ÀS 16 H.
● O TRIUNFO DE UM ÓPTIMO ELENCO, COM
● SALVADOR ● JOSÉ VIANA ● MARIEMA
● BARROSO LOPES ● DORA LEAL
A atracção nacional ● HELENA TAVARES ● A atracção filipina «THE MELODIES»
À FRENTE DE UMA GRANDE COMPANHIA!

BARROSO LOPES no «Admirador da Natureza»

Em ALMADA, o «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Amadeu & Veríssimo, Praça da Restauração, 12.

JOMA 8F5-1

o banco para toda a gente

Todos os caminhos vão dar ao banco. O banco tem todos os caminhos para lhe dar.
A poesia do banco é o dia-a-dia de quem passa e descansa no BANCO...
O BANCO PARA TODA A GENTE.
O BANCO renovou-se, modernizou-se, apetrechou-se de forma a poder oferecer
TÉCNICA MODERNA.
Criou para si, qualquer que seja a sua profissão, o seu ramo de comércio ou indústria
um SERVIÇO PERSONALIZADO.
Para a resolução do seu problema a nossa RAPIDEZ DE DECISÃO.
Não esqueça... EXISTIMOS PARA O SERVIR.

BANCO FONSECAS & BURNAY

o banco para toda a gente

Lágrimas sem fraqueza

por URBANO TAVARES RODRIGUES

Foi em Ferreira, foi em Almodôvar, foi em Aljustrel que vi, em rostos curtidos pelo sol negro do trabalho, luzir a água clara da emoção. Erguiam-se florestas de braços, os corações dilatavam-se sob as camisas escuras e suadas. Uma voz de mulher inesquecível na vila dos mineiros. Toda de negro, as mãos a tremerem, os lábios palpitantes, a face nobre da inteligência, a singeleza do povo no vestido, a esperança e a coragem nas madeixas em desalinho.

Há uma névoa vermelha sobre a vila, um calor de mãos dadas na sala. Gente que se abraça e que sorri: uma hora de festa colectiva, uma hora do amanhã antecipado. Juntos escalaremos astros, na força do sonho que nos reúne. Mas porquê apenas sonho? Quando é que a vida não é sonho?, quando é que o sonho não pode tronar-se em vida, sobretudo se tem a impeli-lo, a erguê-lo acima das rotinas e dos interesses criados, a chama tão viva da aventura e da fraternidade?!

Já ficou para trás Aljustrel no meu calendário de amor e de saudade. Mas deixou-me nos ouvidos ecos que me obrigam a voltar.

A caminho de Ervidel, pelos corredores da noite, como é sobressaltado o dédalo das curvas! Oliveiras que foram de prata ao entardecer, cristalizaram em sombras glaciais. Acima da paisagem tenebrosa que os faróis vão devassando, quanta muralha a pique!, quantos anos defraudados! Mas a viagem prossegue, de toda a maneira, para o triunfo da vida que a alvorada em breve sobre o Tejo há-de acender ou para a comunhão absoluta com todas as coisas, na continuidade do ser dissolvido, na unidade feita pluralidade, que a morte promete, ou assegura, a quem já não tem medo de existir.

Ligia Teles e Mário Pereira numa cena do filme

«TRAIÇÃO INVEROSÍMIL»

—um novo filme português realizado por Augusto Fraga

«Traição Inverosímil» é uma história de Domingos Monteiro, que assinala o regresso de Perdigão Queiroga á produção cinematográfica. Graças ao tratamento cinematográfico que lhe foi imprimido por Fernando Fragoso, principal responsável pela sequência fílmica, «Traição Inverosímil» resulta um documento de alto poder dramático.

Augusto Fraga retoma, por sua vez, o caminho iniciado em «Raça», um dos mais expressivos êxitos do cinema nacional. «Traição Inverosímil» é um filme desinibido e ousado, dentro do quadro da nossa cinematografia.

As figuras fundamentais de «Traição Inverosímil», que se filia no género da comédia dramática, são Brunilde Júdice, Lígia Teles, Carmen Mendes, Mário Pereira, Maria Schulze e Jacinto Ramos. Trata-se de um grupo de artistas de primeiro plano, inteiramente á altura da violência das paixões que, em «Traição Inverosímil», se defrontam de maneira dominadora. O amor, o ódio, a vingança, a procura da pureza ou do entendimento através do sexo, agitam personagens de uma realidade impressionante, sem que a representação confiada a tão notável grupo de intérpretes deixe fugir nenhuma das possibilidades do texto de Domingos Monteiro.

A equipa técnica inclui o nome do operador Aquilino Mendes, sem dúvida o nosso mais categorizado director de fotografia.

Augusto Fraga dirige as filmagens de «Traição inverosímil»

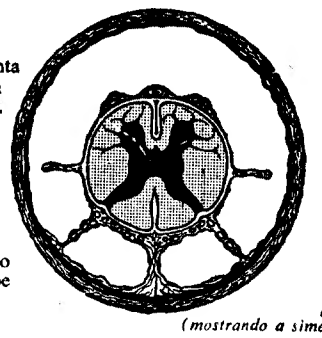
A IN PR

COPEN
meira fei
nografia
penhague
tubro no
estádio K
-se de u
um festi
ram, um
mente, al
geiros —
festação
mercial d
aos fabri
pornográf
da conqu
A esperan
empreend
sendo ac
namente
timos ano
lerancia
direito, p
nistração
tes podem
te, prossa
uma vez
pornograf
na Prima
o Parlam
Esta fe
-69», está
visitante
te de en
(cerca de
que tenh

Não ha
cão de v
os orga
que os
os ender
res, e pos
revistas,
dos «clu
ma das
cujo num
neste mo
de embar
carrega
mite entr
gal.

Como
a licença
todas as

Sempre cansado?
Os seus nervos devem ser a causa



Secção da espinal medula (mostrando a simetria do conjunto)

É natural que se sinta cansado depois de um longo dia de trabalho. Mas, se anda sempre esgotado sem razão, se o seu trabalho se amontoa porque não consegue «dar-lhe andamento», então há, com certeza, qualquer coisa que não anda bem. E você sabe que a culpa é dos «nervos».

Como Sanatogen o ajuda

Das células nervosas depende o funcionamento eficiente do seu sistema nervoso. Se elas não estão a receber proteína e fósforo nas quantidades precisas, *morrem de fome*. O Sanatogen fornece-lhes então a proteína e o fósforo necessários. Por meio desta acção tónica vigorosa o Sanatogen ajuda o crescimento normal das células. Promove o bom funcionamento do sistema nervoso. Suprime o cansaço, supera o esforço e restitui a energia nervosa perdida.

Universalmente recomendado

O Sanatogen é bem conhecido da classe médica e é largamente receitado pelos médicos alemães, ingleses e de outros países. Nenhum outro alimento contém tudo o que o Sanatogen lhe dá. Testes sob controle médico demonstraram que o Sanatogen dá mais saúde. Que grande diferença no rendimento, capacidade e bem estar de cada um! Você deve experimentar o Sanatogen. Experimente-o no seu caso.

Para todas as formas de «nervos»

Os «nervos» manifestam-se de várias formas: cansaço permanente, depressão, insónia, irritabilidade, preocupações excessivas, falta de energia, indigestão até, «surmenage» e esgotamento físico e mental —como lhe dizem seus amigos *em baixo de forma* Fortalecendo os seus nervos, Sanatogen ajuda-o a reconquistar a sua antiga *forma* e a gozar a saúde em toda a plenitude.

Sanatogen
THE PROTEIN NERVE TONIC
dése Produtos Dietéticos, Lda. - Apartado 1382 — Lisboa 1

CONFIE NA
Ourivesaria da GUIA
COMO O FAZ, HÁ QUASE 100 ANOS, UMA CLIENTELA CADA VEZ MAIS NUMEROSA
RUA D. DUARTE, 4-B
(Edifício do Hotel Mundial)
FUNDADA EM 1870

GRANDE OURIVESARIA
Barateiro de S. Domingos
56, RUA BARROS QUEIROZ, 56
NA PASSAGEM DO 19.º ANIVERSÁRIO
OS SÓCIOS GERENTES, JOSÉ DA SILVA E ANTÓNIO GOMES, CUMPRIMENTAM E AGRADECEM A TODOS OS SEUS AMIGOS, ESTIMADOS CLIENTES E FORNECEDORES A PREFERÊNCIA COM QUE OS TÊM HONRADO.

INAUGURAÇÃO EM LONDRES (NA DO ESCRITÓRIO DE REPRESEN DO BANCO TOTTA-ALIANÇ

LONDRES, 23 — O Banco Totta-Aliança inaugurou o seu escritório de representação em Londres. É o primeiro Banco português a abrir, após a última conflagração Mundial, um escritório na capital da Grã-Bretanha, o principal centro financeiro do Mundo.

Para assinalar o acontecimento, o sr. José Manuel de Mello, Presidente do Conselho de Administração do Banco Totta-Aliança, convidou para um «cocktail», no Hotel Savoy em Londres, os principais representantes da Imprensa financeira britânica e internacional.

Durante o seu discurso, o sr. José Manuel de Mello disse que o novo Escritório tem como representante o sr. dr. Tristão da Cunha e conta como conselheiro um dos mais importantes banqueiros ingleses, o sr. Hugh O'Connor. Acrescentou em seguida que a representação do Banco Totta-Aliança em Londres, irá intensificar as relações económicas com a Grã-Bretanha, fornecendo informações actualizadas sobre a Banca Portuguesa.

Depois de frisar que a economia portuguesa atravessa uma época de prometedor desenvolvimento, o sr. José Manuel de Mello afirmou: «espera-se que o escritório em Londres seja de grande utilidade para os investidores estrangeiros, que têm grande interesse em Portugal e nas Províncias Ultramarinas.»

O sr. José Manuel de Mello anunciou ainda que o Banco Totta-Aliança foi convidado a participar no Grupo financeiro do Consórcio Zamco.

Deste modo, o Banco Totta-Aliança faz parte do principal suporte do projecto de irrigação da barragem de Cabora-Bassa, de 380 milhões de dólares.

À tarde, o sr. José Manuel de Mello foi homena-

geado pe
banqueiro
be dos R
maiores
cárias da

Hoje,
dente do
ministraç
ta-Aliança
directos
sistem a
da pelo
Portugal
ra a qua
das as
centes a
importan
Industria
nha.

Jóia
e n
Compram
preço,
GRAND
RUA

Pasta Medicinal Couto Evita e trata doenças da boca PORQUE É MEDICI

A FEIRA DA PORNOGRAFIA INAUGURADA NA DINAMARCA PROVOCA VIVA CONTROVÉRSIA

COPENHAGUE — A primeira feira mundial de pornografia foi aberta em Copenhague no dia 21 de Outubro no recinto coberto do Estádio K. B. Hallen. Trata-se de uma feira e não de um festival, como anunciaram, um pouco apressadamente, alguns jornais estrangeiros — isto é, uma manifestação essencialmente comercial destinada a permitir aos fabricantes de materiais pornográficos a continuação da conquista dos mercados.

A esperança de realizar este empreendimento já vinha sendo acalentada clandestinamente com êxito nestes últimos anos, graças a uma tolerância de facto, se não de direito, por parte da administração local. Os fabricantes podem, de agora em diante, prosseguir á luz do dia uma vez que a censura á pornografia foi suprimida pela Primavera pelo Folketing, o Parlamento dinamarquês.

Esta feira, intitulada «Sex-69», está aberta a todo o visitante que pague o bilhete de entrada de 12 coroas (cerca de 50 escudos), desde que tenha mais de 18 anos.

Não haverá qualquer balcão de venda a retalho, mas os organizadores esperam que os «amadores» levem os endereços dos fornecedores, e possam abastecer-se de revistas, inscrever-se num dos «*clubes íntimos*» ou numa das «*clínicas privadas*» cujo numero tende a crescer neste momento, ante o grande embaraço dos inspectores encarregados de traçar o limite entre o proibido e o legal.

Como o governo recusou a licença (obrigatória para todas as exposições publicas) que permitiria aos visitantes da feira fazer encomendas, os fabricantes de pornografia, por intermédio de um advogado que representa o seu «sindicato», apelaram para o «Ombudsmaud» (árbitro encarregado de sanear as questões entre a administração e os cidadãos). Queixaram-se da atitude de Knud Thomsen, ministro do Comércio, responsável por essa atitude governamental. O ministro justificou a decisão, afirmando:

«Libertamos a pornografia, mas não queremos de modo nenhum contribuir para a sua difusão sistemática».

Por CAMILE OLSEN

O ASPECTO FINANCEIRO

As autoridades dinamarquesas nada fizeram para impedir a organização desta feira sem precedentes.

Contudo, segundo fontes dignas de crédito, os dirigentes de Christiansborg não veriam tudo isto com muito bons olhos. Depois de terem sido os primeiros na Europa a autorizar sem «contrôle» as publicações pornográficas, não cessaram de ser postos perante espinhosos dilemas que os apanham desarmados.

Pensavam que suprimir as barreiras que sempre tinham protegido este domínio era o mesmo que retirar-lhe todo o mistério e, consequentemente, muito atractivo. Se fizermos o balanço destes três primeiros meses de pornografia autorizada, chegamos á conclusão de que foram bastante optimistas. Eles parecem, por exemplo, ter subestimado os aspectos financeiros do negócio. Ora, pessoas avisadas, procurando investimentos frutuosos, não tardaram em dar-se conta dos lucros que poderiam obter com a exploração deste «sector de consumo», que passaria a pertencer ao comércio livre. E ainda mais lucrativa, uma vez que, pelo menos por enquanto, não têm de enfrentar uma grande concorrência externa. Por outro lado, tendo-se organizado rápidamente, estão em vias de fazer da pornografia uma das industrias mais rentáveis da Dinamarca. Não só começou já a estender-se para o exterior (o contrabando faz-se em grande escala para a Alemanha e Estados Unidos, agora que a Interpol não pode actuar na origem — a Dinamarca), mas também tem um consumo que não é de menosprezar no próprio país. Porque é um erro pretender (o que se faz hipócritamente na alta-roda) que são os turistas quem compõe a maioria da clientela.

Se assim fosse, não se compreenderia que os fabricantes e comerciantes de artigos pornográficos encham a imprensa dinamarquesa de anuncios que só os leitores escandinavos podem compreender.

UMA CERTA IRRITAÇÃO E A CONSTERNAÇÃO

Esta evolução geral não deixa de inquietar os membros do gabinete tripartido do centro-direita que está no Poder. A isso juntam-se a irritação e consternação por que passam ao descobrir o imenso interesse que a Dinamarca suscita neste campo nos quatro cantos do Mundo, onde ela é considerada como «A Meca da Pornografia», para retomar a expressão do antigo ministro Tyge Dahlgaard. Este, que não podemos honestamente acusar de rigorismo e puritanismo, tinha, com um grupo de personalidades de diferentes obediências políticas e culturais, feito uma campanha contra a supressão total da censura — não em nome de preconceitos estreitos e antiquados, mas porque temia que *«a reputação do país viesse a sofrer com isso»*. Os acontecimentos parecem estar a dar-lhe razão: os comentadores estrangeiros — ignorando geralmente a mentalidade, os costumes e a legislação de uma nação muito mais puritana e convencional do que parece e não pretende rejeitar o seu passado — não falam senão desse aspecto e colocam-no de forma ultrajosa, como se outros problemas e realizações não merecessem mais a sua atenção.

TRAVAR E CANALIZAR O PROGRESSO

Estando como está hoje a situação nas margens do Sund, os empiristas e as gentes de bom senso começam a reagir e a procurar meios eficazes para travar e canalizar este progresso. É neste sentido que o ministro da Justiça, Kund Thestrup (conservador), promotor numero um desta liberalização audaciosa, já advertiu os directores das salas de cinema que se arriscavam, quando da expiração dos contratos, de ver retirada a sua licença de exploração se apresentassem obras sem ter um carácter *suficientemente artístico* (critério de que a definição pertence ao Governo). Por outro lado, uma liga antipornográfica acaba de se constituir. A sua comissão fundadora, que recebe todos os dias novas adesões, criou um prémio destinado a premiar a melhor obra contra a pornografia. Com realismo, os seus membros preparam-se para uma luta de longa duração: *«Foram precisas sete voltas á cidade* — declarou o seu presidente — *para fazer as muralhas de Jericó. Nós combateremos sete anos e sete vezes sete anos se isso for necessário para chegarmos aos nossos fins»*. Enquanto espera um grupo destes militantes foi, num belo domingo de Setembro, erigir uma pedra tumular num bosque da Jutelandia. Pode ler-se o seguinte epitáfio: *«Aqui jaz o grande pudor dinamarquês, assassinado em Junho de 1969. Ele ressuscitará quando a alma do nosso povo acordar.»*

DOUTORAMENTO EM FILOLOGIA GERMÂNICA

Terminam amanhã as provas de doutoramento em Filologia Germanica que, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem vindo a prestar o dr. Olívio José Caeiro. Entretanto, esta tarde, o candidato foi interrogado por um membro do juri, durante cerca de meia hora, sobre a matéria, ponto que, anteontem, tirara á sorte entre os afixados na secretaria daquela Faculdade.

BOLSA DE LISBOA

Segundo anunciou a Camara dos Corretores de Fundos Publicos da Bolsa de Lisboa, foram admitidas á cotação 100 000 acções de A Tabaqueira, S. A. R. L., do valor nominal de 1000$00, representando o capital de 100 000 000$00 com os n.os 100 001 a 200 000, em títulos de 1, 5, 10 e 50 acções.

Em três linhas

Por portaria do Ministério do Ultramar, foi concebida ao sr. João António Veiga licença de exclusivo de pesquisas para pedras semipreciosas numa determinada área da província de Angola.

///

O Hospital Ortopédico de Nossa Senhora de Fátima, na Parede, foi classificado como hospital regional especializado em ortopedia

///

Os srs. Carlos Garcia Fialho e Teófilo Maria de Seabra foram reconduzidos nos cargos de presidentes das Camaras Municipais de Barrancos e Castelo de Paiva.

A sr.ª dr.ª D. Sílvia de Carvalho de Sá Dantas foi nomeada professora efectiva do 6.º grupo de disciplinas do Instituto de Odivelas

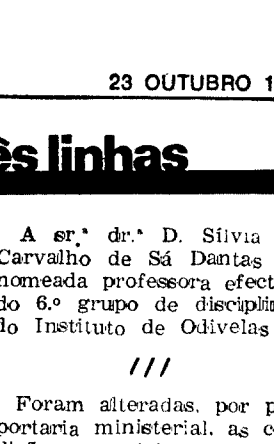
///

Foram alteradas, por portaria ministerial, as condições especiais a que os sargentos e praças da Armada devem obedecer para serem promovidos

///

No dia 28, ás 15 horas, na Camara de Oeiras, vai a concurso publico a adjudicação da obra de construção da passagem inferior á linha férrea na Damaia. Base de licitação 3 633 000$00.

NOVO CASINO ESTORIL



SALA DE JOGOS
TODOS OS DIAS
DAS 15 ÀS 3 HORAS
"SLOT MACHINES"
ACESSO LIVRE
MAIORES DE 21 ANOS

NORMA LEON
vedeta inglesa da canção

HORCAR
Magia e ilusão

SAUDADE DOS SANTOS

DORISS DANCERS
DO "MOULIN ROUGE" DE PARIS

EDUARDO NASCIMENTO E "OS ROCK'S"
JIRINA'S COMBO
FERRER TRINDADE e sua orquestra

no grande salão restaurante às 23.30h m/17 anos — no wonder bar à 1.00h m/21 anos

SANDY STEWART
SO NO WONDER BAR

NO CINEMA ÀS 17 E ÀS 21.30 H.
SOB O SIGNO DA SUSPEITA
(M. 17 anos)

(NA «CITY»)
SENTAÇÃO
ANÇA

ado pelos 150 principais
nqueiros ingleses no Clu-
dos Representantes das
aiores instituições ban-
rias da City.

Hoje, á tarde, o Presi-
nte do Conselho de Ad-
inistração do Banco Tot-
-Aliança e os seus mais
rectos colaboradores as-
stem a uma recepção da-
pelo Embaixador de
ortugal em Londres, pa-
a qual foram convida-
as as entidades perten-
ntes aos círculos mais
nportantes da Banca e da
dustria da Grã-Bretan-
a.

Jóias antigas
e modernas
Compramos pelo mais alto preço,
GRANDE OURIVESARIA DA MODA
RUA DA PRATA, 257

EDICINAL

CHOCOLATES TAGIDES
BARREIRO · LISBOA · QUELUZ

Operações de Bolsa
BANCO DO ALENTEJO

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO
Paquete «PRÍNCIPE PERFEITO»
INFORMAMOS OS SENHORES PASSAGEIROS, DE QUE O PAQUETE «PRINCIPE PERFEITO» SAI, DA ESTAÇÃO MARITIMA DE ALCANTARA, NO DIA 26 DO CORRENTE (DOMINGO) ÀS 20 HORAS.

RAUL NETO, LDA.
PRAÇA DA FIGUEIRA, 18-2.º (c/ elevador) — Esq. R. da Prata
Telefone 32 77 23 — LISBOA
SEMPRE AS ÚLTIMAS NOVIDADES EM:
TECIDOS PARA DECORAÇÕES
ESTOFOS ★ ALCATIFAS E CARPETES

ZANUSSI
electrodomésticos
DIST. GERAIS: J. J. GONÇALVES SUCRS. S.A.R.L.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO-GERAL DA AERONÁUTICA CIVIL

REPARTIÇÃO DE PESSOAL, EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

CONCURSO PÚBLICO N.º 7/69

PARA ARREMATAÇÃO DO «FORNECIMENTO DE UM PSICRÓGRAFO ELCTRÓNICO DESTINADO AO AEROPORTO DO SAL»

Depósito provisório: Esc.: 5000$00.
Data e hora da recepção das propostas: 22 de Novembro de 1969, às 15 horas.
Local do acto público de concurso:
Sede: Avenida da Liberdade, n.º 193, em Lisboa.
Local de consulta do processo:
Departamento de Contrôle do Tráfego Aéreo: Edifício 5 do Arruamento B, sito no Aeroporto de Lisboa.

Anuncia-se que se encontra aberto o concurso público acima identificado, que terá lugar no local, dia e hora indicados.

Na Sede desta Direcção-Geral, sita na Avenida da Liberdade, n.º 193, em todos os dias úteis e nas horas de expediente, podem os concorrentes obter o programa de concurso e caderno de encargos respectivos.

Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, em 21 de Outubro de 1969

O ADJUNTO DO DIRECTOR-GERAL,
C. Themudo Barata

Manuel Velho da Silva Dias

Missa do 1.º aniversário

Assinalando a passagem do primeiro aniversário do seu falecimento, sua família manda celebrar missa, amanhã, dia 24, às 19 horas, na igreja de Santo Amaro de Oeiras, agradecendo a todas as pessoas que se dignarem assistir a tão piedoso acto.

ENGENHEIRO

Eugénio Salles Lane

Germaine Salles Lane, Dr. Geraldo Salles Lane, Cristiano Salles Lane sua mulher e filhos (ausentes), Anita Lane Gaivão e filhos e demais família, participam o falecimento de seu marido, pai, sogro, avô e parente e que amanhã, dia 24, será celebrada missa do 7.º Dia, ás 11.30 horas, na Basílica da Estrela.

AGÊNCIA BARATA

ZANUSSI
electrodomésticos
DIST. GERAIS: J. J. GONÇALVES SUCRS. S.A.R.L.

PUBLICAÇÕES

«Bulletin de la Chambre de Commerce Belge au Portugal» — N.º 167.
«Cadernos do Instituto do Vinho do Porto» — N.os 355-356.
«Luz & Som» — N.º 5.
«Talha-Mar» — N.º 125.
«Mensário das Casas do Povo» — Numero de Outubro.
«Fundexport» — N.º 502.
«Boletim de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros» — N.º 33.
«Hungria» — N.º 9.
«Lavoura Portuguesa» — N.os 1, 2 e 3.
«Via Portucale» — N.º 40.
«Portugal-Alemanha»—N.º 4.
«Vita Italiana» — N.º 6.
«C. C. Magazine» — N.º 5.
«Boletim da Associação dos Pupilos do Exército» — N.º 55.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO-GERAL DA AERONÁUTICA CIVIL

REPARTIÇÃO DE PESSOAL, EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

CONCURSO PÚBLICO N.º 9/69

PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE «ADAPTAÇÃO DA AEROGARE DO AEROPORTO DE LISBOA AO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS DE AVIÕES GIGANTES — CONSTRUÇÃO DO CORPO NORTE C»

Depósito provisório: 17 300$00.
Prazo de apresentação das propostas: vinte dias.
Alvarás exigidos aos concorrentes:
I Categoria ou 1.ª Subcategoria da I Categoria e Classe correspondente ao valor da proposta.
Locais de consulta do processo:
Sede: Avenida da Liberdade, n.º 193, em Lisboa; e
Direcção do Serviço de Obras: Edifício 4 do Arruamento B do Aeroporto de Lisboa.
Local do acto público do concurso:
Sede: Avenida da Liberdade, n.º 193, em Lisboa.

Anuncia-se que se encontra aberto o concurso público acima identificado, sendo o prazo de apresentação das propostas contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário do Governo».

O acto público do concurso realizar-se-á pelas 10 horas no primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de vinte dias fixado neste anúncio.

Nos locais de consulta do processo, em todos os dias úteis e nas horas de expediente, podem os concorrentes solicitar cópias dos elementos patentes a concurso.

Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, em 22 de Outubro de 1969

O ADJUNTO DO DIRECTOR-GERAL,
C. Themudo Barata

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO-GERAL DA AERONÁUTICA CIVIL

REPARTIÇÃO DE PESSOAL, EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

CONCURSO PÚBLICO N.º 10/69

PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE «ADAPTAÇÃO DA AEROGARE DO AEROPORTO DE LISBOA AO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS DE AVIÕES GIGANTES — FORNECIMENTO E MONTAGEM DAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DO CORPO NORTE C»

Depósito provisório: 46 400$00.
Prazo de apresentação das propostas: vinte dias.
Alvarás exigidos aos concorrentes:
VI Categoria ou 6.ª Subcategoria da VI Categoria e Classe correspondente ao valor da proposta.
Locais de consulta do processo:
Sede: Avenida da Liberdade, n.º 193, em Lisboa; e
Direcção do Serviço de Obras: Edifício 4 do Arruamento B do Aeroporto de Lisboa.
Local do acto público do concurso:
Sede: Avenida da Liberdade, n.º 193, em Lisboa.

Anuncia-se que se encontra aberto o concurso público acima identificado, sendo o prazo de apresentação das propostas contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário do Governo».

O acto público do concurso realizar-se-á pelas 10 horas no primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de vinte dias fixado neste anúncio.

Nos locais de consulta do processo, em todos os dias úteis e nas horas de expediente, podem os concorrentes solicitar cópias dos elementos patentes a concurso.

Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, em 22 de Outubro de 1969

O ADJUNTO DO DIRECTOR-GERAL,
C. Themudo Barata

ZANUSSI
electrodomésticos
DIST. GERAIS: J. J. GONÇALVES SUCRS. S.A.R.L.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO-GERAL DA AERONÁUTICA CIVIL

REPARTIÇÃO DE PESSOAL, EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

CONCURSO PÚBLICO N.º 11/69

PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE «ADAPTAÇÃO DA AEROGARE DO AEROPORTO DE LISBOA AO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS DE AVIÕES GIGANTES — FORNECIMENTO E MONTAGEM DAS INSTALAÇÕES DE CONDICIONAMENTO DE AR DO CORPO NORTE C»

Depósito provisório: 65 000$00.
Prazo de apresentação das propostas: vinte dias.
Alvarás exigidos aos concorrentes:
7.ª Subcategoria da VI Categoria e Classe correspondente ao valor da proposta.
Locais de consulta do processo:
Sede: Avenida da Liberdade, n.º 193, em Lisboa; e
Direcção do Serviço de Obras: Edifício 4 do Arruamento B do Aeroporto de Lisboa.
Local do acto público do concurso:
Sede: Avenida da Liberdade, n.º 193, em Lisboa.

Anuncia-se que se encontra aberto o concurso público acima identificado, sendo o prazo de apresentação das propostas contado a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no «Diário do Governo».

O acto público do concurso realizar-se-á pelas 10 horas no primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo de vinte dias fixado neste anúncio.

Nos locais de consulta do processo, em todos os dias úteis e nas horas de expediente, podem os concorrentes solicitar cópias dos elementos patentes a concurso.

Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, em 22 de Outubro de 1969

O ADJUNTO DO DIRECTOR-GERAL,
C. Themudo Barata

LEILÃO DE PENHORES
A COMERCIAL
TRAV. DA TRINDADE, 18-20
AO CHIADO — T. 325082
Brevemente de todos os penhores em atraso de juros

CARTÃO DIPLOMATA
O mais distinto bilhete de visita em relevo executado em placa de cobre ou cunho de aço de absoluta necessidade em praxes protocolares para pessoas de distinta condição social bem como de bom gosto
ANIBAL GRAVADOR
A casa que melhor trabalha
Rua Nova do Almada, 64
LISBOA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA
RÁDIOS E ALTA FIDELIDADE
A TRANSISTORS
Rua Rodrigo da Fonseca, 31, 1.
Telef. 43464 — LISBOA

SINTRA ESPERA-O
NO DOMINGO
Para a sua deslocação utilize os comboios eléctricos.

ZANUSSI
electrodomésticos
DIST. GERAIS: J. J. GONÇALVES SUCRS. S.A.R.L.

Actualidade internacional

«RAID» AÉREO EGÍPCIO AO NORTE DO SINAI

CAIRO, 23 — (R.) — Aviões egípcios efectuaram, á meia-noite, um bombardeamento concentrado contra posições israelitas no Norte do Sinai, a cerca de 160 quilómetros do Canal de Suez, segundo comunicou ás primeiras horas de hoje nesta capital um informador militar.

Este disse que todos os aviões atacantes egípcios regressaram a salvo á base, deixando os seus alvos em chamas.

Não forneceu mais pormenores.

VERSÃO ISRAELITA

TEL-AVIV, 23 — (R.) — Aviões egípcios tentaram ás primeiras horas de hoje bombardear uma colónia israelita no Norte do Sinai, mas não causaram vitimas ou estragos, segundo anunciou um informador militar nesta cidade.

Este acrescentou que o ataque contra a colónia de Nahal Yam se registara por volta da meia-noite e dez minutos (22 e 10 T.M.G. de ontem), após um ataque nocturno realizado por jactos israelitas contra posições egípcias na extremidade sul do Canal de Suez.

No próprio canal, artilharia egípcia abriu de novo fogo á meia-noite ao longo do seu sector sul.

Artilheiros israelitas responderam ao fogo e o duelo de artilharia durou cerca de 15 minutos.

«Não se registaram nem vitimas nem estragos no lado israelita em qualquer dos incidentes» — disse o informador.

ATAQUE À JORDÂNIA

AMMAN, 23 — (R.) — Dois caças israelitas atacaram hoje a aldeia de Al-Umud, a 29 quilómetros a ocidente de Amman, mas não causaram baixas nem prejuízos, anunciou nesta cidade um informador militar jordano.

O informador disse que os aviões atacaram durante cinco minutos com foguetes e metralhadoras e foram interceptados pelas baterias jordanas.

Qnarta explosão em Haifa

HAIFA, 23. — (R.) — Morreu uma mulher e ficaram feridas outras seis pessoas ao ocorrer nesta cidade, antes do alvorecer, uma explosão, a quarta do seu género que se regista na área de Haifa em 24 horas.

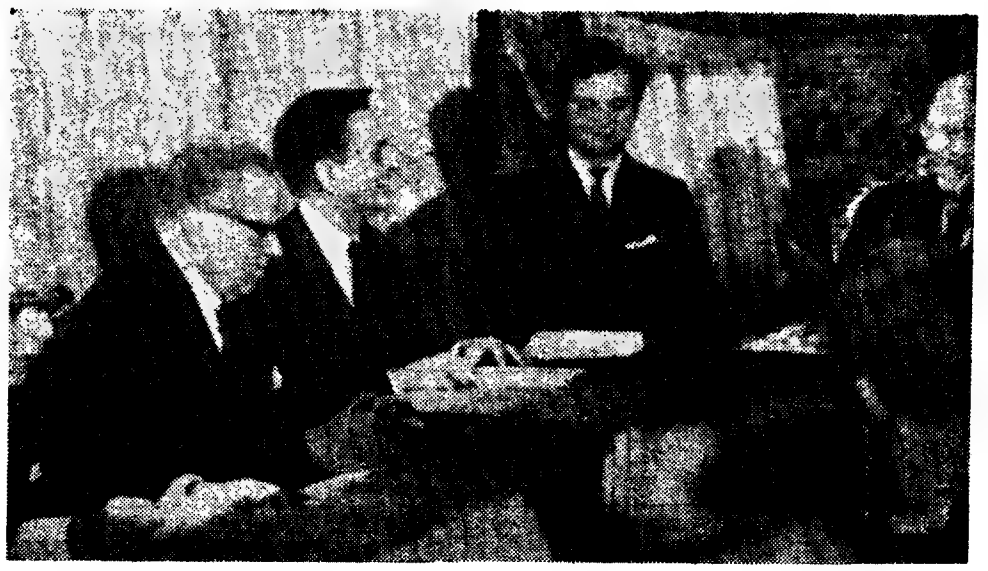
Um informador da Polícia disse que a explosão ocorreu ás 2 e 15 horas locais (1 e 15 em Lisboa) numa casa na Rua Avner, em Kiryat Eliezer.

Terroristas árabes colocaram ontem cargas explosivas em três outros apartamentos em partes diferentes da cidade, matando um homem e ferindo vários outros.

Atentado

AMMAN, 23—(R.).—Explodiu hoje uma bomba junto da mesquita de Al Nusseini, a maior de Amman, tendo ficado feridas cinco pessoas.

«O primeiro incidente deste género desde Novembro do ano passado, quando houve um agravamento de tensão em Amman por causa das unidades de comandos e o Exército da Jordania.



PRIMEIRA REUNIÃO DO NOVO GOVERNO SUECO — Olof Palme, novo primeiro-ministro, dá a direita ao príncipe herdeiro, Carlos Gustavo. O rei Gustavo Adolfo, de óculos, no extremo da mesa, preside á reunião

Satisfeitas reivindicações de ferroviários em Itália

ROMA, 23 — (F. P.) — No plano social, registou-se hoje ligeira melhoria de ambiente em Itália, depois de as três grandes centrais sindicais terem anulado a ordem de greve dos ferroviários prevista para hoje e amanhã. Com efeito, o Governo italiano satisfez duas das reivindicações dos ferroviários, criando 20 000 novos empregos e dando regalias pecuniárias.

Também os empregados dependentes do Ministério dos Correios receberam diversas regalias, esperando-se que assim se ponha termo á greve dos carteiros e dos empregados das comunicações. Devido á greve iniciada ontem de manhã, 20 milhões de cartas estão retidas.

Astrónomos norte-americanos descobriram um planeta na Nebulosa do Caranguejo?

ITHICA (Estado de Nova York), 23 — (F. P.) — Uma equipa de astrónomos da Universidade Cornell descobriu, na Nebulosa do Caranguejo, o que se crê ser um planeta, de tamanho equivalente ao da Terra e gravitando á volta de um «pulsar» (estrela de neutrões), a cerca de 6000 anos-luz do globo terrestre.

Todavia, «nada permite afirmar que se trata unicamente de um planeta, mas essa possibilidade existe», declarou Thomas Gold, director do Centro de Radiofísica da Universidade Cornell.

Segundo os astronautas que o descobriram, este planeta tem, em relação ao «pulsar», uma posição comparável á do planeta Mercurio em relação ao Sol.

Os astrónomos observaram também que o «pulsar» tinha de três a três meses uma pulsação luminosa com a duração de um décimo milésimo de segundo.

«Pode interpretar-se o facto», disse Gold, «como uma oscilação na posição do «pulsar». Em tal caso, seria preciso que a estrela avançasse e recuasse cerca de 200 quilómetros em três meses. Semelhante oscilação seria atribuível á «posse» (por atracção gravitacional) de um planeta».

Um companheiro planetário do «pulsar» poderia estar na origem de tal movimento periódico, tal como a Terra e os outros planetas causam ligeira variação na posição do Sol, acrescentou Gold. O astrónomo disse ainda que o «pulsar» poderia ter uma produção de energia maior que o Sol, pelo que o novo «planeta» seria extremamente quente.

As observações e os cálculos dos astrónomos da Universidade Cornell foram transmitidos ao Observatório Aricebo, que depende dessa Universidade.

O GENERAL VIAUX VAI SER JULGADO

SANTIAGO DO CHILE, 23 — (F. P.) — Foi constituído um tribunal militar que julgará o general Roberto Viaux e os 40 oficiais do regimento «Tacna», que com ele se amotinaram na terça-feira, anunciou a presidência da Republica do Chile.

O general Viaux, que ontem mesmo foi colocado na situação de reforma, encontra-se preso em casa, tal como os oficiais do «Tacna».

Vinte e um mil contos — possível custo de um anel a ser leiloado em Nova York

NOVA YORK, 23. — (R.) — Um anel, com um grande diamante de 69,42 «caracts», que, segundo se espera, irá estabelecer um «record» em leilões, quando for hoje posto á venda nesta cidade, poderá tornar-se na ultima aquisição para a colecção de jóias da estrela cinematográfica Elizabeth Taylor.

Outra hipótese, de acordo com a sugestão de um colunista, é a de que Jacqueline Onassis, a antiga primeira dama dos Estados Unidos e mulher do magnata grego da navegação Aristotle Onassis, poderia, também, estar interessada no leilão de hoje.

Contudo, nada há que prove que o leilão se transforme numa batalha com livros de cheques entre duas das mulheres mais ricas e famosas do mundo.

Aguarda-se que o diamante, em forma de pera, pertencente a um americano, que mantém o anonimato, atinja um preço entre 500 000 e 750 000 dólares (entre cerca de 14 000 e 21 000 contos), segundo os peritos.

O actual «record» por uma unica peça de joalharia é de 385 000 dólares (na altura cerca de 9590 contos), oferecido em 1957 pelo colar de diamantes Rovensky.

Voltaram para bordo os passageiros do navio incendiado

LONDRES, 23 — (F.P. e R.) — Os passageiros e a tripulação do cargueiro misto britânico «Loch Royal», que se incendiou ontem á noite ao largo dos Açores, regressaram todos a bordo — soube-se esta manhã em Londres

A MORTE DE JACK KEROUAC

A morte de Jack Kerouac, ocorrida no dia 21 em Lowell, Massachusetts, na sequência de uma hemorragia interna, priva a literatura norte-americana do pós guerra de um dos seus mais genuínos representantes.

Oriundo de uma família franco-canadiana, Kerouac desaparece aos 47 anos, autor de vários livros de sucesso — «On the Road», «The Bharma Dums» (traduzidos para português), «Satori in Paris», «The Subterranean» — que o colocaram na primeira fila da geração «beat». De resto atribui-se-lhe a paternidade da própria expressão «beat» que ele explicou com o seu quê de enigmático, como sendo um diminuitivo de «beatific» («beatífico»), afinal o contrário da vida intensa e, pode dizer-se, aventurosa que o escritor levou desde a juventude.

Licenciado com um curso superior, Kerouac cedo fugiu ao «establishment», preferindo á tranquilidade da carreira universitária uma sucessão de profissões manuais e outras, que lhe possibilitavam o mínimo para viver. Foi em San Francisco que ele travou conhecimento com os jovens autores que haviam de formar a geração «beat»: Lawrence Ferlinghetti, Kenneth Patchen, Gregory Corso e Allen Ginsberg, para só citar os mais importantes.

Kerouac viajou bastante fora dos Estados Unidos, tendo passado várias temporadas na Europa. Há dois anos, em Itália, apareceu embriagado numa conferência de Imprensa organizada pelo editor: detestava as convenções do género. Vilipendiado e incensado, aclamado como o «papa» do novo romance americano ou considerado muito simplesmente um «bluff» (o livro «Satori in Paris» foi demolido sem qualquer espécie de contemplação), Jack Kerouac, representa exemplarmente uma época de crise e de busca temática e estilística. Não se parecia com ninguém: foi Kerouac, e só ele, desde o princípio.

A CHINA DENUNCIA COLABORAÇÃO RUSSO-AMERICANA

HONG-KONG, 23 — (R.) — A China denunciou hoje o proposto tratado americano-soviético para proibir armas nucleares no leito do mra como uma fraude.

A agência noticiosa oficial Nova China afirmou que os Estados Unidos e a Russia apresentaram no principio deste mês o tratado á conferência de desarmamento de 25 nações em Genebra «para acelerarem a sua colaboração», manterem o «seu monopólio nuclear e enganar e entorpecer os povos do mundo».

«Este proposto tratado conjunto americano-soviético é uma fraude descarada» — acrescentou a Nova China.

✝

Maria José dos Santos

e

Jerónimo Vitorino dos Santos

Missa do 14.º aniversário e 1.º aniversário do seu falecimento

Seus filhos, noras e mais família participam a todas as pessoas de suas relações e amizade que amanhã, pelas 12.45 horas, na Igreja de Alcântara será celebrada missa pelo seu eterno descanso, agradecendo desde já a todas as pessoas que se dignarem a assistir a tão piedoso acto.

P. N. A. M.

AGÊNCIA BAPTISTA (FILHO)
Calçada da Tapada, 2 — Tel. 636126 - 636594

NSU Grátis NSU

DURANTE O MÊS DE NOVEMBRO UM TESTE COMPLETO AO SEU NSU POR PESSOAL ESPECIALIZADO NO AGENTE OFICIAL

AUTO EDUARDO COSTA, LDA.

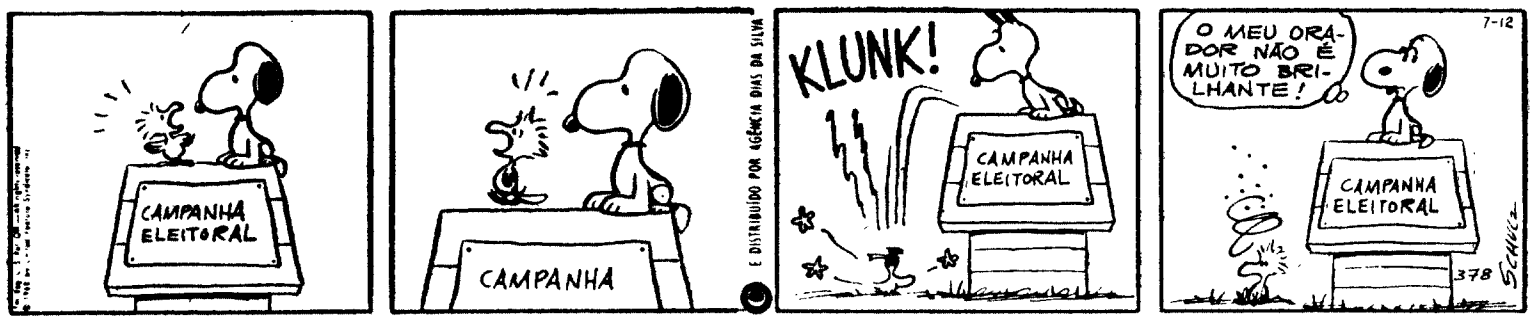
R. de Campolide, 27 — Telef. 685080 - 687615

ASSISTÊNCIA TÉCNICA GARANTIDA

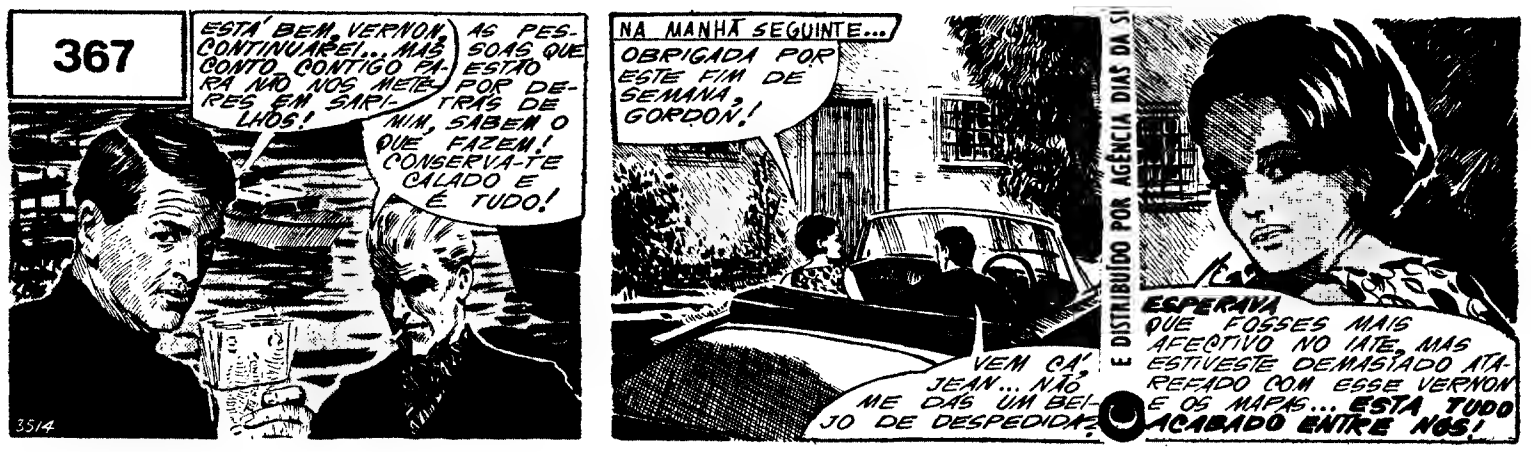
FACILIDADES DE TROCA E PAGAMENTO

FAÇA JÁ A SUA MARCAÇÃO

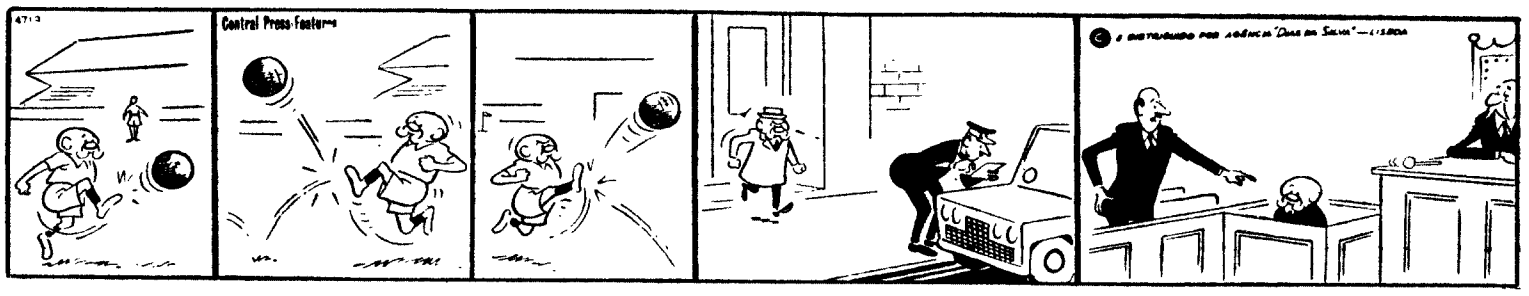
Os Peanuts



Carol Day



Aventuras do Tio Carlos



HÁ 30 ANOS

O «Diário de Lisboa» de 23 de Outubro de 1939 publicava:

«Na hora em que os horrores e as crueldades da guerra quase nos obrigam a recear, mais uma vez, o inevitável e periódico recurso de barbaries interestrais, hoje, amanhã e sempre — é uma estranha e poderosa consolação a presença de quem acredita ainda, e a sua crença justifica, na realidade e na força do progresso. Tantos têm duvidado, e duvidam, de que o progresso de facto exista e se afirme através do tempo, melhorando as condições morais, intelectuais e materiais da Humanidade, que surpreende a atitude generosa dos crentes nessa, aliás, grande certeza, nesse viático de alma, guiador de almas e de povos, de indivíduos e de nações.» (João de Barros).

Tertúlia «Festa Brava»

Decorre, no sábado, ás 13 horas, o habitual almoço da Tertulia Festa Brava, desta vez organizado pelo sr. Vítor Matos. Haverá uma sessão de fados em que colaborarão os fadistas Gabino Ferreira, Julio Vieitas, Julieta Reis e outros, acompanhados á guitarra por Alfredo Rodrigues e Torcato Lopes e á viola por Agostinho Dias.

Palavras cruzadas

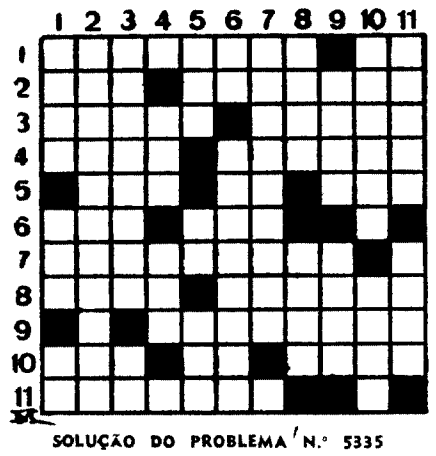
(COM PROVÉRBIO)

PROBLEMA N.º 5336

HORIZONTAIS: 1 — Pegajosos. Símbolo químico do césio. 2 — Espaço de tempo. Atenuara. 3 — Papalvo. Rio dos distritos de Viana do Castelo e Braga, afluente do Cávado. 4 — Rio que nasce nos montes Cantabros, em Espanha, e desagua no Mediterrâneo. Homem que se casa pela segunda vez. 5 — Senhor (inglês). Esquadrão (ant.). Lavra. 6 — Ente. Broca. 7 — Avisado. 8 — Despacha. Penúria. 9 — Velhaquice. 10 — Passado. Interjeição de espanto. Vil. 11 — Pequenas rodas.

VERTICAIS: 1 — Tem merecimento. Cidade da Bélgica, na província de Liége. Frequentar. 2 — Não cumprido. 3 — Mostrare. aspecto agradável. Prefixo que designa direcção. 4 — Preposição. Sigas. 5 — Capa sem mangas. Pretexto. Árvore cuja casca é usada para aromatizar o vinho. 6 — Sadia. Orquídea sarmentosa, originária da América, de cujo fruto se faz um licor muito apreciado. 7 — Vasgo. 8 — Outro nome de Jerusalém. Um par. 9 — Arrufa-se. Narcótico extraido das cápsulas de certas papoilas. 10 — Amiudado. Guindem. 11 — Ilha do arquipélago das Navegantes (Oceania). Indole

Resolveu completamente este problema?
Procure aroga, em segundo passatempo, o PROVÉRBIO nele inscrito.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 5335

HORIZONTAIS: 1 — Preto. Aí. 2 — Ale. Rompe. 3 — NUNCA. O. El. 4 — AVARENTO. 5 — Mi. Um. Ofir. 6 — Nas. Eram. 7 — El. Quadrado. 8 — Puni. Ir. 9 — Entes. Tasco. 10 — Se. MEDROU. 11 — Mó. Tema.

VERTICAIS: 1 — Anamneses. 2 — Pluvial. NEM. 3 — Rena. Pt. 4 — Cru. QUEM. 5 — Traem. Uns. 6 — Sal. Me. 7 — Rato. Tem. 8 — AO. Ofertado. 9 — Im. Ira. Sr. 10 — PÉ. Radicou. 11 — DELE. MOROU.

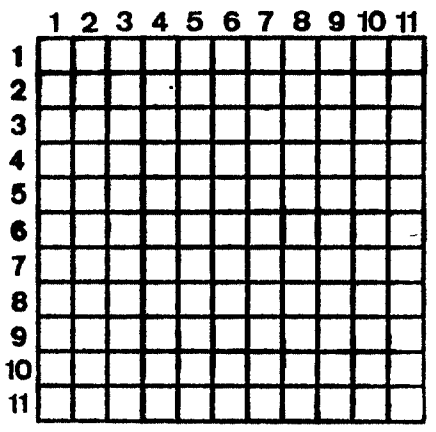
(**Provérbio:** NUNCA O AVARENTO MEDROU NEM QUEM AO PÉ DELE MOROU).

(NOVA MODALIDADE)

PROBLEMA N.º 9179

HORIZONTAIS: 1 — Cidade de Espanha. Teima. 2 — Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria. Vendam a crédito. 3 — Chefe etíope. Rema para trás. Sufixo que designa estado. 4 — Crómio (s. q.). Nome de peixe. Tálio (s. q.). 5 — Curvas do abóbada. Herege. 6 — Equipo. Possuirá. 8 — Futil. Veículo de rodas para transporte de cousas ou pessoas. Cobalto (s. q.). 9 — Metal precioso de cor amarela. Ligas. 10 — Ódio. Estimais. 11 — Queimas. Corso

VERTICAIS: 1 — Fêmea do gamo. Cidade de Portugal. 2 — Acorrenta. Camareiras. 3 — Ofereces. Nome de um jogo. Escarneces. 4 — Caminhar. Ruído. Sepultura. 5 — Guarita para cão. Artigo definido. 6 — Senhor em inglês. Estrépito de desmoronamento. 7 — Fazer ditoso. Antes de Cristo. 8 — Ilha francesa fortificada no Mediterrâneo. Goste muito de. Olmeiro. 9 — Curso de água natural e abundante. O vencimento diário de um soldado. Seguias. 10 — Feixe de luz. Via publica entre o água de um rio ou porto e as casas. 11 — Afia. Tenho ocasião de.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9178

HORIZONTAIS: 1 — Ceira. Surre. 2 — Ramal. Aneis. 3 — Adi. Mel. 4 — Sana. Saca. 5 — Tia. Pai. Som. 6 — Ad. Cromo. Lá. 7 — Aira. Orão. 8 — Mat. Lãs. 9 — Raiva. Ossos. 10 — Pato. Sara. 11 — Amassaremos.

VERTICAIS: 1 — Crosta. Arpa. 2 — Ea. Aida. Aam. 3 — Imana. Imitá. 4 — Roda. Cravos. 5 — Ali. Prata. 6 — São. Ga. 7 — Sam. Imola. 8 — Unes. Orasse. 9 — Relas. Assam. 10 — Ri. Colo. Oro. 11 — Escama. Usos

O 99.º aniversário da elevação da Covilhã a cidade celebra-se no próximo ano

COVILHÃ, 22 — Comemorando com o 99.º aniversário da elevação da Covilhã á categoria de cidade, houve nos Paços do Concelho, um colóquio sob a presidência do sr. eng.º Vicente Borges Teremas, presidente da edilidade e no qual tomaram parte componentes do Comissariado das Festas Centenárias; representantes da Imprensa e outras entidades relacionadas com actividades incluidas no programa festivo.

O presidente da Camara Municipal expôs o programa elaborado para os actos comemorativos do centenário que passa no próximo ano.

O programa das comemorações

Inclui o referido programa:

Em Fevereiro, de 6 a 9, «Carnaval da Neve» — Corso carnavalesco, incluindo representação das freguesias do concelho; 21 a 28 de Março (Páscoa) — Colóquio sobre Turismo, III Exposição «A Serra da Estrela Vista pelas Crianças», Concurso Nacional de Piano «Cidade da Covilhã», Documentário sobre a Covilhã «A Serra da Estrela, a Cova da Beira e Industria de Lanifícios»; Maio — III Festival de Teatro Amador da Covilhã, IV Jogos Florais da Covilhã; 15 a 31 de Julho — Feira de São Tiago, cuja organização inclui «Pavilhão sobre Actividades do Município» e «Pavilhão de Antiguidades Regionais, Cortejo do Trabalho, Retrospectiva da Actividade Têxtil, «Rallye» Automóvel á Covilhã (prova de rampa da Serra da Estrela, I Volta Ciclista á Serra da Estrela e concursos internacionais de Tiro aos Pratos e de Folclore; 10 e 20 de Outubro - Congresso Etno-Arqueológico das Beiras, Colóquio sobre Planeamento Regional, Exposição Bibliográfica e de Documentos Históricos. No dia 20, será a inauguração oficial e as seguintes visitas: Liceu Nacional, Novas Subestações da Covilhã e Tortosendo (investimento de mais de 20 000 contos), 1.ª fase do Complexo Industrial da Ponte Pedrinha, remodelação da iluminação publica da cidade, Pavilhão Gimnodesportivo, prédio de dez andares construído pela Previdência e Museu Etno-Arqueológico.

Outras celebrações

Além das actividades programadas, estão previstos: emissão do selo comemorativo (já autorizado superiormente), cunhagem de medalha comemorativa (actualmente na Casa da Moeda), edição de monografias sobre personalidades ilustres e factos regionais e sobre a Covilhã e a Serra da Estrela, cartaz e programa das comemorações do centenário, iluminação artística dos monumentos da cidade, etc.

Procurando dar aos tradicionais festejos do «Carnaval da Neve» o maior relevo no ano do centenário, a abertura oficial das festividades coincidiria com a abertura do Colóquio sobre Turismo, simultaneamente com o Concurso de Piano e a projecção do documentário cinematográfico já encomendado ao produtor Francisco de Castro.

Novo director da M. G. M. para a Europa

Para o cargo de director executivo da produção de filmes na Europa o sr. Louis F. Polk Jr., presidente da M-G-M Inc., nomeou o sr. Kenneth Hyman, que recentemente, era vice-presidente encarregado da produção mundial para a Warner Bros em Hollywood.

O sr. Kenneth Hyman é bem conhecido entre nós pelas suas grandes produções, entre elas «Raquel, Raquel» para a Warner Bros. e «Doze Indomáveis Patifes» para a M-G-M.

TV dia a dia

HOJE PODE VER ...

«O JOGO DA VIDA»: PESADELO

Robert Stack (o famoso Eliot Ness, da série «Os Intocáveis»), no papel de Dan Farrell, agente do F. B. I., é o principal intérprete do episódio «Pesadelo», da série de aventuras «O jogo da vida» (The name of the game), a exibir, cerca das 22 e 10.

Os restantes intérpretes são: Martin Balsan, Steve Ihnat, Troy Donahue e Gene Barry. Alvin Ganzer é o realizador.

«Dan Farrell vai ter com um informador que lhe promete revelar o nome dos autores de um roubo de um milhão. Lorraine, sua mulher, acompanha-o.

Num carro seguem três homens, que alvejam o informador, mas é Lorraine que morre.

Farrell deixa o F. B. I. e vai trabalhar no «Crime Magazine».

Durante cinco anos ele procura incansàvelmente os autores da morte de sua mulher...»

II PROGRAMA «ZIP-ZIP»

Em repetição, é apresentado, cerca das 22 e 5, o 18.º programa da série de variedades «Zip-Zip», cuja produção pertence ao actor Raul Solnado e aos locutores Fialho Gouveia e Carlos Cruz.

O referido programa foi apresentado na rede nacional em 22 de Setembro.

AMANHÃ — **I Programa** — Às 14 e 40: Ciclo Preparatório TV; **2.º Período** — Às 19 e 30: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; 19 e 45: Lanterna mágica; 20 e 15: Cartaz TV; 20 e 30: Parada da Industria; 20 e 55: «Casei com uma Feiticeira»; 21 e 30: Telejornal — 2.ª edição e Boletim Meteorológico; 22: Portugal de hoje; Fados e guitarradas, com António Rocha; 22 e 30: Série policial — «Departamento S»; 23 e 30: Marcha do Mundo; 23 e 45: Fecho.

II Programa — Às 21 e 30: Telejornal — 3.ª edição e Boletim Meteorológico; 22: Portugal de hoje; 22 e 05: Noite de Cinema «Rapsódia em «Blue»; 00 e 05: Fecho.

Robert Stack, o famoso Eliot Ness, é agora um dos protagonistas da série «O Jogo da Vida»

SÉRIE JUVENIL «Uma Garota Endiabrada»

«Pippi Langstrumpf» é o título original da série que a R. T. P. todas as quintas-feiras transmite, às 19 e 45, dedicada ao público jovem.

Hoje exibe-se o 4.º episódio, com o seguinte argumento: «Pipi e os seus amigos Anica e Tommy vão dar um passeio pelo campo e, ao mesmo tempo, aproveitam para lançar no ar os seus papagaios de papel.

Pipi, ao ver os papagaios a voar livremente deseja voar também, e lança-se numa tentativa de imitar as aves. Confessa, pouco depois, que voar é mais difícil do que pensava. Quando voltam para casa, encontra o pai de Anica e Tommy, que acabará por ficar surpreendido com a garota endiabrada...»

ESTUDANTES!
3.º CONCURSO ESCOLAR DE PINTURA E DESENHO
CISNE
RECEPÇÃO: ATÉ 31 MARÇO 70

Rádio

PROGRAMAS DE HOJE

EMISSORA — 1.º Programa — 491 m — 665 kc/s. — Às 16: Noticiário; 16 e 05: Luz no horizonte; 16 e 30: Que quer ouvir?; 17: Ginástica de Pausa, pelo dr. Marques Pereira; Programa da Tarde — Canções do Nosso Tempo; 17 e 25: A Orquestra de...; 17 e 35: Do Choupal até á Lapa; 18 e 10: Programa da Mulher, por Maria Emília Cancela de Abreu e Judite Navarro; 18 e 40: Musica e sonho; 19: Cartaz dos Espectáculos; 19 e 45: Rádio Rural — Musica só musica; 20: Diário sonoro; 20 e 20: Solistas ligeiros; 20 e 40: 20.º Episódio do Folhetim «O Grande Industrial»; 21: Jornal de actualidades; 21 e 30: Musica ligeira; 21 e 40: Variedades no Estudio; 22 e 30: Orquestras e conjuntos; 23 e 40: Serenata de Coimbra; 1: Fecho.

2.º Programa — 397 m — 755 kc/s. — Às 16 e 30: 1.º Acto da ópera «Tristão e Isolda» (Wagner); 18: Musica do Século XX — Obras de Darius Milhaud); 19: Crítica Literária, pelo dr. João Bigotte Chorão; 19 e 10: Folclore Português — Musica da Beira Alta recolhida por Artur Santos (gravações cedidas pela BBC); — Musica do Alentejo recolhida e seleccionada por Michel Giacometti e Lopes Graça; 19 e 25: Musica a dois pianos; 20: Diário sonoro; 20 e 20: Musica instrumental; 20 e 30: Os pequenos cantores da Cruz de Madeira — canções da Martinica, Japão, Filipinas, Grécia, Itália, França, Inglaterra, Irlanda, canção tradicional irlandesa e Escócia; 21: Musica de câmara; 21 e 30: Panorama da História, pelo dr. João Ameal; 21 e 50: Duos de Bach e Honegger; 22 e 20: Poemas sinfónicos; 23: A Voz do Ocidente; 1 e 15: Fecho.

2.º Programa — 94,3 (MF 1) — 94,3 mc/s. — Às 23: Musica de piano; 23 e 30: Intercambio musical — Festival de Viena de 1969 — em gravações cedidas pela Radiodifusão Austríaca; 0 e 02: Musica sinfónica; 1: Fecho.

RÁDIO UNIVERSIDADE — Às 19 e 10: Abertura; 19 e 15: Recital; 19 e 35: Noticiário; 19 e 45: Fecho.

RÁDIO CLUBE — 290,13 m — 1034 kc/s. — Às 16: Programa C. D. C.; 18: Ela e o seu mundo; 18 e 15: Canções ao acaso; 18 e 30: Lisboa á tarde; 19: Noticiário; 19 e 15: No mundo aconteceu; 19 e 30: Rádio Jornal; 20: Nota de abertura e noticiário; 20 e 07: Momento A. B. C.; 20 e 12: Conjuntos vocais; 20 e 30: Jornal dos espectáculos; 20 e 45: Rádio Placard; 21 e 03: Diálogo; 21 e 09: Portugal de hoje; 21 e 32: Impacto; 22 e 30: Quando o telefone toca; 23 e 08: Musica tradicional e palestra religiosas; 23 e 22: Grande roda; 0 e 02: «P. B. X.»; 2: Contacto; 3 e 02: A noite é nossa; 6 e 02: Diário rural; 7 e 03: Talismã.

Modulação de frequência—97,4 97,4 mc/s. — Às 16 e 04: Programa C. D. C.; 17: Noticiário; 17 e 57: O nosso programa; 19 e 04: Em órbita; 20: Nota de abertura; 21 e 02: Boa noite em FM; 22 e 02: Programa á Gô-Gô; 0 e 02: Em órbita-dois; 1 e 03: Banda sonora; 2: Fecho.

Emissor de Miramar — 383,6 m — 782 kc/s. — Às 16: Programa C. D. C.; 18: Depois do chá; 18 e 30: Ela e o seu mundo; 18 e 45: «Matinée» teatral; 19: Noticiário; 19 e 03: Miscelânea; 19 e 20: Robbialac; 19 e 35: Estudio 64; 20: Nota de abertura e noticiário; 20 e 10: Norte dia a dia; 21 e 02: Orquestra; 21 e 15: Só Rádio; 21 e 30: Leitura; 21 e 45: Francisco e Ernesto; 22 e 03: O Santo; 22 e 15: Cristo para todas as nações; 22 e 30: Presença coimbrã; 23 e 04: Clube da Juventude.

RÁDIO RENASCENÇA—233,2 m — 1286 kc/s. — Às 16: Radiorama; 18: Estrelas e canções; 18 e 20: Nota do dia, noticiário e boletim religioso; 18 e 30: Terço e bênção da Basílica dos Mártires; 19 e 05: Musica seleccionada; 19 e 25: Leitura do programa e boletim do S. C. R.; 19 e 30: Página um; 20 e 30: Noticiário; 20 e 55: Meditando; 21: Variedades; 21 e 30: Conjuntos portugueses; 2. e 45: Melodias da Europa; 22: Quando o telefone toca; 22 e 30: Pentagrama; 22 e 45: Musica variada; 23: A 23.ª Hora; 2: Fecha.

Estação do Porto — 256,6 m — 1169 kc/s. — Às 16: Radiorama; 18: Orquestras e canções; 18 e 15: Noticiário regional; 18 e 20: Nota do dia e noticiário; 18 e 30: Terço e bênção da Basílica dos Mártires, em Lisboa; 19 e 25: Resumo do programa, boletim religioso e boletim do S. C. R.; 19 e 30: Página um; 20 e 30: Noticiário; 21: Variedades; 21 e 30: Toca Filipe de Brito; 21 e 45: Uma voz, um conjunto; 22: A musica é boa companhia; 22 e 45: Musica ligeira variada; 23: A 23.ª hora; 2: Fecho.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA — Onda média — 188 m — 1594 kc/s. — 94,4 mc/s. — **Rádio Peninsular** — Das 7 ás 8 e 12 ás 14 e 30; **Rádio Voz de Lisboa** — Das 10 ás 12 e 19 e 30 ás 22; **Clube Radiofónico de Portugal** — Das 8 ás 10 e 22 ás 2; **Rádio Graça** — Das 14 e 30 ás 19 e 30.

Sobre automóveis
Particular empresta
5 a 100 contos
em 1/2 hora com ou s/ hipoteca, mesmo que estejam em dívida ao Stand, ou hipotecados, sem alterar o seguro. Sem fiador. Prazos de 40 meses. Tel 66 36 97.
Rua Arco a S. Mamede, 18, 2.º-F (ao Rato)

canal da crítica

DRAMALHÃO, MALHÃO DRAMALHÃO, MALHIÇO DRAMALHÃO, MALHÃO DRAMALHÃO, ÃO, ÃO ACABEM LÁ COM ISSO!

Dos escritores portugueses de determinada época que se dedicaram ao teatro, podia a Televisão escolher D. João da Câmara ou Marcelino Mesquita. Mas, com aquele seu raro instinto para a mediocridade, escolheu Henrique Lopes de Mendonça — e dentro da sua obra uma das peças menos significativas. Se a peça de Mendonça já era má — imagine-se como ficaria depois de manipulada por Alice Ogando e ensaiada por Cortês! Peça comercial, na origem, tratada por comerciantes na sua apresentação ao público — eis o que pode lembrar o chover no molhado...

Ninguém discute que o teatro de Lopes de Mendonça era já, no seu tempo, um teatro-cadáver, com a agravante de ter sido escrita aos 68 anos. De então para cá, esse teatro não fez mais do que piorar — se os cadáveres pioram...

Isto que se julgou ser bom «para o gosto do grande público» (farsantes!) é mais do que um cadáver: é o próprio nada.

Nada, neste «Crime de Arronches» tem capacidade para despertar o interesse do público do nosso tempo nem para lhe cultivar o mínimo de sentido estético. A história convencional, os diálogos ridículo-arcaicos, as situações cuja falsidade é notória.

Os espíritos mais simples não deixarão de lhes notar os podres. O réu não é o Gaspar: é o Goulart Nogueira com a cumplicidade da Televisão Portuguesa.

É inegável a boa intenção de Lopes de Mendonça: render preito ao carácter do homem simples, capaz de sentimentos de nobreza. Para o nosso tempo, porém, isto não representa nada. É uma afirmação que não mexe, como um gato morto.

Outras afirmações, outros pressupostos contidos no «Crime de Arronches» revestem-se ainda hoje, e aqui, de grande gravidade. Num país de tantos casos passionais, como o nosso, ninguém dirá que a escolha desta peça teria sido bem feita. Dizê-lo levaria á negação da incalculável força da televisão — e ninguém será tão louco que se aventure tão longe no campo de negar as evidências.

As pessoas com um mínimo de sensatez, aquelas que já pensaram um minuto no poder da televisão, devem ter ficado em estado de choque com a tese defendida na peça: a da legitimidade de matar quando se trata de defender aquilo a que se chama «honra». Bem pode a Margarida-bem-casada dizer de seu marido que ele matou em defesa própria (ao matar o homem que a perseguia). O tom maior, a força, o que está de acordo com o sinal da peça, existe na frase com que o alcaide se dirige ao assassino: «*Vingaste a tua honra. Bem hajas!*»

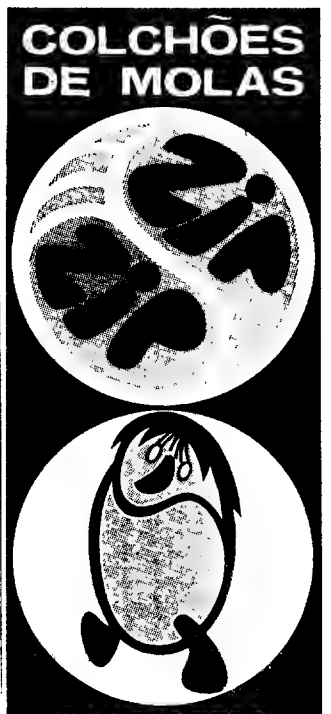
Os transportes amorosos do Gaspar e da Margarida, ó *Gaspar tem dó de a mim, não me deixes nesta agonia, Gaspar!*»; a linguagem cerimoniosa e grave do alcaide e sua esposa, mesmo dirigindo-se aos criados; a linguagem pernóstica da Margarida na taberna, a referir-se ás castanhas: «*Para mim, a polpa macia e saborosa que é um regalo*» ou então: «*Árvores que no Outono se despem para atapetar o chão de brocados...*»; a cena do Gaspar e da Margarida, á chuva, cena dramática que eu sei lá, com o Gaspar a apalpar a gorja: «*Já me vejo com a corda ao pescoço...*»

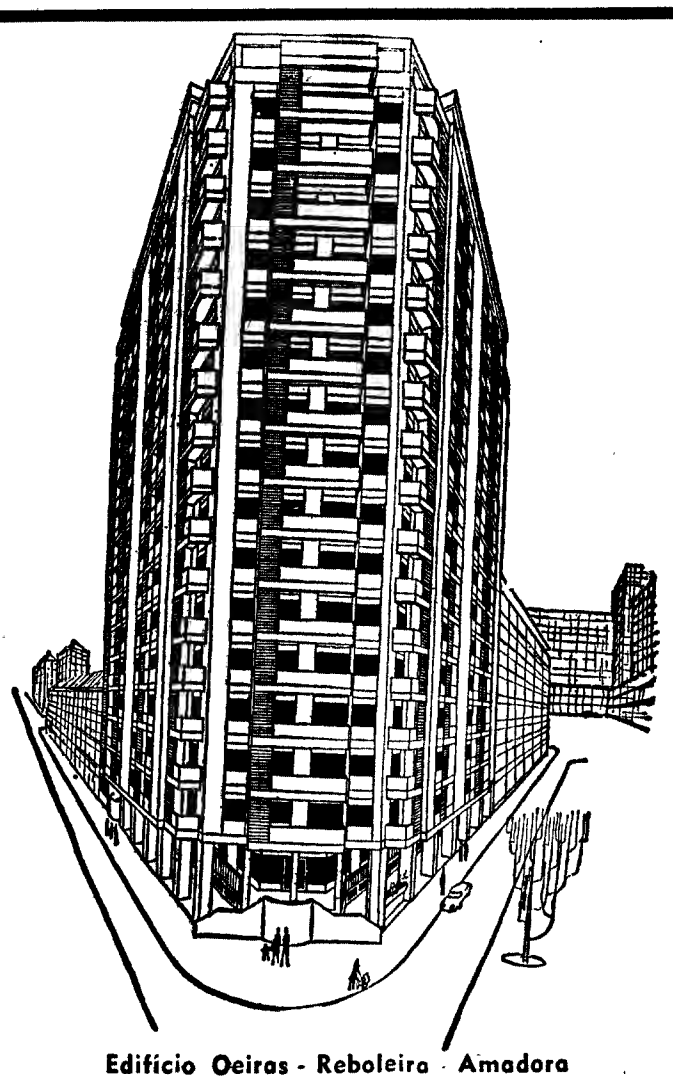
O ROMANTISMO É LATO

Foi anunciado que Luís-Francisco Rebelo teria a seu cargo uma rubrica de teatro na Televisão Portuguesa. Depois, veio David Mourão-Ferreira e, a propósito (ou a despropósito) de poesia entra-lhe nos domínios da tragédia grega; agora vem Goulart Nogueira e entra-lhe pelo romantismo. Com mil diabos, o que é que fica para teatralizar?

Podia pensar-se que Goulart ia só comer a fatia dos romanticos, os da época romantica, aqueles que a burocracia arrumou naquela prateleira e só naquela. Mas não. Ele refere-se a um «romantismo no sentido lato», pelo que tudo leva a crer

(Continua na página seguinte)

COLCHÕES DE MOLAS

BAIXO PREÇO
ELEVADA QUALIDADE
Dupla Face: Verão/Inverno
A VENDA NAS CASAS DA ESPECIALIDADE
E.A. MOREIRA & C.LDA.
PORTO
Rua Porta do Sol, 22 tel. 35086
LISBOA
R. da Ribeira Nova, 46-2º tel. 35091



Edifício Oeiras - Reboleira - Amadora

Edifício Oeiras

Este edifício será o maior do Distrito de Lisboa. Comportará cerca de 200 fogos

compre a sua habitação neste edifício e quando ele estiver concluído terá em frente um Parque Desportivo equipado com piscina

J. PIMENTA, S. A. R. L.

assegura-lhe um rendimento de 6 a 10%, durante 6 e até 18 anos, à escolha do cliente, garantido por escritura pública

MORADIAS

Encontra V. Ex.ª em Paço de Arcos moradias de luxo prontas a habitar. Em Cascais moradias tipo turístico e em degrau.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO:

Azulejos nacionais e estrangeiros

Plásticos para revestimentos de paredes e tectos. Ferragens e ferramentas. Loiças sanitárias, tintas e máquinas para construção civil. Toda a gama de materiais de construção, electrodomésticos, utilidades para o lar, novidades em artigos domésticos, flores e apetrechos para jardins encontra V. Ex.ª aos mais baixos preços nos estabelecimentos da Organização J. PIMENTA, na Amadora, na Av. Santos Matos e em Queluz na Rua D. Maria I n.º 30, junto ás estações de caminho de ferro respectivas.

3.000 CLIENTES DAR-LHE-ÃO AS MELHORES REFERÊNCIAS

Propriedades à venda em: Reboleira, Amadora, Venda Nova, Paço de Arcos, Parede, Cascais e Lisboa ● **Apartamentos em exposição em Reboleira, Amadora, Paço de Arcos (Espargal) e Cascais (por detrás do Hotel Baía)**

LISBOA — Rua do Conde Redondo, 53-4.º, Esq.º — Tel. 4 58 43 - 4 78 43

QUELUZ — Rua de D. Maria I, 30 — Telef. 95 20 21 - 95 20 22 **REBOLEIRA — Amadora — Serviço Permanente — Telef. 93 36 70**

CANAL DA CRÍTICA

(Continuação da pág. anterior)

que iremos encontrar um romantismo de latoeiro.

Assim, como foi enunciado, serão alvejados por Goulart Nogueira Balzac, Dickens, Esquilo, Calderon, Tomás Ribas, Ibsen, Strindberg, etc.

São métodos, como dizia o outro. Terrivelmente discordante do método goulartiano, não quero, no entanto, deixar de prestar homenagem aos seus méritos de estudioso na medida em que descobriu um autor (Tomás Ribas) de que nenhuma enciclopédia dá notícia. A menção deste nome ao pé do de Esquilo, Calderon, Ibsen, etc., inculca tratar-se de caça grossa. Talvez algum dramaturgo oriental, talvez algum escritor rupestre. Goulart Nogueira sabe onde está o que precisa. Tomás Ribas enche-lhe o olho, pelos vistos. Aguardemos a obra-prima que a menção de um nome, neste caso, implica. Sim, ninguém vai pensar que se trata de uma garotice, de uma aldrabice. Com Esquilo, Strindberg, etc., não se brinca.

MÁRIO CASTRIM

CURSO DE INICIAÇÃO TEATRAL

No Instituto Italiano de Cultura (Rua do Salitre, 146, em Lisboa), Carmen Gonzalez e Vasco Fernandes vão dirigir um Curso de Iniciação Teatral, que se realiza a partir de 3 de Nobembro próximo, e se destina a crianças e adolescentes (dos 10 aos 15 anos) e adultos.

Os interessados podem telefonar para 51667 (das 10 ás 14 horas) ou 2433881 (das 18 ás 21 horas).

VOLUNTÁRIOS DO BEATO E OLIVAIS

Foi divulgada, pelos Voluntários do Beato e Olivais, a lista dos numeros premiados no sorteio que aquela corporação levou a efeito. Os primeiros cinco prémios contemplaram os seguintes numeros: 27 591 (automóvel); 605 544 (máquina de lavar roupa); 590 858 (frigorífico); 565 786 (televisor); e 486 269 (máquina de cozinha). Há mais 25 numeros premiados.

SE TEM AUTOMÓVEL

Realize dinheiro rápidamente desde 5 contos; s/ vender, s/ hipotecar, s/ letras, s/ fiador até 40 meses.

SIMPLES, EFICIENTE ECONÓMICO

T. 560713

FERGUSON

A GRANDE MARCA BRITÂNICA DE TV

Necrologia

FALECIMENTOS

Miguel António Socorro Domingues

FARO, 23. — Faleceu hoje o sr. Miguel António Socorro Domingues, funcionário bancário, que pelos seus méritos, conquistara posição de relevo. Viajado, culto, de fino espírito e viva inteligência, era muito estimado pelas suas qualidades e inteireza de carácter. Estivera colocado, em tempo, na agência do Banco Português do Atlantico no Funchal, onde deixou grandes amizades.

Contava 36 anos, era natural de Vila Real de Santo António, filho do saudoso jornalista Manuel da Silva Domingues e da sr.ª D. Isabel Socorro Domingues, irmão dos srs. João Manuel Socorro Domingues, funcionário bancário, casado com a sr.ª prof.ª D. Maria José Espanhol Socorro Domingues, e primeiro-tenente José Manuel Socorro Domingues; sobrinho da sr.ª D. Luísa Socorro Folque, esposa do sr. dr. Raul Folque, conhecido médico em Vila Real de Santo António; do sr. Pedro Martins Socorro, casado com a sr.ª D. Maria Carolina Folque Socorro; D. Maria da Conceição Domingues Peles e D. Julia Matoso Domingues; e tio do estudante José Manuel Espanhol Socorro Domingues.

O funeral é amanhã ao meio-dia.

Domingos Frade Caldeira Castell Branco (Visconde de Alter)

VISEU, 23 — Faleceu numa casa de saude desta cidade, vitimado por uma trombose, com 70 anos, o sr. Domingos Frade Caldeira Castell Branco, visconde de Alter. Era natural de Alter do Chão. Deixa viuva a sr.ª D. Maria Gertrudes Tavares Caldeira Castell Branco, e era pai da sr.ª D. Maria José Tavares de Caldeira Castell Branco Lapa e Nápoles, casada com o sr. António Cardoso de Magalhães Lapa e Nápoles, a prestar serviço militar em Africa.

O funeral realiza-se amanhã, saindo de Viseu ás 7 horas para jazigo de família no cemitério de Alter do Chão.

Rev.º João Nunes Monteiro

TALHADAS, 23 — Foi sentida a morte do rev. João Nunes Monteiro, que, em 12 de Janeiro próximo faria cem anos e era o sacerdote mais idoso da diocese de Aveiro.

FUNERAIS

Dr. António Farinha Portela

Da igreja de São Sebastião da Pedreira, onde foi celebrada missa de corpo presente saiu com grande acompanhamento, para jazigo de família no cemitério do Alto de São João, o funeral do sr. dr. António Farinha Portela.

Natural de São João do Peso (Vila do Rei), contava 36 anos, deixa viuva, a sr.ª D. Margarida Maria dos Santos Portela, era filho da sr.ª D. Aurora Pires Santos Portela e do sr. Américo Farinha Portela, pai da menina Luísa Maria Cortesão Santos Portela e do menino Guilherme Alexandre Cortesão Santos Portela, irmão do sr. eng.º Manuel Farinha Portela e cunhado da sr.ª dr.ª D. Armanda Maria Constantino Portela.

Amadeu da Silva Teixeira

CANTANHEDE, 23 — Realizou-se com grande acompanhamento, para o cemitério local o funeral do sr. Amadeu da Silva Teixeira, de 78 anos, natural de São Caetano, e residente nesta vila. Casado com a sr.ª D. Maria Alegria de Melo Teixeira, era pai das sr.as D. Maria Alva Melo Teixeira e D. Maria de Lourdes Teixeira Cruz e Silva, casadas respectivamente com os srs. Aníbal Ribeiro da Fonseca Jorge e dr. Fernando António Cruz e Silva, aqui residentes.

Andara por terras do Brasil e, durante muitos anos, foi comerciante da praça de Cantanhede.

Coronel Ruy Pessoa de Amorim

Da basílica da Estrela para jazigo no cemitério de Povolide, em Viseu, saiu, esta manhã, o funeral do sr. coronel Ruy Pessoa de Amorim, de 72 anos, natural de Alpiarça, casado com a sr.ª D. Crisália Fernandes Vaz Pessoa de Amorim, pai da sr.ª D. Maria Luísa de Figueiredo Cabral de Mascarenhas Pessoa de Amorim Durão, casada com o sr. João Schettini Durão, e do sr. Ruy Humberto Fernandes Pessoa de Amorim, irmão da sr.ª D. Maria Irene Pessoa de Amorim de Abreu Marques, tio do industrial sr. Rui de Abreu Marques e avô de José Manuel, Maria Teresa e Rui Henrique Cabral Pessoa de Amorim Durão.

Prestou serviço na P.I.D.E., onde atingiu o posto de sub-director. Presentemente, era inspector - superior daquela Polícia.

SUFRÁGIOS

Eng.º Eugénio Salles Lane

Por alma do sr. eng.º Eugénio Salles Lane, de 79 anos, casado com a sr.ª D. Germaine Salles Lane, natural da Mealhada, que faleceu no passado dia 18, será celebrada, amanhã, ás 11 e 30, missa de sufrágio na basílica da Estrela.

Manuel Velho da Silva Dias

Para assinalar o primeiro aniversário do falecimento de Manuel Velho da Silva Dias, sua família manda rezar missa pelo seu eterno descanso, amanhã, dia 24, pelas 19 horas, na igreja de Santo Amaro de Oeiras, agradecendo antecipadamente a todos os que se dignarem assistir ao piedoso acto.

m florapoll

ENERGIA ● VITALIDADE ● REJUVENESCIMENTO

Natureza + Técnica para um RESULTADO ESPECTACULAR

Informe-se no sua farmácia

DESPORTO DESPORTO DESPORTO DESPORTO

HÓQUEI EM PATINS

O «cinco» da CUF é campeão regional

• O Benfica disputará a 2.ª Divisão

Ao vencer ontem á noite o Oeiras no recinto deste a equipa da Cuf (4-1) conquistou o título de campeão regional de hóquei em patins.

Por seu turno o Benfica embora vencedor do confronto com o Paço de Arcos (3-1) disputará o Campeonato Nacional da 2.ª Divisão visto a Associação de Patinagem do Sul na sua ultima reunião ter decidido considerar o «cinco» encarnado como derrotado por 5-0 conforme os regulamentos, no desafio que disputou em Sintra (e que vencera por 5-1) devido a irregularidade na utilização de um jogador — Rodrigues.

Falta ainda disputar o encontro Campo de Ourique-Parede que se realizará amanhã no rinque da Liga de Algés em face da interdição do recinto do primeiro daqueles clubes.

A classificação actual é a seguinte:

	J.	P.
C. U. F.	22	58
Paço de Arcos	22	56
Oeiras	22	53
Benfica (a)	22	52
Cascais	22	46
C. Ourique (a)	21	41
Sporting	22	40
Sintra	22	40
Parede	21	38
Salesiana	22	37
Belenenses	22	35
Educação Física	22	28

(a) Tem uma falta de comparência.

Participam na fase de apuramento do Campeonato Nacional metropolitano na Zona Sul a Cuf, Paço de Arcos, Oeiras e Rossiense, enquanto a Zona Norte será constituida pelo F. C. Porto, Valongo, Carvalhos e o Termas de São Pedro do Sul.

CONGRESSO DE BASQUETEBOL

O Congresso da Federação Portuguesa de Basquetebol, iniciado em 11 do corrente, prossegue no dia 1 de Novembro próximo, ás 16,30 horas, e não no dia 25 do corrente, ás 21 horas, como tinha sido fixado anteriormente.

HOJE À NOITE

No Porto

Futebol — Campeonato de Reservas da A. F. do Porto — Série B: S. Pedro da Cova-Penafiel (21 e 30) no campo do primeiro.

Ténis de mesa — Torneio Aniversário do F. C. Porto: Cultural das Antas (B)-Ala de Nun'Álvares e Portuense do Desporto-Alvinegro (A). Jogos a partir das 21 e 45, na sala do F. C. Porto.

Diversos — Confraternização do Boavista: Às 20 horas, na sede do clube, jantar oferecido pela direcção á comitiva futebolista que se desloca ao Canadá.

O Milan ganhou a Taça Intercontinental

BUENOS AIRES, 23. — (R.) — Os Estudiantes de La Plata venceram a noite passada por 2-1 o Milão, no jogo da segunda mão da final da Taça Intercontinental, que se disputou nesta capital.

O Milão ganhou, assim, a Taça Intercontinental, a despeito de ter perdido o desafio da noite passada.

A equipa italiana arrebatou o trofeu devido ao «goal-average» em consequência de ter batido por 3 a 0 os argentinos, detentores do título, no desafio da primeira mão, que se realizou em 8 de Outubro em Milão.

Todos os golos do desafio de ontem, á noite, foram marcados na primeira parte.

A FEDERAÇÃO DE BOXE VAI RETOMAR A NORMALIDADE DIRECTIVA

Dando cumprimento ás determinações da Direcção-Geral dos Desportos os clubes reuniram-se na sede da Federação de Boxe, assistindo também o inspector Pedro Nolasco.

Estiveram presentes delegados do Rio de Janeiro, Sporting, Ginásio do Sul, Estrela da Amadora e o F. C. Porto e a Comissão Reorganizadora do Pugilismo constituída pelos srs. Francisco Patrício Alvares, Alfredo Ramos do Amaral e Pierre Charles.

Este ultimo historiou com clareza e precisão a situação deficitária da Federação. Depois pediu ao inspector Nolasco esclarecimentos pela subita mudança na atitude da Direcção-Geral para com os dirigentes da comissão. Considerou tal mudança uma falta de consideração e respeito por aqueles que tendo partido do zero, algo tinham feito pelo boxe.

Em seguida usou da palavra o prof. Pedro Nolasco que, depois de realçar que a sua presença se deve ao seu desejo de congraçar tudo e todos, pôs em destaque a honestidade, a competência e a isenção dos componentes da Comissão. Salientou que o estado em que a Comissão recebera a Federação era absolutamente negativo e com a sua dedicação, perseverança e entusiasmo tinham levantado o boxe até ao ponto de lhe darem posição no cotejo internacional E concluiu: — *Só com uma direcção livre, independente e honesta para com a modalidade e consigo própria, pode o boxe progredir!*

Aconselhou os clubes a colaborarem de modo mais eficiente e a confiarem nos elementos da Comissão.

Em seguida falou Custódio Pinto (Lisboa Clube Rio de Janeiro) que teve parte activa na organização desta reunião o qual declarou:

— *O meu clube está apenas interessado em praticar boxe e a existência da Federação é necessária á modalidade.*

A sua iniciativa teve o objectivo de demover os membros da Comissão da sua ideia de se demitirem.

Falou depois um dirigente federativo que citou as multiplas desconsiderações dos delegados dos clubes que chegaram, até, a duvidar da honestidade dos elementos da Comissão ás quais se juntou a da D. G. D. Portanto sem a confiança dos clubes nem da Direcção-Geral não valia a pena continuar a trabalhar pelo boxe.

Os clubes depois indicaram o numero de elementos que conseguiriam arranjar para o elenco directivo, e ficou aprazada nova reunião. Se não se conseguirem elementos será informada do facto a D. G. D. e da conveniência da Comissão continuar no seu bom trabalho.

SALVADOR ARTIGAS AFASTADO DO BARCELONA

■ Dois treinadores de clubes da I Divisão espanhola foram depostos no decorrer da passada semana. Trata-se de Salvador Artigas, que se viu coagido a pedir a demissão do Barcelona, deixando o seu lugar a Segner. O outro foi Joseito, afastado dos comandos da equipa do Valência, desenlace que se esperava há algum tempo. O lugar de Joseito foi confiado ao seu antigo jogador Enrique Buqué que se encontrava á frente da orientação técnica do Mestalla, que passou para as mãos de Manolo Mestre.

■ É possível que Nacho Tréllez, que foi treinador da selecção mexicana durante grande parte da sua última digressão pela Europa, e que tinha sido afastado das suas funções, volte a colaborar nos preparativos técnicos com vista ao Mundial.

RÂGUEBI
TORNEIO DE ABERTURA

Foi adiado para o dia 2 de Novembro o início do Torneio de Abertura de raguebi, para seniores, que estava marcado para o dia 26.

MEDALHAS DE OURO DA CIDADE PARA QUATRO CLUBES LISBOETAS

Quatro clubes desportivos lisboetas foram galardoados pelo presidente da Camara Municipal com a «medalha de ouro da cidade»: Atenco Comercial de Lisboa, Ginásio Clube Português, Lisboa Ginásio Clube e C. F. «Os Belenenses».

A cerimónia da entrega está marcada para as 12 e 15 do próximo sábado, nos Paços do Concelho.

Os 22 futebolistas nomeados pelo seleccionador

O seleccionador nacional de futebol nomeou os 22 jogadores a figurar na lista a enviar á F. I. F. A., relativamente ao jogo Suíça-Portugal, a disputar em Berna no dia 2 de Novembro próximo:

Guarda-redes: Armando (Braga), Botelho (Atlético) e Damas (Sporting). **Defesas:** Alexandre Baptista (Sporting), Conceição (Setúbal), Hilário (Sporting), Humberto (Benfica), Murça («Os Belenenses») e Pedro Gomes (Sporting). **Meio-campo:** Gonçalves (Sporting), Peres (Sporting), Rolando (Porto), Rui Rodrigues (Académica), Tomé (Setubal) e Toni (Benfica). **Avançados:** Diamantino (Benfica), Eusébio (Benfica), Guerreiro (Setubal), José Maria (Setubal), Mário (Sporting), Nelson (Sporting) e Simões (Benfica).

Por clubes, temos: Sporting (8), Benfica (5), Setubal (4), Académica (1), Atlético (1), «Os Belenenses» (1), Braga (1) e F. C. Porto (1).

Interditado o Estádio da Luz (em jogos de reservas)

A Associação de Futebol de Lisboa interditou por dois jogos da categoria de «reservas», o Estádio da Luz. Este castigo — e ainda uma multa de quinhentos escudos — referem-se aos incidentes verificados naquele estádio no decurso do jogo Benfica-Sporting, em «reservas».

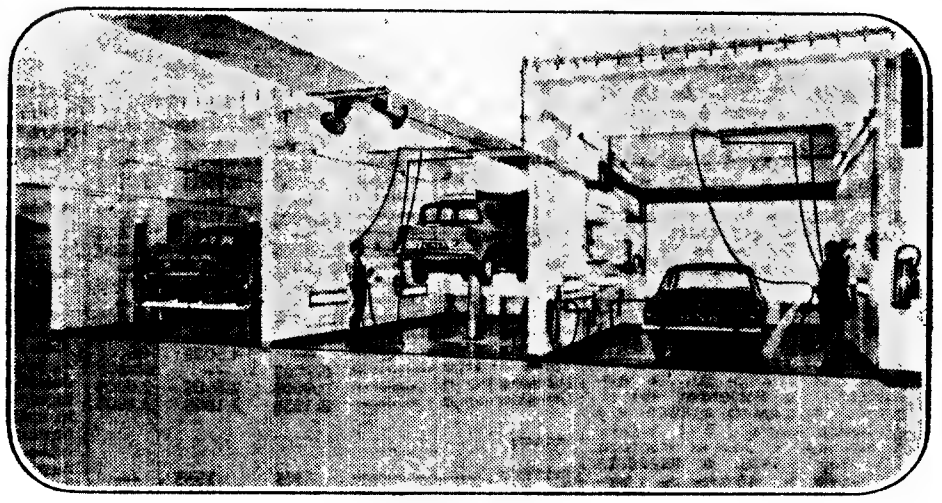
Lusitano da Penha de França

No Lusitano da Penha de França estão abertas as inscrições para as classes de ginástica que, pela primeira vez, vão funcionar naquela colectividade desportiva.

Prevê-se a criação de duas classes para crianças dos 3 aos 6 anos e uma para crianças dos 6 aos 12 anos.

Conta Juventude
BANCO DO ALENTEJO

J. MENDES COELHO LDA.
CONCESSIONÁRIOS
Ford
NOVAS INSTALAÇÕES
R. S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA, 122
MARCA



Panorâmica dos serviços de lavagem, lubrificação, mudança de óleo e ainda da Secção especializada de alinhamento de direcção.
produtos e serviço SHELL

Diário do Porto

Estão constituídos os júris dos «Prémios Almeida Garrett»

Incluídos nas comemorações do seu centenário, o Ateneu Comercial do Porto instituiu, como dissemos, os «Prémios Almeida Garrett», de poesia e teatro.

O concurso para o primeiro é para autores cuja idade não ultrapasse os vinte e cinco anos; e o prazo de recepção dos poemas, termina no dia 30.

Constituem o juri o escritor, professor e crítico literário Óscar Lopes; o escritor Egipto Gonçalves e poeta Eugénio Andrade.

Segundo o regulamento, o poema ou poemas concorrentes, no máximo de três por cada autor serão inéditos ou publicados durante o ano corrente e a entrega dos originais (cinco exemplares dactilografados) ou das respectivas publicações (também cinco exemplares) deve ser feita até o dia 30, na secretaria do Ateneu.

No prazo de quatro meses, o Ateneu publicará, sob recomendação do juri, o mínimo de dez dos poemas seleccionados, em caderno ou volume intitulado «Poesia Juvenil».

Está constituído, também, o juri do concurso de teatro, pelos srs. dr. Manuel Dinis Jacinto, António Ruivo Mouzinho e Julio Gesta. O prémio é de 10 000$00.

Consoante o regulamento, as obras concorrentes, em qualquer das modalidades, serão igualmente, inéditas ou publicadas de 1 de Janeiro de 1968 a 15 de Setembro de 1969; a entrega dos originais (cinco exemplares, dactilografados) ou das respectivas publicações (cinco exemplares) deve ser feita até o dia 30. Na secretaria do Ateneu.

A entrega dos dois prémios será feita em 12 de Dezembro, na tradicional «Festa da Biblioteca», no Ateneu.

Espectáculos para hoje

TEATROS

ANTÓNIO PEDRO — Às 21 e 45: «Mirandolina» (12 anos).

CINEMAS

SÃO JOÃO — Às 21 e 30: «Helga, o segredo da maternidade» (21 anos)
RIVOLI — Às 21 e 30: «Duelo de morte» (12 anos).
OLIMPIA — Às 21 e 30: «Espia sem nome» (17 anos)
ESTÚDIO — Às 21 e 30: «Bye, bye, Barbara!» (17 anos).
ÁGUIA D'OURO — Às 21 e 30: «Vidas perigosas» (17 anos)
BATALHA — Às 21 e 30: «Barbarella» (17 anos)
CARLOS ALBERTO — Às 21: «A Ponte dos Condenados» e «O Santo em Londres» (12 anos).
TRINDADE — Às 21 e 30: «Funny Girl—Uma rapariga endiabrada» (17 anos)
JULIO DINIS—Às 15 e 30: «Oiro de Londres» (12 anos).
VALE FORMOSO — Às 21 e 30: «Inferno no Vietnam» (12 anos)
NUNO ÁLVARES — Às 21 e 30: «Batalha sem regresso» (12 anos).
CINE-GAIA — Às 21 e 30: «Gerações ultrajadas» (17 anos).

Amanhã à tarde

SÃO JOÃO — Às 15 e 30: «Helga, o segredo da maternidade» (21 anos).
RIVOLI — Às 15 e 30: «Duelo de morte» (12 anos).
OLIMPIA — Às 15 e 30: «Espia sem nome» (17 anos)
ESTÚDIO — Às 15 e 30: «Bye, bye, Barbara» (17 anos).
ÁGUIA D'OURO — Às 5 e 30: «Vidas perigosas» (17 anos).
BATALHA — Às 15 e 30: «Barbarella» (17 anos)
CARLOS ALBERTO — Às 15: «O que elas querem é casar!» e «O ultimo comboio de Katanga» (17 anos).
TRINDADE — Às 5 e 30: «Funny Girl — uma rapariga endiabrada» (17 anos)
JULIO DINIS — Às 15 e 30: «Oiro de Londres» (12 anos).
VALE FORMOSO — Às 15 e 30: «Inferno no Vietnam» (12 anos)

Farmácias de serviço esta noite (2 turno)

ALBERTO FERREIRA, R. da Estação, 00 (Tel. 5-302) * ANTUNES, R. do Bonjardim 485 (Tel. 2-7936) * CAMPO ALEGRE, Rua do Campo Alegre, 128 (Tel. 6-2245) * FÁTIMA, R. Oliveira Monteiro, 475 (Tel. 6-5406) * FERREIRA DA SILVA, R. Mártires da Liberdade (Tel. 2-4023) * MARQUES DE MENDONÇA, R. do Almada, 25 (Tel. 4-71 6) * PEREIRO, R. do Precioso, 35 (Tel. 68-027) * S. JERÓNIMO, R. de Santos Pousada, 622 (Tel. 5-4526) * S. LÁZARO, Av. Rod. de Freitas, 59 (Tel. 2-7043) * SARABANDO, Largo dos Lóios, 36 (Tel. ...70) * SAÚDE, Av. dos Comb. da Grande Guerra, 689 (Tel. 4-0516) * SOUSA SOARES, R. de Santa Catarina, 5-2225) * GONDARÉM, Rua de Sá (Tel. 2-2145) * VITÓRIA, R. de S. R. do Lameiro 156 (Tel. Gondarém, 860 — Foz.

MELHORAMENTOS EM FEBRES

CANTANHEDE, 23 — Em Febres, a sete quilómetros da sede do concelho, realizou-se a inauguração da pavimentação da estrada daquela localidade até ao Barracão, que se bifurca com a estrada nacional, entre Cantanhede e Mira. Também se procedeu á betuminação da via entre Camarinha e Febres, há muitos anos intransitável e ao revestimento das ruas principais das povoações de Arrancada, Lagoa e Pedreira e ainda á electrificação destas três aldeias.

Em Febres, foi descerrada uma lápida com a seguinte inscrição toponímica: «Rua Doutor Santos Silva — Presidente da Camara de Cantanhede».

DE COIMBRA

O aproveitamento do Mondego posto em relevo na reunião da Câmara Municipal de Coimbra

COIMBRA, 23 — Na reunião da Camara Municipal, a que presidiu o sr. eng.º Araujo Vieira, foram tratados assuntos de interesse regional, nomeadamente os que se prendem com o aproveitameto da bacia hidrográfica do Mondego.

Foi deferido o pedido de exoneração do cargo de comandante do Corpo de Bombeiros Municipais, formulado pelo sr. major Manuel Gedeão. Sobre o afastamento desse oficial, o presidente teceu os maiores elogios á acção por ele desenvolvida, propondo que fosse exarado na acta um voto de louvor, o que foi aprovado por unanimidade. O vereador do Pelouro de Incêndios, sr. Miranda Veloso referiu-se igualmente, de maneira elogiosa á acção do prestigioso comandante dos Bombeiros.

O presidente leu, depois, um telegrama do sr. subsecretário de Estado da Agricultura, associando-se ao regozijo da Camara e da região, pela decisão sobre o aproveitamento hidroeléctrico da bacia do Mondego e afirmou:

— Vai o aproveitamento integral do Mondego beneficiar milhares de hectares de terras de regadio, terão assim, produções mais regulares e abundantes, desde as forragens á produção de cereais, gados, frutas e outros produtos industriais. É com esta produção de riqueza que a nossa região irá beneficiar promovendo um vasto programa de desenvolvimento.

«Com estas perspectivas — disse ainda, o presidente da Camara — temos o dever de cerrar fileiras e não deixar crias mais dificuldades que venham a atrasar esta rea- o futuro de todo o País. Vamos todos colaborar nesta missão, dar-lhe o nosso inteiro apoio, não permitindo «climas» que possam perturbar o trabalho dos que desejam, acima de tudo, o progresso nacional.

Falou, depois, o vereador sr. dr. Viriato Namora, que, abordando, também, o problema do aproveitamento do Mondego, falou da necessidade de se instalar em Coimbra a sede da empresa das cinco concessionárias qu vão executar a prometida obra. E aquele vereador, em certo passo do su discurso, disse:

— São fáceis de escrever os nossos desejos... mas são muito estéreis as palavras quando a acção não lhes corresponde!

«Por isso, é a altura de renovar a campanha em favor da nossa terra, indo para fora dos seus muros, se for necessário, dizer o que efectivamente queremos. E queremos melhor agricultura e mais electricidad pelas dádivas, do nosso rio dominado; queremos a nova ponte rodoviária e a variante á estrada nacional numero um; queremos que a cidade deixe de ser atravessada, de dia, pelos comboios da Lousã; queremos as Faculdades de Engenharia e de Economia; e, ainda, em relação com o aproveitamento do Mondego, queremos que se fixe em Coimbra a sde da mpresa resultante da fusão das cinco empresas da rede primária.»

Teremos, assim, a cidade em caminho para o verdadeiro futuro de promoção — acrescentou —, tocando em pontos base, na agricultura, no comércio, industria e mesmo turismo, sem esquecer que um passado mundialmente brilhante, exige cuidada atenção, seja por quem seja, em favor da nossa gloriosa Universidade.»

Finalmente, o presidente, referiu-se ás recnts inaugurações de melhoramentos na vizinha freguesia de Tavira.

OS EXAMES DE APTIDÃO NA UNIVERSIDADE

Começam na segunda-feira as provas dos exames de aptidão á primeira matrícula nas diversas Faculdades da Universidade, para as quais estão inscritos 532 candidatos; Letras, 137; Direito, 125; Medicina, 101; Ciências, 108 e Farmácia, 11.

Serviços médicos da Previdência

Tomou posse do cargo de médico-chefe do Posto Clínico n.º 80 dos Serviços Médico-Sociais da Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família o sr. dr. João da Rocha Santos, que, desde há muito, fazia parte do corpo clínico daquele organismo.

Estabelecimentos assaltados

Alguns assaltos, ultimamente, em especial, a estabelecimentos, mesmo nas mais movimentadas artérias, causam receios entre os comerciantes.

Na Rua Visconde da Luz houve tentativas de arrombamento nalguns dos melhores estabelecimentos, e agora, em plena Rua Ferreira Borges, foi assaltado o «Ultimo Figurino», do sr. Raul Gaspar de Oliveira, de onde os gatunos levaram casacos, meias, camisas e outros artigos, cujo valor ainda não foi possível avaliar. Este assalto, durante a madrugada, pela porta principal que dá para a mais movimentada rua de Coimbra, torna-se quase inacreditável, o que leva a crer que o policiamento dessas artérias já se torna insuficiente.

Farmácias

LUCIANO & MATOS — Rua da Sofia.
HIGIENE — Rua Fernandes Tomás.
MACHADO — Rua Bernardo de Albuquerque.
M. NAZARÉ — Santa Clara.

Espectáculos para hoje

CINEMAS

GIL VICENTE — «Brincadeiras proibidas» (12 anos).
TIVOLI — «A morte vem a cavalo» (17 anos).
SOUSA BASTOS — «O Comissário X nas garras do Dragão Dourado» (17 anos).

ENGENHEIRO
Manuel Alexandre Leite de Castro Prata Dias
MISSA DO 7.º DIA
Sua família participa que será rezada missa pelo seu eterno descanso, amanhã, dia 24 ás 11 horas, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus a St.ª Marta.

Bolsa de Lisboa

AS COTAÇÕES DO DIA ANTERIOR

FUNDOS DO ESTADO	Efes	Compra	Venda
Consolidado 4 3/4% ..	—	—	518$
Consolidado 3%	—	540$	545$
Consolidado 3 1/2% ..	635$	630$	635$
Centenários 4%	1.500$	1 495$	1.505$
Obrigs Tesouro 5%	1.000$	—	1.000$
Externo 1.ª Série	—	735$	760$
Externo 2.ª Série e.	—	830$	—
Externo 3.ª Série	—	750$	770$
Externo 3.ª Série e.	—	830$	890$
Cautelas 3.ª Série	—	—	170$
OBRIGAÇÕES			
Aguas Lisboa 5%	—	460$	490$
A. P. T. 5% 56	—	940$	950$
A. P. T. 5% 58	—	940$	—
C. P. 4 1/2% 65	—	—	880$
C. P. 5 1/2% 67	—	—	—
C. U. F. 6%	995$	995$	998$
C. U. F. 6% 68	1.005$	1.000$	1.005$
Gás Elect 4% 48	—	870$	830$
Gás Elect 4 1/2% 51...	810$	800$	820$
Gás Elect 5% 52	—	—	890$
Gás Elect 5% 58	890$	880$	890$
Gás Elect 5% 59	—	—	890$
Gás Elect 5% 62	—	925$	940$
Gás Elect 5% 63	920$	915$	920$
Gás Elect 5% 65	—	—	920$
Gás Elect 6% 67	—	1.010$	—
H. E. A. Alentejo 5%...	—	820$	—
H. E. Cávado 5%	—	—	830$
H. E. Cávado 6%	—	—	1.005$
H. E. Douro 5%	—	805$	810$
H. E. Douro 6%	—	—	—
H. E. Norte Port 5%...	—	—	—
H. E. S. Estrela 6% ...	1.000$	999$	1.000$
H. E. Zêzere 5% 55	—	—	845$
H. E. Zêzere 5% 57 ...	—	—	845$
Lisnave 6%	—	1.020$	—
Metropolitano 4%	900$	895$	900$
Metropolitano 5 3/4%	1.002$	1.002$	1.004$
Moçambique 5%	—	780$	—
Nac. Electr. 5%	840$	—	—
Nitratos 5%	—	785$	800$
Nitratos 5% 60	—	—	—
Petroquímica 5%	—	860$	—
Port. Celul. 5%	—	950$	—
Sacor 5% 54	945$	—	—
Sacor 5% 60	—	—	—
Siderurgia 5% 2.ª	—	—	—
Siderurgia 5% 3.ª	—	—	—
Siderurgia 5% 4.ª	—	—	—
Sonefe 5%	—	845$	—
T. A. P. 4%	—	—	960$
Termoelect. Port. 5% ...	—	800$	820$
U. E. P. 3 3/4%	—	84$	—
U. E. P. 4%	—	85$	86$
U. E. P. 4 1/2%	—	—	—
U. E. P. 5%	—	—	—
U. E. P. 5% 60	—	—	840$
U. E. P. 5% 63	—	—	—
AÇÇÕES			
Bancos			
Agricultura	1.620$	1.620$	1.625$
Alentejo	900$	899$	900$
Angola	3.200$	3.195$	3.200$
Burnay	—	—	—
Créd. Predial	3.900$	3.900$	3.905$
E. Santo	—	18.500$	19.500$
E. Santo n.	18.600$	18.400$	18.700$
Fonsecas S. p.	—	20.000$	—
L. G. Açores p.	—	7.000$	7.100$
L. G. Açores n.	—	—	—
P. Atlântico p.	6.340$	6.335$	6.350$
Portugal n.	—	—	3.300$
Portugal p.	—	4.300$	4.500$
Totta Aliança	6.300$	—	6.400$
Ultramarino n.	2.900$	2.890$	2.900$
Ultramarino p.	3.185$	3.180$	3.190$
Seguros			
Alentejo	76$	75$5	—
Douro	—	1.400$	—
Mundial	655$	655$	660$
Sagres	—	1.450$	1.600$
Tranquilidade	—	47.500$	60.000$
Ultramarino	—	15.000$	30.000$
Ultramarinas			
Açúcar de Angola	865$	855$	870$
Ag. Cassequel	—	850$	860$
Ag. Incometi	—	—	—
Ag. Neves	—	—	—
Ag. S. Tomé e Príncipe	—	280$	—
Boror	—	—	250$
Buzi	—	86$	88$
Cabinda	248$	246$	248$

Ultramarinas	Efes	Compra	Venda
Diamantes Angola	2.075$	2 070$	2.075$
H. e Revue	610$	600$	—
Ilha do Príncipe	—	—	—
Moçambique	180$	177$	183$
Sonefe n.	—	—	—
Sonefe p.	435$	430$	435$
Zambézia	—	9?$5	93$
Angolano	—	—	—
Diversos			
Cidla	7.700$	7.680$	7.750$
Cim. Leiria	—	4.000$	4.100$
Cim. Tejo	—	6.000$	6.100$
Col. Navegação	1.550$	1.545$	1.560$
C. U. F.	1.460$	1.450$	1.470$
Ind. Aliança	—	630$	—
Nac. Navegação	3 800$	3.780$	3 850$
Petroquímica	2.250$	2.240$	2.300$
Port. e Colónias	—	1.450$	1.480$
Port. Celulose	4.700$	4.650$	4 800$
Port. Pesca	—	—	518$
Port. Tabacos	770$	770$	771$
Sacor	—	—	4 800$
Siderurgia Nac.	1.690$	1.685$	1.695$
Soce	2 950$	2.920$	3.000$
Tabacos de Portugal ...	—	1.560$	1.580$
Tabaqueiro	—	8 500$	8 650$
U. F. Azoto	857$	857$	860$
Aguas. Electr. e Gás			
Aguas Lisboa p.	—	405$	—
Aguas Lisboa 34	—	425$	440$
Aguas Lisboa 36	—	395$	—
Eléct. Beiras	—	—	1.730$
Gás Electr.	423$5	425$	425$5
H. E. Alto Alentejo ...	—	159$5	160$
H. E. Cávado	1.275$	1.275$	1.280$
H. E. Douro	1.255$	1.253$	1.255$
H. E. Norte Portugal ...	—	320$	330$
H. E. S. Estrela	1.700$	1.500$	1.800$
H. E. Zêzere	1.270$	1.265$	1.270$
Nac. Electricidade	1.265$	1.262$	1.270$
Termoeléctr. Port.	1.250$	1 246$	1.252$
U. E. P.	195$	195$	196$
FUNDOS DE INVESTIMENTO			
F. I. Atlântico	—	194$60	200$40
F. I. D. E. S.	—	120$60	124$20

ÍNDICE BORGES & IRMÃO

COTAÇÃO DAS ACÇÕES (Base: Dez. 65 100)

	15/10/69	21/10/69	22/10/69
GERAL	142,3	142,1	**142,3**
METRÓPOL ..	136,6	136,1	**136,3**
ULTRAM.	183,7	186,3	**186,1**

PAÍSES	Compras	Vendas
Africa do Sul:		
— Rands de 1 e 2 ...	36$00	38$00
— Rands de 5 a 20...	36$50	38$50
América:		
— Dollars de 1 e 2 ...	28$35	28$75
— Dollars de 5 a 1000	28$55	28$95
Canadá — Dollar	26$20	26$70
Alemanha — Marco	7$50	7$85
Áustria — Schilling	1$08	1$15
Brasil — Cruzeiro Novo	5$20	7$20
Espanha — Peseta	$40	$41,5
Holanda — Florim	7$85	8$15
Inglaterra — Libra	68$00	70$00
Itália — Lira	$04,45	$04,67
Bélgica — Franco	$53	$57
França — Franco	4$70	5$15
Suíça — Franco	6$65	6$85
Marrocos — Dirham	4$60	5$20
Dinamarca — Coroa	3$70	4$00
Noruega — Coroa	3$90	4$20
Suécia — Coroa	5$40	5$70
Ouro:		
Inglaterra — Libra Isabel	340$00	355$00
Inglaterra — 1/2 Libra	255$00	275$00
Ouro fino — Barra	37$30	38$80

J. BURNAY, L.DA
RUA DO OURO, 72
Notas estrangeiras
Papéis de crédito
Tel. 321273

CARTAZ DOS CINEMAS

Estreias de hoje — DAVEY, O FOLGAZÃO — SÃO JORGE — VIAGEM AO OUTRO LADO DO SOL — POLITEAMA

SÃO JORGE
(M. 12 anos) Tel. 54153
Hoje às 21.30 h. ESTREIA
DAVEY, O FOLGAZÃO
com John Hurt
Às 15.15 — 18.15 (M. 12 anos)
SHERIFF PRECISA-SE

EDEN
(M 12 anos) Tel. 320768
Às 15.15 18.30 e 21.45
Scope — Technicolor
Quem são eles? Homens cuja profissão é o crime, cuja esperança é a traição, cuja obsessão é o ódio!
ACABA COM ELES E VOLTA SÓ!
com Chuck Connors e Frank Wolf

SÃO LUIZ
(M. 12 anos) Tel. 327172
Às 15.15. 18.15 e 21.30
Franscope — Color
EM 2.ª SEMANA
O CÉREBRO
com David Niven, Bourvil, Silvia Monti, Jean Paul Belmondo e Eli Wallach

ALVALADE
(M. 12 anos) Tel 763080
Às 15.45 e 21.45
Franscope — Color
EM 2.ª SEMANA
O CÉREBRO
com David Niven, Bourvil, Silvia Monti Jean Paul Belmondo e Eli Wallach

TIVOLI
(M 17 anos) Tel 50595
Esta noite não há espectáculo cinematográfico
Só ás 15.15 e 18.15
3.ª SEMANA
O filme que obteve
2 PRÉMIOS DA ACADEMIA
com PETER O'TOOLE e Katharine Hepburn
O LEÃO NO INVERNO

IMPERIAL
(M. 12 anos) Tel. 45933
Às 21 horas
A TERRA DAS MIL AVENTURAS
UM PERIGO CHAMADO CAPRICHO

CHIADO TERRASSE
(Adultos) Às 15 e 21 h.
CARNE DA MINHA CARNE
O 3.º DIA

POLITEAMA
(PARA TODOS) Tel. 326305
HOJE, ÀS 21.30—EM ESTREIA UMA SENSACIONAL AVENTURA PARA DESVENDAR O MISTÉRIO DO INFINITO ESPACIAL
VIAGEM AO OUTRO LADO DO SOL
Um grandioso filme de antecipação científica com Roy Thinnes e Ian Hendry
(Technicolor)
HOJE, ÀS 18.30 — (M. 17 anos)
SESSÃO CLÁSSICA

CONDES
(Adultos Tels. 322523-326710
Às 15.15 18.15 e 21.30
SHARON TATE e ROMAN POLANSKI em
POR FAVOR NÃO ME MORDA O PESCOÇO
uma obra-prima do cinema moderno
Panavision-Metrocolor

IMPÉRIO
(M 12 anos, Tel. 555134
Às 15.15 e 21.30
EM 3.ª SEMANA
Panavison — Color
Duas civilizações, duas mentalidades em choque!
Um filme de JOHN BOORMAN
DUELO NO PACIFICO
com Lee Marvin e Toshiro Mifune

ESTÚDIO
(Adultos) Tel. 555134
Às 15.30 18.30 e 21.45
EM 11.ª SEMANA
A obra fundamental de Roman Polanski
REPULSA
com Catherine Deneuve e Ivonne Furneaux

ESTÚDIO 444
(Adultos) Tel. 779095
Às 15.30, 18.30 e 21.45
5.ª SEMANA
O mais discutido filme de Alain Resnais
AMO-TE, AMO-TE
com Claude Rich, Olga Georges-Picot

LIDO
Praça D. João I — AMADORA
Às 21.30 h. (M. 17 anos)
O maior espectáculo do momento em maravilhoso 70 mm
OS COMANDANTES

ODEON
(M 12 anos) Tel 326283
Às 15.15 e 18.15 (p. r.) e 21.30
2.ª SEMANA TRIUNFAL
Um vibrante romance de paixões proibidas e pecados escondidos
AMOR SELVAGEM
com Julio Aleman, Angelica Maria e Teresa Velazques
NOTÁVEL REALIZAÇÃO DE TITO DAVINSON
(Eastmancolor)

VOX
(M 21 anos) Tel 720803
Às 18.30 e 21.45
14.ª E ÚLTIMA SEMANA DE ENCHENTES
HELGA
(O segredo da maternidade)
Comentado em português
(Ar condicionado)
AVISO:
É indispensável a apresentação do bilhete de identidade, quando haja duvida da avaliação da idade.

MUNDIAL
(M. 12 anos) Tel. 538743
Às 15.15, 18.30 e 21.45
4.ª SEMANA
Finalmente em Portugal o famoso filme com Gary Cooper e Ingrid Bergman
POR QUEM OS SINOS DOBRAM.
Inspirado no célebre romance de Ernest Hemingway
Metro — Estação Picoas

AVIS
(M 12 anos) Tel. 47163
Às 21.45
Em 3.ª Semana de enchentes
A MAIS EXPLOSIVA AVENTURA DE SIMON TEMPLAR
O SANTO E A VENDETTA
ASTMANCOLOR
com ROGER MOORE

RESTELO
(M. 17 anos) Tel. 610375
Às 21.30
OPERAÇÃO KID BROTHER
com Neil Connery e Daniella Blanchi

MONUMENTAL
(M 17 anos) Tel. 555131
Às 15.15 e 21.30
3.ª SEMANA
Fane Dunaway e Marcello Mastroianni
Realização de Vittorio de Sica
UM LUGAR PARA AMAR

ROMA
(Adultos Tel 727778
Às 21.45
EM 2.ª SEMANA
A COMÉDIA DO ANO
CASEI CONTIGO POR ALEGRIA
TECHNICOLOR
com MONICA VITTI

LIZ
(Adultos) Tel 48560
Às 21 horas
3.ª SEMANA
Continuação de estreia
O DIABO A SOLTA
ELAS SÃO MAIS PERIGOSAS

EUROPA
(M 12 anos) Tel 661016
Às 21.30
70 m/m — Moscolor
16.ª SEMANA
O MAIOR MONUMENTO DE TODO O CINEMA!
NATASHA
2.º episódio de «Guerra e Paz»

CASINO ESTORIL
(M 17 anos) Tel 260729
Às 17 e 21.30
SOB O SIGNO DA SUSPEITA
c/ Stwart Granger, Susan Hampshire

OUTROS ESPECTÁCULOS

TEATROS

MARIA MATOS — Às 21 e 30: «Tombo no Inferno» (17 anos).
A B C — Às 20 e 45 e ás 23: «Ena já fala» (17 anos).
CASA DA COMÉDIA — Às 22: «Mário ou eu Próprio» (Adultos)
TRINDADE — Às 21 e 30: «Primos Basílios» (17 anos).
MARIA VITÓRIA — Às 20 e 45 e ás 23: «Esperteza Saloia» (17 anos).
MONUMENTAL — Às 20 e 45 e ás 23: «Ri-te, Ri-te» (17 anos).
VARIEDADES — Às 21 e 45: «Os Direitos da Mulher» (17 anos).
VILLARET — Às 21 e 45: «Amor ás riscas» (17 anos).

CINEMAS

MOSCAVIDE — Às 21: «O grande amor» (12 anos)
ARCO ÍRIS — Às 21: «Águias Negras de Santa Fé» (12 anos).
PARIS — Às 21: «Inspector Clouseau» (17 anos)
IDEAL — Às 21: «A noiva estava de luto» (17 anos).
CINEARTE — Às 21: «A Borboleta Vermelha» (17 anos).

COLISEU
AMANHÃ ÀS 21.30
(Maiores de 12 anos)
ESTREIA
NOVA COMPANHIA INTERNACIONAL DE CIRCO
As maiores atracções Internacionais
BILHETES A VENDA

JARDIM — Às 21 h.: «Camarada mini-saia» (17 anos).
CAMPOLIDE — Às 21 h.: «O ídolo quebrado» (17 anos).
B. V. LOURES — Às 21 e 30 h.: «Quem brinca com o fogo queima-se» (17 anos).
UNIVERSAL — Às 21 h.: «A caminho de Oregon» (17 anos).
SALÃO LISBOA—Às 21 h.: «Missão secreto em Veneza» (17 anos).

● Outra banda

ALMADA — INCRÍVEL — Às 21 e 15: «O homem que matou Alberty Valace» (12 anos)
COVA DA PIEDADE — UNIÃO ARTÍSTICA—Às 21 e 15: «Onde começa o sucesso» (17 anos).

● Linha de Cascais

ALGÉS — STADIUM — Às 21 e 30: «Desafio ás águas» (12 anos).
OEIRAS — OEIRAS - CINE — Às 21: «Romeu e Julieta» (17 anos)
ESTORIL — CASINO — Às 17 e ás 21 e 30: «Sob o signo da suspeita» (17 anos).
CASCAIS — S. JOSÉ — Às 21 e 30: «Operação Kid Brother» (17 anos)

● Linha de Sintra

DAMAIA — D. JOÃO V — Às 21 e 30: «Brincadeiras proibidas» (12 anos).
VENDA NOVA — CINE - PORTUGAL — Às 21: «Ao sul do Rio Grande» e «O monte do desespero» (12 anos).
AMADORA — RECREIOS DESPORTIVOS—Às 21 e 15: «De braço dado» (12 anos).
QUELUZ — QUELUZ-CINE — Às 21 e 15: «Todos são meus inimigos» e «A grande pecadora» (17 anos).
MEM MARTINS — CINE-CHABY — Às 21 e 30: «O último degrau» (17 anos).
SINTRA — CINE-TEATRO — Às 21 e 15: «Doze indomáveis patifes» (17 anos)

SOLAR DO MINHO
Rua do Vigário, 60
Telefone: 86 68 11
ALFAMA
(a Santo Estêvão)
PARA ADULTOS
Proprietária: artista EDUARDA MARIA
FADOS—FOLCLORE
RESTAURANTE TÍPICO
ABERTO ATÉ ÀS 3.30 DA MANHÃ
ABERTO AOS DOMINGOS

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

● Em Lisboa — Turno M

(Ver pelas boticas das imediações o telefones entre parênteses)

ALCÂNTARA — Probidade, R. de Alcântara, 5-A-B (638589)
AJUDA — Lídia Almeida, Calçada da Ajuda, 70 (6373 8)
ALTO DO PINA — Eusil, R. Barão Sabrosa, 104 (84 9 12)
ALVALADE — Rainha Santa, Rua Alf. Lopes Vieira, 57-B (765262) e Alentejo, Av. da Igreja, 28-B (712682)
ANJOS — Guerra, Rua Andrade, 32-36 (845513)
AREEIRO — Belo, Av. de Roma, 53-A (7763 4) e Estados Unidos, Av. Estados Unidos da América, 76-B (725859) e Central do Areeiro, Av. Paris, 2 e (720820)
AVENIDAS NOVAS — Santo Maria, Av. 5 de Outubro, 83-A (763016) e Cardoto, Lda., Av. Visconde Valmor, 28-A-B e C (772291) e Saldanha, Av. Praia da Vitória, 53-55 (43938)
BAIRRO AZUL — Sirius, R. Fialho de Almeida, 38-A (44000)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO — Ascenso, Rua 27, 41 (311216).
BAIXA — Frazão, R. das Portas de St.º Antão, 72 (328180) e Durão, R. Garret, 90-92 (324 66)
BENFICA — Marques, E. de Benfica, 648 (700096) e Vitex, Est. de Benfica, 373-B (780548) e S. João, Est. de Luz, 124-A (783 79)
CAMPO DE OURIQUE — Condestável, R. Coelho da Rocha, 119 (666206) — Almeida, R. Silva Carvalho, 136 (681726)
CAMPOLIDE — Imparcial, R. General Taborda, 28 (68093) e Rualto, Lda., Rua do Alto do Carvalhão, 5-A-5-B (651721).
CHARNECA — São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, — Galinheiras (790969)
CHILE — Lab.º do Brasil, R. Alves Torgo, 29-3º (46843)
CONDE BARÃO — Lys, R. da Esperança, 17-19 (6609 3)
CONDE REDONDO — Branca, Av. Duque de Loulé, 61-65 (45048).
ESTRELA E LAPA — Gama, Calç. da Estrela, 130 (660339)
GRAÇA — Anunciada, R. do Vigário, 74 (866360) e Progressiva, Rua St.ª Marinha, 18 (863619).
LUMIAR — Petutela, Herdeiros, R. do Lumiar, 122-124 (790332)
OLIVAIS — Fernandes Borges, R. C., 3, Lote 300 (311091) e Central dos Olivais, Rua Alferes Bartaro, Ruas 7-C, Olivais-Norte (315539).
PALHAVÃ — Curie, Av. Madame Curie, 5-A (718439)
PAMPULHA — Infante Santo, R. do Olival 490 (661003)
PATRIARCAL — Cunha, Rua do Escola Politécnica, 6 (32545)
PEDROUÇOS — Restelo, R. Duarte Pacheco Pereira, 1-C — (610741)
PENHA DE FRANÇA — Dimes, Rua Conde de Monsaraz 17-B (842533)
PICHELEIRA — Marius, Calç. da Pichelaria, 40-B-C (720703) e 728395)
REGO — Prates & Mata, Rua da Beneficência, 9 (773728)
SANTO AMARO — St.ª Amaro, Rua F. Elísio, 29-A-B (637070).
SÃO PAULO — Ultramarina, Rua de S. Paulo, 0 (32177)
DE SANTA APOLÓNIA AO BEATO — Grilo, R. do Grilo, 25 e Alves de Carvalho, Rua do Vale de St.ª Antónia, 1-9 (840125) 48-A (251234)
MOSCAVIDE — Varela — Av.ª de Moscavide, 44 (Tel 25185201) e Império — R. de Olivença.

● Linha de Cascais

ALGÉS — Almeida Nito, Avenida Comb. G. Guerra, 64 (212070)
CAXIAS — Nova — Rua Bernardim Ribeiro, 7-A (Tel 242839)
PAÇO DE ARCOS — Trindade Brás, Rua Coste Pinto, 86 243 20 34)
OEIRAS — Godinho — R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090).
PAREDE — Brandão, Av. da Republica, 77-C (2471054).
ESTORIL — S. João (Tel 26186)
MONTE ESTORIL — Suiça. Cruzeiro (260087)
CASCAIS — Cordeiro — Av. Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 280170); Nova — Est. de Alvide — Fontainhas (Tel 281044).

● Linha de Sintra

AMADORA — Dias, Av. Marquês de Pombal, Lote 9 (934589) e Campos, Rua Elias Garcia, 185 (930072) e Clobel, R. António Sardinha, 23-D (938551).
DAMAIA — Confiança — Est. Militar Lote D (Tel 971023).
QUELUZ — Correia, L. do Mercado, 3 (950905) e «Zeller, R. da Republica, 83 (950045).
CACÉM — Central — R. Elias Garcia, 55 (Tel. 2940034).
MEM MARTINS — Química — Est. Mem Martins, 285 (T. 2910012).
S. PEDRO DE SINTRA — Valentim (Tel. 980456).
SINTRA — Marrazes — L. Rainha D. Amélia, 20 (Tel. 980150)
COLARES — Colares — Abreja (Tel. 299088).

● Outra banda

ALCOCHETE — Gameiro, L. António dos Santos Jorge 5 (Tel. 234 00)
ALHOS VEDROS — Gusmão — R. Cândido dos Reis, 30 (Tel 224020)
ALMADA — Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (270076)
BAIXA DA BANHEIRA — Aliança — Est. Nacional 74 (Tel. 224302).
BARREIRO — Normal, Av. Alfredo da Silva, 16 (2273035)
COVA DA PIEDADE — Rainha Santa — Est. das Barrocas 50-A-B (Tel. 2760182)
MOITA — Silva Rocha — P. da Republica, 6 (Tel 289029)
MONTIJO — Montepio, R. Almirante Reis, 93 (230095)
SESIMBRA — Lopes — R. Cândido dos Reis 67 (Tel 229028) 245 58).
SETUBAL — Normal do Sul, Praça do Bocage (222 6)
SEIXAL — Godinho — L. da Igreja, 51 (Te. 2218580)

SERVIÇOS URGENTES

Telefones

ÁGUA, GAS e ELECTRICIDADE — Companhia das Águas 861353 e Companhias Reunidas, 537011 e Gazcidla 538821 e Gazcidla idem e feriados, 382069
BOMBEIROS — Sapadores, 322222 e Voluntários, 538524
POLICIA e G. N. R. — Serviço de emergência, 115 e Segurança Publica, 866141 e Judiciária, 535380 e Marítima, 326456 e Internacional, 362721 e Viação e Trânsito, 42205 e G.N.R. (área rural), 36865
SAÚDE — Cruz Vermelha, 865342 e Enfermagem permanente, 766161 e Enfermagem de urgência, 43738 e Hospital de Santa Maria, 775171 e Hospital de S. José, 860131 e Sangue, oxigénio e soros, 771168 e 771169 e Transfusões, soros e oxigénio, 538524 e Centro de Intoxicações (informativo), 767777, 761176 e 763456
TRANSPORTES — Aeroporto, 720111 e Caminhos-de-ferro (C. P.), 869029 e Caminhos-de-ferro (Estoril), 861121 e Estação fluvial (T. Paço), 325345 e Estação Marítima de Alcântara, 663195 e Estação Marítima de Rocha, 672445 e Estação fluvial (Belém), 638511.

BOM APETITE

Restaurante CASTANHEIRA
E. da Tore - Lumiar - 790168
ESPECIALIDADES DIÁRIAS
AOS SÁBADOS E DOMINGOS
ORQUESTRA PRIVATIVA DESTE RESTAURANTE
(M 15 anos)

NOVO RESTAURANTE
SALÃO DE CHÁ
NO POSTO SHELL EM
AZEITÃO
ESTRADA LISBOA - SETUBAL
Telef. 22 82 44
LOCAL APRAZIVEL PARA ALMOÇAR E TOMAR CHÁ

CHOUPAL
CERVEJARIA E RESTAURANTE
SERVIÇO REQUINTADO
AMBIENTE SOSSEGADO
AR CONDICIONADO, MÚSICA GRAVADA
ABERTO ATÉ ÀS 3.30 DA MADRUGADA
RUA DO SALITRE, 9 (junto ao Parque Mayer)
Telef. 42963

POPFADO
Encerrado aos domingos
UM RESTAURANTE EM QUE SE OFERECE QUALIDADE
BAR-BOITE
(M. 17 anos)
A PARTIR DAS 23 HORAS
COM O CONJUNTO DE
HELDER REIS
Rua Ferreira Lapa, 38-D
(à Av. Duque de Loulé)

RESTAURANTE BAR
LA PAIX
O SEU RESTAURANTE, ABERTO ATÉ ÀS 2 H.
Esquina Av. de Roma, com a Av. S. João de Deus

O «Diário de Lisboa» vende-se no Porto

O «Diário de Lisboa» encontra-se á venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Carvalhido, Rotunda da Boavista, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da Republica, Bonfim e Antas, a partir das 19 e 30, e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras, a partir das 20 horas.

Diário de Lisboa

DL

Propriedade da
Renascença Gráfica, S. A. R. L.

Sede: Rua Luz Soriano, 44
Telef. 32 03 71-2-3 e 32 11 84-5
Publicidade 3 42 21
End. Tel. DIBOA. Telex 1363
Lisboa 2 — Portugal

O «GRANDE PRÉMIO DE PUBLICIDADE»

(INICIATIVA DO «DIÁRIO DE LISBOA»)

VAI SER TEMA DE MESA-REDONDA PROMOVIDA PELO CLUBE DOS PUBLICITÁRIOS

É incontestável em publicidade o que importa é a comunicação. E, naturalmente, o êxito depende sempre do efeito resultante do poder da criação. A publicidade, como técnica do nosso tempo, torna cada vez mais vastas as suas possibilidades. Mas a primeira grande força da publicidade continua a ser a Imprensa, onde os olhos se prendem ao que vêem antes mesmo de iniciada a leitura.

Este foi, pois, o objectivo do «Grande Prémio de Publicidade», promovido este ano em segunda edição pelo «Diário de Lisboa»: avaliar até que ponto um anuncio pode situar-se na vanguarda do conhecimento e garantir o contacto directo com o publico. A iniciativa atingiu êxito expressivo: quase duas centenas de trabalhos foram apresentados por agências e serviços de publicidade.

Pois é exactamente o «Grande Prémio de Publicidade» o tema da mesa-redonda, que hoje, ás 21 horas, se realiza no Clube Português dos Publicitários, tendo como participantes os componentes do juri deste ano: Luís Filipe de Abreu, Sebastião Rodrigues, Vítor Silva e Jorge de Oliveira (Igrejas Caeiro não poderá estar presente por exigências da sua actividade teatral: a interpretação da peça «Tombo no Inferno», em cena no Maria Matos).

Esta mesa-redonda terá como moderador o dr. Duarte Boiça e comentários do dr. Ruy Diniz Netto. Os assistentes poderão também participar no debate.

Os trabalhos que disputaram o «Grande Prémio de Publicidade», instituido pelo nosso jornal, encontram-se expostos nas salas do Clube Português dos Publicitários.

Eurico da Fonseca esteve recentemente no Clube dos Publicitários onde, com profundo conhecimento, comentou o voo da «Apolo 11». A apresentação do orador foi feita pelo dr. Ramiro da Fonseca

O TEMPO

INFORMAÇÃO DO SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL

SITUAÇÃO GERAL Às 9 HORAS DE HOJE — Em Portugal continental o céu estava pouco nublado á excepção do litoral o norte do Tejo em que estava muito nublado. O vento era fraco e havia neblina ou nevoeiro em vários locais.

TEMPERATURAS EXTREMAS OBSERVADAS NA REDE NACIONAL DO CONTINENTE ATÉ ÀS 9 HORAS DE HOJE — Máxima: Praia da Rocha, 23°; mínima: Penhas da Saude, 5°.

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS — Coimbra, 14°; Faro, 17°; Funchal, 21°; Lisboa, 17°; Penhas Douradas, 11°; Portalegre, 15°; Porto, 15°.

TEMPERATURAS OBSERVADAS, ÀS 9 HORAS, NA COSTA DO SOL — Na atmosfera: 17°,5; na água do mar: 17°,4.

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 HORAS DE AMANHÃ

Continuação do bom tempo, com céu geralmente limpo; neblina e possibilidade de nevoeiros matinais.

Amanhã
Nascer ás 7 e 55
Ocaso ás 18 e 47

Dia 25 Dia 2 Dia 9 Dia 16

MARES:

PREIA-MAR: **Dia 23** — 2 e 32 (4 m); 14 e 52 (4,2 m). **Dia 24** — 3 e 15 (4,1 m); 15 e 35 (4,3 m). **Dia 25** — 3 e 53 (4,2 m); 16 e 15 (4,3 m); BAIXA-MAR: **Dia 23** — 8 e 20 (1,1 m); 20 e 50 (0,9 m). **Dia 24** — 9 e 03 (1,0 m); 21 e 25 (0,9 m). **Dia 25** — 9 e 40 (0,9 m); 22 (0,9 m).

MESMO QUE NÃO CHOVA

SÓ NO PRÓXIMO ANO ESTARÃO PRONTAS AS OBRAS DO NOVO PISO DA MARGINAL

— Se por acaso não chovesse até lá, tinhamos estas obras acabadas em Fevereiro do próximo ano ou mesmo antes — afirmou hoje ao «Diário de Lisboa» o empreiteiro sr. José Ribeiro, que tem sessenta homens na Marginal, entre Belém e Algés, a revestir de asfalto betuminoso as faixas de rodagem.

Entretanto José Ribeiro, um homem experimentado em muitos trabalhos congéneres, admite objectivamente que as chuvadas do Inverno poderão obrigar á interrupção da obra. Nesse caso o novo piso de parte da Marginal levará ainda o seu tempo até ficar como deve ser.

— *A empreitada é semelhante a várias outras que fizemos* — disse José Ribeiro. *Trabalhámos, por exemplo, na Avenida de Roma, Praça de Londres, Conde Valbom, Defensores de Chaves, Avenida da Republica e Saldanha. Neste momento estamos também a reparar a estrada Sintra-Ericeira. É claro que o Inverno é péssimo para trabalhar em betuminosos, dái a minha reserva quanto ao termo da empreitada.*

Um «tapete» de 2,5 cms

Segundo a descrição do encarregado Manuel Alves, um trasmontano seco de carnes que esta manhã orientava o revestimento na zona monumental de Belém, a obra divide-se em cinco partes. Eis-las:

— *Primeiro pica-se a estrada, depois faz-se a rega de colagem com alcatrão, depois saibra-se com a banda de massa (isto é, põe-se areão e gravilha n.º 2. Só nessa altura é que a estrada leva o «tapete» definitivo: dois centímetros de altura, misturado com areia e areão.*

Muito simples, e mais simples ainda se houvesse pessoal em quantidade. Registámos duas opiniões a propósito do assunto:

— *A malta pira-se para outros lados.*

— *A malta pira-se é por outro lado é pouco dinheiro, o tintol parece que está preso...*

Além dos homens há máquinas (com homens) a trabalhar: espalhadeiras de alcatrão, cilindros, caldeiras de rega e «dumpers». Um turno de pessoal removeu ainda o lancil do passeio para o substituir por «coisa fina».

Passeio novo em Pedrouços

Na zona de Pedrouços um outro empreiteiro, Henriques & Pardal, Ld.ª, procede á «construção de calçadas». Para leigos: o passeio junto á Marginal (lado direito no sentido Lisboa-Cascais) está a ser beneficiado por forma a levar relva, como já sucede perto de Algés.

Hortas e tapumes existentes na zona foram amputados de cerca de dois metros. Vantagem? Dar mais segurança aos peões, que deixam de transitar encostados á faixa de rodagem.

CONGRESSO DA DISTRIPRESS-1969

Com reuniões do respectivo conselho, do «Comité» directivo e debates entre distribuidores e editores prosseguiram hoje os trabalhos do Congresso Distripress 1969, a decorrer no Hotel Estoril-Sol até depois de amanhã. Nele participam cinco centenas de editores e distribuidores de jornais e revistas de diversos países estudando e debatendo temas respeitantes á circulação e distribuição da Imprensa.

Entre as recepções realizadas durante o Congresso destaca-se o «cocktail», de características bastante originais, oferecido á meia noite de hoje, no ultimo andar do Hotel Estoril-Sol, pela New English Library, distribuidora da revista «Penthouse». Com efeito deslocaram-se propositadamente de Londres seis jovens — «Penthouse Girls» — que com a sua presença darão áquela reunião assinalado cunho de originalidade.

MINHA SENHORA

Já viu o último n.º da revista feminina italiana AMICA? Não viu? Que pena!... V. Ex.ª nem sabe o que perdeu!

CAIU A UM BURACO COM 12 METROS

Esta manhã, minutos depois das seis horas, um eléctrico da C. C. F. L. descia a Av. Almirante Reis e á sua frente seguia uma carroça cujo condutor procurou encostar á direita para dar passagem áquele. Contudo, por causas não completamente esclarecidas, o eléctrico embateu na carroça e o condutor desta caiu num buraco ali existente, junto do prédio com o n.º 141, devido ás obras de instalação da linha do Metropolitano. O referido buraco tem cerca de 12 metros de profundidade e alguma água.

Compareceram no local elementos da P. S. P. e dos B. S. B., tendo a vítima sido transportada numa ambulancia da P. S. P. ao Hospital de S. José, onde ficou internada, sem fala e politraumatizada.

Segundo os elementos recolhidos no hospital crê-se tratar-se do sr. Martins Teixeira, de 54 anos, casado, servente de pedreiro e residente na Rua Quinta de S. Bernardino, 9, em Camarate.

VIAGENS AIR-STAR

Ida e volta de avião, estadia em bons hotéis em regime de alojamento e pequeno almoço e visita da cidade.

(7 dias)

MADRID e PARIS	4.450$
GENEVE e PARIS	4.800$
NICE e PARIS ...	5.000$
ZURIQUE e ROMA	5.300$
ZURIQUE, PARIS e LONDRES	5.600$

Telfs. 539871/362501
UTILIZE O CREDI-STAR

STAR
A MAIOR AGÊNCIA DE VIAGENS PORTUGUESA
Lisboa Estoril Porto Faro Funchal Luanda

CASTELÕES
AMANTEIGADO
PASTEURIZADO
UM QUEIJO
DE QUALIDADE

De vez em quando

Quanto maior é a barca, mais espectacular é o naufrágio. Uma cidade grande terá, lògicamente, grandes problemas — de comunicações, de esgotos, de comércio, de serviços de bombeiros e de polícia, de poluição atmosférica, etc., etc. —, um número interminável de preocupações para quem tem a seu cargo encontrar a solução apropriada, ou seja, em última análise, o município. Mas o munícipe tem, igualmente, obrigações. E não será das menos importantes apontar casos, como o fazem semanalmente vinte habitantes de Nova York, numa mesa-redonda com o «mayor» daquela cidade, transmitida pela televisão. Fico a pensar que (se o figurino estrangeiro nos servisse) podia ser esta a solução para substituir o «Zip-Zip».

V. D.

PODE-SE SER VOLUNTÁRIO DO EXÉRCITO COM 16 ANOS

Um edital da Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército estabelece que todos os mancebos que, em 1970, completem 17, 18, 19 ou 20 anos, bem como os que perfaçam 16 anos até 31 de Março, sabendo ler, escrever e contar (mas não tendo o 2.º ciclo liceal ou equivalente) podem ser incorporados no Exército, como voluntários, em 1970.

Deverão fazer um requerimento que, acompanhado de uma certidão de nascimento, deverá ser entregue na unidade mais próxima da sua residência, até 20 de Novembro próximo.

Na Marinha Grande o «Diário de Lisboa» vende-se no Café Cristal

LIÇÕES DE ARQUITECTURA NA S. N. B. A.

Abriu na Sociedade Nacional de Belas-Artes o novo ciclo de lições de iniciação á Arquitectura, regido pelo arq. Manuel Tainha e integrado no Curso de Formação Artística, mas de frequência livre, sem limite de idade ou grau de preparação. As aulas decorrerão, todas as quintas-feiras, ás 18 e 30, aceitando-se ainda inscrições.

SAIU HOJE

motor

REPORTAGEM DO
GRANDE PRÉMIO DO MÉXICO
JACKIE STEWART

Novo campeão mundial de condutores. Entrevista de Philippe Toussaint com Cesar Fiorio
Além de todas as suas secções habituais
ANÁLISES — ENTREVISTAS — COMENTÁRIOS
24 páginas **2$50**

A reforma da Universidade

Mesa-redonda realizada em Coimbra e na qual tomaram parte, a convite do «Diário de Lisboa», Gouveia Monteiro, Linhares Furtado Paulo Quintela e Víctor Matos e Sá (este como moderador). LER NAS PÁGINAS 9, 12 E 17.

Antipatriotas são os que defendem interesses contrários aos do Povo

—disse José Tengarrinha em Santa Iria da Azóia

SANTA IRIA DA AZOIA, 23. — Uma avaria na instalação eléctrica, a meio da sessão da C. D. E. de Lisboa, ontem realizada nesta localidade, causou certa efervescência na pequena sala onde se acotovelavam algumas centenas de pessoas. O candidato dr. José Manuel Tengarrinha, então no uso da palavra, prosseguiu, declarando: «*Se esta avaria técnica foi meramente acidental, só temos que encarar o facto com paciência. Mas se é determinada por mão criminosa, chamo a atenção das autoridades presentes para a necessidade de providências imediatas, para que não haja perturbação de que não seremos responsáveis*».

Durante cerca de quarenta minutos a sessão prosseguiu á luz de candeeiros a petróleo, até que foi reparada a instalação eléctrica.

«UMA LEI QUE ESTÁ FURADA»

Presidiu á sessão Joaquim Soares, da comissão de freguesia de apoio á C. D. E., que pediu aos presentes para que não hesitassem em expressar as suas duvidas, para ficarem «*perfeitamente informados sobre problemas de que nós todos temos andado um pouco alheados*».

(Continua na 4.ª página)

MESA REDONDA

especial

eleições

Os candidatos da C. E. U. D. de Lisboa reuniram-se com os representantes da Imprensa

O dr. Sousa Tavares falando, aos jornalistas nacionais e estrangeiros, na presença de todos os outros candidatos ceudistas durante uma conferência de Imprensa na qual se fez o balanço das dificuldades com que a Oposição Democrática deparou no decorrer da campanha que hoje finda

«Os servidores do Estado devem lutar pelo direito à associação sindical»

—afirma um comunicado da C. E. M.

Da C. E. M. de Lisboa recebemos o seguinte comunicado:

«Os servidores do Estado têm pouca representatividade em Portugal. Não podendo organizar-se em associação sindical e por ela apresentar as suas reivindicações são a unica classe trabalhadora que nunca teve autoridade para discutir os seus problemas e defender os seus próprios interesses. E, contudo, é ela que primeiro garante o funcionamento de toda a máquina estatal.

Ora, uma classe trabalhadora que nunca teve autoridade para discutir os seus problemas e defender os seus próprios interesses, não pode continuar a evitar a ameaça de desprestígio que a envolve. Será mesmo de perguntar-se se os servidores do Estado, uma vez que não têm capacidade legal para associar-se, podem realmente considerar-se constituintes de uma classe. A classe não pode derivar apenas da circunstancia de existirem funcionários publicos e administrativos ou equivalentes, mas sobretudo, da circunstancia de cada um poder sentir-se, nessa qualidade, membro de uma família concreta. Não podem-

(Continua na ultima página)

Problemas da industrialização do País Mesa-redonda efectuada no Porto

Tomaram parte no debate Armando de Castro (C. D. E.), Mateus Espregueira (C. E. U. D.) e Flávio Martins, a convite do «Diário de Lisboa». Interveio como moderador, também a nosso convite, Luís Paulino (NA PÁGINA CENTRAL)

Um grupo de 101 jornalistas pede a abolição da Censura à Imprensa

Um grupo de 101 jornalistas divulgou um documento que é do seguinte teor:

«Os jornalistas abaixo assinados sentem que é seu dever intervir na presente conjuntura política, propícia á discussão ampla e objectiva de aspectos fundamentais da vida portuguesa.

O problema que mais imediatamente lhes respeita — independentemente das suas opções á escala nacional sobre a natureza de todos os problebas que digam respeito ao progresso do povo português — é, naturalmente, o que se relaciona com o exercício da sua profissão. Reconhecem, unanimemente, que o jornalismo não pode ser exercido sob tutela e que uma indispensável e urgente emancipação cívica que dignifique a Nação, não pode conseguir-se sem uma Imprensa livre e responsável e á margem de qualquer tipo de Censura.

Os signatários, conscios dos seus deveres como cidadãos e como jornalistas, apelam por este meio para todos os candidatos — e, em especial, para os da União Nacional, visto que os da Oposição fazem da abolição da censura prévia á Imprensa uma constante dos seus programas — para que, nas suas derradeiras intervenções, debatam amplamente o problema da Imprensa em Portugal e proponham ao Governo a prática, tão urgente quanto possível, de medidas que libertem os jornalistas das sujeições a que têm estado submetidos — sujeições que são responsáveis por muitos dos atrasos verificados em relação aos restantes países europeus.

Os signatários lembram aos candidatos que os seus programas não poderão ser cumpridos — como os programas de qualquer Go-

(Continua na 4.ª pág.)

espelho da imprensa

Primeiras impressões

«Havia promessa e também demoras, a criarem ambiente de expectativa: o «cozinhado» seria bem capitoso, a condizer com uma já revelha fome. E quando os «pitéus» foram servidos, não foi possível abafar um oh!, com sabor a desilusão. Como nem sempre é possível encontrar o alimento fantasiado pelos sonhos da fome, o remédio é sentarmo-nos à mesa e servirmo-nos. Com delicadeza, parcimónia e respeito pelos outros e pelos próprios alimentos. E travando as conversas próprias de quem se encontra à mesa com os amigos. Uma Assembleia Nacional, como a expressão o declara, deve representar a Nação. A Nação que possui unidade dentro da sua complexidade. Ora os candidatos que se nos apresentam pertencem assustadoramente a meios ditos intelectuais, onde dominam os juristas, os médicos e os engenheiros. Ninguém dirá que Portugal é um país de intelectuais, embora em demoradas épocas tenha sido orientado por intelectuais. Mas é um país de «doutores», onde um diploma é uma chave de *evocações mágicas*.

Quer dizer: os chamados meios intelectuais tomam consciência de que a Pátria precisa deles, sacrificando-se eles a servi-la. E os outros meios, os que hoje estruturam as nações em toda a parte, vão ainda contentar-se em bater palmas ou em patear. Já é alguma coisa: muito pouca. De há muito que o «contrôle» dos especulativos deixou de estar entregue às mãos ou aos pés. «Pratos», isto é: nomes cansados. Fizeram a sua época, se é que tiveram época. O tempo desacreditou-os. Hoje, apenas os envolve um certo sorriso. De comiseração. Por eles, por nós e pelas circunstâncias que posibilitaram um teimoso lançamento. Ausência de elementos femininos. E à mulher foi aberta uma maior amplitude eleitoral. Uma tal amplitude que os resultados finais vão dever-se à mulher em grande parte. O que não deve admirar, uma vez que a mulher cada vez interfere mais e mais na vida pública. Fará falta uma válida presença feminina lá onde deve ser discutida a coisa pública. E um lindo espectáculo de desunião, com os inicialmente velados golpes baixos, já revelados à luz do dia, e tornados também altos. Afinal, mais uma afirmação do célebre e velho individualismo português. Esse individualismo que nem o futebol associativo tem conseguido vencer, com teóricos sabedores e técnicos importados da estranja. Cada um continua convencido de que é messias e salvará a situação por obra e graça das suas extraordinárias qualidades. Ainda mais se poderia acrescentar. Sejamos, porém, realistas: porque o que há, importa apenas uma escolha. O óptimo ou ideal não existe? Vamos lá ver o que se nos apresenta como bom ou ao menos como menos mau. Porque os pratos são servidos por outrem. Mas quem escolhe e selecciona somos nós. E não vamos abdicar dum direito por qualquer pressão, de mãos nos ombros, de promessas vagas, de cor ou de sonoridade de palavras.»

(Dr. Zacarias de Oliveira, «Correio de Coimbra», 9-10-69).

Aziúmes dum homem de mau humor

«(...) Mas, se no caso particular em que penso, não citei nomes, é porque desejo generalizar o desejo de que haja, sempre bons governantes à frente da Nação.

Estamos num momento grave da nossa história política: vão realizar-se eleições de Deputados. É uma escolha popular de representantes da Nação, que vão ser homens políticos por quatro anos, embora não sejam políticos de carreira profissional. Esses homens vão ter nas suas mãos o poder de legislar. Vão poder impor a sua vontade (da maioria) com a finalidade de alterar a conduta da massa nacional.

Essa alteração tem que ser valoritiva, sob todos os pontos de vista, materialistas e idealistas; quanto a todas as formas de vida, económicas, sociais, artísticas, científicas, políticas e religiosas; no concernente à Nação e não a pequenos grupos.

É, pois, imperioso que se medite, que haja muita reflexão, antes de votar. O voto tem de ser dado a quem dê garantias morais de bem servir a Nação, respeitando o seu passado, mas sem conservar vínculos que entravem o progresso, valorizando o seu presente, com equidade e sem injustiças que clamem aos céus e preparando o seu futuro, com espírito de amor social e compreensão de que se deve acertar o passo com as Nações mais progressivas e dentro duma conduta moral digna e séria.

(...) Esta Nação Portuguesa foi construída em oito séculos de luta, por homens dedicados patriotas, abnegados, que podiam não ser inteligentes, nem sábios, nem sempre acertando no que pretendiam. Mas, dos seus acêrtos e dos seus erros, da sua boa-vontade e da sua diligência, da sua crença e dos seus sentimentos, da sua fé e de sua esperança, das suas situações e das suas aspirações, saiu Portugal. Portugal foi feito por Afonso Henriques e Gonçalo Mendes da Maia, pelo Chanceler Julião e por D. Dinis, por Nun'Álvares e por D. João II; por D. Manuel e por Vasco da Gama; por D. Sebastião e por D. João IV; pelo Padre António Veira e por João das Regras; pela Rainha Santa Isabel e pelo Marquês de Pombal; pelo D. Pedro V e Mouzinho da Silveira, por Mouzinho de Albuquerque e por Camões; por Afonso Costa e por Sidónio Pais; por António José de Almeida e por Gago Coutinho. E por Salazar.

Mas, também foi feito por humildes lavradores de pé descalço e humildes mesteirais; por humildes frades missionários e humildes comerciantes das aldeias; por humildes marinheiros e humildes pastores; por humildes professores primários e esquecidos médicos das aldeias; por humildes vicentinos e humildes pretos do sertão; por humildes raparigas casadoiras e humildes viúvas de náufragos, por humildes pescadores e humildes soldados.

Pois bem: que todo este Passado que é Portugal, feito por Nobres e Plebeus, gente Grande e gente Humilde, gente Sábia e gente Analfabeta, gente Sincera e gente Patriótica, se não perca numa votação precipitada e irreflectida.»

(Falcão Machado, «A Voz do Minho», 11-10-69).

A lei da força e a lei do direito

«Nos povos do Mundo, por aqui e por além, predomina a *Lei da Força* em quase todos os sectores da actividade humana. É que os homens não se conhecem e não conhecem o maior dos Legisladores, não seguem os preceitos actualizados e oportunos daquele que manda: «que se faça a outrem o que se deseje para si». O chamado Rei da Criação vangloria-se, arroga-se de atributos com que enche as páginas dos livros e os Códigos legislativos, mas na prática, é um animal como outro qualquer. A conduta e o valor da sociedade humana têm que se avaliar pela forma como vivem e como se tratam entre si, os humanos! A sociedade constituída pelas abelhas, a sociedade instituída pelas formigas são significativas e dignas de estudo e de exemplo. Estes pequenos seres, estas laboriosas sociedades representam o verdadeiro modelo de vida em comum, de vida associativa, com as quais os indivíduos humanos têm muito que aprender, pois elas representam Academias e Universidades das quais há lições mestras a aprender. Em cada *formigueiro*, em cada *colmeia* nota-se um verdadeiro espírito associativo e nele, reflecte-se disciplina, ordem, labor e justiça distributiva. Na sociedade humana há tudo menos espírito associativo, há tudo menos ordem, menos disciplina. É que o espírito que preside as obras e empresas onde o indivíduo humano exerce a sua actividade, não preside o Espírito de *Jesus Cristo* que ordena: «*Homem, faz tu a outro homem o que queres que te façam a ti*»! Na sociedade abelhas, na sociedade formigas são todas iguais para trabalhar e para receber e devia ser assim entre os humanos. Entre elas é que se vê o interesse e o Bem Comum e então não vivem em conflito como os seres humanos. Os indivíduos humanos até no trabalho mantêm distinções, como se uns fossem filhos de Deus e outros do Diabo. Basta de tantas distinções! E são elas causa dos maiores descontentamentos, causa de miséria, de fome, de luta, de guerra de sangue. Categorias sim, mas uma ordem justa, condigna, mas sem remunerações distintas tão acentuadas. As diferenças as grandes diferenças são afrontas á *Justiça*, ao *Direito*, á *Paz* e ao *Bem Comum*. Homem, ou *sociedade de Portugal*, da *França* ou da *Russia! Faz com alma e com compreensão ao teu semelhante o que queres que te façam! Eis a bitola sociológica para uso da Sociedade Humana!*».

(Prof. Sanches Roque, «Gazeta de Coimbra», 11-10-69)

«Pelo futuro de Portugal»

No meio dos documentos eleitorais publicados durante o actual período político em Portugal, um que, precisamente, não é eleitoral figura como o mais esclarecedor da opinião política, e entre aqueles que mais profundamente exprimem ideias e mais modelarmente fixa um programa. É o volume *Pelo Futuro de Portugal*, em que Marcello Caetano reuniu os seus discursos e palestras de Setembro de 1968 a Setembro de 1969.

O livro é valorizado ainda por um «Prefácio» que contém o pensamento do homem de Governo que há um ano, em circunstâncias dramáticas, assumiu o Poder e o detém com uma sinceridade e uma inteligência notáveis, procurando orientá-lo no sentido de, continuando a obra de Salazar e o seu esforço de renascimento nacional, assegurar ao País as condições da ordem e do progresso que são o seu incontestável futuro.

(«Diário de Notícias», 18-10-1965).

ASSIM VAMOS NÓS

Propaganda nas paredes

Propaganda eleitoral nas paredes: afixação de cartazes, em pleno dia, no Rossio.

C. D. E. — O VOTO DO POVO

VOTE NA C. D. E.

LISTA D

FRANCISCO José Cruz PEREIRA DE MOURA
GLÓRIA Maria MARREIROS
JOÃO Pedro BENARD DA COSTA
JOAQUIM Cavaqueiro MESTRE
JORGE Fernando Branco de SAMPAIO
JOSÉ Augusto GOUVEIA
José GASPAR TEIXEIRA
JOSÉ MANUEL Archer GALVÃO TELES
JOSÉ Manuel M. do C. Mendes TENGARRINHA
Mário Augusto SOTTOMAYOR Leal CARDIA
ROSALINA Rodrigues Caetano Pinho
VICTOR Manuel S. Carlos WENGOROVIUS

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DE LISBOA

ao acaso da rua

— Já sabe em quem vai votar?

A hora de optar aproxima-se. O eleitorado tem de escolher. E a escolha exige meditação. Muitos, no entanto, já sebem em quem hão-de votar.

● Maria de Lurdes Barros Pereira, de 20 anos, estudante de germanicas:

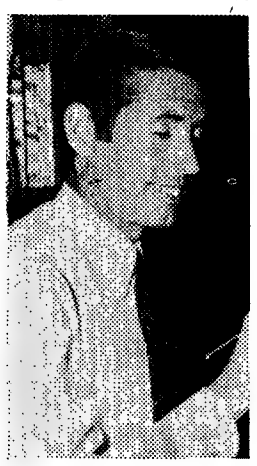
— *Ainda não posso votar, porque não tenho idade. No entanto, se já estivesse em condições de o fazer, ainda não podia decidir. Há uma coisa que me parece importante: que haja representantes dos estudantes na Assembleia Nacional.*

● Alberto Joaquim Pais Quima, licenciado em Geologia e estudante de Ciências, declarou:

— *Uma coisa é certa: Irei votar. Isto apesar de nos ultimos anos ter estado fora, no Ultramar.*

● José Chagas, empregado numa livraria, diz:

— *Sim, senhor, já sei em quem vou votar.*



Na lista da C. D. E. Para mim é a melhor, a que corresponde aos anseios do povo português. Considero estas eleições muito importantes e acho que todos devemos fazer uma frente unida para aproveitá-las em benefício nacional.

● Antonio Viegas, empregado de escritório, declarou:

— *Bom... já sei em quem votasei, mas isso são decisões confidenciais. A minha escolha é, aliás, a que já fiz nas campanhas anteriores. Parece-me que desta vez as eleições terão outra amplitude.*

● Abe. Cardoso, pequeno industrial torneiro afirma.

— *Ainda não sei em quem votarei. Mas espero votar. Devo estar inscrito. Há uns três períodos eleitorais que não votava...*

● Por ultimo, um motorista de praça, Virgílio Neves Ferreira:

— *Ainda não sei. Devo votar da maneira que sempre votei. Como? Ora, isso é querer saber de mais...*

Aspecto da assistência no comício da C. D. E. em Santa Iria da Azóia

O comício em Santa Iria da Azóia

(Continuação da 1.ª página)

A dr.ª Maria B. Bastos Monteiro abordou depois os problemas da mulher na sociedade portuguesa. «*Temos de preocupar-nos com o estado de escravatura, de infantilidade, a que a mulher está sujeita entre nós*».

Baseando a sua exposição em três pontos fundamentais — Instrução, Trabalho e Maternidade — a oradora acentuou ser ainda maior a dificuldade das raparigas no acesso ao ensino («*Nas famílias que não podem educar todos os filhos, os rapazes passam á frente*») e a posições profissionais justificadas pela inteligência e competência que possam revelar. Falando da maternidade lembrou que, segundo estatísticas recentes, «*quarenta por cento dos partos são feitos, em Portugal, sem assistência qualificada e daí que a taxa de mortalidade infantil sepa a mais alta da Europa*».

Apontou deficiências graves na assistência ás mulheres grávidas e ás crianças, afirmando a certo passo: «*A lei exige ás empresas que têm mais de cinquenta mulheres empregadas, a criação de creches ou jardins infantis. Todos sabemos que, na prática, isso não acontece. Porquê? Porque a lei diz também, a par disto, que as empresas ficam desobrigadas de o fazer se pagarem para o Fundo de Socorro Social seis escudos mensais por cada empregada. Portanto, é uma lei que está furada!*»

Maria Benedita Monteiro esclareceu ainda quais as soluções preconizadas pela C. D. E. para estes e outros problemas, afirmando ser necessária «*uma redistribuição de bens e propriedades, de tal modo que os patrões não possam ter lucros estrondosos, á sombra de homens e mulheres para quem não reverte o legítimo fruto do seu trabalho*».

O candidato José Manuel Tengarrinha, saudado com grande entusiasmo pela assistência, começou por dizer que iria abordar, principalmente, «*o maior dos problemas que afligem o povo português: o problema colonial*».

O orador focou ainda outros aspectos do presente momento eleitoral.

No final da sessão cantou-se o Hino Nacional, foi guardado um minuto de silêncio em memória do general Humberto Delgado. E foi aos gritos de «*vitória! vitória! vitória!*», «*viva a Liberdade*» e «*viva a C. D. E.*» que a assistência abandonou a pequena sala de Santa-Iria de Azoia.

Jornalistas pedem a abolição da Censura

(Continuação da 1.ª página)

verno sério e empenhado em empreender rápidamente com o seu povo a marcha do progresso — se não tiverem em Portugal uma Imprensa liberta da Censura prévia presentemente em vigor».

Seguem-se as assinaturas, por ordem alfabética do primeiro nome, dos jornalistas profissionais que subscreveram este documento:

Alfredo Marques, António Chaves, Adelino Cardoso, António Carvalho, Amilcar Sarmento, Afonso Praça, Angelo Granja, Alves Fernandes, Agostinho Domingues, Adriano de Carvalho, Alfredo Barroso, Aurélio Márcio, António Cordeiro, Abílio Marques Pinto, Araujo Moreira, Aníbal Pacheco e António Soares Magalhães; Baptista Bastos, Bernardino Coelho e Botelho da Silva; César dos Santos, Costa Carvalho, César da Silva e Carlos Gil; Daniel Ricardo, Edmundo Perdiz e Eduardo Corregedor da Fonseca; Fernando Assis Pacheco, Fernando Correia, Fernando Carneiro, Freitas Gonçalves, Filinto Lapa e Flávio Serzedelo; Germano Silva, Germana Brás Oliveira e Gustavo Malheiro; José de Freitas, José Manuel Teixeira, Jacinto Baptista, José de Lemos, José Carlos de Vasconcelos, João Gomes, Joaquim Letria, José António Machado, José Estevão Santos Jorge, José Salsa, João França, João Basto, João Carreira Bom, José Mensurado, José Ramos Luelmo, Jorge Cordeiro, João Ladeiras, José Gutierrez, José Miranda Pessoa, João Corregedor da Fonseca, Julio de Sousa Martins, José Manuel Pereira da Costa, Julio Serono, Joaquim Pacheco e João Maia; Luís A. Ferreira, Luís de Matos, Luís de Barros e Luís Rodrigues; Maria Armanda Vitorino, Manuel Magro, Mário Rocha, Manuel de Azevedo, Mário Castrim, Mário Zambujal, Manuel Pereira Rodrigues, Manuel Batoréo, Mário Cardoso, Maria Margarida Silva Dias, Mário Ventura Henriques, Matos de Carvalho e Mário Afonso; Nuno Rocha, Nuno Vieira e Nuno Vasco; Paulo de Carvalho, Pedro Rafael dos Santos e Pedro Alvim; Rodrigues da Silva, Renato Boaventura, Raul Rego, Rui Ganhão Pereira, Rodolfo Iriarte, Roby Amorim, Rogério Fernandes; Santos Marques, Silva Costa, Sérgio Acursio, Silva Pinto e Silva Tavares; Urbano Tavares Rodrigues; Victor Direito, Viale Moutinho, Viriato Mourão e Viana de Almeida.

NOVIDADE

A Legislação Eleitoral e sua Crítica

DR. JOSÉ DE MAGALHÃES GODINHO

QUAIS AS RAZÕES DA CRÍTICA ELEITORAL?

PREÇO 40$00

Em apêndice toda a legislação

Pedidos a:

PRELO EDITORA

R. da Misericórdia, 67, 2.º, esq.

Telefone 37 06 91

LISBOA-2

Listas do Círculo Eleitoral de Braga

Lista A — U. N. (União Nacional)

Lista B — C. E. U. D. (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática)

Lista D — C. D. E. (Comissão Democrática Eleitoral)

Nota — A letra C fora atribuída à lista da Comissão dos Nacionalistas Independentes, que desistiu.

Externato SÁ DE MIRANDA

PRIMÁRIO • C. PREPARATÓRIO • LICEAL

• Inexcedível Corpo Docente

• Instalações funcionais e aprazíveis

RUA ALEXANDRE BRAGA, 17 (A ESTEFANIA)

Telef.: Secret. 45310 — Direcção 537532

A propósito de uma afirmação do dr. Cal Brandão

Da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática recebemos, com o pedido de publicação, o seguintes esclarecimento:

«O candidato dr. Mário Cal Brandão, num discurso proferido na sessão de propaganda eleitoral realizada na passada terça-feira, dia 14 do corrente, no Cine Brasão, Valadares, afirmou:

«Estamos na preparação do acto eleitoral e aí as dificuldades não têm sido menores.

«A falta de organização das forças políticas da oposição torna muito difícil um desenvolvimento correcto dos actos pré-eleitorais.

«Não havendo quadros, por falta dessa organização, há que improvisá-los.

«E, com improvisação se tem de arranjar quem copie os cadernos eleitorais, quem se encarregue da leitura das listas, quem escreva envelopes para os enviar aos eleitores — em todo o distrito há cerca de duzentos mil — quem depois os distribua, etc., etc.

«A cópia dos cadernos arrasta-se há mais de dez dias — embora se trabalhe em todas as horas de expediente — e só amanhã nos será possível terminá-la e fazer depois o seu envio para os concelhos.

«Todavia, a União Nacional — vantagem da sua organização — não precisou de ir copiá-los, o Governo forneceu-lhos.

«E porque não a nós?

«Calculem, portanto, meus senhores, como é enormíssima a empresa a que lançamos mão?!»

Ora, tendo chegado esta afirmação ao conhecimento do sr. governador civil, apressou-se S. Ex.ª a vir rectificá-la, afirmando não ser verdade que se tivessem fornecido os cadernos á União Nacional. E, acontece até que se tendo esta atrasado no seu trabalho, em relação ao dos Comissões Eleitorais, como também informou S. Ex.ª ainda, neste momento, não terminou a sua cópia.

Regista-se este facto, rectifica-se a afirmação e anota-se com louvor que este ano as coisas se tivessem passado de modo diverso. Todavia, a afirmação do candidato dr. Mário Cal Brandão foi feita com a mais inteira boa-fé, baseada no conhecimento dos anos anteriores e, sobretudo, por nunca se ter aperebido — não obstante ter ido várias vezes ao Governo Civil acompanhar os trabalhos dos técnicos encarregados desse serviço — que, em outra sala, pessoas por incumbência da União Nacional, se dedicavam á mesma tarefa.

As nossas desculpas.

A política da saúde vista pela C.E.U.D. do Porto

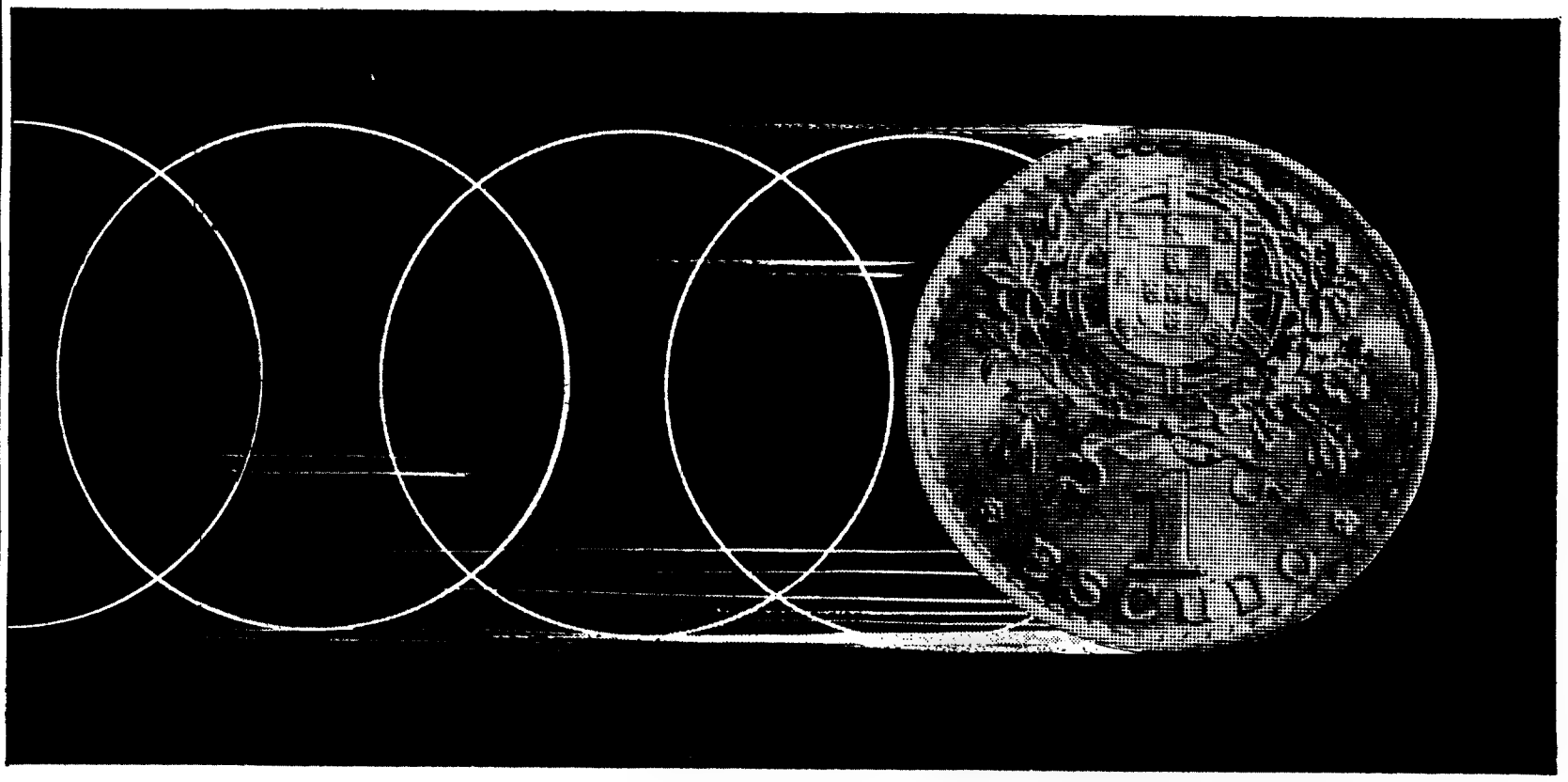
Da C. E. U. D. do Porto recebemos, com o pedido de publicação, o seguinte comunicado:

1.—*Legenda:* A necessária defesa de saude publica, tem como pressuposto fundamental proporcionar a cada ser humano as condições-base que lhe permitam uma verdadeira contestação e prevenção da doença.

O salário, a alimentação, a higiene, o vestuário, a habitação, a cultura, etc. — são elementos primários, sem os quais não existirá um estado sanitário satisfatório.

Entre nós, o baixo índice da saude publica, como da saude moral, correlaciona-se intimamente com a ausência de uma política esclarecida, humana, sensata e *apolítica*.

Só em 1958, há uns escassos 11 anos, se criou o Ministério da Saúde.



DINHEIRO EM MOVIMENTO
É SINAL DE RENDIMENTO.

Dinamize as suas economias, contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país.

O BANCO DE FOMENTO proporciona-lhe:

Rendimento de 4,5% ao ano, isento de impostos.
Segurança total.
Colocação eficaz do seu dinheiro.
Disponibilidade dos depósitos por meio de livranças.

CONSULTE OS NOSSOS SERVIÇOS:
LISBOA
Rua Braamcamp,5
PORTO
Av. dos Aliados, 58-64

BANCO DE FOMENTO NACIONAL
IMPULSIONADOR DO CRESCIMENTO ECONÓMICO NO ESPAÇO PORTUGUÊS

O estado da Previdência e as reformas que se impõem

Os participantes na mesa-redonda sobre «O estado actual da Previdência e as reformas que se impõem», publicada neste suplemento (dias 8 e 9 do corrente), entenderam enviar-nos os seguintes comentários a propósito dos «Esclarecimentos do Ministério das Corporações» que inserimos na «Mesa-Redonda» do dia 18:

Dr. Francisco de Sousa Tavares

A propósito da «mesa-redonda» intitulada «O estado actual da Previdência e as reformas que se impõem», o Ministério das Corporações enviou ao «Diário de Lisboa» uma nota de rectificação e esclarecimento e na qual se pretende contestar algumas afirmações feitas nessa mesa-redonda.

Como é evidente só me interessa aquilo que na nota se refere a declarações minhas.

Antes de responder, quero começar por lamentar que a U. N. não se tenha feito representar na citada mesa-redonda, pois aí seria o local e a hora apropriada á aberta discussão do problema e á eventual contestação de quaisquer afirmações feitas pelos participantes. a) A afirmação de já se atingir em certos ramos da produção percentagens de desconto de 26 a 27 por cento para a Previdência Social é minha e mantém-se rigorosamente exacta. Com efeito não é legítimo deixar de contar com os 3 por cento (2 por cento dos trabalhadores e 1 por cento do capital) que são descontados para o fundo de Desemprego, e que a não ser que sejam considerados como uma tributação arbitrária lançada sobre o trabalho nacional, terão que ser classificados como um seguro social de desemprego «sui generis».

b) A afirmação de que a Previdência não foi planeada nem estruturada como um verdadeiro seguro social á escala nacional, fazendo-se depender as Caixas de Previdência da organização corporativa e das convenções colectivas de trabalho, é plenamente confirmada pela própria nota do Ministério das Corporações que invoca a Reforma de 1962 (vinte e sete anos depois do lançamento legal da Previdência) para afirmar que esse seguro geral e nacional existe *agora* pelo menos como afirmação legal.

c) Declarei que teria sido possível obter um esquema de benefícios mais lato utilizando pelo preço, da Previdência as instalações particulares de Seguros. Manifestei-me absolutamente contrário a essa solução e a minha frase apenas se destinava a fazer ressaltar a estreiteza do esquema inicial de benefícios da Prvidência. Mantenho inteiramente a declaração

d) O Ministério das Corporações não nega, nem poderia negar que «em Portugal se adoptou um sistema de previdência absolutamente errado. O da Capitalização total...»

Vem apenas dizer que já *agora* se adopta quanto aos benefícios imediatos o método de distribuição, e que foi reduzida para 3,5 por cento, percentagem de desconto destinado á invalidez, velhice e morte.

Segundo o Ministério das Corporações dividem-se assim os 23,5 por cento de desconto para a previdência:

7,5 %	para benefícios imediaos (doença e?)
3,5 %	para benefícios diferitos (invalidez. velhice e morte)
7 %	para abono de família
18 %	
5.5 %	para fins ignorados?

Será assim!

e) *Economia de gastos pela nacionalização dos serviços.*

Regozijamo-nos com a «tendência» da Reforma de 1962 no sentido por nós indicado, mas continua perfeitamente válida a nossa afirmação.

f) Nada pôde responder o Ministério das Corporações, á minha simples e frontal acusação de ter sido um erro extraordinário, dispendioso e inexplicável, a montagem duma rede de postos clínicos.

Apenas se diz que a culpa não foi da Previdência, porque não existiam serviços hospitalares e de saude. Aceitamos a explicação mas fica de pé a responsabilidade do Estado na desconexão dos seus serviços na imprevisão dos problemas e no absurdo empirismo de soluções totalmente erradas.

Não tenho muito ou mesmo nada portanto para rectificar. Não desejo negar o intuito de reparar os erros. Mas a crítica á forma errada e anti-social como foi criada e montada a Previdência Portuguesa e que custou milhões de contos ao trabalho nacional mantém-se válida e pertinente.

a) *Francisco de Sousa Tavares».*

António Pardete da Fonseca

Sobre a nota do Ministério das Corporações acerca da mesa-redonda sobre «Previdência Social», em que, a convite do «Diário de Lisboa» e em representação da Lista Independente de Lisboa, da C. E. M., muito gostosamente participei, tenho alguns reparos a fazer que julgo poderem aclarar melhor a referida nota, evitando possíveis confusões.

Registo, contudo, o interesse que os problemas debatidos mereceram do Ministério das Corporações, só lamentando que o tom por vezes utilizado tenha tirado o mérito de esclarecer o publico, pois parece-nos que a nota, que oportuna em alguns aspectos, foi demasiado tendenciosa e pouco clara noutros.

A nota é demasiado tendenciosa quando afirma que os participantes da «mesa» eram (representantes das listas oposicionistas».

Está suficientemente bem esclarecida qual a posição da lista de candidatos a deputados a que pertenço. A Comissão Eleitoral Monárquica propôs ao eleitorado de Lisboa uma Lista de Candidatos Independentes e, a não ser que se queira estabelecer equívocos ou misturar posições, que permitam a continuação do emprego de uma cómoda linguagem que reduza as forças políticas do país ao duo Situação-Oposição, não aceito que nos queiram confundir com posições que, apesar de serem alguns aspectos comuns no campo da actuação, são profundamente diferentes quanto á sua origem doutrinária e objectivos finais.

Quanto aos pontos das minhas intervenções na «Mesa» que considero terem sido observados com pouca clareza, na referida nota, passaremos a referir-nos só aos de maior interesse a fim de não nos alongarmos demasiado. Lamentamos, contudo, que a falta de um especialista representante da U. N. tenha feito com que esta mesa-redonda não tenha sido mais construtiva evitando-se esclarecimentos a esclarecimentos que só podem confundir os leitores.

1. Ao falarem em «conclusões» da mesa afirma a nota que «parece (note-se bem o termo» ter-se deixado para uma eventual consulta popular».

É pena que o autor da nota não tenha conseguido tirar uma conclusão á cerca das afirmações claramente feitas na «mesa». Para terminar com as duvidas, transcrevo as minhas palavras sobre o assunto:

«Não acredito na possibilidade da população em geral estudar o problema. Acredito sim numa equipa de especialistas, que saem dessa população, naturalmente, e que vão estudar o problema».

2. Uma vez que, a propósito da afirmação *«que se o nosso Estado, em vez de ter criado Caixas de Previdência tivesse entregue o sistema da previdência social ás companhias de seguros particulares... ter-se-ia obtido um sistema de seguros de certeza mais provcitoso e mais lato»*.

«E concluí na nota que «a opinião além do mais não coaduna com a tendência socializante das conclusões da mesa», vejo-me obrigado a interferir numa intervenção de um dos outros participantes da mesa, pois lamento que na nota não esteja claro o seguinte:

a) o que se pretende fazer subentender com a afirmação vaga «além do mais»?

b) que pretendem dizer ao afirmarem que as conclusões são de tendência socializante?

Parece-nos mais uma tentativa para desvirtuar as posições doutrinárias de cada um dos participantes em vez de «uma contribuição para o esclarecimento dos problemas em causa», como se afirma no início da nota.

Sobre o assunto disse:

«*De qualquer das maneiras, não se poderia optar, neste caso, por um sistema se seguros particulares. Uma vez que tinha que se seguir forçosamente a linha de seguros nacionais, quer dizer, onde a comparticipação do Estado garantisse a solvência do sistema. Não se podia de um momento para o outro, num país onde as tradições mutualistas e de seguros nacionais eram quase inexistentes, conseguir-se uma cobertura total dos riscos.*»

4. Quanto ao problema da Previdência Rural e á afirmação de que «a comparticipação exterior á actividade agrícola é superior a um terço do custo global do abono de família. Com efeito espera-se que esse abono custe, nesta primeira fase 300 000 contos, não devendo as contribuições patronais exceder 200 000 contos». acho melhor transcrever parte do n.º 5 do relatório do Decreto n.º 49 216, publicado no «Diário do Governo» de 30 de Agosto, em que se verifica que os numeros fornecidos na nota e no relatório do decreto são diferentes, é conveniente notar que se presume terem sido estes numeros fornecidos por especialistas:

«Com base nos elementos estatísticos disponíveis, presume-se que o regime especial agora instituído, circunscrito à área abrangida pelas Casas do Povo, venha a implicar um encargo anual da ordem dos 290 milhares de contos, enquanto o volume de contribuições patronais, a conseguir-se a sua efectiva cobrança nos termos regulamentares, se avalia em cerca de 210 milhares de contos.

a) *António Pardete da Fonseca».*

Alberto Pedroso

Em nota enviada ao «Diário de Lisboa», procura o Ministério das Corporações e Previdência Social rectificar e esclarecer algumas das afirmações feitas pelos participiantes da «mesa-redonda» sobre «o estado actual da Previdência e ás reformas que se impõem».

Participante dessa «mesa-redonda», como elemento da C. D. E., várias afirmações por mim feitas no decurso do util diálogo então mantido, mereceram algumas observações ao M. C. P. S.

Embora não podendo deixar de reconhecer que, em relação ao fundamental do debate travado e ás consequentes conclusões dele extraídas e extraíveis, a nota nada procurou contrapor, sinto a necessidade de precisar alguns aspectos focados:

Em concreto:

1.º — A afirmação de que «é oportuno encararmos, também, ser mais que tempo de promover a universalização da cobertura do risco de sobrevivência», mais sublinhada fica com a nota publicada, na qual se dá conhecimento de estar já a ser estabelecida, não se contestando a «legitimidade da pretensão». Apenas nos resta aguardar que o seja de facto, passando da letra dos textos para a realidade quotidiana de todos os beneficiários do seguro;

2.º — Relativamente á observação formulada sobre a minha afirmação de «que não podemos comparar as percentagens descontadas entre nós para a previdência, com as praticadas noutros países», lamento que não tenha sido transcrita na íntegra, incluindo-se, portanto, a frase: «Pelo menos, ao fazermos esse confronto, devemos ter presente quais as vantagens que esses sistemas oferecem.»

(Cont. na página seguinte)

OBRAS DE ASSINALÁVEL ACTUALIDADE NO PRESENTE MOMENTO POLÍTICO

COLECÇÃO PORTUGÁLIA

biblioteca de estudos sobre a vida portuguesa

a história • a cultura • a terra • os homens

Alguns volumes publicados:

JOSÉ ESTÊVÃO (o maior orador parlamentar português e um dos maiores da Europa oitocentista): OBRA POLÍTICA

Discursos parlamentares, Controvérsias e Intervenções parlamentares, Artigos de Imprensa, Programas políticos, Discursos proferidos fora do Parlamento

Recolha, Prefácios e Notas de José Tengarrinha — 2 vols., 900 p., 110$00

CÉSAR NOGUEIRA: NOTAS PARA A HISTÓRIA DO SOCIALISMO EM PORTUGAL

A primeira obra de conjunto sobre o movimento socialista em Portugal, utilizando e transcrevendo documentos inéditos. — 2 vols., 650 p., 90$00

JOSÉ TENGARRINHA: HISTÓRIA DA IMPRENSA PERIÓDICA PORTUGUESA

Desde as «folhas volantes» quinhentistas até aos primeiros diários e à imprensa política de 1910. — 1 vol., 350 p., 45$00

AUGUSTO DA COSTA DIAS: DISCURSOS SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA/1821

Os textos das sessões, nas Cortes Constituintes de 1821, sobre o tema da Censura e Liberdade à Imprensa. Intervenções de Manuel Fernandes Tomás, Borges Carneiro, Abade de Castelo Branco, Francisco de Melo Breyner, etc. — Um belo livro. Um alto serviço prestado à Cultura. (Mário Sacramento). 1 vol., 580 p., 65$00

—) (—

PROSA DOUTRINAL DE AUTORES PORTUGUESES — II: ANTÓNIO SÉRGIO

Selecção, prefácio e notas de Joel Serrão. — Antologia que reúne a súmula do pensamento sergiano: «Como que a busca dum método...»; Problemas do homem português; Humanismo, Racionalismo e Universalismo. 1 vol. de 600 p., 65$00

—) (—

OBRAS DE BASÍLIO TELES

A reedição de algumas obras do notável pensador e ideólogo, grande vulto do movimento republicano, que soube ver com rara penetração os mais agudos problemas nacionais.

DO ULTIMATUM AO 31 DE JANEIRO (Esboço de história política) — Introdução de Augusto da Costa Dias — 390 p., 65$00

MEMÓRIAS POLÍTICAS — Com um longo estudo de Augusto da Costa Dias — 260 p., 55$00

PORTUGÁLIA EDITORA

Avenida da Liberdade, 13, 3.º — LISBOA

Há pessoas a viver em condições infra-humanas numa das zonas mais ricas do País

— acusa a C. E. U. D. de Cascais

Da Comissão concelhia de Cascais de apoio á C. E. U. D. do distrito de Lisboa recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte «proclamação»:

«À medida que se aproxima a ida ás urnas, sente-se mais do que nunca que o Povo português terá que optar entre a paz podre e obscurantista, em que vive há 43 anos, e um clima de liberdade e de progresso humano, proposto pela Oposição Democrática. Daí, a Comissão Concelhia de Cascais da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática vê-se na obrigação legítima de se dirigir ao Povo do concelho de Cascais, na viva esperança de que tenham sido entendidas as linhas mestras do seu programa de acção. As reivindicações e as propostas — que a C. E. U. D. apresenta á nação — são bem simples e todas do mesmo teor progressista, ou não se inserevessem ao nível das exigências mais urgentes da liberdade, da justiça e da paz ,que constituem a espinha dorsal de qualquer povo digno, e são naturalmente, também, o grito concorde do Povo português.

Não pode existir vida decente numa sociedade quando se verifica que apenas a alguns são concedidas todas as regalias e «salvos-condutos», enquanto outros, por seu turno, e que formam a esmagadora maioria, se debatem num subdesenvolvimento a todos os níveis. E não precisamos de ir muito longe para verificarmos — e agora no concelho de Cascais — que, sendo esta uma das zonas mais ricas (senão a mais rica) do País, é também, simultâneamente, uma daquelas onde há maior número de pessoas a viver em condições de infra-humanidade. Para tanto, basta ver que encontramos, no centro do Estoril, o Casino, mas a quinhentos metros (ou pouco mais) deparamos com as barracas «turísticas» do Vale de Santa Rita. A Costa do Sol está cheia destes exemplos frisantes, e que desabonam, de uma vez por todas, o regime totalitário.

Cidadãos: Portugal é de todos os portugueses, e não apenas de meia dúzia deles. A C. E. U. D. pretende — assim como a Oposição Democrática em geral — restituir Portugal aos portugueses. Já basta de imobilismo e de supremacias de casta. Cidadãos, votai na C. E. U. D. Votai na LISTA B. E, votando na Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, votais fraternamente, cristãmente, no pão para todos, em iguais oportunidades para todos, votais na liberdade de Imprensa, de pensamento, de reunião e de associação, votais numa justiça escorreita, votais naquilo que há de mais profundo e autêntico no Homem: a sua dignidade e a sua honra.

A Comissão Concelhia de Cascais — *Fernando Grade, Fernando Heitor Gomes Teixeira, Manuel António Garcia, Eduardo Armindo G. Aragão de Carvalho, Otília Judite de Paiva Ribeiro.*»

Explicação de aderentes à C. E. U. D. do Porto

A C. E U. D. do Porto enviou-nos, com o pedido de publicação, o seguinte documento, «vindo do sector católico»:

«Os cidadãos subscritores tiveram presente ao aderirem á C. E. U. D. o imperativo de consciência de se determinarem politicamente.

Primeiro e acima de tudo, por se sentirem no dever de rejeitarem as estruturas governamentais vigentes que permitem o exercício de actividades que facilitam o domínio de minorias em detrimento dos direitos básicos e da satisfação de necessidades fundamentais de grande parte dos cidadãos.

Segundo, consideram fundamental a denuncia do actual processo eleitoral que, como os demais, faz vislumbrar a existência dum direito fundamental dos cidadãos — o de livremente se constituirem em grupos políticos: E senão tenhamos presentes os pressupostos do «Balanço de duas semanas de campanha da U. N.»

Terceiro, e por ultimo, querem os subscritores, ao expressarem, publicamente a sua opinião, proclamar a sua solidariedade para com todos os cidadãos que estão, de facto, em luta pela conquista dos plenos direitos de cidadania que não é mais do que a correspondência á Declaração Universal dos Direitos do Homem.

aa) Arlindo Vieira Fernandes, Carlos Gabriel Castro Fernandes, Carlos José Megre Eugénio, Eduardo Martins da Silva, Ernesto Campos, José Baptista de Sá, José Fernando Oliveira Vaz, Julio dos Santos Ribeiro, Manuel António Lopes Ribeiro e Maria Helena Cabral Silva.»

Presenças estranhas — observação e convívio

RAUL REGO

Em Lisboa se encontram neste momento dezenas de jornalistas estrangeiros. Alguns são nossos conhecidos de outras vezes que nos visitaram já, de encontros que com eles tivemos em países estrangeiros; e ainda há poucos dias na Alemanha em mais de cem jornalistas de todo o mundo, convidados pelo Governo da Alemanha Ocidental para verem e observarem livremente as eleições alemãs, se nos depararam camaradas que em Lisboa nos tinham procurado por diversas ocasiões. Oficiais do mesmo ofício, com eles acompanhámos alguns políticos nas suas caravanas de propaganda, participámos nas mesmas conferências de Imprensa e, nos intervalos, trocávamos impressões sobre a experiência profissional e política que vivíamos e sobre os nossos respectivos países.

Foi das maiores concentrações de Imprensa em que até hoje me foi dado participar, essa multidão de homens de Imprensa de todo o globo, desde os indonesianos e filipinos ao chilenos e mexicanos, nigerianos, franceses, italianos, nórdicos, em que eu e o meu amigo e camarada Filipe Armesto, da «Vanguarda» de Barcelona, éramos os únicos peninsulares. E, com os jornalistas, encontrámos políticos de outros países, na mais natural das convivências. Ali tinham ido também para ver, observar, como um povo escolhe os seus representantes, no mais importante momento da sua vida cívica e política.

Todos esses jornalistas e políticos, andavam livremente, faziam as perguntas que queriam (e algumas delas escaldantes para os representantes do Governo ou dos partidos alemães que, honra lhes seja, nunca embatucaram na resposta, nem se irritaram com a intenção esguia deste ou daquele) e não receberam a mais leve insinuação, os jornalistas, sobre o que quem os convidara gostaria de ver escrito. Estavam ali para ver com seus olhos e reagir com a sensibilidade e cultura próprias.

O Governo alemão que nos convidara não pusera quaisquer limitações e escolhera-os em todos os sectores, numa isenção completa e verdadeiramente modelar de quem não deve e não teme e se quer mostrar tal qual é.

O mundo é cada vez mais uno e os homens aproximam-se de dia para dia, sendo impossível o isolamento por mais esforços que alguém faça para se fechar na sua concha Na altura em que se passa de em duas horas em Lisboa para Paris ou Bona e em que podemos dar a volta ao mundo num dia, com a rádio a aluir todas as fronteiras e as imagens da televisão prestes a fazer o mesmo, ninguém se pode fechar a sete chaves ou esconder-se dos vizinhos.

E esconder-se para quê, se a nossa consciência está tranquila e se temos limpa a casa e os tarecos em ordem? Por isso mesmo, os alemães a menos de um quarto de século da mais destruidora das guerras, quiseram mostrar a todo o mundo como podiam também escolher os seus deputados e governantes, na melhor das harmonias e na mais completa das liberdades. E a três dias das eleições, o chanceler Kiesinger, Willy Brandt, W. Scheel e F. J. Strauss, chefes dos quatro maiores partidos políticos, compareceram numa mesa-redonda da Televisão, em emissão directa, durante duas horas, discutindo, concordando, rectificando-se uns aos outros, dizendo quais os respectivos planos. Foi o maior comício da campanha eleitoral, o que teve mais público e que mais esclareceu os eleitores.

E tanto os comícios públicos, como as emissões de televisão, os jornais eram abertos a todos, alemães ou observadores estrangeiros. No dia em que se efectuou a mesa-redonda televisionada dos quatro chefes de partido, assistíramos a quatrocentos quilómetros de Bona, em Peine, a um grande comício da C D. S. em que falou o próprio chanceler Kiesinger, aguentando durante todo o discurso violentas reacções de uma parte da assistência. E os jornalistas estrangeiros que dois dias antes víramos, em Essen, mais de trinta mil pessoas aclamar o social-democrata Helmut Schmidt, víamos apupar o chefe do Governo, diante das forças policiais impávidas e serenas. O apupar é um direito de quem ouve. Como o é o de aplaudir. E digamos que, por curiosidade, fomos depois ver qual o candidato vencedor em Peine. Foi o do chanceler Kiesinger.

Jornalistas e políticos estrangeiros assistíamos a essa luta entre adversários leais e nenhum deles se lembrava de invocar a nossa presença como se de intromissão nos negócios alemães se tratasse. Muito menos seria classificada essa mesma presença de centenas de estrangeiros na campanha eleitoral alemã de forma de pressão. Pressão para quê e sobre quem?

Os estrangeiros assistíamos. Não nos intrometíamos. Evidentemente que cada um de nós fazia o seu juízo perante os processos, os candidatos, os programas. Mas intromissão, como? Nenhum de nós tinha voto, nenhum de nós podia influenciar os eleitores. E, no domingo, 8 de Setembro, á tarde, fomos a uma assembleia de voto verificar os processos de votação. E os representantes de todos os partidos, o presidente da assembleia, falaram correntemente connosco, enquanto iam recebendo os boletins dos eleitores e os introduziam na urna.

Ninguém achou molesta a presença de jornalistas ou políticos de outras terras. As eleições disputavam-se em espírito de equidade, com a propaganda de uns e de outros, os cartazes emparceirando, os jornais contradizendo-se e atacando-se, sem qualquer freio externo a travar-lhe a linguagem, que receavam eles? E, no domingo á noite, na sala de Imprensa do Bundestag foi um pandemónio, com as notícias a chegarem de contínuo e jornalistas de todas as línguas a correrem para os telimpressores desta ou daquela agência

O reflexo dessas eleições verifica-se n este dia 21 de Outubro em que Willy Brandt toma o lugar de Kiesinger, com W. Scheel indicado já para ministro dos Negócios Estrangeiros. E não houve sangue, nem recriminações, nem acusações de traição, de parte a parte dos cristãos democratas, dos sociais democratas. dos liberais.

E, neste mesmo dia 21 de Outubro, a cinco dias das eleições portuguesas, Lisboa acha-se pejada de jornalistas estrangeiros e alguns políticos estrangeiros vieram também até nós. Entre outros, representantes do Partido Socialista Italiano, o presidente e o secretário-geral da Internacional Socialista. Vieram até nós porque quiseram ver como correm as eleições portuguesas, como nós vimos como correram as eleições alemãs. Onde está também a intromissão nas eleições portuguesas? Onde está a pressão? Desta feita, como candidato pelo Círculo de Lisboa, não me vejo favorecido com a presença de amiteiras. Mas sobre mim não sinto qualquer pressão pelo facto de a meu lado se encontrar um jornalista ou político das direitas. Parece-me que a presença de um político das esquerdas não constitui também empecilho para um meu adversário das direitas. A minha atitude não se altera, nem se empana a minha consciência.

Apoio de mulheres de Viana do Castelo à U. N.

Foi distribuído um manifesto das mulheres de Viana do Castelo, cujo texto é o seguinte:

«As mulheres de Viana do Castelo, perante a hora que passa, conscientes das suas responsabilidades e como cidadãs eleitoras, vêm marcar a sua posição como esposas, mães, irmãs, filhas e noivas dos soldado que defendem o sagrado território da Pátria.

Deste modo, aderem de alma e coração á política ultramarina do Governo, livremente definida pelo Professor Doutor Marcello Caetano, ao mesmo tempo que afirmam o seu orgulho nas gloriosas Forças Armadas.

Assim, julgam que só uma política FIRME E CONSCIENTE, pode defender os valores em que assenta a continuidade da dignificação da pátria e da família e, por isso, votarão na lista A dos Candidatos da União Nacional, constituída por Gonçalves de Proença, Julio Evangelista, António Lacerda e Baptista da Silva.»

tem a palavra

Maria da Graça Carvalho Fernandes*

As universidades e as empresas

O problema da investigação ligada ao ensino tem sido objecto de estudo em todos os países desenvolvidos e começa a preocupar grandemente os países em via de desenvolvimento.

Os Institutos Superiores e as Faculdades de Ciências em Portugal, embora separados em duas Universidades distintas, a Técnica e a Clássica, têm muitos problemas comuns, entre eles, e um dos mais importantes, a onerosidade da manutenção e apetrechamento dos diversos tipos de laboratórios indispensáveis ao funcionamento das várias cadeiras de muitos dos seus cursos.

A investigação científica, com a colaboração dos alunos, é já em muitos países parte integrante dos cursos. Não o é entre nós onde não temos sequer conhecimento que tal medida esteja em estudo.

As vantagens deste método são fáceis de enumerar: uma possibilidade dada ao aluno de pôr em prática os conhecimentos teóricos que lhe foram ministrados, fornecendo-lhe ao mesmo tempo a possibilidade de adquirir um método de trabalho e uma capacidade crítica, dando-lhe além disso uma experiência de uma investigação em «equipe», vantagens estas que lhe serão indispensáveis no exercício futuro da sua profissão.

Se já é pesada, para as Universidades, a manutenção dos laboratórios nos moldes actualmente existentes, a criação dos laboratórios de investigação exigiria uma despesa incomportável pelas actuais verbas destinadas á educação.

Em países como os E. U. A. o problema foi em grande parte resolvido ligando as Universidades ou a grandes empresas ou ao Pentágono, financiando estes a montagem dos laboratórios e instalações escolares, custeando as suas despesas, mas ficando as Universidades sujeitas a programas de investigação por eles fornecido.

É conhecido o resultado deste método.

No caso das grandes empresas este sistema pode parecer mais favorável: montagem de laboratórios com a mais moderna aparelhagem, criação de edifícios funcionais, participação dos alunos em programas científicos, facilidades ulteriores de colocação, etc. etc., tudo isto sem sobrecarregar a verba do Estado; de facto, não o é.

Nos países de livre concorrência de mercado as empresas desejosas de aumentarem os seus lucros estão interessadas na formação acelerada de quadros técnicos superiores e intermédios, importando-se pouco em dar-lhes uma formação científica e humana.

Estão interessadas apenas na formação de especialistas, tanto quanto possível desligados da sociedade e ignorando as implicações do progresso da técnica e da ciência no desenvolvimento material e moral da humanidade. Em suma: ignorantes do seu lugar e da sua função no sistema.

Em países com este tipo de economia, as Universidades têm, portanto, de ser independentes do grande capital, se não querem servir fundamentalmente para a obtenção de lucros imediatos e pretendam pelo contrário a liberdade de escolha de temas de investigação científica que lhes permita desenvolver os conhecimentos e servir a sociedade.

Com a democratização desta e a nacionalização das empresas, tais objecções deveriam desaparecer; as Universidades passariam a ter um um programa em colaboração com o Estado para o desenvolvimento económico do país.

A necessidade da introdução da investigação científica nos cursos universitários portugueses parece-me evidente, mas as Universidades devem continuar como até aqui desligadas das grandes empresas.

A ciência e a técnica contraem uma «disfunção» sempre que colaboram na acumulação de lucros, a sua função social não pode deixar de ser a satisfação das necessidades das populações prioritàriamente definidas.

* MARIA DA GRAÇA CARVALHO FERNANDES estudante da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, membro da Comissão Concelhia de Cascais da C. D. E.

José Augusto Seabra

A emigração

A emigração dos trabalhadores portugueses para alguns países desenvolvidos da Europa ocidental, particularmente a França e a Alemanha, que tem vindo a processar-se de forma acentuada desde há alguns anos, constitui um fenómeno a que todos reconhecem uma grande acuidade e uma importância talvez determinante na evolução da realidade nacional. Mas a verdade é que ele tem sido até agora objecto mais de considerações impressionistas, senão sentimentais, do que de uma análise precisa das suas incidências na vida económica e social do País, aparte alguns estudos pouco conhecidos e ainda parcelares. A própria falta de dados estatísticos rigorosos, devida á clandestinidade da maior parte dos emigrantes, tem impedido a exacta consideração de todos os aspectos e consequências do problema. Os efeitos mais visíveis aí estão no entanto: por um lado, a perda de um potencial de mão-de-obra para a economia portuguesa, que se reflecte sobretudo na falta de braços para a agricultura; por outro, a entrada de divisas que vêm em certa medida enriquecer o País. A este nível de generalidade fica-se todavia pela simples constatação dos resultados imediatos. Mas outro efeito de mais difícil observação, e de mais fundo e longo alcance, daí poderá sobrevir: o de abrir-se através da emigração uma janela do nosso País sobe o mundo industrializado, com todas as repercussões inerentes. Não se trata do mero contágio e imitação de um modelo de vida, que aliás as condições de segregação dos portugueses no estrangeiro não são propícias a fomentar senão nos seus aspectos mais alienantes. Trata-se acima de tudo de um confronto com um novo tipo de relações de trabalho que tenderá a aproximar a mentalidade dos nossos trabalhadores da dos outros países ocidentais e que é concomitante da que resulta do pocesso de industrialização em curso entre nós.

Como já alguém notou, é este o primeiro dado de uma qualquer «política europeia» que se queira fazer em Portugal. Pode mesmo dizer-se que a nossa europeização começou a realizar-se apesar da inexistência de uma tal política, pelo menos nos seus primeiros tempos. E na medida em que a iniciativa partiu do mercado internacional do trabalho, cujas leis inexoráveis se sobrepuseram ás fronteiras e a uma oposição oficial de princípio, coincidindo no entanto com certas tolerâncias calculadas de alguns meios, é claro que tudo se passou sem que os interesses dos trabalhadores portugueses fossem de qualquer modo defendidos perante as entidades patronais e as autoridades estrangeiras, ficando assim abandonados ás mais variadas formas de exploração e aos sacrifícios humanos mais duros. A legalização dos emigrantes *a posteriori*, sancionando um estado de facto, não chegou para modificar esta situação, limitando-se a «protecção» consular em grande parte à passagem de documentação, com a cobrança dos emolumentos respectivos, bem como à prática de formalidades jurídicas.

A questão que queremos pôr aos candidatos e que deveria merecer no nosso entender a sua preocupação eleitoral, mesmo se os emigrantes não são chamados a votar, é a de saber se pensam que se impõe enfim aos poderes públicos nacionais a definição de uma política da emigração, e, no caso afirmativo, qual ela deverá ser. Quando falamos de uma política da emigração isso subentende quer a limitação do seu passivo na economia portuguesa e a eliminação progressiva das suas causas, quer a melhor drenagem do activo financeiro a ela inerente — mas para além disso, e sobretudo, a protecção efectiva dos trabalhadores portugueses no estrangeiro, pois são eles os protagonistas e vítimas, mesmo se aparentemente os primeiros beneficiários deste grande drama que é ao mesmo tempo uma aventura nacional.

E não se diga que às autoridades portuguesas não compete intervir em assuntos que dizem apenas respeito aos países importadores da mão-de-obra, ao seu direito do trabalho, sob o pretexto da clandestinidade da emigração. Sobretudo desde que o sr. Presidente do Conselho, em entrevista concedida ao jornal francês «L'Aurore», anunciou a decisão de conceder o passaporte a todo o português que o requeira, ficou com isso implicada a responsabilidade do Governo quanto às condições reservadas aos cidadãos nacionais trabalhando no estrangeiro. É matéria que deverá ser objecto de convenções ou acordos internacionais, para cuja aprovação a Assembleia Nacional tem competência.

Dissemos acima que os emigrantes, mesmo não eleitores, deveriam merecer a solicitude dos candidatos. Mas levanta-se precisamente a este respeito o problema de aos trabalhadores no estrangeiro, bem como aos outros cidadãos emigrados, ser permitido o exercício do direito de voto. Pensam ou não os candidatos que este exercício deveria ser assegurado? Por que meios e segundo que modalidades? Que medidas propõem nesse sentido? Cremos que contando-se entre os emigrantes uma fracção importante de portugueses, muitos deles com residência intermitente no País — e o colégio eleitoral é já numèricamente pouco representativo do conjunto da população —, seria legítimo dar-lhes a possibilidade de poderem participar na vida política nacional, como acontece noutros países. Não basta de resto que formalmente tal direito lhes seja atribuído, impondo-se ademais uma informação adequada e a concessão de facilidades práticas. Não seria essa a forma mais justa de manter uma ligação dos trabalhadores

(Continua na página)

Agenda das sessões

HOJE

DA OPOSIÇAO

ALENQUER — Ás 21 horas, na Quinta do Reguengo, da C. D. E., de Lisboa.

ALENQUER — Ás 21 horas, na Abrigada, da C E U. D., de Lisboa

ALHANDRA — Ás 21 horas, na Rua Dr. Miguel Bombarda, 5-B, da C. D. E., de Lisboa.

ALVERCA — Ás 21 horas, no Largo dos Correios, da C. D. E., de Lisboa.

AMADORA — Ás 21 horas, na Rua 1.º de Dezembro, 9, da C. D. E., de Lisboa.

AVEIRO — Ás 21 horas, da C. D E., de Aveiro

BRAGA — Ás 21 horas, no Teatro-Circo, da C. D E., de Braga.

BRAGANÇA — Ás 21 e 30, na fábrica de serração da Avenida do Sabor, da Oposição Democrática de Bragança

CASCAIS — Ás 21 horas, no Cine-Teatro Gil Vicente, da C D E., de Lisboa.

CELORICO DE BASTO — Ás 20 horas, no edifício das antigas escolas de Fermil (freguesia de Veade), da C. D E., de Braga.

FARO — Ás 20 e 30, no Cinema Santo António da C. D. E

GUARDA — Ás 21 e 30, no Cine-Teatro da Guarda, da C. D. E., da Guarda

LEIRIA — Ás 21 horas, na garagem do Hotel Euro-Sol, da C D. E., de Leiria.

LISBOA — Ás 21 horas, no Centro Escolar Republicano Fernão Botto Machado, da C D E.

LISBOA — Ás 21 horas, no Centro Escolar Republicano José Estêvão, da C. D. E.

LISBOA — Ás 21 horas, no Palácio Marquês da Fronteira, da C. D E.

LISBOA — Ás 21 horas, no Grupo Desportivo do Calhariz de Benfica, da C. D. E

LOURES — Ás 21 horas, no Ginásio Olimpus, da C. D. E., de Lisboa

MOSCAVIDE — Ás 21 horas, no Clube Familiar Moscavidense, da C. D. E., de Lisboa.

ODIVELAS — Ás 21 horas, da C. D E de Lisboa.

OEIRAS — Ás 21 horas, na Sociedade União Musical, da C D. E. de Lisboa.

PORTO — Ás 21 e 30, no Coliseu do Porto, da C. E U D do Porto.

SACAVÉM — Ás 21 horas, no Sport Grupo Sacavenense, da C. D E. de Lisboa.

TOMAR — Ás 21 horas, no Cine-Teatro de Tomar, da C. D E de Santarém.

VILA REAL — Ás 21 horas, da C. D. E de Vila Real.

VINHAIS — A tarde, no Grémio da Lavoura, da Oposição Democrática de Bragança.

O estado da Previdência

sinto a necessidade de inverter o raciocínio, como se deseja na nota, até pelo simples facto de que ao objectarmos á comparação algumas vezes feita pelos responsáveis da nossa previdência, nada queremos justificar mas tão-sòmente reconhecer a impossibilidade do confronto habitualmente estabelecido.

3.º — A nota do M. C. P. S. nada esclarece como desejaria quanto á cobertura populacional alcançada pela previdência.

Com efeito, não obstante afirmar, em relação á cobertura realizada entre a população trabalhadora na industria, comércio e serviços, que «o extracto populacional equivale a mais de dois terços da população activa nacional», confirma-nos em seguida a inexistência de cobertura entre a larga camada populacional que integra os trabalhadores do campo, o funcionalismo e os trabalhadores por conta própria. A este respeito, apenas se esclarece «que o sistema já em execução para a Previdência Rural vai abranger cerca de metade daqueles trabalhadores e seus equiparados, esperando-se que o seu alargamento aos restantes se faça com a brevidade possível.»

Portanto, é legítimo concluir que a Lei n.º 2144 de 29-5-69 apenas está a dar os primeiros passos comprovando-se a não cobertura até aqui e a continuidade da situação para metade daqueles trabalhadores.

Resta-nos recordar que a reforma da previdência introduzida em 1962 já manifestava também a esperança do alargamento da Previdência aos trabalhadores rurais — mas só sete anos depois veio uma lei que se propõe assegurá-la. Desejamos que assim seja!

Finalmente, neste aspecto ainda, a nota confirma também os desequilíbrios da cobertura aos níveis distritais, justificando-os com a circunstancia de as percentagens incluírem os trabalhadores rurais.

Francamente, não vemos porque deveríamos excluí-los do confronto. São trabalhadores também. Também têm direito á segurança social.

Concluindo, creio igualmente que teria sido proveitosa a aceitação, pela União Nacional, do convite dirigido pelo «Diário de Lisboa» para participar na «mesa-redonda» sobre previdência social, aí apreciando conjuntamente o seu estado actual e objectando, quendo o achasse conveniente, ás afirmações feitas.

Declara-se na nota que «os intervenientes na «mesa-redonda» não são especialistas dos assuntos versados». A afirmação é válida, pelo menos no que me toca. De facto sou apenas um homem que trabalha, de mãos dadas com todos os outros trabalhadores do meu País. Não quero nenhum outro título. Este é por de mais honrosi.

a) *Alberto Pedroso*»

A reforma da Universidade

Mesa-redonda realizada em Coimbra e na qual, a convite do «Diário de Lisboa», tomaram parte Gouveia Monteiro, Linhares Furtado e Paulo Quintela. Também a convite do nosso jornal, interveio como moderador Victor Matos e Sá

MODERADOR — Estamos aqui como simples cidadãos, visto que embora tenha havido convites formais do «Diário de Lisboa», dirigidos, especialmente ás duas correntes políticas de Coimbra que poderiam estar representadas, a C. D. E. e a União Nacional, esta não aceitou indicar, oficialmente, um representante. Portanto, o sr. prof. Linhares Furtado, que é candidato da União Nacional, está aqui a título individual, como simples cidadão que quer dar um bom testemunho de cooperação e de possibilidade de diálogo com pessoas de posições diferentes, mas com preocupações afins. Portanto, estamos todos aqui a título indivdual. E até que ponto vamos aceitar constituir esta «mesa» não estando representado um estudante (que, de algum modo também, é uma das entidades decisivas, e que justifica até a nossa profissão de professores) para dar testemunho da sua perspectiva de toda esta problemática da reforma da Universidade. Assim justificar-se-á que aceitemos esta mesa-redonda por publicada no «Diário de Lisboa», que convidou um estudante que não pôde aparecer.

PAULO QUINTELA — Eu acho que uma mesa-redonda sobre este tema que especialmente toca aos estudantes, não se pode efectivar sem um estudante.

MODERADOR — Mas como, por outro lado, é uma oportunidade rara que temos, visto que cada um de nós fez o seu pequeno sacrifício para poder estar aqui presente, e deve ter consagrado algumas reflexões ao problema para exprimir aqui as suas opiniões, talvez fosse válido discutirmos um pouco essa questão.

GOUVEIA MONTEIRO — Quer dizer, que estaremos dispostos a que seja publicado no «Diário de Lisboa», não como uma mesa-redonda, mas como um conjunto de testemunhos que realmente se podem articular.

PAULO QUINTELA — Se me dão licença eu dou uma sugestão: o prof. Victor Matos faz a introdução, cada um faz as suas intervenções, se entender que as pode fazer, a título individual, e acaba-se por mudar o título desta conversa, porque não há um elemento essencial para que se trate de uma mesa-redonda.

LINHARES FURTADO — Parece-me bem essa solução.

MODERADOR — Bom, a ideia fundamental desta conversa é a seguinte: a Universidade é parte do sistema educativo e esse sistema educativo é parte de um sistema global, onde há outros sistemas (o económico, o político, etc.) que exercem uma certa influência sobre ele. A Universidade, como por um lado procura preservar uma cultura, e por isso tem as suas tradições próprias, asseguradas pela continuidade da instituição universitária, e por outro lado procura transmitir essa cultura, põe problemas de ajustamento com os meios de comunicação e de ensino, procurando elevar a sua função educadora. Este problema tornou-se muito mais agudo numa altura em que a própria sociedade se quer modernizar e tem que aceitar um desenvolvimento económico. Esse desenvolvimento requer, evidentemente, quadros altamente especializados, que as Universidades têm de proporcinar, e também um desenvolvimento social geral. Nesta medida põe-se em síntese este problema: se a Universidade recebe uma influência da sociedade quanto á cultura, por outro lado, recebe os extractos sociais em que está constituída a Universidade e a população escolar que de algum modo se ressente ou beneficia dessa própria estratificação social, por outro lado, se ela, uma vez cumprida a sua função em relação a cada geração de estudantes, vai escoar para o sistema da vida nacional um conjunto de estudantes formados para determinados papéis sociais, acontece que, quando se põe o problema da reforma da Universidade, põe-se o problema da reforma da sua capacidade de satisfazer plenamente as necessidades dessa mesma sociedade. Se há mudanças na sociedade, a Universidade estará em crise se já não acompanha e não se ajusta a essas mudanças sociais. Ora, como as mudanças sociais que são mais significativas, que são mais importantes, são as que estão ligadas ao desenvolvimento económico e ao sistema político que de algum modo catalisa esse desenvolvimento económico e o articula em vista a objectivos sociais que visam o bem comum da sociedade portuguesa, põe-se, exactamente, este problema: em que medida é que as mudanças económicas e políticas do País podem afectar na reforma da Universidade. Em concreto, proponho estes pontos: estamos de acordo com a urgência e a necessidade de uma reforma? Até que ponto as funções da Universidade estarão afectadas pelas mudanças sociais, já aqui apontadas nesta introdução? O que se tem feito nesse sentido e quais têm sido as iniciativas oficiais ou não oficiais, no sentido de uma reforma? O que está por fazer e o que se deve fazer? E em ultima análise até nos podemos pronunciar, se assim entendermos, até que ponto confiamos na possibilidade de haver uma solução política viável para este problema?

GOUVEIA MONTEIRO — O dr. Victor Matos, como especialista que é, pôs-nos a problemática da Universidade numa síntese de notável elevação e lucidez. Estou, em termos gerais, de acordo com ele. Julgo, todavia, que, na sua qualidade de moderador, não pretendeu mais do que fazer uma introdução genérica, chamando a atenção para a perspectiva correcta em que se deve situar a nossa discussão. Portanto, agora, lógicamente, é que a nossa discussão vai começar, buscando cada um de nós as causas concretas da crise universitária, para delas deduzir as soluções que lhe parecem justas.

A crise da Universidade é real e já atingiu uma agudeza terrível. As tensões já chegaram mesmo ao ponto da ruptura e muitos indícios demonstram que a situação se tornará explosiva se não lhe for aplicada urgentemente um tratamento eficaz. A Universidade que devia ser motivo de orgulho e respeito vê-se hoje atacada por todos os lados. Queixam-se os seus professores por se sentirem frustrados na sua ânsia de ensinar e de investigar como homens do seu tempo. Revoltam-se alunos que na Universidade não encontram possibilidades de desenvolvimento integral das suas capacidades, como legitimamente contavam. Protesta a Nação que não tolera mais ver a Universidade alheada dos seus grandes problemas. Como foi possível chegar-se a este momento crítico? Pois muito simplesmente, como já sugeriu o moderador, não se fez o ajustamento das estruturas á evolução das condições sociais. No mundo em rápida transformação impondo á Universidade exigências muito maiores e muito mais diversificadas, teimou-se em manter rígidamente estruturas arcaicas por um conservadorismo mal entendido, por inércia, e por surdez voluntária ou até formalizada, mesmo ás muitas vezes que há tanto tempo clamavam, mesmo de dentro da própria Universidade.

LINHARES FURTADO — Penso que ninguém poderá discutir as influências fortíssimas que existem necessáriamente na sociedade em geral e na Universidade em particular. E ninguém pode também deixar de reconhecer a grande projecção que a Universidade tem no desenvolvimento social. Existem problemas importantíssimos que urge resolver, parece-me que também ninguém pode deixar de reconhecer. Simplesmente, no momento actual, o que me parece ser acima de tudo importante é congregar esforços no sentido de que esses graves problemas possam na realidade ser resolvidos cabalmente e que esses esforços se caracterizem essencialmente por uma abnegação individual e colectiva que ponha de parte certos fanatismos político-sociais, ideais político-sociais. A reforma da Universidade deve ser, segundo penso, uma reforma profunda e não uma reforma de superfície, como tem sido feita até aqui. Ela deve incluir aspectos da vida global da Universidade, assim como aspectos particulares da própria Universidade.

GOUVEIA MONTEIRO — Acho justo perguntar a mim mesmo se não se fez alguma coisa? Sim, fez-se alguma coisa. Desde há muitos anos que se vem construindo edifícios, alguns deles excelentes, mais recentemente criaram-se várias escolas, alargaram-se quadros e aumentaram as explicações. Se olharmos, porém, estas realizações na sua perspectiva temporal, queremos com este adjectivo especificar a quantidade e a qualidade do tempo que as viu nascer, sou forçado a reconhecer que são insuficientes, vagarosas e tímidas. Faltou-lhes dimensão de grandeza face aos problemas que tinham de solucionar. O caso da sociedade de Coimbra é um exemplo flagrante, desde a sua concepção no espaço citadino até ao ritmo do seu levantamento. Por exemplo, o projecto do Hospital Escolar tão agudamente necessário arrasta-se há cerca de 20 anos. Pior ainda que esta falta de decisão e largueza de vistas na execução, considero o facto de não se ter bolido sequer no essencial, isto é, na estrutura funcional da Universidade e na sua influência na vida do País, isto tanto no plano técnico como no plano institucional. Mais ainda que pela falta de edifícios, de quadros e de verbas, é por este desfasamento histórico que a Universidade se encontra tão abalada.

MODERADOR — Entrámos agora num outro ponto: é a avaliação das realizações e dos obstáculos a essas realizações. Claro que entrou o sr. prof. Gouveia Monteiro em considerações objectivas quanto ás insuficiências de amplitude de perspectivas sempre que se tentou qualquer reforma estrutural, sempre que se pensou num alcance funcional dessas reformas estruturais, etc. Todavia, está ainda um ponto que tem ligação com a contribuição do sr. prof. Linhares Furtado por discutir, que é este: até que ponto terão existido obstáculos á tal congregação de esforços de solução na ordem das realizações, que com tão boa vontade, que com tão acentuado empenho o sr. prof. Linhares Furtado se pronunciou. De modo que é um ponto que eu proponho á discussão ainda, visto que estamos a entrar agora na discussão concreta das realizações, que ninguém nega que se tenham feito. Parece-me que o problema, portanto, é este: até que ponto elas teriam a dimensão de carácter global necessária para que a reforma seja tão global como aquela que em 1911 se fez e que ainda não foi substituída como reforma global. E se para isso é necessária conjugação de esforços, abdicação, como o sr. prof. Linhares Furtado muito bem disse, portanto, se é necessária uma vontade de cooperar, haverá condições objectivas que favoreçam, independentemente das subjectivas, é esse o ponto que ponho, visto que de algum modo afecta a ordem de realizações e a ordem de contribuições para essa realização.

LINHARES FURTADO — Claro que, de uma maneira geral, é muito importante

(Continua na pág. 12.ª)

Proble

Mesa-redonda efectuada na cidade do Porto e na qual tomaram parte Armando de Castro (C. D. E.), Mateus Espregueira (C. E. U. D.) e Flávio Martins (a convite do «Diário de Lisboa»). Interveio como moderador, também a nosso convite, Luís Paulino

MODERADOR — Como é do vosso conhecimento o valor da produção industrial portuguesa ultrapassou, já há alguns anos, o valor da produção agrícola, e deverá situar-se actualmente em mais do dobro desta última. Por outro lado, ouve-se a cada passo afirmar, cada vez com maior intensidade e frequência, que o nosso País tem de industrializar-se, ou que está a industrializar-se, o que pressupõe que apesar daquela relação de valores, ainda não somos país industrializado. A palavra industrialização, entretanto, após o intenso uso que dela tem sido feito, apresenta-se com significado pouco preciso, correndo-se até o risco de a utilizarmos com diferentes intenções. Sugiro, pois, que se comece por delimitar o conceito de industrialização que interessará debater e que se responda em seguida a esta questão: apesar da relação de valores citada, produto industrial para o produto agrícola, poderá considerar-se já Portugal um país industrializado?

ARMANDO CASTRO — Realmente é um facto que a posição relativa da agricultura, quer no montante do produto criado anualmente quer no que respeita á percentagem da população aí empregue tem decrescido aliás desde o século passado. E a importancia do produto nacional bruto industrial é hoje já superior a 40 por cento do total, enquanto o agrícola, mesmo juntamente com o silvícola, a pesca e as industrias extractivas, não passa dos 20 por cento.

A pergunta posta tem todo o interesse, para nos esclarecermos realmente se poderemos afirmar que existe um processo de industrialização já desencadeado, e consequentemente, se o nível atingido é já ou não o nível de país industrializado.

Parece, pelo menos, no meu entender e veremos as opiniões restantes, que realmente não se pode dizer que Portugal seja um país industrializado. É que o atraso relativo da agricultura em relação á industria é uma constante histórica das economias de tipo capitalista, economias de mercado. Isso verifica-se no nosso país pelo menos desde meados do século passado. Então como é que podemos definir o conceito de industrialização? Parece que o conceito de industrialização é um conceito que tem de jogar com dois critérios fundamentais, que serão o nível médio atingido pela actividade técnico-económica na época histórica que se considera — e estamos aqui a considerar o nosso tempo — e o nível que se objectiva nos países de mais alto desenvolvimento industrial. Portanto, o que nós temos de ver é: primeiro, se realmente no nosso País o nível técnico-económico está de acordo com as possibilidades de hoje, e se coincide ou em que relação está com os países que ocupam a cabeça no processo de desenvolvimento económico e também industrial. Julgo realmente que se agarrarmos alguns índices gerais do que é o nível de industrialização dos países mais avançados, poderemos concluir que Portugal não é um país industrializado. Quais são os índices fundamentais que podemos utilizar?

Pela minha parte proporia os seguintes; não só a percentagem do produto industrial em relação ao total, mas sobretudo os níveis e ritmos do crescimento da produtividade no que respeita á estrutura global da industria; se predominam, e em que medida, as industrias produtoras de bens de consumo ou as de bens de equipamento, grau de tendência da própria industria no que respeita a processos tecnológicos modernos e maquinismos mais aperfeiçoados em relação a fornecimentos estrangeiros, medida em que existirão (isto independentemente de saber se é possível instalarem-se todas essas industrias aquelas que são hoje as grandes industrias-chave do processo de industrialização, como a química, a electrónica, a electricidade, de automóveis, de aviação, etc., nível dos quadros técnicos, tanto em quantidade como em qualidade, ritmo dos investimentos em relação ao arcaboiço económico do País e outros aspectos que traduzem o mesmo fenómeno, como seja, por exemplo, o nível médio dos salários industriais, etc.

FLÁVIO MARTINS — Considerando efectivamente o produto nacional bruto, «per capita», da ordem dos 9 contos anuais, terá de aceitar-se perfeitamente a ideia de que se não trata ainda dum país industrializado. Mas para além de saber se ele é ou não industrializado, se se encaixa ou não num esquema, o que importa saber é em que medida a industrialização ou não industrialização afecta a vida dos portugueses. E se não é industrializado, importa ainda saber, por que razões não sofreu o processo de industrialização que deveria ter sofrido, e em que medida pode desencadear-se esse processo de industrialização. Ora, efectivamente, tem-se a ideia de que há travões ao desenvolvimento, bloqueios de desenvolvimento que se inserem exactamente nas posições das estruturas agrárias. Não há duvida de que a agricultura do Sul do País, da bacia do Tejo e do Alentejo, agricultura latifundiária e absentista, vivendo de rendas em que o proprietário está perfeitamente alheado do processo de produção, não correndo nenhuma espécie de riscos, numa quase situação de recebedor de rendas, colocando-se, portanto, em posição descapitalizante, não tem processo de desenvolver-se, não tem processo de alargamento do seu mercado do consumo. Consequentemente, toda a parte estrutural da agricultura é um campo limitado para uma industria que queira efectivamente desenvolver-se. País pequeno, de mercado pequeno, com uma restrição de poder de compra que é imposta e fundamentalmente seguida pela existência de estruturas agrárias que estão presentes hoje mas que têm toda uma forma de estruturas altamente ultrapassadas.

É evidente que não só isto bastaria para desencadear um processo de industrialização mas é a sua razão base porque, para além desta, evidentemente outras se poderiam encontrar e elas têm de radicar-se em toda a problemática do ensino e da necessidade de quadros técnicos nos quais uma industria se tem de apoiar. Não se trata já de discutir o analfabetismo ou o alfabetismo, pois o conceito de alfabeto ou de analfabeto varia de época para época e se se consideraria como analfabeto há dez ou vinte anos, a pessoa que não soubesse ler nem contar, nós poderemos dizer hoje que é analfabeto o indivíduo que não tem um nível de escolaridade obrigatória até aos 18 anos. E por agora, nesta primeira parte, é o que se me afigura dizer sobre o assunto.

MATEUS ESPREGUEIRA — Entendo que devido ás intervenções do sr. dr. Armando de Castro e do sr. eng.º Flávio Martins, pouco terei a acrescentar, de uma maneira genérica, quanto a este primeiro ponto de discussão. No entanto, quereria reforçar alguns pontos que foram aqui aflorados, principalmente no que se refere ao ponto que o sr. eng.º Flávio Martins introduziu á discussão, quanto á necessidade da preparação de quadros técnicos. Eu iria um pouco mais longe, na medida em que acho de toda a maneira indispensável que se crie uma mentalidade industrial, mentalidade essa que deverá ser incutida na população desde os bancos da escola primária, porque não há duvida que não havendo mentalidade industrial é impossível desenvolver-se qualquer processo de industrialização num país. Claro que ainda dentro deste ponto poderia ser levantada uma série de problemas, tais como a interdependência entre a industria e a agricultura, na medida em que a própria agricultura só poderá sobreviver e tornar-se rentável se receber da industria os meios de produção dentro de uma base económica aceitável; é impossível um processo de industrialização sem haver um mercado interno com poder de compra; por outro lado, acho que haveria um ponto de interesse a discutir o qual versaria sobre os serviços que a industria poderia prestar, ou melhor, a influência que a industria poderá exercer no nosso comércio externo, tendo em vista uma integração europeia. Quanto a este primeiro ponto julgo que de momento não teria nada a acrescentar.

MODERADOR — Resumindo, a vossa resposta situa-se nestes pontos essenciais: em primeiro lugar será necessário considerar que há uma natural acumulação industrial ao longo dos tempos, e isso pode não significar, embora o seu valor relativamente á agricultura a determinada altura lhe seja favorável, que a estrutura do País passou a ser industrial. Se bem o entendi teremos de examinar também, por outro lado, o tipo de industrias estabelecidas. Há industrias novas, evoluídas, que exigem quadros técnicos e preparação cultural de largas camadas duma população que neste momento ainda não existem dentro das nossas fronteiras. Teremos de considerar, também, que o nível de industrialização se liga, como sinónimo até, a um outro conceito, o de nível de desenvolvimento económico de qualquer povo, nível esse normalmente referido a um índice de rendimento «per capita». Ora o nosso índice de rendimento «per capita» está ainda neste momento muito abaixo do dos países chamados industrializados ou desenvolvidos. De tudo isto, portanto, a conclusão de que não somos um país industrializado.

Julgo que deveríamos continuar ainda, neste momento, a aprofundar as razões de tal conclusão e talvez a examinar, também, os motivos que têm impedido de nos transformarmos num País industrializado.

ARMANDO DE CASTRO — Se concordassem, eu ainda gostaria de voltar atrás em relação ao problema de saber se Portugal é ou não país industrializado, citando alguns índices muito genéricos que ilustram as conclusões gerais a que já chegámos. O primeiro foi citado pelo sr. eng.º Luís Paulino a propósito do próprio índice global que é a capitação do produto nacional bruto. Nada melhor para conhecermos a nossa posição relativa do que verificarmos, no processo de movimento do desenvolvimento económico do mundo europeu ocidental, qual é a nossa posição em relação a esse movimento. Ora, se nós tomarmos os países que não são dos mais evoluídos da Europa, e tomarmos índices dos ultimos vinte anos, verificamos o seguinte:

Em relação á Espanha, cada habitante do país em 1947 obtinha «per capita» á volta de (numeros arredondados) mais seis contos e setecentos do que cada português; em 1954, nós tínhamos conseguido aproximar-nos um pouco da Espanha (e não podemos esquecer que a Espanha curava as feridas da terrível guerra civil que sofrera); nessa altura, digo em 1954, cada espanhol tinha uma média superior á nossa em 4 contos e seiscentos; mas, em 1966, já cada espanhol obtinha na capitação de produto bruto mais 7990$00 do que cada português. Se considerarmos agora a Grécia, outro país mediterranico e de atraso europeu relativo típico, verificamos que em 1947 cada grego tinha uma capitação do produto nacional bruto em relação a cada português de mais 86$00; em 1954, de mais 489 escudos, e em 1966 de mais 7488$00. Se tomarmos a Irlanda, que ocupa uma posição intermédia, os numeros são, respectivamente: em 1947, cada irlandês obtinha mais 7430$00; em 1954, mais 8849$00; em 1966 mais 16 700$00. Por fim citando só os dados relativos a um país evoluído, a Inglaterra, que faz parte da E. F. T. A. como nós, temos que em 1947 cada inglês obtinha mais 13 248$00; em 1954, mais 22 838$00; e em 1966 mais 40 118$00. Isto quanto a índices gerais.

Gostaria ainda de lembrar alguns índices específicos da actividade industrial no que respeita á própria estrutura da nossa industria. Segundo um estudo da O. N. U., «The growth of world industry — 1938-1965», verifica-se o seguinte:

A produtividade média em dólares por trabalhador industrial era em Portugal de 1300, isto por volta de 1961/62, enquanto em Espanha era de 2000, na Jugoslávia de 2200, na Irlanda de 3100, etc., etc.

Nos países mais industrializados, a produção média por cada trabalhador era de 5300, não falando já nos Estados Unidos em que atingiu mais de 10 200. Mas se compararmos o nosso caso com o dos países europeus, verificamos, nesta data, há uns 6 ou 7 anos, que na Holanda a produtividade média era duas vezes e meia superior á portuguesa e no Luxemburgo, 4,1 vezes superior; dentro dos países da E. F. T. A., que é a organização regional a que pertencemos, variava entre 1,8 vezes mais do que em Portugal (na Finlandia) e 3,6 vezes mais (na Noruega). Aliás, se utilizarmos outros dados mais antigos, verifi-

lemas da industrialização do País

caremos que o rendimento líquido por homem-hora nas industrias transformadoras (e já são uns dados um tanto antiquados mas que interessam para fazer uma comparação histórica em relação ao nosso país) verificamos que em França, em 1913, era de 0,180 dólares por homem-hora: em Portugal, em 1950, seria de 0,138 dólares, o que quer dizer que nós em 1950 não atingíramos o nível que a França tinha em 1913. Aliás, trata-se de dados muito grosseiros, feitos pelo economista americano Collin Clark, mas fornecem um índice da situação geral, embora baseando-se em elementos de certa maneira precários. E isto é confirmado por outros dados, por exemplo: o numero de empregos por mil habitantes, na industria, era em Portugal de 91,9 (por volta de 1961); na Espanha, de 65,2; na Irlanda, 68,6, etc., etc. Que é que isto quer dizer? Quer dizer, sabendo nós que esses países dispõem de uma produção industrial superior á nossa, que o índice tecnológico com que trabalha a nossa industria é inferior á desses países, visto precisarmos de mais mão-de-obra.

Aliás, também a capitação do produto industrial por trabalhador nos revela o mesmo. Por volta de 1961-62, era em Portugal de 117 dólares, na Espanha de 133, na Irlanda de 214.

Outro dado que conduz á mesma conclusão é o que resulta de estudos recentes publicados no «Boletim Técnico do Secretariado da Presidência do Conselho», através dos quais se verifica que a nossa industria trabalha com uma percentagem de capitais circulantes em relação aos capitais fixos a normalmente alta em relação aos países europeus. Duma maneira muito grosseira, posso lembrar que a percentagem dos capitais circulantes é de cerca de 50% do total, enquanto noutros países anda á volta de 32 a 37%. Isto constitui outro índice do nosso atraso técnico-económico-industrial. Tudo isto permite realmente ilustrar quantitativamente, a conclusão a que já chegámos no sentido de que, actualmente, Portugal é um país em que avança a importancia da industria mas que não é um país industrializado, uma vez que esta tem de ater-se ás possibilidades do mundo de hoje e á situação atingida nos países da Europa, mesmo nos mais atrasados.

FLÁVIO MARTINS — Quanto a mim, estou absolutamente de acordo com as considerações que fez o sr. dr. Armando de Castro, ao pôr em paralelo, através de índices vários, o nosso atraso no ponto de vista industrial. Também é efectivamente verdade que o atraso da industrialização, o atraso do arranque no nosso País, provocou nos tempos modernos um agravamento da corrente emigratória, cujas consequências não sabemos exactamente onde vão parar. Para além das opiniões de base mais ou menos romantica, mais ou menos sentimental, a verdade é que os portugueses emigram por não encontrarem na terra onde nasceram as condições de suficiência devida, havendo que verificar aqueles aspectos de rotura que hoje podem atingir, e estão a atingir em algumas zonas, formas de desertificação rural. Refiro-me em particular a toda a zona fronteiriça de Trás-os-Montes e das Beiras, e ainda a algumas regiões do Minho. Mas, para além desta desertificação, importa ainda considerar outras formas de rotura, que nós poderíamos denominar de «desertificação masculina», isto é, ao vácuo produzido por saída dos homens, e a toda a problemática que daí resulta para uma sociedade na qual, desaparecido o homem, fica pura e simplesmente constituída por mulheres. Uma freguesia conheço eu, do concelho da Póvoa de Varzim, onde há anos se não casa uma rapariga. Tem-se em mente toda a série de problemas que resultam duma tal situação. Mas, para além disso, este caudal de emigrantes que sai dia-a-dia (e que o sr. dr Ulisses Cortês diz que é devida a uma razão de tradição — não percebo como é que se considera uma razão de tradição a emigração portuguesa), filia-se unica e exclusivamente nas péssimas condições de vida dos cidadãos deste País. E por agora é o que se me afigura.

MATEUS ESPREGUEIRA — Ainda dentro deste problema, não há duvida nenhuma de que a industrialização seria um meio que iria resolver uma série de problemas, inclusivamente o da colocação e fixação do excedente demográfico. No entanto, não podemos deixar de atender a que a industria não pode por si só absorver a totalidade de mão-de-obra que seria necessária para corresponder ao desenvolvimento demográfico e ao desemprego; porém, é sem duvida um meio eficiente no sentido de contribuir para esse objectivo.

Acho que, também, devemos encarar o problema dentro de um certo condicionalismo, isto é, acho que não devemos encarar a industrialização só para se dizer que temos uma industria; devemos ter, nesse aspecto, o máximo cuidado, na medida em que poderemos cair no erro de criar industrias que dentro de pouco tempo, a um nível de integração europeia se tornem não rentáveis.

Quanto ao que foi aqui referido, quero citar um exemplo que costuma ser apontado, dentro do campo de arranque de uma industrialização, um exemplo, aliás bem recente que é o exemplo da Holanda, país que, como se sabe, foi fortemente abalado pela guerra de 1939-45 e perdeu todo o seu poderio colonial. Apesar disso é um país que actualmente tem uma industria projectada para o exterior. Ela só conseguiu esse objectivo na medida em que tinha uma organização comercial efectivamente preparada para permitir a sua projecção para o exterior. Nesse sentido, isto corresponde a uma das dificuldades que também devem ser apontadas quanto á industrialização do nosso País. Poderiam ser aduzidos muitos outros argumentos, os quais, estou convencido terem um melhor enquadramento no ponto que a seguir irá ser tratado. Portanto, por agora, findarei esta intervenção.

MODERADOR — Parece, pois, que foram aduzidos mais alguns argumentos visando á demonstração de que não somos um país industrializado. Foram sobretudo mencionados pelo sr. dr. Armando de Castro índices comparados em relação aos restantes países europeus, alguns dos quais se encontravam mais próximos de nós, no subdesenvolvimento nas ultimas duas décadas e que, presentemente, estão a afastar-se ainda mais. Desses exemplos numéricos permitia-me salientar o caso espanhol, que nos diz um pouco mais de respeito. Realmente é visível para o viajante português que hoje se desloca na nossa vizinha Espanha, que algo de novo se está ali a passar no campo do desenvolvimento económico. Isto ressalta sobretudo ao viajante que visita as suas feiras. Dá-se ali conta dum processo de desenvolvimento industrial já bastante evoluído, no qual as industrias pesadas eléctricas, por exemplo, e a electrónica, começaram a tomar uma posição de grande importancia, para não falarmos da industria pesada mecanica que já a tinha mesmo há mais de uma década. Sublinho também um outro ponto aqui citado, de extraordinária importancia para o País, para o seu futuro desenvolvimento: o da emigração, que ultimamente tem sido classificada de em massa.

Julgo que poderíamos agora entrar neste outro ponto: dado que a industrialização dum país é uma etapa histórica a percorrer no seu desenvolvimento — tem-no sido em todos os países que actualmente consideramos desenvolvidos — que se deverá fazer para acelerar esta passagem num país de baixo nível de desenvolvimento económico como o nosso?

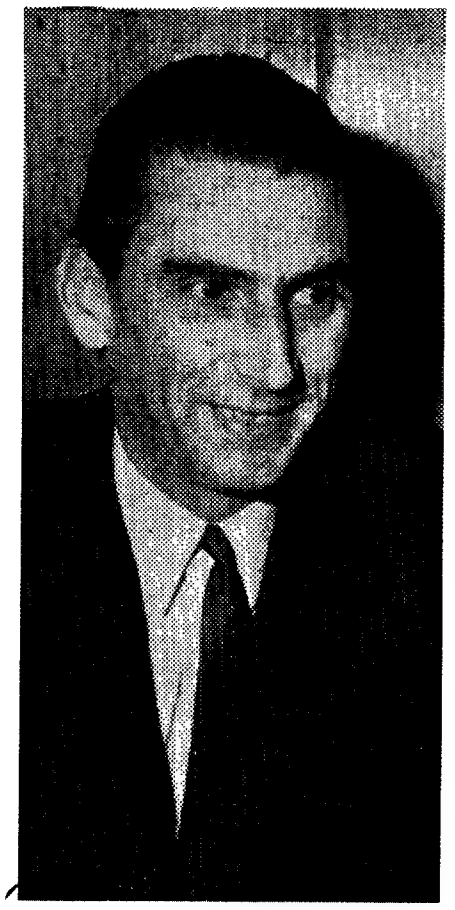
ARMANDO DE CASTRO — Entrando nesse problema fundamental, que consiste em como actuar para lançar um processo de industrialização e de desenvolvimento económico, eu queria também tecer algumas considerações e queria ao mesmo tempo referir-me a dois pontos que foram focados anteriormente: um em relação ao problema da emigração e outro ao problema posto de saber que tipo de industrialização, quanto á estrutura, e em função dos problemas de integração económica europeia. Quanto á emigração, estou inteiramente de acordo com o sr. eng.º Flávio Martins. Também me surpreende que se possa argumentar que a nossa emigração é uma emigração por razões de tradição; nós sabemos que temos uma tradição de subdesenvolvimento, aliás agravada na ultima década (relativamente) mas não é por termos esta tradição que a vamos manter, ou pelo menos que a queremos manter. Portanto, esse argumento é para mim incompreensível. Acresce sabermos perfeitamente, e qualquer técnico não apaixonado sabe perfeitamente, quais as razões que atiram centenas de milhares de portugueses para a emigração: são razões de índole económica e nada mais.

Por outro lado, quando se quer comparar a emigração das primeiras décadas do século com a emigração actual, esquecem-se aspectos que não são redutíveis a simples percentagens em relação á população em épocas anteriores. É que a nossa emigração de hoje, num mundo que tem como objectivo primário o desenvolvimento, traduz o subdesenvolvimento português e mostra o falhanço da política oficial nesse campo; em segundo lugar, faz-se em condições sociais e até éticas muito mais graves das sos emigrantes dirigem-se a países da Europa altamente industrializados, ao contrário do que sucedia no século passado e nas primeiras décadas deste século, quando se carreavam sobretudo para o Brasil, contribuindo para a criação dum país novo, ao passo que nos países industrializados estão desenraizados; além disso estão sujeitos ao risco das próprias flutuações económicas desses países, pois com depressões económicas são os primeiros trabalhadores a ser despedidos; por outro lado, a nossa emigração está a apresentar nos ultimos anos uma característica da maior gravidade; é o facto de não emigrarem só as populações rurais; hoje já emigram trabalhadores industriais, o que mostra o próprio atraso da industria. Não tenho aqui á mão numeros certos, mas citando de memória, parece-me que a parte dos trabalhadores industriais no total de emigrantes andará á roda de 15 a 20 por cento.

No que respeita ao tipo de industrialização a criar, é evidente que estou de acordo em que o facto de ainda não termos uma industrialização não quer dizer que nos empenhemos em criar qualquer tipo de industria mais ou menos rentável ou ter o sonho utópico de sermos autárticos industrialmente. O problema tem de ser planificado. Mas os problemas fundamentais do nosso País são aqueles que já foram duma maneira geral abordados e que resultam nisto: quais são os factores que têm impedido a industrialização e, de

(Continua na 13.ª página)

Armando de Castro



Mateus Espregueira

Flávio Martins

Luís Paulino

A reforma da Universidade

(Continuação da pág. 9)

considerar as razões que determinaram certos factos para traçar o futuro, mas creio que em particular e parecendo-me que estamos numa fase de renovação da mentalidade nacional, talvez possamos esquecer alguns desses obstáculos e, exactamente, traçar caminhos de uma maneira muito mais aberta. Ninguém pode deixar de reconhécer, e eu próprio saliento este ponto, porque me parece fundamental, que a maior parte, ou melhor, o corpo docente das Universidades não teve uma participação activa na grande parte das chamadas reformas que foram feitas. Por outro lado, corpos docentes das Universidades não tiveram uma participação activa nem separadamente por Faculdades, nem em conjunto. Mas, julgo que a atitude do Ministério da Educação Nacional, que posso perceber através da circular que há um dia ou dois recebi, a pedir aos senados das Universidades e conselhos que se pronunciem sobre as alterações a introduzir na organização geral das Universidades, reconhece, portanto, desde já, a necessidade de uma reforma; por outro lado, reconhece também que ela não se pode fazer sem a participação destes senados e destes conselhos, mas vai mais longe e pede também a todos os componentes dos corpos docentes que poderão apresentar sob sua responsabilidade pessoal estudos e trabalhos versando os assuntos das alíneas **a)** e **b)**, sendo a **b)** as remodelações a fazer nos planos e nos regimes de estudos das respectivas escolas. Claro que isso não é tudo e pode até ser motivo de crítica, porquanto convida a uma acção individual, sem que se estabeleça dentro da própria Universidade, ou dentro de cada uma das Universidades e dentro de cada uma das Faculdades, em particular, as respectivas discussões. Poderei dizer que a reforma da Universidade, a meu ver, será difícilmente válida se não partir dela própria, mas nenhuma reforma assim nascida porém, dará o estudo de certos aspectos básicos se não forem rápida e eficientemente resolvidos. Afirmo essencialmente. 1.º — A dedicação total do seu corpo docente às funções universitárias, o que exige uma revisão urgente dos vencimentos, garantias de previdência, revisão dos acessos nas carreiras universitárias, etc., e um alargamento dos quadros. 2.º — As condições de trabalho; o apetrechamento, em particular das Faculdades em que se ministram conhecimentos em que a experimentação e a tecnologia imperam. Em 3.º — A prioridade da construção e equipamento de institutos. Esse último ponto de vista que eu advogo intransigentemente, surge-me como um apecto muito importante do atraso económico, científico e tecnológico do nosso País, porque poderei classificar o nosso País, tradicionalmente, como sendo um País de mentalidade não tecnológica e é muito importante modificar essa mentalidade. De resto, na nossa Cidade Universitária de Coimbra, verifica-se que, exactamente, o Hospital Universitário, sendo além de um organismo com base fecnológica, um organismo, uma instituição que tem uma importância extraordinária não só no ensino, mas até na própria assistência aos doentes, a sua construção atrasa-se indefinidamente, desde há 20 anos; a Faculdade de Ciências viveu e continua a viver em condições precárias e, naturalmente, o desenvolvimento de qualquer planeamento económico, material, de qualquer país moderno, não se pode fazer á base de Faculdades de Letras e de Direito.

MODERADOR — A questão continua em aberto. Não me cabe, evidentemente, tomar qualquer posição em face dessas questões, portanto, resumindo: parece-me que a intervenção do prof. Linhares Furtado acentuou atitudes positivas no Ministério da Educação Nacional, em relação á necessidade de auscultar as Universidades com vista a uma reforma, os limites dela quanto á maneira de proceder e, por outro lado, quanto ás dificuldades internas que as próprias Universidades têm de conjugar esforços, alguns deles que me parecem ligados á sua própria estrutura, a constituição em Faculdades, por exemplo, á estrutura dos seus próprios órgãos consultivos e órgãos de reforma, a estrutura dos senados, a representatividade do corpo docente nesses senados, nesses conselhos escolares, etc., etc., e quem diz corpo docente diz corpo discente, como o sr. prof. Furtado acaba de reforçar, e, portanto, em face disto parece-me que cabe a V. Ex.as, ao sr. prof. Gouveia Monteiro e ao sr. prof. Paulo Quintela pronunciarem-se também nesta linha de discussão, visto que eu estou aqui com a função neutra de resumir e articular as contribuições.

PAULO QUINTELA — Eu tencionava tomar a palavra só no fim desta discussão para dizer que esta mesa-redonda é de certa maneira manca, porque falta um dos elementos essenciais para que esta discussão possa ser furtuosa, que é a preesnça dos estudantes, que devem ter a 1.ª voz, pois são eles os primeiros interessados. Nós temos problemas profissionais, nossos, a resolver. Eles têm problemas de formação, têm problemas de educação, têm problemas de recrutamento, inclusivamente, problemas de subsistência e de manutenção. Este fenómeno não é exclusivamente português, este fenómeno é universal — a Universidade está em crise A Universidade é uma instituição medieval, vem-se arrastando e vem-se tentando adaptar gradualmente ao processo histórico-económico que todos nós conhecemos, mas tomou nos ultimos anos, e não só na Europa, mas principalmente na Europa, uma agudeza que foi já suficientemente posta em relevo no que diz respeito ao País, pelo sr. prof. Gouveia Monteiro, e que eu queria reforçar e alargar aqui pelo menos ao âmbito europeu. A Universidade europeia está a perder terreno em benefício de instituições, de iniciativas até privadas — certas empresas de carácter industrial que têm necessidade exactamente de pessoal e que já não confiam nas Universidades para formação desses novos técnicos de que têm absoluta urgência e que tomam, elas próprias, a iniciativa da sua formação. A Universidade está, portanto, a perder terreno, mas muito notàvelmente em toda a parte do mundo. E, em Portugal só isso se não nota porque não há uma indústria suficientemente capaz de tomar iniciativas para poder recorrer a esses novos processos de preparação de técnicos, e temos necessidade de recorrer a técnicos estrangeiros, pois é evidente que não temos possibilidades de recorrer a outros processos que não seja esse. Portanto, agora, eu desejaria pôr o problema também da reforma da Universidade portuguesa e da maneira de a executar. Qual é a ideia central, que verá presidir a uma reforma da Universidade portuguesa? Só a partir exactamente da definição desse objectivo é que as Universidades portuguesas, cada uma por si, e depois em conjunto e na sua totalidade, e com a participação de todos os docentes, independentemente da sua categoria, e com a participação efectiva dos estudantes, poderia, talvez, chegar-se a esboçar um plano que gradualmente, e nunca precipitadamente como se tem feito até agora, poderia vir a tomar forma. As ultimas reformas universitárias que se têm feito, e eu falo da ultima reforma que se verificou na Faculdade de Letras, esta determinadamente foi, manifestamente, improvisada e as consequências estão à vista: um atropelamente de serviços, uma acumulação invulgar de alunos, uma sobreposição de cursos e de cadeiras, a instituição de um grau que é inatingível dentro dos limites que a nova lei prescreve, enfim, a confusão geral e definitiva da formação que se pretendia atingir de professores para o ensino secundário. Por enquanto é só isto que eu desejo dizer, é possível que mais tarde eu tenha que voltar ao assunto ou a qualquer outro.

Gouveia Monteiro

Linhares Furtado

MODERADOR — Ora, o sr prof. Paulo Quintela chamou fundamentalmente a atenção para a importancia da presença dos estudantes não só nesta discussão, que apenas pelos motivos alheios á vontade de qualquer dos participantes, se não encontram aqui, como á participação dos estudantes neste próprio processo de reforma da Universidade. Isso abriu por sua vez a discussão para um outro ponto: passámos através da restante contribuição do sr. prof. Paulo Quintela, da discussão do que se tem feito, daquelas reformas que foram consideradas como soluções improvisadas. ou pelo menos sob a pressão dos acontecimentos, soluções de emergência e a curto prazo, que não excluem, mesmo da parte do próprio Ministério, soluções a médio e a longo prazo. Isto remete-nos, portanto, para um outro problema, que eu ponho em discussão, que é este: então que se deve fazer a médio e a longo prazo, tendo em conta o facto que o sr. prof. Paulo Quintela sublinhou, que é o perigo da própria Universidade, sobretudo se se der o desenvolvimento económico de forma a que as empresas privadas tomem nas suas mãos a iniciativa da preparação e qualificação dos seus quadros técnicos, até que ponto isso se repercute na própria função e estrutura da Universidade. E' este ponto, então, que eu proponho á discussão, e em que medidas encontram soluções a médio e a longo prazo nesse sentido, embora, evidentemente, com a limitação característica de um grupo de discussão que não é um grupo de trabalho que queira adiantar-se áqueles órgãos de reforma que oficialmente se empenham nesse sentido. Portanto, se esses órgãos de reforma são tributários de esforços de planeamento que hoje se chamam indicativo, com vista depois a um planeamento compulsivo que envolva depois a execução duma reforma que dependeu desse prévio elemento indicativo, evidentemente, que este grupo de discussão só a título indicativo é que pode indicar sugestões para soluções a médio e longo prazo.

GOUVEIA MONTEIRO — Antes de indicar o que em minha opinião há a fazer, parece-me necessário préviamente, temos de nos entender sobre as tarefas que devem constituir, na hora presente, a missão da Universidade. Esquemáticamente apontaria seis: 1.ª — Preparar técnicos com habilitações superiores nos vários campos da actividade nacional. 2.ª — Manter permanentemente actualizados esses técnicos. 3.ª — Promover cultura física e intelectual de quantos a frequentam. 4.ª — Contribuir para a promoção cultural de toda a nação. 5.ª — Colaborar activa e racionalmente no estudo e na resolução dos grandes problemas nacionais que possam beneficiar dessa ajuda. 6.ª — Investigar e difundir os achados das suas pesquisas. Não quero forçar a nota, mas a análise do que tem sido a acção da Universidade face a estas seis tarefas, demonstra bem como tem estado longe de realizar a sua missão.

MODERADOR — Estão de acordo com estes objectivos? Consideram-nos exaustivos ou mais sintetizados?

LINHARES FURTADO — Não as considero sintetizáveis, pode é talvez dar-se maior importancia a alguns destes pontos, visto que alguns deles devem-se considerar intuitivamente, funções da Universidade, sem haver quase necessidade de os estar a enumerar. Mas, por exemplo, um deles: a participação activa e racional nas resoluções nacionais, considero-a duma importancia transcendente, e já tive oportunidade de desenvolvê-la, de tocar um pouco neste tema numa colaboração que dei ao jornal «A Capital» sobre um dos pontos que tem sido discutido e que era precisamente sobre a «Promoção científica e desenvolvimento económico». Acho que este é, realmente, um ponto importantíssimo e, se me dão licença, eu já agora volto ás afirmações do sr. prof. Paulo Quintela sobre a Universidade os grandes potentados industriais extra-universitários, que podem, de certo modo, criar dentro das suas paredes, autênticas universidades, altamente especializadas e limitadas no seu campo de acção. A ideia que eu tenho, talvez erradamente, talvez certa, é de que na verdade não tem havido na maior parte da Europa, uma disjunção ou uma rotura entre a Universidade e esses grandes potentados extra-universitários ou industriais. Pelo contrário, eles criam nos seus locais de produção sectores de investigação e de trabalho altamente especializados, mas muitas vezes, e quase sempre, em íntima ligação com as próprias Universidades. E é assim que se vê, especialmente na América, esta cooperação mutua que só, a meu ver, vem beneficiar e muitíssimo, a própria Universidade. De resto, no nosso País, infelizmente, este problema virá dificilmente a pôr-se, porque ele só se verifica quando a industria atinge um grau de desenvolvimento tal, que será ainda muito precoce, para nós, verificarmos isso. Mas, ainda há um outro factor muito importante: é que a actuação do Governo pode moderar, digamos, os desvios de um lado e de outro e reconduzir á Universidade aquilo que, não digo que lhe pertença, porque aqui não se trata de uma questão de pertencer ou de deixar de pertencer, aquilo que é util á Universidade e á Nação, que é util ao seu desenvolvimento. E grande parte das industrias, eu aliás tive oportunidade de salientar a necessidade da Universidade colaborar activamente, como diz o sr. prof. Gouveia Monteiro, na solução dos grandes problemas industriais do País, os grandes problemas agrícolas, e outros, naturalmente, Portanto, eu não creio que no nosso País esse venha a constituir um grande perigo, e além disso, desde que o Governo saiba reunir as necessidades da Universidade e as necessidades da industria, agricultura, e não só destes, mas de outros aspectos, sociologia, por exemplo, talvez se possa sempre fazer progredir mais a Universidade e todo o sector da economia nacional, em íntima colaboração.

PAULO QUINTELA — A respeito de tudo o que acaba de dizer o nosso colega Linhares Furtado, eu permito-me dizer que mesmo com o atraso económico e industrial do País, nós, na Universidade, vamos já sentindo os reflexos exactamente deste movimento universal. E vamos sentindo, sobretudo no recrutamento de pessoal docente para as Universidades. E V. Ex.as, melhor do que nós dois, o dr. Victor Matos e eu, podem ser testemunhas, exactamente disto, embora nós também sintamos a mesma coisa, mas em menor grau. É ou não é verdade que as Faculdades, digamos, com base nas ciências da natureza, se vêm hoje, já em Portugal, a braços com dificuldades de recrutamento de pessoal docente, porque, exactamente, empresas privadas chamam a si, os melhores que saem das escolas superiores? E isto devido a quê? Exactamente devido ao facto de que a Universidade não sabe ou não pode prender a si os melhores elementos que forma. Isto constitui um real perigo para o progresso da Universidade, no meu entender. Aliás, o que se passa no estrangeiro, não conheço imediatamente aquilo que se passa na América, mas o que se passa na Europa central é isto: é que as grandes empresas industriais e comerciais que subsidiam as Universidades, e há casos desses, inumeros, as subsidiam, exactamente, para a formação de técnico de que elas têm necessidade imediata. E não deixam isso ao arbítrio ou ás iniciativas das Universidades. Elas é que tomam essas iniciativas. Portanto, elas é que conhecem os problemas e esses indi-

(Continua na página 17)

Problemas da industrialização do País

(Continuação da 11.ª página)

acordo com a pergunta do sr. eng.º Luís Paulino, que fazer para vencer esse atraso de desenvolvimento? Já foi citado pelos mais intervenientes um factor que é duma importancia fundamental — a crise agrária nos vários aspectos em que ela se reflecte, desde a falta dum mercado consumidor até ás condições económicas de fornecimento de meios á industria, as carências da própria industrialização agrícolas, etc.

Outro ponto que também já foi mencionado e que tem uma importancia decisiva, aliás os estrangulamentos interligam-se, é a falta de quadros técnicos á altura das necessidades; mas para haver preparação técnica são precisas perspectivas de emprego e, portanto, desenvolvimento industrial; tudo isto exige uma pressão multifacética sobre os estrangulamentos, traçando-se uma política harmónica de desenvolvimento que actue nos vários factores-chave que determinam o atraso. Outro factor que julgo ter muita importancia e que está ligado a todos estes é a falta de investimentos: sabe-se que todos os técnicos que discutem o problema do desenvolvimento dos países atrasados debatem a questão de saber onde ir buscar as poupanças para os investimentos; embora entenda que isso normalmente se pode fazer com poupanças internas, a verdade é que no nosso País há uma margem notável de poupanças, que se encontram líquidas nos bancos (excedem com certeza cem milhões de contos), não se dirigindo ao investimento nas actividades produtivas. Isto traduz-se nestes numeros trágicos (também de posição comparada no nosso País) que já não dizem respeito á situação actual mas ás difíceis perspectivas futuras se não se transformar radicalmente a política económica do Governo. São os numeros referentes á formação bruta de capital fixo por habitante. Enquanto em 1966, na Austria, se investiam 370 dólares por habitante na actividade produtiva, na Espanha, 170, na Grécia, 160, na Irlanda, 190; em Portugal investiam-se 65. É claro que com cifras deste género, nós vemos que só se vai cavar cada vez mais o abismo que nos separa dos outros países europeus. É preciso atacar todos estes estrangulamentos simultanea e interligadamente.

Um factor que julgo também exercer uma pressão no sentido de travar o desenvolvimento, são certas práticas oligopolistas e monopolistas, certos privilégios que entravam até o fluxo do investimento, e até o próprio regime geral do condicionamento industrial, que precisa de ser totalmente revisto.

FLÁVIO MARTINS — Para pegar novamente no fio da meada, tenho de voltar um pouco atrás e referir-me a um aspecto que foi aqui posto pelo sr. dr. Espregueira: o de que, efectivamente a industrialização por si só não poderia resolver o problema da pressão da oferta de emprego de maneira a contribuir rápidamente para a absorção da mão-de-obra disponível e, consequentemente, para o levantamento do padrão de vida dos portugueses. Na verdade é assim, e parece estar demonstrado que nos países subdesenvolvidos como o nosso, o processo de industrialização em cada ano não absorve mais que 2 a 3% da oferta de mão-de-obra disponível. Ora, resultando daí um excedente, isso significa que não é sómente através da industrialização que o problema se poderá resolver, devendo notar-se que certos sectores de grupos socioeconómicos nacionais a defendem sustentando que a industrialização pela industrialização seria capaz de resolver todos esses problemas. Tem-se verificado, efectivamente, que isso não é assim, pois num País como o nosso, em que cerca de 37 a 40% da população activa está na agricultura, é evidente que será através do processo de transformação da própria agricultura que se alargará o poder de compra das populações antes de que a industrialização seja posta a funcionar. Quer isto dizer que teremos de continuar a afirmar que não é possível nos países subdesenvolvidos arrancar para um processo de industrialização que absorva em cada ano não só toda a mão-de-obra disponível como ainda preparar um campo propício á absorção de mão-de-obras qualificadas onde não existem. Terá de se operar através do processo da revisão das estruturas agrárias, de qualquer maneira que ela se encare nos tempos de hoje, de forma a permitir não só a poupança para o investimento na futura industria, como ainda a permitir rápidamente o levantamento do nível geral de vida da população, alargando o poder de compra.

Naturalmente que o processo de industrialização requer capitais. O sr. dr. Armando de Castro referiu que em Portugal existe efectivamente uma razoável poupança e que esta se define sob a forma de depósitos bancários ou de empréstimos a receber um juro ou uma renda. Parece, portanto, que terá de haver uma forma de mobilização e de atracção dessa poupança no sentido de que ela vá para os investimentos no campo industrial. Isto vai entroncar no problema da rentabilidade dos capitais investidos, das pequenas economias privadas que não só têm de ter uma renda mais elevada quando investidas na industria para poderem ser atractivas, como a certeza de que esse rendimento não é absorvido por formas de má gestão ou por formas de absorção dos lucros empresariais que, muitas vezes, não são suficientemente distribuídos aos pequenos accionistas.

Acrescentarei que uma razoável política de crédito, de que só agora os governantes parece terem-se apercebido e ainda, para além disso, a modificação que durante anos foi exigida da legislação bancária, pois o seu anquilosamento não permitia que a banca pudesse exercer uma acção fomentadora da industria por empréstimos a médio e a longo prazo, tem no campo do arranque da industrialização um papel preponderante. Efectivamente, é precisa uma sã política de crédito, de suficiência de capitais, porque a concessão de crédito insuficiente é uma razão determinante dum processo de não industrialização. Uma política de crédito suficiente, uma legislação bancária que permita efectivamente ter poupanças acumuladas em depósitos que se transformem em investimentos, são aceleradores necessários a um arranque da industrialização.

MATEUS ESPREGUEIRA — Ainda a propósito do que aqui foi referido quanto ao ponto posto á discussão anteriormente, respeitante ao exemplo apontado quanto á Espanha, entendo que se deve aqui aduzir um argumento que tem grande validade e justifica o incremento da industria espanhola, ou melhor, a industrialização que a Espanha sofreu. Não há duvida nenhuma de que dentro de um programa de industrialização é essencial ser considerado, e paralelamente ser desenvolvida, uma política fiscal concernente á possibilidade de um desenvolvimento harmónico desse mesmo programa. Nesse aspecto, estou convencido que todos estaremos de acordo em que já tem sido feita no nosso País alguma coisa com certa relevancia.

Mas de qualquer maneira, e referindo-me especificamente ao problema espanhol, entendo que a Espanha seguiu um caminho certo, quando fechou as suas fronteiras ou dificultou a entrada no seu país, durante um certo lapso de tempo, a produtos estrangeiros. Por esta via, a Espanha não sentiu os problemas levantados pelo «dumping» dos produtos estrangeiros, que se reflectem decisivamente num plano de industrialização. Claro que isso traduziu-se num sacrifício para a população durante um certo período, mas tal sacrifício foi mais que compensado no futuro.

Referindo-me ainda á deficiência de mão-de-obra qualificada não há duvida nenhuma que é indispensável, e estou convencido que é a unica maneira de a curto prazo resolvermos esse problema desde o momento que não temos escolas suficientes, quer no aspecto quantitativo quer no aspecto qualitativo, o envio de técnicos nossos ao estrangeiro para obterem os conhecimentos necessários ao desenvolvimento do País, o que, para além do mais, representaria um investimento altamente produtivo para a Nação.

Durante as ultimas décadas não se verificou por parte dos nossos governantes quaisquer incentivos nesse sentido, através das variadas formas de que se poderiam revestir. Claro que, ainda quanto ao aspecto da absorção do excedente demográfica pela industria, estou absolutamente convencido que esse é um problema que tem de ser encarado com toda a realidade, na medida em que hoje em dia não teremos outra solução se não a de montar uma industria com alto nível técnico e um elevado índice de produtividade.

Quanto ao problema referido pelo sr. dr. Armando de Castro, que o sr. eng.º Flávio Martins abordou quase que exaustivamente, da insuficiência de capitais privados para o investimento no sector industrial, acho que para além do que foi aqui dito, seria de toda a necessidade que o Governo providenciasse, na medida do possível, para o retorno dos capitais que saíram do País (aliás de avultado montante), porque é aqui que eles fazem falta e foi aqui que eles foram acumulados. Chega-se até ao absurdo de, em certa medida, serem esses mesmos capitais que estão a financiar o investimento interno, duma maneira indirecta.

À primeira vista, poderá parecer que tal retorno estaria em contradição com uma futura integração europeia do nosso País, dentro da qual terá que haver, necessáriamente, uma livre circulação de capitais. Mas o facto é que os referidos capitais são-nos agora indispensáveis para podermos vir a encarar, num futuro próximo, a referida integração, devendo assim sobrepor-se o interesse nacional aos interesses dos capitalistas que tiveram unicamente em mira a especulação no mercado internacional de capitais.

Julgo ainda que dentro do ponto em discussão um dos meios, ou até a unica solução que actualmente se nos depara, é a instituição dum planeamento ao nível regional. Eu voltarei ainda a este problema, na medida em que ele já está tratado no III Plano de Fomento. Entretanto, não poderei deixar de referir um certo numero de elementos que vêm até comprovar os numeros estatísticos referidos pelo sr. dr. Armando de Castro.

Efectivamente, a primeira tentativa de programação feita em Portugal, está consignada na Lei da Reconstituição Económica — Lei n.º 1914, de 24 de Junho de 1935. Dizia-se nessa lei, ser ela a primeira tentativa de programação interna. Por outro lado teria também outro significado, pois que, para além do mais, essa tentativa de programação era feita anteriormente a qualquer tentativa levada a cabo por qualquer país do Ocidente europeu neste campo. Ora verifica-se que apesar de nós nos arvorarmos em pioneiros do planeamento, o que é um facto é que estagnámos e deixámo-nos que, práticamente, todos os países euro-ocidentais nos ultrapassassem largamente, como está sobejamente demonstrado pelas estatísticas. Ainda dentro deste ponto, e entre 1935 e 1950, existiram uma série de planos administrativos parciais dos quais teriam advindo enormes benefícios para o País, principalmente no domínio das infra-estruturas fundamentais. Ora, julgo que é do conhecimento geral que os problemas relacionados com essas infra-estruturas fundamentais, estão em cerca medida só agora a serem completadas e só em relação a certas regiões do País. Estou a lembrar-me dum exemplo referente ao Fomento Hidroagrícola. Todos sabemos que no Norte e Centro do País nada se tem feito ou muito pouco se tem feito nesse sentido, e que as realizações feitas no Sul, só recentemente foram inauguradas.

Considero, como há pouco referi, indispensável como solução para um incremento da economia nacional, um planeamento regional ou um desenvolvimento comunitário. O que tem graça é que esse problema é pela primeira vez tratado, parece que de uma forma decisiva, no Plano de Fomento de 1968-73. É incluído nesse plano um estudo específico sobre planeamento regional considerada a importancia que vem sendo atribuída ao problema da harmonia do crescimento e a situação desigual do desenvolvimento das diversas regiões. Isto é tanto mais sintomático quanto internamente já se tinha sentido em 1962 a necessidade deste problema ser encarado. Inclusivamente a própria Camara Corporativa, nesse mesmo ano, já tinha sido chamada a pronunciar-se sobre um projecto de decreto-lei propondo a criação duma Junta de Planeamento Económico Regional. O parecer da referida Camara reconheceu a indiscutível necessidade de tal, mas o que é um facto é que apesar de na época actual a vida se desenvolver a um ritmo acelerado, se perderam mais 7 anos (1962 a 69) sem nada se ter apresentado de concreto nesse sentido.

Não sei se irei ultrapassar o problema que está em discussão, mas acho que a unica solução que teremos será a de se diagnosticar efectivamente os sectores doentes da nossa industria, efectuar um balanço dos processos que têm servido para orientar a nossa industrialização, a qual não tem sido uma industrialização mas sim uma acumulação de industrias, e apurar-se o melhor caminho a adoptar no futuro. Julgo ainda que será imprescindível que seja feito também um apuramento da capacidade actual das nossas industrias, principalmente no que se refere á produção efectiva e produção limite, e concomitantemente, um cálculo do consumo actual do nosso mercado interno, e qual deveria ser esse consumo segundo as mais rudimentares exigências do progresso nacional.

ARMANDO DE CASTRO — Nas duas ultimas intervenções há aspectos muito importantes, que quereria salientar rápidamente. Um deles consiste em que realmente quando falamos em industrialização combatemos certas tendências implícitas ou explícitas para julgar que a industrialização se pode desenvolver num sector restrito da industria ou para supor que isso resolve todos os problemas, pois isto no fundo está a esconder o problema base que foi posto pelo sr. eng.º Flávio Martins, o problema do desenvolvimento harmónico dos vários sectores da economia nacional, e fundamentalmente aquele que ocupa uma posição estratégica base sem a qual nada é possível fazer, consistindo na superação da crise agrária; isto exige por seu turno uma funda reforma de certas estruturas agrárias que estão a minar e a impedir o desenvolvimento económico nacional. Por outro lado estou de acordo em que o processo de industrialização, mesmo que se consegui-se uma taxa relativamente ambiciosa de desenvolvimento, não é o processo unico para absorver a mão-de-obra; ora, como nós sabemos que essa industrialização tem de ser uma industrialização integrada num processo harmónico de desenvolvimento, e aliás só assim é possível, é evidente que esse problema da absorção dos excedentes demográficos naturais não terá importancia de maior visto que se trata de um tipo de desenvolvimento que lhe vai fazer face. Aliás, embora seja um aspecto secundário, nós temos também de prestar atenção ao facto de os problemas de subdesenvolvimento que se põem ao nosso País não serem do mesmo tipo dos que de alguns grandes países subdesenvolvidos, onde existe uma grande concentração de população, como a India, a China, etc., nos quais se põe o problema crucial da absorção dos excedentes demográficos naturais. A densidade da nossa população não é como a desses e doutros países; não só pelas nossas características especiais, como sobretudo pelo tipo de industrialização por que nós todos propugnamos (só possível por esse desenvolvimento harmónico) esse problema será fundamentalmente transcendido. São também importantes outros factores já citados para o arranque, como o crédito á produção; realmente não dispomos dum crédito a médio e a longo prazo que satisfaça; temos agora o Banco de Fomento Na-

(Continua na página seguinte)

Mensagem do candidato da União Nacional ao eleitorado de Timor

O candidato da U. N. pelo círculo de Timor, major Filipe José Freire Themudo Barata, dirigiu a seguinte mensagem ao eleitorado daquela província ultramarina:

1. — Poucas palavras seriam necessárias para traduzir o que penso acerca do significado do próximo acto eleitoral. Bastaria, aliás, repetir ou simplesmente recordar as que tive ocasião de proferir há oito anos, em circunstâncias paralelas, aos microfones da Emissora de Radiodifusão de Timor. A compreensão e o acolhimento que então mereceram, constituíram a mais alta expressão de confiança e apoio que poderia esperar e representam agora saudosa e sempre viva e grata recordação do exemplo magnífico que Timor uma vez mais soube dar. Porém, antes de quaisquer outras considerações, faltaria ao que devo e aquilo que me dita o coração se não expressasse quanto me sensibilizou a nova e generosa prova de amizade e apreço que, agora, quiseram testemunhar-me com a insistente designação do meu nome para me candidatar á representação da província na Assembleia Nacional, sucedendo a um ilustre timorense, figura respeitada de sacerdote exemplar, homem de superior cultura e estudioso infatigável, que com tanto amor pela sua terra e tanto brilho deixa marcada a sua passagem por estas funções.

Esta honrosa escolha e esta honrosa sucessão tomo-as como magnanima retribuição da amizade, do respeito, da total entrega com que servi esse bom e generoso povo, o qual, ao considerar-me sempre como um dos seus, me concedeu um privilégio que é, afinal, o verdadeiro título que me permite aceitar em consciência esta candidatura e a razão por que, para o fazer, não hesitei em antecipar o termo da minha carreira militar. Não podendo agora endereçar a cada um uma palavra especial, como o coração desejaria, a todos englobo nas saudações respeitosas que neste momento dirijo ao ilustre governador da Província, que em si encarna a unidade da Nação nessa parcela do mundo português.

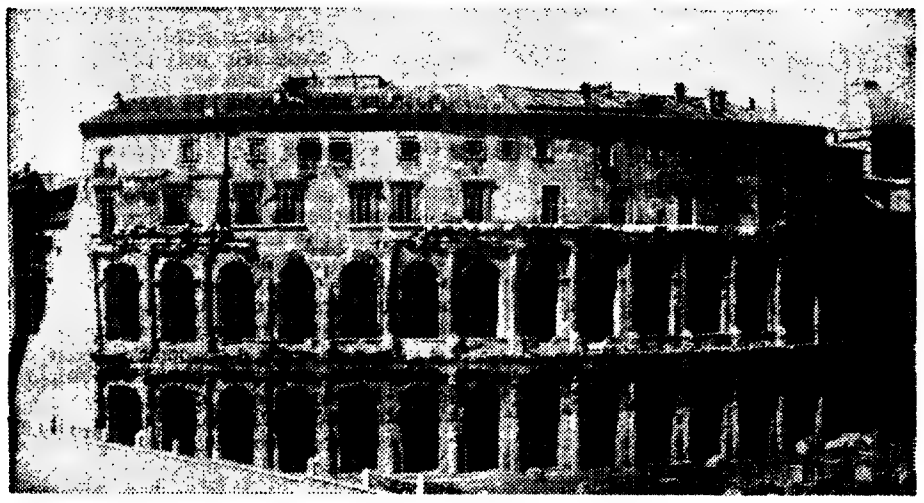
2. — A situação presente da Nação confere a esta consulta ao eleitorado importância capital. O País vem suportando estóicamente, há 8 anos, uma guerra imposta do exterior, na qual se gastam energias e haveres e se acumulam sacrifícios que, para alguns, tem sido da própria vida. Por outro lado, quer na Metrópole quer no Ultramar, há que prosseguir e acelerar a promoção económica e social das populações, o que, além de capitais e de técnica, exige inquebrantável unidade de corações e de vontades para que se superem as dificuldades e se recuperem os atrasos. Ora, esta obra gigantesca que permita fazer face ao mesmo tempo ás exigências da guerra e da paz, está seguramente dentro das capacidades da Nação se ela quiser sobreviver. Requer, todavia, uma decisão clara da consciência nacional para que os responsáveis pela orientação superior da governação possam estar seguros do apoio do País para empreenderem, afoitamente, as reformas necessárias, seguindo firme e abertamente a política que o interesse comum reclama: mais dinâmica, mais ousadamente renovadora, mais exigente quanto á participação de todos na luta que a Nação trava e no esforço que realiza, seja mediante a participação pessoal na sua defesa — que não constitui apenas missão das Forças Armadas mas dever de todos — seja através de melhor rendimento do trabalho individual e, muito particularmente, da melhor eficiência da administração pública, seja finalmente no justo contributo em bens e haveres ou na equitativa repartição dos sacrifícios em prol da causa comum.

3. — Permanecem inalteráveis as directrizes do meu espírito; a total franqueza e realismo com que creio devem ser tratados os problemas que a todos nos interessam; a verdade nos conceitos e a lisura nos processos que devem marcar o pensamento e a acção, não só na vida privada mas também na vida pública. Não julgo ser agora o momento de tratar outros problemas para além da grande opção que, talvez mais rudemente do que nunca, é posta ao eleitorado nacional. Com razão se afirmou já que uma nação é um plebiscito quotidiano, posto que a sua existência sòmente terá sentido na medida em que exista a consciência colectiva do mesmo futuro a construir e a vigorosa vontade de o realizar. De facto, repetindo um grande pensador, o que nos reune em Estado não é o que fomos ontem, senão o que vamos fazer juntos amanhã. Ora, esse amanhã, no caso português, poderá com efeito variar deste uma ampla e sólida nação multiracial, que assim queria sobreviver e, como um todo, queira dizer a sua palavra, ter a sua parte na construção do futuro da humanidade, até ao fragmentar-se o todo nacional em parcelas que sigam cada uma o seu caminho e se dissolvam, quase impessoais, no mundo que se está forjando. Em qualquer dos casos os homens, como indivíduos, continuarão a viver e a morrer, a trabalhar ou a tentar distrair-se, mas de uma para outra solução vai a enorme distância de se haver perdido aquele suplemento de alma que é a essência válida de uma pátria, aquela espécie de superconsciência — para usar a palavra de Teilhard de Chardin — que é o equivalente de uma colectividade harmonizada das consciências. Parece não poder haver opção maior para uma nação — viver ou desintegrar-se. Repetindo palavras que já aí tive ocasião de proferir (estão quase a cumprir-se 10 anos), os que fragmentam o mundo em hipotéticos estados, apregoando doutrinas sonoras, mas vazias, abusam da ingenuidade das massas e mentem, se são civilizados.

Quando a economia exige que se estude e se planifique em escala cada vez mais ampla, quando o progresso científico reclama meios cada vez mais avultados, quando a técnica impõe tal variedade de especialistas que só grandes escolas os podem formar e grandes empresas os podem aplicar devidamente, não será mentir à Humanidade apontar-lhe o caminho da fragmentação como o caminho do progresso, não será iludibriar as populações induzi-las a criar estados inviáveis — económica, política e culturalmente — satisfazendo a vaidade de políticos ambiciosos, para que venham a cair, afinal, nas garras dos seduto-res?

Portugal é, neste mundo enlouquecido, a única Nação que exprime a íntima unidade entre as diversas raças e credos. Há séculos era já sonho generoso; hoje, magnífica realidade, é gérmen e exemplo do que deverá ser o caminho do futuro. Podemos, portanto, orgulhar-nos não só do nosso direito como da superioridade da nossa mensagem. Não defendemos uma posição egoísta — apontamos um caminho. Dirigindo-me a timorenses escuso de perguntar o que pensam desta grande opção, pois não creio que povo algum possa haver dado mais solene e cabal prova da sua autodeterminação do que aquela que o povo de Timor corajosamente deu e selou tão abundantemente com o seu sangue durante a ocupação japonesa, quando os sinais externos da soberania portuguesa se desvaneciam, quando seria tão fácil e até tão cómodo renegar e trair. Por isso estou certo que Timor, que será a primeira terra portuguesa a responder a este apelo, cujo sentido transcende em muito a indicação secundária do modesto nome do seu representante, saberá constituir, como sempre, corajoso exemplo que possa ser espelho da vontade da Nação.»

Itália
espera a sua visita!



Nós oferecemos-lhe os maiores e melhores transatlânticos italianos à partida de Lisboa.

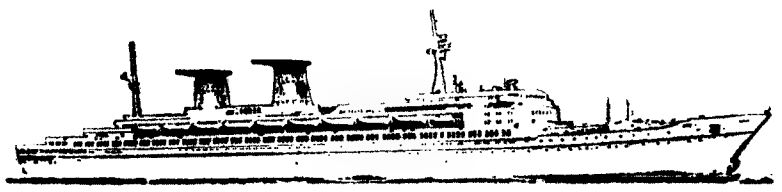
Linha da América do Norte
"Colombo" 2 Dez. — "Leonard" 12 Dez.

Linha da América do Sul
"Cesare" 18 Nov. — "Augustus" 9 Dez.

Linha do Mediterrâneo
"Cesare" 3 Nov. — "Colombo" 15 Nov.

Italia NAVIGAZIONE

Consulte o seu Agente de Viagens



Para informações e reservas:

LINHA DA AMÉRICA DO NORTE
E. PINTO BASTO & Cª L.da
Praça Duque da Terceira, 20 - Tel. 36 15 81 - Lisboa

LINHA DA AMÉRICA DO SUL
AGÊNCIA MARÍTIMA TRANSATLÂNTICA, L.da
Rua do Alecrim, 20-F, 1º - Tel. 32 72 64 - Lisboa

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Direcção do Serviço de Material

COMPAE 69/DSM

Concursos Públicos n.os: 7, 10, 11, 12, 18, 19, 20 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27/PAE/69.

AVISO

Torna-se público que nos Concursos referenciados foi alterada a redacção da cláusula Art.º 2.º § 1.º a) das CONDIÇÕES ESPECIAIS.

A nova redacção desta cláusula encontra-se patente na Secretaria da COMPAE/DSM (R. Rodrigo da Fonseca, n.º 180-3.º, Dt.º, Lisboa), onde pode ser consultada por todos os interessados, das 14 ás 18.30 h. dos dias úteis.

Lisboa, 20 de Outubro de 1969.

O Presidente da COMPAE69/DSM,

LUÍS BORGES RAMOS
Ten. Cor. Eng.º SM

MISNISTÉRIO DO EXÉRCITO

Direcção do Serviço de Material

COMPAE 69/69

Concurso Público n.º 7 PAE/69

AVISO

Torna-se público que a DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS — referente ao CONCURSO PÚBLICO N.º 7PAE/69 — marcada para 27.OUT.69 foi adiada para 12.NOV.69, à hora já indicada.

Lisboa, 20 de Outubro de 1969.

O Presidente da COMPAE69/DSM,

LUÍS BORGES RAMOS
Ten. Cor. Eng.º SM

manifesto

Dos candidatos democráticos de Aveiro ao povo do distrito

Os candidatos da Oposição Democrática de Aveiro distribuiram a seguinte «proclamação aos homens e mulheres do distrito»:

«Os signatários desta proclamação, candidatos a deputados pela Oposição Democrática do Círculo de Aveiro nas próximas eleições, porque jamais dispuseram ou comparticiparam dos poderes políticos da Nação são homens que de nenhum modo podem ser responsabilizados pelo espantoso atraso do nosso País nem pelo regime de opressão que nos tem sido imposto: são homens que nada ganharam ou pretendem ganhar com a política — para além da satisfação de cumprirem os seus deveres cívicos!

São homens de claras intenções, que se propõem simplesmente defender os direitos do Povo Português!

Considerando que o Governo não depende da Assembleia Nacional (pelo menos imediatamente) e que a Oposição Democrática (porque não existe como partido ou pluripartido institucionalizado) não pode ter um conjunto de opções que traduzam uma completa contestação dos pontos de vista do Governo, no plano pragmático da política, os signatários propõem-se apenas realizar o seguinte esquema de acção, ao seu alcance como deputados:

I — Fora da Assembleia Nacional

a) Estreitar as suas ligações com o eleitorado, para melhor advogarem a causa do progresso agrícola, industrial e comercial de todas as regiões que integram o distriot de Aveiro.

b) Promover uma completa informação do eleitorado acerca dos trabalhos da Câmara dos Deputados, sempre que a Imprensa diária o não faça.

c) Contribuir por todos os meios ao seu alcance para uma generalizada politização do País, particularmente no que respeita à criação de uma consciente preocupação de fomento, no interesse geral do Povo Português

II — Dentro da Assembleia Nacional

a) Propor as necessárias alterações da Constituição Política vigente, por forma não só a implantar uma autêntica vida democrática da Nação, mas também a chamar todos os portugueses às responsabilidades da sua condição de cidadãos.

Para tanto, considera-se necessário, nomeadamente:

1. *Extinguir* o sistema corporativo (que os contribuintes têm dolorosa e inùtilmente sustentado) — sem descurar todavia uma justa reclassificação do pessoal respectivo no quadro do funcionalismo público — depois de rigorosa sindicância à origem das fortunas notòriamente acumuladas à sombra da organização.

2. *Restabelecer* o princípio da autonomia sindical, com supressão das medidas de tutela, coacção e inibição presentemente em vigor e com o reconhecimento de todos os direitos inerentes a tal autonomia

3. *Permitir* a legalização de partidos políticos em pé de igualdade com a União Nacional.

4. *Tornar* inequívocos e efectivos todos os direitos cívicos fundamentais consignados no artigo 8.º da Lei-base e na Declaração Universal dos Direitos do Homem (a que Portugal se encontra obrigado), o que implica não só a imediata extinção da censura, da P. I. D. E., dos Tribunais Plenários e das medidas de segurança por delitos de opinião, mas também a libertação de todos os presos políticos, a reintegração de todos os perseguidos por motivos ideológicos na plenitude dos seus direitos e o livre regresso dos exilados políticos ao País e ás suas funções

Vamos ás urnas com o desejo bem vincado de vencer as eleições

5. *Restabelecer* o sufrágio directo como processo para a eleição do Presidente da República

b) Importará ainda, na reforma a propor:

1. *Conferir* às comunidades regionais o direito de se pronunciarem acerca do seu enquadramento na divisão administrativa das autarquias.

2. *Valorizar* e dinamizar os municípios, com base na livre eleição dos presidentes e vice-presidentes das câmaras municipais

c) Alertar o País acerca do perigo que a situação do Ultramar constitui.

d) Lutar em todos os campos, por todos os meios e em todas as circunstâncias, pela adopção das medidas que determinem o desenvolvimento económico, sanitário e cultural das populações

e) Pugnar pela reestruturação dos serviços médico-sociais da Previdência, designadamente mediante o alargamento do seu quadro de enfermagem pela extinção de todas as restrições postas aos meios de diagnóstico e terapêutica e á livre escolha pelo doente de médico assistente, e pela supressão de todas as especulações com o preço dos medicamentos

f) Reivindicar todas as medidas que visem a promoção social da mulher, designadamente pela consagração do princípio de que — independentemente do sexo — a trabalhos idênticos devem corresponder salários iguais

g) Defender a moralização dos vencimentos dos funcionários públicos e dos trabalhadores em geral, bem como dos abonos de família e das pensões de aposentação, invalidez e familiares ou equivalentes, pela concessão de aumentos inversamente proporcionais aos seus montantes ou pela sua criação por forma a que os mínimos fixados sejam racional e humanamente calculados em função do nível médio do custo de vida.

h) Planificar correctamente uma solução imediata para o problema da habitação

i) Incrementar uma política autêntica de desenvolvimento sócio-económico das classes trabalhadoras, de modo a obviar aos aspectos negativos da hemorragia migratória

j) Defender intransigentemente os interesses do

(Cont. na página seguinte)

Problemas da industrialização do País

(Continuação da página anterior)

cional, mas além de ter uma acção muito limitada em relação ás necessidades económicas, os critérios práticos seguidos para a concessão de crédito ainda mereceriam uma análise crítica. Não há duvida também que a política fiscal pode ser um factor coadjuvante do processo de desenvolvimento económico, incluindo da industrialização, dentro de certos tipos de actuação, como estava no pensamento do sr. dr. Espregueira, visto não ser viável o levantamento de grandes barreiras alfandegárias, pois estamos dentro dum processo de integração económica europeia em que isso não é possível; mas há muitos tipos de actuação fiscal que podem ajudar. De qualquer modo, os estrangulamentos estruturais e básicos foram aqueles que nós todos já enumerámos e que não vale a pena referir.

Também foi posto pelo sr. dr. Espregueira o problema do planeamento regional e do desenvolvimento comunitário, um tema que só por si daria para outra mesa-redonda, com todas as questões que implica a respeito do subdesenvolvimento e dos desequilíbrios regionais dentro do nosso País, suas causas dentro dum panorama que nós verificamos estar cheio de dificuldades, com um agravamento do atraso relativo de diversas áreas nacionais. Mas não há duvida que para além de todos estes aspectos nós estamos de acordo nas posições fundamentais.

Também foi focado e tem interesse o problema da atracção dos capitais portugueses exportados. É claro que estou integralmente de acordo em que esses capitais deveriam estar ao serviço da economia nacional e não de interesses privados que não têm nada com os interesses nacionais. Nós não sabemos qual é a massa desses capitais, temos os numeros oficiais que devem estar aquém da realidade, mas mesmo por esses numeros sabemos que o seu montante terá tendido a crescer. Enquanto, segundo os numeros oficiais, em 1965 teria saído 1 milhão e 900 mil contos, em 1968 já tinham saído cerca de 4 milhões de contos — e isto são os dados do Banco de Portugal que não incluem os capitais porventura emigrados clandestinamente. Mas mesmo que eles não saíssem, a verdade é que há outro problema, o dos estrangulamentos que impedem o investimento. Quer dizer, mantém-se esse problema sobre o qual já nos debruçámos. É claro que muito mais se poderia dizer, mas como o tempo urge dou por finda a minha intervenção.

FLÁVIO MARTINS — Sempre que se fala em industrialização, na necessidade de reposição de capitais para o processo de desenvolvimento industrial, é quase certo que vem á tona de água o papel que pode desempenhar ou não desempenhar a entrada de capitais estrangeiros nesse processo de industrialização. Acontece até que certos grupos económicos do nosso País, como todos os de economia capitalista, advogam «tout court» sem nenhuma espécie de restrição, a introdução sem limites de capitais estrangeiros como forma de promoção duma industria e de desenvolvimento. Ora, é certo que o estudo das economias subdesenvolvidas e do papel que desempenham os largos investimentos de capitais estrangeiros nesses tipos de economia levantam problemas sérios que não podem deixar-se de ter em conta. Não sou daqueles que pensam que não pode nem deve nunca recorrer-se a capitais estrangeiros, porque, nos tempos que vão correndo, esses capitais podem definir-se não só pela entrada do numerário como pelo licenciamento de patentes e processos tecnológicos a que dificilmente um país subdesenvolvido pode deixar de estar atento e dificilmente pelos seus próprios meios, pode suprir estas deficiências tecnológicas. Todavia, há que delimitar aquilo que poderíamos chamar o patamar do perigo dum investimento estrangeiro, e esse patamar de perigo tem de ser perfeitamente concretizado nos limites em que os investimentos estrangeiros em determinado momento exportam para o seu centro de origem (através de dividendos) mais do que o investimento que operam em cada ano. Nestas circunstancias, quando se atinge este patamar, tais capitais não são mais progressivos no sentido de ajudarem ao desenvolvimento do país em que estão investidos, mas representam efectivamente a zona demarcada em que podem promover não o desenvolvimento mas e atraso. Por outro lado, esse patamar do perigo tem ainda de definir-se quando o nível dos rendimentos, é de tal monta que permite em cada ano a aquisição de novas empresas através dos lucros realizados no próprio país. Nesta altura estamos novamente numa zona de perigo em que se opera a apropriação da propriedade nacional, se opera uma transferência das propriedades nacionais para o capital estrangeiro duma forma invisível e altamente perigosa para o País. Quer isto dizer que devemos estar atentos ás formas de investimento do estrangeiro, á maneira como se operam, ao volume que representam. Sabendo-se o alto volume e o alto poder desses capitais, eles podem, pura e simplesmente, solapar a economia nacional, em detrimento dos seus próprios interesses e com liquidação não só do trabalho como também do próprio capital nacional.

ARMANDO DE CASTRO — Se me permitirem um rápido aparte, gostaria de trazer sómente uma brevíssima referência ás importações de capitais estrangeiros, problema que aliás demandaria uma larga análise. Só queria sublinhar que, não ignorando que nas condições do mundo moderno ocidental seria impossível fechar o País totalmente a essas entradas, considero ser política fundamental limitar o seu afluxo em vez de o fomentar. O problema põe-se fundamentalmente para os investimentos privados directos, que embora não constituindo a maior parte desses capitais (a maior parte são empréstimos ou financiamentos de mercadorias), no entanto se acumulam, além de que se recorre numa escala crescente á instalação económica privada através do próprio crédito interno português. E a propósito do patamar de perigo de que falou o sr. eng.º Flávio Martins, quereria só recordar que as cifras oficiais de saídas de rendimentos de capitais estrangeiros de Portugal são altamente elucidativas. Com efeito, em 1960 não teriam passado de 175 mil contos; em 1965, já teriam atingido 850 mil contos; em 1967, teriam andado á roda de 1 milhão e 250 mil contos; e em 1968, ter-se-iam situado na casa de 1 milhão e 600 mil contos.

MATEUS ESPREGUEIRA — Só queria acrescentar dois ligeiros esclarecimentos. Um respeitante á referência que fiz quanto á implicação que poderá ter num processo de industrialização o problema do «dumping» dos produtos estrangeiros. Quando me referi ao problema espanhol, eu quis dizer que a Espanha o fez ou soube fazer na devida altura. Positivamente, hoje essa solução afigura-se-me de mais difícil aplicação, na medida em que a tendência é a da integração económica ao nível europeu.

O outro, refere-se á necessidade urgente de se encarar a sério o problema do planeamento regional na medida em que se verifica, e isto por dados oficiais, que no ultimo decénio se confirma a existência de vincadas disparidades regionais no continente português. Por ultimo, é necessário também encarar-se frontalmente o tipo de industrialização ou de industrias a montar, porque se verificam ainda actualmente, continuar-se a cair em erros crónicos nesse campo. Posso apresentar como exemplo o que se está a passar com o incremento que a industria das celuloses está a tomar no nosso País. A curto prazo, tal incremento virá a constituir um grave problema na medida em que há uma insuficiência de matéria-prima para que o numero de unidades que já estão autorizadas, possam laborar em condições económicamente rentáveis.

MODERADOR — Como estamos no fim, devo, pois, concluir que a nossa passagem a País industrializado envolve problemas que, em resumo, diria que seriam de investimento, encaminhamento das poupanças, problemas de política de crédito, problemas de desenvolvimento da nossa agricultura duma forma mais harmónica com o desenvolvimento industrial, problemas de política fiscal, preparação de técnicos, problemas importantíssimos de planeamento não só nacional como regional, e problemas delicadíssimos duma utilização de capitais estrangeiros que terá de ser feita com os maiores cuidados e atenção.

Chegados ao fim, resta-me agradecer a todos, sr. dr. Armando de Castro, dr. Mateus Espregueira e eng.º Flávio Martins, todo o cuidado, atenção e boa vontade postos nesta discussão de problemas de tão grande importancia para o futuro do nosso País.

NOTA DA REDACÇÃO — Para esta mesa-redonda foram também convidados pelo «Diário de Lisboa» representantes da Associação Industrial Portuense e da União Nacional, que declinaram o convite.

Manifesto da Oposição Democrática de Aveiro

(Cont. da página anterior)

distrito de Aveiro, sempre que não se contraponham às conveniências gerais do país.

l) Desmascarar a demagogia do actual Governo, que — embora se afirme desejoso de recuperar a senda do desenvolvimento nacional — é afinal co-responsável, herdeiro e continuador de um regime político que fez dos portugueses os cidadãos de mais baix nível cultural e material da Europa.

m) Denunciar pùblicamente todas as negociatas atentatórias do interesse nacinal.

n) Fiscalizar efectivamente a acção do Governo, repondo na sua verdadeira dignidade a função dos deputados.

É assim que — sem prometerem nada que saibam não poder vir a cumprir — os signatários, candidatos a deputados pela Oposição Democrática do Círculo de Aveiro, chamam todos os homens e mulheres do distrito, para que, no interesse da região e do País, votem pela Democracia. Portugal terá de ser a Pátria livre e progressiva de todos os portugueses!

Aveiro, 2 de Outubro de 1969 — *Alcides Strecht Monteiro, Almor Viegas, Alvaro de Seiça Neves, Carlos Candal, Francisco Lima e José Rodrigues.*

— diz a C. D. E. de Braga

Da C. D. E. do distrito de Braga, recebemos o seguinte comunicado:

1. Uma vez mais se vão realizar eleições no nosso País. E vão ser essas eleições livres? Não. Em ditadura de facto — que é o regime sob o qual vivemos há mais de quarenta anos — nunca as eleições podem ser livres. Com efeito, a primeira condição para que as eleições pudessem ser livres seria a de existir um ambiente social e político de descontracção cívica, no qual a expressão da vontade dos cidadãos através do voto fosse uma consequência natural da vida política, diáriamente desenvolvida por cada um; ora, em Portugal — onde o exercício dos mais elementares direitos cívicos é proibido e reprimido — não existe o mínimo de condições sociais que impulsione os cidadãos a intervirem na vida publica. Aqueles que o fazem têm, portanto, de contrariar um ambiente político e socialmente preparado para impedir a expressão da vontade popular. No nosso País as eleições são um acto contra a natureza do regime.

Isto é assim, quaisquer que sejam as condições que se verifiquem na elaboração do recenseamento, no desenvolvimento da campanha de propaganda ou na efectividade da fiscalização do acto eleitoral. E, quanto a estes pontos fundamentais, o País já verificou, através das próprias notas que o Ministério do Interior tem emitido e da legislação há poucos dias publicada, que o Governo ainda não tomou nenhuma medida autêntica de onde se pudesse concluir que deseja efectivamente consultar o eleitorado e submeter-se ao seu voto. A tradicional política salazarista a este respeito está, portanto, a continuar-se.

2. Apesar de tudo isto, os democratas do distrito de Braga, unidos na C. D. E. — representando todas as correntes do pensamento político e os mais largos sectores sociais — deliberaram em 13 de Abril passado, por unanimidade, que suceda o que suceder, vão disputar as eleições.

Porquê? Porque o nosso objectivo imediato é o de contribuir para a construção, em Portugal, de uma sociedade democrática unica, onde se poderão exprimir os autnêticos direitos e interesses do povo — ou seja: uma sociedade em que todos participem activamente no processo de formação do poder, em que o rendimento do trabalho seja distribuído por forma cada vez mais equitativa, em que os serviços de educação, assistência, previdência e saude sejam gerais e embarateçam progressivamente, em que o homem não seja o simples objecto de um mecanismo económico — dominado e aproveitado por uma minoria — mas senhor de si próprio, integrado numa sociedade organizada com um fim expresso de lhe permitir a concretização das suas aptidões naturais.

Porém, este objecto imediato sómente se poderá alcançar através de uma acção política organizada, que — sendo constante, metódica e dinamica — mobilize cada vez mais largos sectores da população portuguesa. Ora, as eleições — mesmo falseadas — são um meio poderoso de acção mobilizadora se terminarem num acto político concreto e afirmativo porque o povo quer votar. Só indo ás urnas é que a nossa intervenção no acto eleitoral poderá projectar para o futuro a luta em que estamos empenhados pela conquista da democracia. Portanto, vamos ás urnas.

Mais: vamos ás urnas com o desejo bem vincado de vencer as eleições, apesar das fraudes e das violências que, porventura, tenhamos de enfrentar. Na verdade, confiamos no povo — no que está inscrito e no que não está inscrito nos cadernos eleitorais de recenseamento — e, por isso, não temos duvidas de que, se formos capazes de o mobilizar entusiásticamente, o povo poderá ultrapassar todas as barreiras e vencer as eleições. Sucedendo isso, quebraremos com essa vitória o monolitismo político salazarista, que continua a caracterizar o regime.

Fiéis intérpretes

3. Somos nesta luta, unica e exclusivamente, os porta-vozes das reivindicações populares do nosso distrito. E, sendo eleitos, seremos na Assembleia Nacional, unica e exclusivamente, os porta-vozes das reivindicações populares. Mas, como se traduzem, neste momento, essas reivindicações? Quais são elas?

O País vive horas difíceis. Muitos e graves problemas submergem o nosso presente e podem comprometer o nosso futuro, exigindo uma grande coragem cívica para os enfrentar e, pelo menos, debelar sem demora. Mas, que tipo de soluções estará o povo do nosso distrito disposto a perfilhar imediatamente? A generalidade dos homens não se move pelas simples ideias, mesmo muito generosas, que alguns possam ter dentro da sua cabeça. Quais serão, pois, as soluções capazes de serem compreendidas pelo povo do nosso distrito — compreendidas e aceites por tal forma que ele se disponha a lutar por elas?

Foi após termos respondido a estas perguntas que concluímos os estudos sobre a realidade nacional, nos quais apresentamos soluções imediatamente viáveis para debelar os problemas concretos que nos afligem. Tais soluções, sendo de conteudo democrático, contêm um dinamismo capaz de, uma vez executadas, promoverem sucessivamente a necessidade de outras mais arrojadas e progressivas, que nos lancem francamente no caminho da modernização da sociedade portuguesa. Vamos, portanto, apresentar soluções que o regime corporativo — emparedado nos seus estreitos limites — seja forçado a optar, em oposição aos seus princípios e á sua prática, perante o impulso do descontentamento e das reivindicações populares.

Seremos, assim, fiéis intérpretes dos actuais anseios de largos sectores da população, dando expressão prática mobilizadora á luta imediata pela melhoria das condições de vida do povo português e a uma acção política que, voltada para o futuro, seja cada vez mais consciente e exigente. Desta maneira lutaremos contra a «continuidade» da política salazarista de imobilismo que o Governo mantém, não tomando quaisquer medidas de fundo para resolver os nossos reais problemas.

«Os destinos de Portugal nas mãos dos portugueses»

4. Estamos convencidos — e foi esse o mandato que nos conferiu a assembleia dos democratas do distrito de Braga, reunidos na C. D. E., quando em 27 de Julho passado nos elegeu seus candidatos, por voto secreto — que esta é uma forma válida de, neste momento, lutar pelo progresso do povo português. Um povo inteligente e trabalhador, de quem o regime fez, deliberadamente, o mais atrasado da Europa e que merece um destino melhor. Mas só o poderá alcançar quando, enterrado o salazarismo, conquistar o direito de se esclarecer sobre os seus problemas e as causas que os provocaram, quando tiver conquistado a possibilidade de optar em liberdade, pelos caminhos que julgar mais convenientes. É necessário pôr os destinos de Portugal nas mãos dos portugueses.

Isso, porém, não sucederá enquanto «continuar» a política salazarista do Ultramar, «continuar» a política salazarista de apoio ao latifundio e ao capital monopolista; «continuar» a política salazarista do partido unico; «continuar» a política salazarista contra a juventude; «continuar» a política salazarista do ensino de mentalidade medieval e destinado a favorecer certas classes; «continuar» a política salazarista do corporativismo; «continuar» a política salazarista de repressão.

Apelo

Enquanto não for destruída a política salazarista — cujos amargos frutos já hoje toda a gente deplora — o nosso povo não alcançará um melhor destino. Isso, contudo, não se obtém com a aplicação, por via administrativa, de algumas medidas de circunstancia — destinadas a dar verniz novo á superfície, mas deixando o fundo pantanoso em que estamos atolados tal e qual como no passado.

A política salazarista continua enquanto forem usadas, como meio de iludir o povo, a demagogia emocional e a criação artifical de histerismos colectivos, que impedem o estudo imediato e sereno dos problemas nacionais, a análise objectiva e responsável da nossa verdadeira situação nos diversos sectores da administração publica e as opções ponderadas e sem paixão que devemos tomar para os resolver.

Eis porque dirigimos um apelo a todos os homens e mulheres de boa vontade, estejam em que sector estiverem da política nacional, para que repudiem activamente os processos da demagogia emocional, para que não colaborem na criação de histerismos colectivos e exijam que os nossos problemas sejam apresentados sem mentira, tal e qual como são, a fim de poderem ser conscientemente estudados e serenamente discutidos.

Nós propomo-nos dar, para isso, a nossa contribuição, enviando diáriamente aos jornais, durante a campanha eleitoral, a nossa posição clara sobre os problemas ultramarino, cultural, das relações entre a Igreja e o Estado, da emigração, financeiro e económico, de habitação, da saúde e assistência, da previdência social, do desporto, administrativo, internacional, corporativo, do turismo, da mulher, da juventude e da moralidade publica.

E, na Assembleia Nacional, lutaremos intransigentemente pela concretização das soluções que agora vamos apresentar, na certeza de que, nos ultimos 43 anos, pela primeira vez se fará ali ouvir a voz dum povo até aqui inteiramente abandonado á sua sorte, mas que — solidário connosco e nós com ele — retomará o seu destino em busca de um Portugal melhor e mais feliz.

Os candidatos da Comissão Democrática Eleitoral (Lista D) a) *A. Marinho Dias, Eduardo Ribeiro, J. A. Santos Simões, José Sampaio, Lino Lima, Margarida Malvar.*

A declaração da C. E. M. sobre o Ultramar

A Comissão Eleitoral Monárquica pediu-nos a publicação do seguinte esclarecimento:

«Por lapso dactilográfico dos nossos serviços, saltou uma linha no texto distribuído á Imprensa, sobre o Ultramar. Como a falta dessa linha prejudica gravemente a compreensão do sentido, solicitamos a publicação completa do seguinte passo: «Como a própria Hisória o demonstra, foi este princípio de identidade que prevaleceu no processo secular de relações recíprocas entre o velho reino do Ocidente e os diversos reinos, de variadíssima importância, que foram entrando no circuito da mesma economia, da mesma política *e, em certa medida, da mesma religião. Apesar de todas as infiltrações da política* colonialista, o que a Republica de 1910 herdou dos Reis de Portugal foi uma Nação constituída por terras e povos da Europa, da África e do Oriente.»

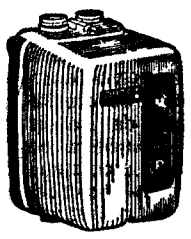
NÃO COMPRE

Aparelhagem eléctrica Télémécanique se só pretende o que é mais barato.

COMPRE porém

Télémécanique

se a sua preocupação é economizar adquirindo qualidade a bom preço.



Os contactores-disjuntores e arrancadores automáticos Télémécanique são equipados com relés diferenciais. *Os únicos que protegem totalmente os motores contra falta de fase ou sobrecarga.*

Telemec R. D. Estefânia, 32-3.º Dto. Lisboa Tel. 51486
Av. da Boavista, 301 Porto Tel. 64611

CASACOS DE CABEDAL E CAMURÇA

Os nossos novos modelos para a estação corrente são uma tentação para o seu bom gosto. Confeccionamos por medida qualquer modelo para Homem ou Senhora.

VERISSIMOS
Av. Guerra Junqueiro, 8-C

A reforma da Universidade

(Continuação da página 12)

víduos que estão a ser formados pelas Universidades, depois de formados vão trabalhar com essas e nessas industrias. E nós caminhamos a passos largos para isso. Nós, e quando digo nós, digo a Europa, não digo determinadamente Portugal, ainda estamos feliz ou infelizmente, muito longe disso

GOUVEIA MONTEIRO — Eu creio que o sr. prof. Paulo Quintela tem muita razão naquilo que diz, nós, de facto, sobretudo nas Faculdades tipo científico, estamos a sentir dificuldades de recrutamento, por concorrência de empresas particulares. Não sei se isso terá um remédio eficaz ou se não tem, mas estou convencido que justamente a crise em que se encontra a Universidade, as fracas condições de atracção que representa para os seus licenciados mais qualificados é uma das razões dessa fuga. Não posso prever, exactamente, colocada a Universidade noutro pé mais satisfatório, se isso será suficiente para os reter, mas se me pusessem esse dilema a mim próprio eu ficava mesmo. Não sei, isto depende indiscutivelmente da estrutura individual de cada pessoa, mas o que tenho como certo é que uma Universidade que tenha outras condições de atracção, não só pelos vencimentos, mas pelas condições de trabalho que fornece a cada um, terá muito mais possibilidades de vencer nessa disputa com empresas particulares do que tem uma Universidade mal montada e que não dá a justa retribuição nem as devidas condições de trabalho aos seus membros.

LINHARES FURTADO — Eu desejaria salientar que colocava o problema das relações entre a Universidade e as grandes potências de desenvolvimento económico de um país num plano um pouco diferente daquele que foi considerado pelo sr. prof. Paulo Quintela. Naturalmente, que a absorção dos bons elementos saídos duma Universidade será, necessàriamente, num país de regime ocidental, ou de tipo ocidental, sempre feito pelas empresas. A afixação desses elementos na Universidade exige dois pontos fundamentais: a modificação das suas condições de trabalho e as remunerações e a previdência em relação ao seu futuro. Parece-me que estes são pontos fundamentais, sem isso, naturalmente, as grandes empresas representarão sempre um atractivo extraordinário. Mas, eu, referia-me essencialmente à investigação e à orientação superior dentro das grandes empresas industriais, por exemplo. Essa exige sempre elementos qualificados que saem da Universidade. Portanto, são feitos pelas Universidades. Logo, as próprias empresas têm interesse em que essas Universidades os preparem o melhor possível, até um ponto de alta especialização, e só depois, em problemas muitíssimo específicos é que, naturalmente, as empresas montam sistemas de investigação próprios e adequados ao tipo de trabalho a que se destinam, claro. E acontece, por exemplo, em todo o mundo, a existência de grandes institutos de investigação científica particulares, com fundações próprias, entre os quais e as universidades existe uma colaboração extraordinária. Era só este o ponto que eu queria focar. Aliás, se me dão licença, já agora, então isso é o que eu costumo chamar uma fuga de verbas interna, a juntar àquela fuga de verbas externa que ainda é mais grave e mais importante, e que já, embora não seja ainda sentido no nosso País, eu julgo já ser uma realidade. E eu relembro, por exemplo, a quantidade de médicos portugueses que se fixam na América do Norte, no Canadá e noutros países, e físicos, químicos, etc. Essa fuga é importantíssima.

PAULO QUINTELA — Resta agora saber se essa fuga externa é da iniciativa dos que fogem ou se lhes é imposta? Nós estamos a exportar valores, ou melhor, estamos a ceder valores intelectuais e científicos a outros países quando temos agsoluta necessidade deles. Nós estamos a conduzir o País a um estado de ausência de cientistas, e isto já há muito tempo. E isto é um mal muitíssimo grave que urge reparar. E não tenhamos dúvidas de que as circunstâncias universitárias assim continuam, os melhores valores das Universidades portugueas, e não só dentro das técnicas, não terão outro recurso para a sua própria valorização que não seja o ausentarem-se do País. É isto, exactamente, que urge remediar, porque é uma ferida muito grave e muito funda no corpo da nação. Aliás, e retomando aquilo que o sr. prof. Linhares disse, eu não considero objecção o que acabo de dizer, mas sim confirmação exactamente do meu ponto de vista. É evidente que há uma colaboração das Universidades com essas empresas privadas, mas o que eu quis dizer é que, para empregar a palavra em moda, o desfazamento da Universidade com o seu ambiente chega a este ponto de as empresas privadas tomarem a iniciativa perante as Universidades de dizerem aquilo que lhes convém e que têm necessidade.

MODERADOR — Se é possível fazer uma síntese muito neutra das contribuições até aqui somos levados á conclusão de que cabe uma grande responsabilidade á política educativa do Governo na conjugação do desenvolvimento económico e do desenvolvimento dos recursos humanos e que, portanto, qualquer tentativa de solução que envolva, evidentemente uma reforma, estrutural e radical da Universidade pressupõe uma conjugação inteiramente económica e inteiramente educativa. Isto não nos dispensa apesar de tudo de propor algumas soluções concretas e de advir se assim o entenderem às condições de viabilidade dessas soluções; deixo isso

Paulo Quintela

Victor Matos e Sá

ao vosso critério. Se o prof. Gouveia Monteiro quiser pronunciar, faz favor.

GOUVEIA MONTEIRO — Numa rápida enumeração aponto algumas das medidas que considero fundamentais: 1.ª criar mais escolas, provàvelmente mesmo mais Universidades, 2.ª alargar amplamente os quadros docentes, 3.ª rever profundamente o regime de trabalho do pessoal contratado colocando-o a um tempo integral, em vencimentos adequados e cobertos pelo seguro social para si e seus familiares, 4.ª modificar o protocolo das provas de acesso ao professorado, 5.ª reformar completamente os planos de estudos das Faculdades, 6.ª modificar drásticamente as técnicas de ensino e da avaliação do aproveitamento escolar, 7.ª democratizar o ensino abrindo-o largamente aos mais altos seja qual for a sua origem social, 8.ª instituir um ensino de post-graduados, 9.ª promover a cultura física e intelectual dos alunos de todas as escolas; 10.ª, criar uma carreira de investigação científica e fomentar e coordenar as actividades de pesquisa; 11.ª, colaborar activamente com a Nação no estudo e resolução dos seus problemas técnicos e culturais. Programa imenso que obrigará a uma tremenda mobilização de inteligências e de cabedais o que nos inspira é mais uma prova do nosso atraso.

LINHARES FURTADO — Concordo plenamente com a sintetização do prof. Gouveia Monteiro, mas gostaria de acrescentar alguma coisa sobre o ponto que considero de particular importância — o recrutamento da população escolar, problema que se projecta para muito antes da Universidade, porquanto a promoção social de um desenvolvimento económico que acondiciona concomitantemente com outros factores variados, se processa a um ritmo que não poderá alterar ràpidamente a desigualdade na oportunidade de acesso aos graus superiores de instrução. Creio que só uma actuação directa ao longo da trajectória educacional do cidadão, como medida de emergência sobreposta a medidas fundamentais, pode trazer à Universidade uma massa estudantil de potencialidades uniformemente mais elevadas. Refiro-me à selecção desde os bancos da escola, à larga atribuição de bolsas de estudo aos mais dotados, à sua orientação precoce na escolha dos cursos de acordo com as suas potencialidades e necessidades nacionais. A selecção deverá apurar-se ainda mais nos primeiros anos da Universidade e não exclui a possibilidade de a admissão às faculdades incluir exames que visem estes objectivos. Uma planificação superior deve considerar as necessidades nacionais em técnicos, professores, investigadores, cientistas e orientar as admissões à Universidade de acordo com estas previsões, o que evitará as discrepâncias entre formaturas e oportundades de colocação e aproveitará melhor o potencial humano com graus elevados de preparação científica. Admito, por isso, o estabelecimento de vagas para a admissão a certas Faculdades; é evidente a necessidade de ampliação progressiva das estruturas e equipamento e pessoal docente de acordo com o aumento da população escolar.

PAULO QUINTELA — Eu concordo plenamente com a síntese que nos acaba de dar o prof. Gouveia Monteiro, adopto-a, mas ponho as minhas reservas àquilo que acaba de dizer o prof. Linhares Furtado. A democratização do ensino, claro, que tem de ser acompanhada pela promoção social e económica da população portuguesa, é evidente, a longo prazo, claro, estas coisas não se fazem do pé para a mão e tudo leva o seu tempo, mas um ponto queria eu referir, especialmente, chamando às coisas os seus nomes tradicionais o sr. dr. Linhares Furtado advoga que pelo menos para certas escolas, em determinadas circunstâncias é a introdução para a entrada nas Universidades, e isso é uma restrição cultural que eu de maneira nenhuma posso acreditar. Sou eliminarmente contra em qualquer dos casos e isso é cercear as oportunidades de acesso à cultura de qualquer cidadão. Admitindo mesmo que seja possível uma orientação profissional a longa data, e eu não sei se no País haverá possibilidade de proceder nesse sentido, a verdade é que temos que respeitar a iniciativa individual para ser orientado num ou noutro sentido e não podemos de maneira nenhuma ou não devemos cercear as possibilidades de alargamento e de aprovietamento cultural dos indivíduos. Aproveito a oportunidade para dizer que o sistema de recrutamento vigente hoje nas Universidades e é o célebre exame de aptidão á primeira matrícula nas Universidades é um contra-senso. É um contra-senso e começa por ser em primeiro lugar uma exauteração de todo o ensino secundário e um grau determinado de ensino considera um indivíduo apto para a vida, portanto em princípio capaz de continuar a sua carreira educativa e há depois uma peneira, aliás, de malhas muito largas, que se chama o exame de aptidão à Universidade; nós que estamos presentes, sabemos todos os resultados negativos dessa prática que tem de pôr-se de lado o mais depressa possível. Como nós confiamos num ensino disseminista nas nossas escolas secundárias e não confiamos, se não confiamos podemos fazê-lo por duas razões ou é insuficiente e então adoptamos medidas que o tornem suficiente ou então se ele é suficiente e se é suficiente todos os alunos que tendo obtido as condições de ensino secundário julgadas suficientes para a entrada nas Universidades. Se se quer ir para uma selecção mais rigorosa, então teremos de ir por outro caminho e nunca por este que temos vindo adoptando há algumas dezenas de anos sem vantagem visível para ninguém.

GOUVEIA MONTEIRO — Se o nosso moderador me dá licença eu faria a mim mesmo e aos meus companheiros de mesa uma última pergunta. Exigirá o programa que propus condições políticas especiais para poder ser levado a cabo? Pessoalmente creio que sim. A crise a que chegámos e o caminho que para ela nos foi fazendo resvalar encerra em si duas grandes condições que é necessário aprender; condições tais que não nos são exclusivas, antes representam a aplicação neste caso particular de leis históricas muito mais genéricas. Em primeiro lugar é desastroso tentar pôr uma barreira irredutível à evolução social; o progresso da humanidade faz-se através de uma luta permanente entre o «ser» e o «dever», entre a reacção e a revolução, tomadas no seu bom sentido, se queremos que o percurso se faça pacificamente é mister que uns sejam demasiado revolucionários e os outros demasiado reaccionários. Em segundo lugar não se pode saber o futuro de uma instituição sem ouvir cuidadosamente o que dele pensam os que a constituem e quantos dela dependem, ouvindo-os em toda a sua sinceridade, seja o que for que eles tenham para dizer, ora para que uma Universidade, professores, alunos e restante pessoal possa dizer tudo quanto pensa é indispensável que lhe seja contenida inteira liberdade sem que do seu uso possa advir qualquer prejuízo. Por isso, e porque o trabalho se processa nas suas escolas, exige a maior tranquilidade, penso que a Universidade como instituição deve ser despolitizada. Isto implica imediatamente duas consequências: 1.ª, que a Universidade goze de liberdade absoluta sendo ela própria a escolher as suas entidades e corpo dirigentes; 2.ª, seja permitida a livre acção política fora das aulas e ninguém pode estranhar que professores e alunos, indivíduos a agir politicamente em local próprio acabem por o fazer onde não deviam. Colocada à margem da política, então, poderá a Universidade trabalhar proficuamente e contribuir como dizia o dr. Vítor Matos na sua introdução para a promoção de uma mobilidade social ascendente sem quebra da paz que todos desejamos.

LINHARES FURTADO — Concordo, portanto, com as linhas gerais expostas nesta sintetização do prof. dr. Gouveia Monteiro mas gostaria de acrescentar que a concretização dos seus ideais exige um alto espírito de civismo que infelizmente muitas vezes não existe nas partes em causa na questão universitária.

PAULO QUINTELA — Estou absolutamente de acordo com aquilo que o sr. dr. Gouveia Monteiro acaba de dizer; também estou de acordo com aquilo que o sr. dr. Linhares Furtado acaba de dizer com a exigência de civismo. Simplesmente eu queria dizer que o civismo é uma noção englobante.

MODERAOR — Cabe ao moderador pronunciar-se sobre esta reunião e queria muito simplesmente chamar a atenção para um facto que os testemunhos aqui apresentados quanto à complexidade dos problemas, a riqueza embora um pouco dispersa das contribuições, inevitàvelmente dispersa, aliás, mas note-se que quanto aos princípios e aos meios de solução a consciência de que essas soluções embora igualmente urgentes podem ser a curto, a médio e a longo prazo, constituem também um testemunho de civismo e da possibilidade ideal de perspectivas diferentes. Como esta reunião se destina a um meio colectivo de comunicação como o «Diário de Lisboa» que é também o agente educativo, parece-me que como última lição a tirar desta reunião haveria o interesse de sublinhar como estes testemunhos de civismo e de capacidade de diálogo se poderiam repetir em todas as circunstâncias da vida nacional e não apenas a título excepcional na contextura presente. Parece-me que estarão todos de acordo com esta síntese que diz respeito só ao acto concreto de aqui estarmos a discutir e à finalidade cívica deste acto e se alguém discordar agradeço que se pronuncie e se não discordarem está encerrado este debate.

Listas do Círculo Eleitoral de Lisboa

Lista A — U. N. (União Nacional)

Lista B — C. E. U. D. (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática)

Lista C — C. E. M. (Comissão Eleitoral Monárquica)

Lista D — C. D. E. (Comissão Democrática Eleitoral)

A C. E. U. D. do Porto replica à U. N. de Lisboa

Da C. E. U. D. do Porto recebemos, com o pedido de publicação, o seguinte comunicado:

«Disséramos, quanto ao primeiro ano do Governo de Marcello Caetano, que «todo o saldo se cifra em abraços e sorrisos».

Saiu-nos á estacada a U. N. de Lisboa, a fazer uma enumeração minuciosa e quase completa de quanto o «Diário do Governo» publicou neste ano e dos passos que o presidente do Conselho deu.

Vamos a ver se entramos no caminho do diálogo frutuoso e, para tanto, há que equacionar sèriamente os problemas.

Quem ouvir os governantes de hoje, fica a saber, por eles próprios, que a recuperação exigirá «trabalhos ciclópicos».

Sabe hoje toda a gente — antes só nós o dizíamos — que somos o ultimo ou penultimo país da Europa em nível de vida, apesar de um regime autocrático ter sacrificado pessoas e liberdades a um fomento económico que não se fez.

Está feita perante todos os portugueses conscientes a prova da incapacidade do regime, tal como existiu em quatro decénios, para conduzir o País a um nível económico que lhe permita enfileirar com os demais povos europeus.

Que se fez de válido, que opções se tomaram, que linhas de rumo diferentes se abriram durante mais de um ano?

No domínio da política interna não houve coragem de alterar nenhuma das estruturas básicas do regime.

Em política externa impunha-se também uma abertura, estabelecendo relações políticas e económicas com todos os povos do Mundo, pois, pobres como somos, não nos podemos dar a luxos ideológicos que nem os povos ricos têm.

Quem quiser ter uma ideia do «prestígio» do Governo no estrangeiro só precisa de dar uma volta pela Europa para ficar devidamente esclarecido.

No plano económico diz a U. N. que «precisamos de andar mais depressa». Andar mais depressa não é, como se pretende, criar gabinetes ou departamentos e organismos burocráticos, que normalmente só servem para andar mais devagar.

Para se acelerar o fomento económico é preciso, como nos demais sectores, que se busquem caminhos novos — os mesmos a Europa Ocidental já percorreu há muitos anos.

No plano da educação — condição primária de um programa de fomento económico — não tem o regime sequer «estruturas mentais» que lhe permitam criar técnicos, investigadores e cientistas, pois sempre praticou a anticultura, o obscurantismo e o culto do passado, no receio (que até chegou a ser publicamente confessado!) de eliminar a possibilidade de um proletariado intelectual.

O problema que, neste campo da educação, se pôs ao Governo de Marcello Caetano por forma aguda foi o dos estudantes de Coimbra. E havemos de convir, pelo menos, em que o Governo não foi feliz na tentativa de solução da crise: falta-lhe o jeito dialogante.

A U. N. falou ainda das reformas do Ministério da Justiça. Os muitos advogados desta Comissão, e com a devida vénia, não se deram conat de qualquer reforma que mereça tal nome.

Quanto á política de salários, nada adianta prometer aumentos quando há eleições. Os trabalhadores hão-de finalmente aperceber-se de que a elevação de salários a níveis de justiça se faz com sindicatos livres e com o direito á greve.

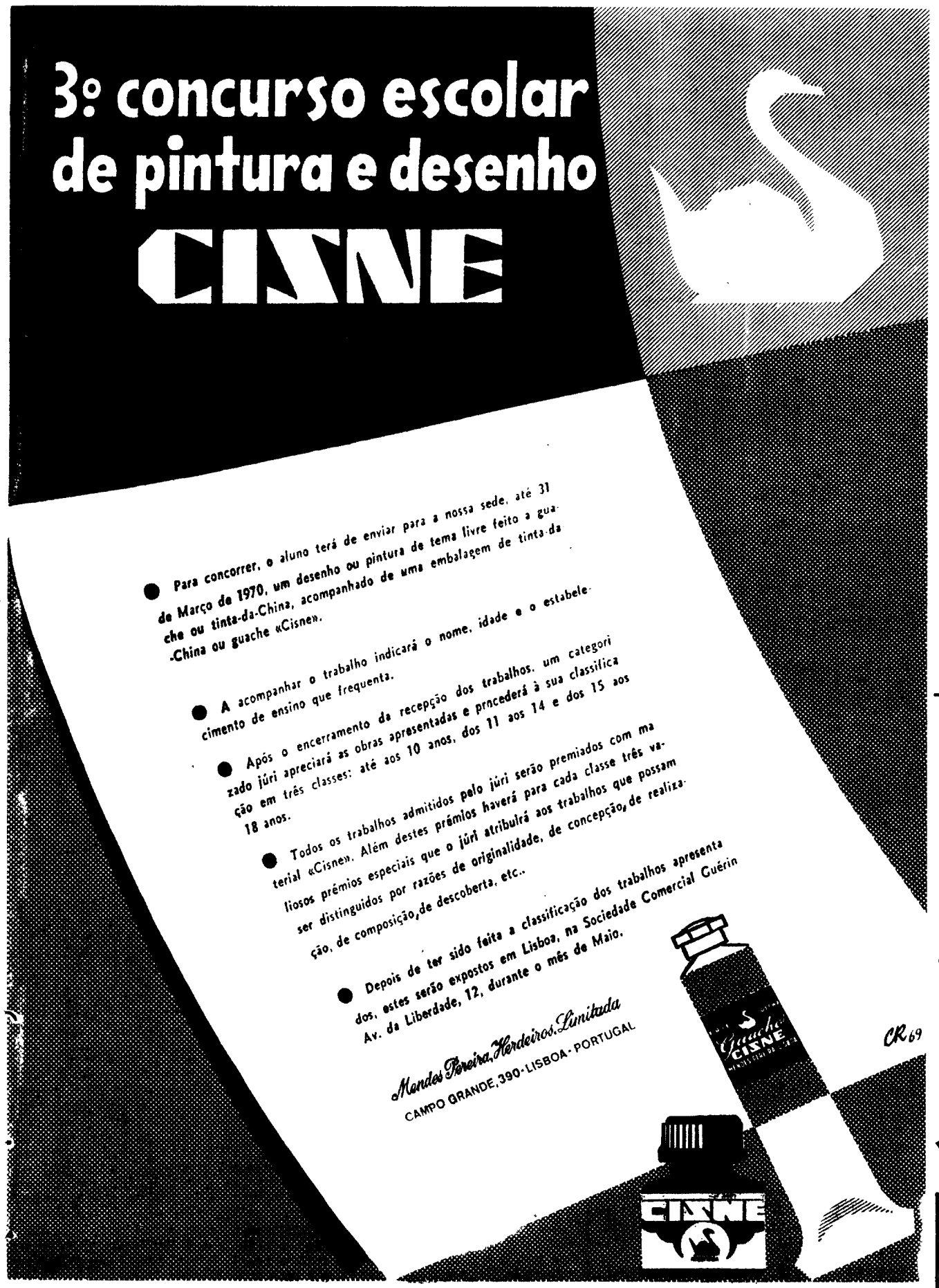
Sobre o problema da agricultura que se fez ou se projecta fazer para a lavoura sair do estado de crise em que se mantém?

Que rumo novo se tomou quanto ao problema do Ultramar?

Governar exige imaginação e sobretudo coragem para se romper com estruturas anquilosadas, eliminando definitivamente uma plutocracia que impede o progresso do País.

As reformas de pormenor e o estilo pessoal diferente não são caminho adequado para o arranque económico que importa fazer.

Que nos diga concretamente a U. N. quais são os novos caminhos?



«Vamos perder as eleições mas ganhámos já a campanha eleitoral»

— disse um orador na sessão da C. E. U. D. efectuada em Sintra

Com a assistência de operadores da televisão holandesa, italiana e sueca efectuou-se anteontem á noite, em Sintra (Cine-Teatro Carlos Manuel), mais uma sessão de propaganda eleitoral promovida pela C. E. U. D. En-

A candidata Etelvina Lopes de Almeida falando na sessão da C. E. U. D. em Sintra

contravam-se também presentes individualidades socialistas de vários países. O dr. Mário Soares, no uso da palavra, disse que uma vez que a Televisão portuguesa quase nada transmitia das sessões da Oposição Democrática, era justo, nesse caso, que câmaras estrangeiras registassem o entusiasmo do povo português no decurso da presente campanha eleitoral.

A sala, de pé, aplaudiu os operadores estrangeiros.

— *A Democracia em Portugal está a sair do isolamento em que se tem encontrado* — afirmou o dr. Mário Soares.

Referindo-se ao acto eleitoral do próximo domingo, acentuou o orador:

— *Não são eleições livres as que vamos disputar. São eleições controladas. Mas vamos ás urnas para que nos habituemos a cumprir um dever cívico que jamais deverá ser minimizado.*

— *Qual a solução para o problema do Ultramar?* — Perguntou o orador. E respondeu: — *A via diplomática. E, assim, talvez Angola, Moçambique e Guiné se transformem em países como o Brasil, que é nosso amigo e nunca nos poderá esquecer.*

Disse ainda o dr. Mário Soares que os problemas nacionais devem 'ser 'discutidos «na praça publica» e «não em gabinetes.»

NÃO INTERESSA AO POVO PORTUGUÊS UM TURISMO SÓ PARA RICOS

A candidata ceudista Etelvina Lopes de Almeida, que falou a seguir, aludiu á falta de infra-estruturas turísticas em Sintra.

— *Há zonas do concelho* — disse — *que ainda não possuem esgotos e água canalizada.*

Afirmou que «turismo é o abraço de um povo a outro povo».

— *Interessa* — sublinhou — *que possamos instalar entre nós o homem médio de todos os países. Um turismo só para ricos não contribui, de maneira nenhuma, para o engrandecimento do nosso povo.*

CAPITALISTAS PORTUGUESES

— *Vamos perder as eleições no próximo domingo, mas já ganhámos a campanha eleitoral* — disse, aplaudido pela assistência, o candidato Jaime Gama.

Acusou os nossos capitalistas de nem sequer saberem ser capitalistas.

— *São meros negociantes que unicamente pensam no lucro* — disse.

O orador seguinte, Carlos Megre, defendeu «a contestação da juventude» e afirmou que «para se ter consciência política é necessário ter consciência da alienação em que se vive».

Dirigindo-se aos jovens presentes, pediu-lhes que «alargassem a frente de contestação», a fim de que surja «uma sociedade nova no nosso País»

— *O caminho da juventude é o caminho da imaginação, e um poder livre e democrático é um poder de imaginação* — disse Carlos Megre.

O candidato dr. Sousa Tavares definiu o que se deve entender por alienação. Sublinhou as limitações impostas á campanha eleitoral e afirmou que «o Governo entende a eleição de deputados á Assembleia Nacional como um acto revolucionário».

Tudo em Portugal passa pela política. Nada poderá ser feito sem antes ter sido resolvido o problema político.

Apelou finalmente, para a pressão popular a fim de que se torne possível a instauração de um Estado democrático no nosso País.

A sessão terminou vibrantemente, cantando a assistência (a maior até agora registada no Carlos Manuel) o Hino Nacional.

No comício da C. E. U. D. do Porto em Santo Tirso, quando discursava a candidata, poetisa Sofia de Mello Breyner Andresen

A palavra democracia significa governo do povo

— afirmou em Santo Tirso a escritora Sofia de Mello Breyner Andresen (C. E. U. D.)

PORTO, 23 — No edifício fabril do sr. Augusto Pereira de Lima, no lugar da Ponte, S. Tomé de Negrelos (Santo Tirso) a C. E. U. D. do Porto promoveu, anteontem á noite, mais uma sessão de propaganda eleitoral.

Presidiu o candidato sr. dr. Artur dos Santos Silva, ladeado pela sr.ª D. Sofia de Mello Breyner Andresen, drs Coelho dos Santos e José Luís Nunes (candidatos), dr. Olívio França e sr. Augusto Pereira de Lima.

Abriu a reunião o dr. Santos Silva que fez algumas considerações críticas á política do actual regime.

Seguiu-se o sr. dr. Coelho dos Santos que disse falar para trabalhadores que queriam saber aquilo que os candidatos da Oposição pensam. Assim, abordou o problema da crise da indústria têxtil, nomeadamente em Santo Tirso. Focou o problema dos operários e teceu considerações acerca das suas reivindicações, dizendo que um dos deveres mais elementares que lhes é devido é o do direito á greve, reconhecida nos países civilizados e até pela própria Igreja. Abordou, ainda, o problema da emigração e do ensino, terminando por pedir a todos os presentes que se interessem pelos problemas do nosso País, nomeadamente pela sua política para que Portugal possa um dia a vir a ter dignidade cívica.

Foi dada, depois, a palavra á sr.ª D. Sofia de Mello Breyner Andresen que em certo passo do seu brilhante discurso, interrompido várias vezes pelos aplausos da assistência, disse: «A palavra Democracia significa Governo do Povo. Um Governo democrático é um Governo que diz a verdade ao Povo e que ouve a verdade que o Povo lhe diz.

Queremos um Governo que nos oiça. Um Governo que oiça o rumor do sofrimento que se levanta da terra portuguesa, esse sofrimento que arrasta os trabalhadores portugueses para tão longe das nossas fronteiras.

E é por isso que a nossa atitude é um constante apelo á inteligência e á cultura. Pois a cultura forma um homem livre, um homem que sabe criticar, que sabe escolher, que não se deixa dominar.

E por isso penso que um dos primeiros direitos e um dos primeiros deveres do povo português é lutar pela sua dignidade cultural.

Pois o homem não tem só o direito ao trabalho, ao salário justo e ao pão de cada dia. O homem tem também direito á dignidade intelectual que lhe dá a cultura porque todo o homem tem direito a ser inteiramente humano».

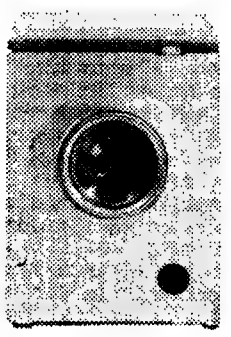
«PODER QUE SE DECOMPÕE E FRACCIONA»

Falou, depois, o sr. dr. Olívio França que fez uma análise do momento eleitoral, concluindo da seguinte forma: «Não é com estas eleições que daremos o passo aos que, teimosamente, impiedosamente, querem continuar a governar. Mas se todos cumprirmos o nosso dever, votando, ficará a realidade a iluminar com a sua luz viva as terríveis sombras das simulações desmascaradas, e abriremos, deste modo, largas brechas num poder que se decompõe e se fracciona».

Falaram, ainda, os srs. Delfim Moreira Garcia e o candidato dr. José Luís Nunes, que teceu largas considerações acerca do problema dos trabalhadores e dos salários irrisórios que auferem o que os impede de dar aos filhos a educação que têm direito, por essas e outras reivindicações, disse, iriam lutar — caso fossem eleitos — os candidatos da Oposição.

A sessão terminou com a assistência a cantar o Hino Nacional e com vivas á Democracia, á Liberdade e á República.

Candy
LAVA
LAVA
LAVA
LAVA



CANDY a máquina de lavar criada pelo homem para criada da mulher

OLIVEIRA
Electrodomésticos
Av. Almirante Reis, 91-A
sem entrada * sem fiador
Telefones: 53 08 38 53 63 08 53 83 23 32 69 31

O III Plano de Fomento prevê a criação de 120 dispensários materno-infantis (alguns dos quais já em funcionamento)

— recorda o Ministério da Saúde em resposta a críticas da Oposição

Recebemos do Ministério da Saúde a nota que a seguir publicamos:

1. O Ministério da Saúde e Assistência acompanhou toda a campanha eleitoral com o devido cuidado, pois esperava que, do confronto de ideias, haveria de receber esclarecimentos e sugestões que muito o ajudariam no desempenho das responsabilidades que lhe cabem perante a Nação. Esperava indicações sobre carências que, porventura, não fossem até agora justamente avaliadas e, sobretudo, contava com propostas concretas para correcção de métodos de trabalho.

Tem de afirmar-se, em pura objectividade, que esta esperança saiu completamente frustrada. Não significa isto que não tenham sido indicadas com acerto algumas insuficiências dos serviços e do trabalho realizado, ou que algumas das sugestões apresentadas não sejam válidas. O que queremos dizer é que, tanto no inventário das necessidades, como nos esquemas de soluções, nada apareceu de original ou capaz de invalidar os princípios e propósitos já estabelecidos ou anunciados. Ressalva-se, evidentemente, o caso de soluções de tipo socialista que apareceram um tanto camufladas e que, essas sim, repugnam em absoluto ao nosso sistema e á nossa filosofia política.

2. De uma maneira geral, as críticas formuladas visaram resumidamente os seguintes pontos:

1) O estado sanitário do País, com particular insistência nas taxas de mortalidade infantil;

2) A descoordenação dos serviços de saúde, especialmente no campo hospitalar, e a necessidade de um serviço nacional de saúde;

3) A insuficiência das dotações orçamentais;

4) Os problemas relativos á formação e remuneração de pessoal.

*

1. Tem sido dito e está escrito nos documentos oficiais que o estado sanitário do País está longe de atingir o ponto julgado óptimo, comparativamente com o dos países mais evoluídos da Europa, e que há ainda muito para fazer em todos os sectores para se alcançar a plenitude da satisfação.

Concretamente insiste-se em especial na citação de taxas de mortalidade sem referir a baixa gradual que se vem verificando em grande parte em consequência do Programa Nacional de Vacinações, cuja realização, em tão larga escala, muitos nunca julgaram possível (23 milhões de inoculações de 1965 ao 1.º semestre de 1969).

No caso especial da mortalidade infantil, cujas taxas mantêm tendência decrescente, houve manifesto esquecimento de dizer que está previsto no III Plano de Fomento a criação de 120 dispensários materno-infantis, alguns dos quais já em funcionameto. A sua acção é de primordial importancia para a melhoria das condições da saude da população, dado que o seu funcionamento se baseia na na educação sanitária, realizada não só pelos próprios serviços mas também nas escolas e nos domicílios.

2. Se se pede um serviço nacional de saude, não se quer falar da socialização da Medicina, mas sim de «racionalização planificada de captais e dos meios em bases científicas e técnicas», pondo em acção coordenada todos os sectores ou departamentos que têm responsabilidades de saude publica, então estão apenas a repetir-se os objectivos inscritos no III Plano de Fomento, que se transcrevem na parte que interessa.

«Adequada reorganização dos serviços do Ministério da Saude...»

«Sistemática e continuada coordenação de todas as medidas respeitantes á saude e bem-estar social das populações.» (Vo. II. pág. 563).

Se, mais claramente, se quer pôr em causa a coordenação da acção dos Ministérios das Corporações e Previdência Social com os do Ministérios da Saúde e Assistência, pois também aí, para além da fase de colaboração de base contratual que é inevitável em todas as evoluções, o Governo está aberto a outras fórmulas que, todavia, têm de enquadrar-se num contexto geral de evolução da vida do País. Transcrevem-se, do III Plano de Fomento (Vol. II. pág. 571) as seguintes medidas ali especificamente previstas:

— coordenação das actividades exercidas no domínio da saúde e assistência pelos serviços dependentes dos vários Ministérios, submetendo-as a programas devidamente articulados e aprovados em Conselho de Ministros;

— em especial, intensificação dos meios de coordenação dos sectores da Saúde e Assistência, da Providência e da Assistência na Doença aos Servidores do Estado.

Que não se trata de mera declaração de intenções, prova-o os acordos últimamente realizados entre os serviços do Ministério da Saúde e Assistência e o Ministério das Corporações e Previdência Social, no que respeita á assistência na doença em geral e na tuberculose, tendentes a evitar a duplicação de serviços e instalações.

3. Se, quando se fala em insuficiência de verbas, se têm em vista as carências reais e adequadas á nossa capacidade financeira, estão os opositores apenas a glosar os propósitos expressos nas nossas leis orçamentais que, nos ultimos ano, têm merito a saúde entre os financiamentos prioritários. Mas quando se fazem confrontos com o grau de conforto e perfeição instrumental dos países mais ricos, está-se a tomar atitude não realista nem responsável.

Não está nos hábitos deste Ministério alinhar números globais, sem significado compreensível. Mas as verbas votadas para a manutenção dos hospitais, para seu reapetrechamento e para a construção de novos edifícios, sobretudo ao nível regional, são de molde a impressionar favoràvelmente uma análise ponderada e objectiva de quantos compreendam a necessidade de equilibrar os encargos da Nação com o seu rendimento disponível. Remete-se para o II Vol. do III Plano de Fomento, pág. 572 e seguintes.

4. Os números representtáveis de carências de pessoal foram publicados pelo Governo também no III Plano de Fomento. Nenhum elemento novo nos trouxe a discussão eleitoral.

Mas importa dizer que essa carência é sinal de forte desenvolvimento dos serviços. Não há falta de pessoal em serviços ou sociedades estagnadas.

Estranha-se é que não tenham sido justamente apreciados os esforços feitos com a admissão de 800 médicos no internato geral, facto único no nosso País, nem os resultados obtidos pelas escolas de enfermagem, nas quais estão neste momento a estudar á volta de 3500 alunos, ou seja cerca de 25 % do total dos efectivos dap rofissão.

Reconheceu-se já publicamente a necessidade de melhorar as remunerações do pessoaol hospitalar. Mas também é estranho que não se haja feito referência á melhoria introduzida pelo Decreto-Lei n.º 48 166, de 27 de Dezembro de 1967 para a enfermagem e pelo Decreto-Lei n.º 48.357, de 27 de Abril de 1968 para as restantes profissões.

*

3. O Governo está consciente do direito á saúde que os povos civilizados conferem aos seus cidadãos Por isso, inscreveu, antes de muitos outros, preceitos correspondentes a essas ideias na Constituição e em outros diplomas fundamentais. Mas a expressão prática desse direito acompanha as possibilidades materiais de cada país. Não há no mundo dois países com igual grau de satisfação desse direito que todos reconhecem, nem um só que sejugue satisfeito com o nível a que chegou.

As soluções apontadas pela Oposição não trazem nada de novo ás já anteriormente expostas pelo Governo. Só há uma diferença: o Governo realiza o que as condições gerais da evolução lhe permitem; a Oposição pede o que sabe não ter obrigação de realizar.

Listas do Círculo Eleitoral do Porto

Lista A – U. N. (União Nacional)

Lista B – C. E. U. D. (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática)

Lista C – C. D. E. (Comissão Democrática Eleitoral)

A associação sindical dos funcionários do Estado

(Continuação da 1.ª página)

do os funcionários qualificarem-se membros de uma família concreta e não podendo sequer, entre si, discutir o comportamento recíproco, é óbvio o defeito do funcionamento das hierarquias. Os funcionários colocados nos lugares inferiores terão de suportar uma desmedida carga de dificuldades, desinteresses e, até, de desrespeitos.

Naturalmente que as razões que autorizam os demais trabalhadores a associar-se são válidas para os servidores do Estado. Eles devem, por isso, lutar pelo direito á associação sindical e, por ela, lutar pelo direito de exprimirem as suas reivindicações. Devem ter direito a beneficiar da sua capacidade individual. Devem ter direito ao usufruto das diuturnidades. Devem ter direito á reforma. Devem ter direito a uma previdência objectiva e fácil. Devem ter direito á igualdade. Devem ter, enfim, direito a tudo o que seja justo para os demais trabalhadores.

Pela primeira vez em Portugal, faz parte de um programa de candidatos a deputados à Assembleia Nacional a defesa constante dos direitos dos servidores do Estado. Esses candidatos, são os 12 independentes de Lisboa, propostos pelo C. E. M.»

Distribuição da lista da C. D. E.

Dificuldades de vária ordem impediram-nos de terminar, dentro do prazo estabelecido, a cópia dos cadernos eleitorais dos quatro bairros de Lisboa e de alguns concelhos do distrito.

Embora estejamos em condições de garantir a cobertura de uma grande parte do eleitorado, a qual já recebeu ou receberá oportunamente as nossas listas, não poderemos proceder á respectiva distribuição em todas as freguesias.

Chamamos, por isso, a atenção dos cidadãos que apoiam a C. D. E. que não recebam, até amanhã, as nossas listas, para a necessidade de se deslocarem á sede, no Largo do Campo Pequeno, 81, onde funciona diàriamente, das 9 ás 24 horas, um posto de distribuição.

Pela Comissão Política — *Lígia Monteiro.*

Problemas da emigração

(Continuação da página 8)

emigrados com o País, evitando o seu desgarramento e mesmo a sua eventual propensão à perda da nacionalidade?

Mas ao lado da emigração económica outras formas de emigração com ela coexistem e ganharam nos últimos anos certa projecção: poderíamos designá-las genèricamente, embora as causas e situações sejam diversas, por emigração dos cérebros. Num momento em que o nosso País tem falta de professores, de cientistas e técnicos, de quadros qualificados, etc., muitos deles vêem-se compelidos a oferecer a sua competência às universidades, centro de investigação e organismos culturais estrangeiros; outros, escritores e artistas sobretudo, nem sempre encontram para sobreviver no exílio as condições propícias de trabalho, sendo obrigados a desgastar as suas energias em tarefas secundárias e por vezes esgotantes; centenas de estudantes universitários enfim prosseguem com dificuldades os seus cursos em vários países. O que isso representa de perda momentânea para a valorização intelectual do nosso País é incalculável e não poderia de resto medir-se em termos puramente quantitativos. Este problema não requer já uma solução apenas individual e caso a caso, mas põe uma questão geral e de princípio. Cremos que os candidatos a deputados não poderão deixar de a ter em conta e de a levantar durante a campanha, não só no quadro do que se tem chamado a «normalização» do País mais em termos de direitos a reconhecer.

Estas duas faces da emigração, com o seu peso óbviamente diferente e que não se trata de artificialmente assimilar, inscrevem-se cada uma delas no seu plano próprio. As soluções a encontrar para uma e outra não serão indiferentes a atitude e a iniciativa que os membros da Assembleia Nacional sobre elas adoptem. Como o não será desde já o testemunho dos candidatos sobre um problema a que deveria ser sensível toda a nação. Porque esta não é constituída apenas pelos que vivem adentro das fronteiras mas também por quantos andam «pelo mundo em pedaços repartidos».

JOSÉ AUGUSTO SEABRA

DL MESA REDONDA

SUPLEMENTO DO «DIÁRIO DE LISBOA» — ESPECIAL ELEIÇÕES — 23 DE OUTUBRO DE 1969

SUPLEMENTO
Diário de Lisboa
LITERÁRIO

N.º 585/23 DE OUTUBRO DE 1969

HAIR
LIVING
& C.ª

(Páginas centrais)

Situação do Romance Português

por Jean Bloch-Michel

A propósito das recentes traduções, em Paris, de romances de Urbano Tavares Rodrigues, Álvaro Guerra, Vergílio Ferreira e Almeida Faria, saiu em Agosto na *Gazette Littéraire* um revelador ensaio de Jean Bloch-Michel, com o título «Situation du roman portugais» e de que a seguir reproduzimos a segunda parte, publicada no n.º 184 daquela revista suiça.

VERGÍLIO FERREIRA tem atrás de si uma obra abundante e é considerado hoje o maior romancista português Num excelente prefácio, Robert Bréchon, que durante muito tempo foi conselheiro cultural em Lisboa, situa-nos o seu romance «Alegria Breve» no conjunto da obra. E descobrimos assim um romance que coloca o seu autor entre os mais importantes da nossa época. Tal é a maldição que pesa sobre as literaturas marginais, ignoradas por serem escritas numa língua que apesar de ser falada, como é o caso do português, por milhões de pessoas na Europa, na América e na Ásia, não possui no entanto o prestígio do alemão, do francês ou do inglês, até mesmo do espanhol ou do italiano. Ficamos assim a saber que um dos grandes romancistas europeus da nossa época vive e escreve em Lisboa. Quantos saberão que outro grande escritor, Krleza, publicou em servo-croata uma obra de que não conhecemos mais do que alguns fragmentos? O nosso mundo aparentemente tão aberto, é-o na realidade apenas no que se refere aos seus hábitos de pensamento. Isto é particularmente válido em França. Os franceses ficariam muito admirados se se lhes dissesse que ignoram a maior parte do que foi escrito por esse mundo de há quarenta anos a esta parte. E o que é exacto para a literatura é-o ainda mais para a história ou para a crítica: no caso de «Mimesis» de Auerbach, publicado em 1946 em alemão e imediatamente traduzido para inglês, foi preciso esperar até este ano para ler em francês uma das mais importantes obras da crítica contemporânea.

Mas voltemos aos escritores portugueses e, hoje, ao romance de Vergílio Ferreira, «Alegria Breve». Um homem solitário, numa aldeia abandonada, acaba de enterrar a sua mulher. Aguarda a vinda de um filho que nunca chegou a ver e que teve de uma amante que partiu há muito tempo. Na sua solidão, os acontecimentos do passado, próximos e longínquos, misturam-se com uma vida quotidiana absurda e quase delirante. O peso da sua actual solidão esmaga tanto o presente como o passado e anula o futuro. Ele é o último homem ou o primeiro e é assim que, tal como Robert Bréchon observa, Virgílio Ferreira, dá à sua narrativa uma «dimensão mítica», indo ao encontro de um dos mitos trágicos da condição humana. O romance inacabado de Albert Camus tinha precisamente este título «O Primeiro Homem» e não é este o único indício que podemos descobrir de um parentesco de espírito entre os dois escritores.

Dizer que não se trata já de realismo seria demasiado simples. Encontramos aqui uma espécie de realismo simbólico que ultrapassa a verosimilhança quotidiana e que não se prende menos aos pormenores, todos eles significativos, de uma existência absurda ou que se tornou absurda. O narrador viveu, como qualquer outra pessoa, numa aldeia que pela descoberta de uma mina de volfrâmio foi repentinamente arrancada da sua sonolência histórica para ser imersa no século. E o esgotamento desta mina teve como resultado ficar a aldeia desocupada de todos os seus habitantes. As estruturas tradicionais ficaram por demais destruídas para que ela regresse ao seu sono. É como se tivesse nascido, vivido alguns anos e morrido em seguida.

O narrador não tem, pois, mais nada com que se ocupar do que com a sua lenha, os seus pequenos trabalhos penosos e sem proveito e do que pensar em si próprio. Todo o arti-

(Continua na 7.ª página)

Vergílio Ferreira: ao encontro dos mitos trágicos

Esteves: com a Rainha do «Ubu Roi» e um dos Belzebus de Gil Vicente

Mestre Esteves das marionetas

Entrevista com Francisco Esteves conduzida por Luiz Pacheco

FRANCISCO ESTEVES: umas barbaças de flibusteiro que não conseguem disfarçar a imensa ternura que lhe merecem todas as crianças. Ternura que ele demonstra na prática ensinando-lhes a fazer, a mexer com, a ver e amar uns bonequitos sarapintados, que parecem ter vida própria e têm mesmo: marionetas, *assim se chamam. Para o êxito de Francisco Esteves como marionetista muito concorreu a sua longa experiência teatral: pisa os palcos como actor há trinta anos, sendo as suas últimas actuações no «Impostor Geral», versão livre da peça de Gogol; e «Vida e Morte Severina», de João Cabral de Mello Neto, realizado na Casa da Comédia. Ainda na Casa da Comédia, de que é director, participou na peça «Caixa de Pandora», de Fernando Amado, e com textos de sua autoria em espectáculos infantis. Escreveu diversas peças para crianças: «Zé Broa no Far-West», «As Duas Colheres de Pau» e «Zé Nabo e Zé Quitolas»; e, ainda, em colaboração com Manuel de Lima, «...E a Lua viu tudo», e de parceria com Jaime Salazar Sampaio «Chegaram os Robertos!», ambas levadas à cena no Teatro Monumental.*

«O gosto pelas marionetas nasceu na amizade que dispenso às crianças e concretizou-se por mera casualidade, aqui há anos», esclarece-nos Francisco Esteves. «Fui abordado pelo Manuel de Lima para adaptarmos uma peça espanhola a teatro de marionetas que este escritor se propunha então montar em Portugal, conjuntamente com Mário Cesariny. Ora a aludida peça (como verificámos depois) não tinha os requisitos nem méritos necessários para os fins em vista, daí que decidimos escrever nova peça, em moldes totalmente diferentes. Por dificuldades da última hora, técnicas— um marionetista de cordel não se improvisa, requer uma aprendizagem aturada, a profissão tem segredos no «contrôle» dos movimentos do titere que os iniciados guardam ciosamente e os livros nem sempre explicam capazmente (comprámos e lemos tudo que havia nas livrarias de Lisboa, encomendámos de França, em teoria éramos uns águias...)—, desta nossa colaboração veio a resultar «...E a Lua viu tudo», uma peça infantil onde, no entanto, algumas personagens foram tratadas, encaradas no seu jogo cénico, como bonecos articulados. Na peça seguinte, «Chegaram os Robertos!», já aparecem bonecos: três fantoches, numa barraquita, abriam o espectáculo, e quando saíam dela é que se transformavam em actores de carne e osso. A minha curiosidade fora alertada, porém, para o interesse inegável, o entusiasmo que despertava na pequenada a intervenção dos bonecos. E dediquei-me desde então à preparação de um repertório, á confecção de fantoches, principalmente de luva, já pelo seu mais fácil manejo e construção, já porque entre a criança e o boneco se estabelece uma, como direi? intimidade (a marioneta de «contrôle» manual, pelo contrário, intimida um tanto os miúdos, é mais «fria», é-lhes mais estranha).

— *Que resultados obteve desse esforço?*

«Sem a ajuda do dr. Fernando Amado, ao tempo director da Casa da Comédia, nada teria conseguido. Apraz-me recordar aqui essa figura ímpar no nosso meio teatral, pela finura do trato, uma cultura vastíssima e multímoda e a quem todos ficámos a dever muito. Fernando Amado, João Osório de Castro e Sande Freire abriram-me as portas da Casa da Comédia, convidaram-me para desenvolver ali a minha actividade de marionetista e aceitaram com muito regozijo a ideia da divulgação entre nós do gosto pelas marionetas. Assim se lançou um concurso inédito em Portugal, o qual ainda está decorrendo, pois deparámos com a ignorância quase total dos possíveis interessados. Muitos eram os pedidos de in-

(Continua na 3.ª página)

inquérito

O CINECLUBISMO, HOJE

1. **Verifica-se presentemente uma certa estagnação rotineira nas actividades dos cineclubes portugueses. No entender desse cineclube a que se deve uma tal circunstância?**
2. **Quais as medidas julgadas necessárias para um reactivar do movimento cineclubista em Portugal?**
3. **No actual contexto político, económico e cultural do País, quais as medidas práticas e imediatas de actuação?**

CINECLUBE UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

O CINECLUBE UNIVERSITÁRIO DE LISBOA foi criado por iniciativa da C. I. A. E. (Comissão Inter-Associações de Estudantes) em 1952. Funcionou provisòriamente até 1955, data em que os seus estatutos foram aprovados pelo Ministério da Educação Nacional. Desde então tem funcionado tão regularmente quanto as circunstâncias assim o permitiram. Actualmente, além das habituais sessões de 35 mm (3 filmes e 6 sessões mensais), o C. C. U. L. promove ainda a edição dos seus *Cadernos de Cinema* dedicados a problemas relacionados com os ciclos em que se enquadram as sessões, a realização de sessões culturais e recreativas, em cooperativas, e de um modo geral sempre que a sua colaboração seja solicitada.

Promove ainda o C. C. U. L. uma intensa actividade no capítulo do cinema pedagógico na Universidade e no ensino médio e secundário, para a qual possui uma secção especializada que beneficia de um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

1

PRETENDEU o movimento cineclubista formar um público, uma vanguarda, que, encarando o cinema como um fenómeno artístico, e capacitada para optar criticamente, desempenhasse decisiva influência na determinação dos objectivos dos produtores, e viesse orientar de um modo global uma educação popular autêntica para a qual o cinema surgia como o veículo mais eficaz.

Tais objectivos não foram atingidos senão em parte, e mesmo assim não coube ao cineclubismo a responsabilidade total desse facto. Com efeito, as perspectivas político-ideológicas da situação na Europa, vencido o fascismo em 1945, favoreciam tais iniciativas integradas num clima de euforia que embora durasse pouco tempo, tivera reflexos em todos os países do Continente.

Contudo, em virtude dos seus próprios objectivos, o cineclubismo negava a lógica do sistema capitalista na medida em que procurava sobrepor as exigências do consumidor-espectador às necessidades da produção orientadas na base da procura do maior lucro possível. A economia capitalista baseia-se pelo contrário na subordinação do consumo à produção e sua uniformização, excluindo portanto todos os particularismos **de *élite*. É a generalização da chamada cultura de massa integrada na sociedade dita de consumo.** Nesta medida, e em princípio, o cineclubismo constitui um elemento alheio à orgânica da produção e do consumo capitalista.

Contudo, o desenvolvimento das capacidades técnicas, a expansão das grandes unidades capitalistas de produção, o alargamento do comércio e do capital internacionais, a conquista de amplos mercados de consumo propiciada pela colonização cultural do Terceiro Mundo, dotaram o sistema, no seu conjunto de uma capacidade de assimilação de tendências contestatárias em permanente desenvolvimento, transformando-as em elementos de dinamização integrados no próprio sistema. O processo é conhecido e alarga-se a amplos sectores da sociedade neocapitalista, desde as relações no trabalho com a mais ou menos completa integração das estruturas sindicais, até ao próprio movimento cooperativo cujo crescimento, em alguns casos espectacular foi acompanhado por dissolução na própria orgânica que pretendia ultrapassar.

O Cineclubismo não escapou a esta tendência e, também, integrado passou a fomentar um público restrito em relação aos mercados mundiais, mas já suficientemente numeroso para o qual é dirigida uma produção especializada que lhe sirva de escape a toda uma série de alienações e frustrações quotidianas, lisonjeando a sua qualidade de público especial, de *élite* criando até certos preconceitos de classe (os «intelectuais» e a «massa») bastante oportunos em situações de crise.

Em suma, o Cineclubismo passou a dedicar-se à tarefa de tornar economicamente rentável (em termos capitalistas) a produção de filmes de certo nível artístico por vezes ditos «de vanguarda», através da criação de uma *élite* suficientemente alargada. Claro que o ideal seria matar dois coelhos com uma só cajadada e produzir uma fita que agradasse, aos «cineclubistas» e ao «povo» (quer dizer que alimentasse as alienações de ambos), mas tão feliz objectivo só difícil e esporàdicamente é alcançado. Neste capítulo, aliás, honra seja feita aos cineastas americanos que têm frequentemente unido numa síntese perfeita, tão díspares exigências, o que aliás só vem provar ser a América o país mais avançado, em todas as coisas...

Estamos pois perante uma integração pura e simples que contudo não exclui certas situações desagradáveis (veja-se a crise dos festivais em 1968), mas que combinada com as revistas de apurada crítica formal e diletante, com as chamadas «salas de arte e ensaio» de preços suficientemente elevados e com os festivais internacionais, pontos de encontro da elegância mundial, constitui o enquadramento necessário de toda uma cultura de *élite* numa estrutura e dinâmica social onde a opacidade é quase total e onde os pontos de rotura do sistema são reduzidos ao mínimo.

Em Portugal, condicionalismos específicos deram um cariz totalmente diferente ao desenvolvimento da acção do cineclubismo. As primeiras manifestações do fenómeno datam ainda dos finais dos anos quarenta. Os objectivos eram sensivelmente os mesmos e o movimento em breve se alargou e tomou certa importância. Do mesmo modo, em breve tomou um cariz acentuadamente alérgico ao binómio produção-consumo em vigor. Assim, o consumidor-espectador «cineclubista» depressa reclamava contra o arbitrário critério de importação dependente das empresas comerciais apenas interessadas, como é óbvio, na rentabilidade do negócio, exigia um cinema nacional debruçado sobre a realidade portuguesa e orientado por autênticas determinantes culturais e artísticas. Em suma, em breve a cultura cinematográfica se tomaria totalmente adversa à orgânica em que forçosamente se integrava.

Porém, ao contrário do que acontecia paulatinamente na Europa durante os anos cinquenta não assistimos aqui a uma transformação das estruturas da sociedade no sentido da assimilação de certos elementos dinâmicos, entre os quais, e no campo da cultura, o cineclubismo.

Afirma-se que a sua situação é de decadência. Parece-nos contudo, e como foi frisado anteriormente, que se trata apenas de um pequeno aspecto da situação global da sociedade portuguesa, e como tal apenas conjuntamente com ela o movimento cineclubista encontrará os remédios eficazes

2/3

Parece-nos ainda que em relação ás duas últimas perguntas se torna evidente uma resposta. E essa é a de que as medidas julgadas necessárias, e as medidas práticas de actuação pouco têm a ver com o cineclubismo. Por isso, no actual contexto, os cineclubistas, enquanto cineexecutam, e esperam que se abram as cancelas. Depois da passagem de nível escolherão o caminho a seguir.

CINE-CLUBE UNIVERSITÁRIO DE LISBOA • CIN

PASSAPORTES

Obtenha seu passaporte por intermédio da
AGÊNCIA TURALGARVE
Rua Luciano Cordeiro, 6-C
Tel. 53 82 40 — L I S B O A

Escrever para ser

por Rocha de Sousa

ANTÓNIO SENA
Galeria Interior

A EXPOSIÇÃO COLECTIVA de carácter permanente que a Galeria Interior passou a apresentar depois da iniciativa de um novo programa de acção inaugurado nas Instalações da Metalúrgica Longra, desfez-se momentâneamente a fim de dar lugar a uma exposição de obras do pintor António Sena. Esta mutação transitória parece corresponder por inteiro aos intuitos expressos há alguns meses pela direcção da Galeria, objectivando um contrato singular no nosso meio através da produção dos artistas João Abel Manta, António Charrua, Maria Velez, António Sena, Sá Nogueira e Fernando Conduto. As obras que estes artistas garantem para as alternativas do mercado português, dentro das suas características particulares de expressão e de afirmação cultural, serão assim integradas paralelamente em exposições individuais que por certo virão estabelecer as coordenadas de evolução de cada um dos autores em referência, fazendo o ponto do seu contributo efectivo para o perfil das artes visuais entre nós.

Por vezes votados ao silêncio pela informação corrente, e segregados do contexto cultural actuante segundo critério que parecem alhear-se da exigência histórica e filiar-se sobretudo na crise reflectida por certos autores de vanguarda e no seu processo ideológico, os artistas propostos agrupadamente pela Galeria Interior representam em grande medida uma viragem fundamental da arte portuguesa contemporânea no sentido das problemáticas que atingiram a criação artística, na Europa, há relativamente poucos anos. Esta circunstância, hoje já destituída de ênfase perante a crise de crescimento a que estamos assistindo, não deixa por isso de pesar no plano de uma referência crítica (ou de pura divulgação) que procure não ignorar a importância e o significado de certos factos. A exposição levada a efeito nas Instalações da Longra inscreve-se nesse domínio e a ela dedicámos oportunamente a atenção devida, sem que tomássemos qualquer atitude partidária que consideramos contrária às actuais necessidades da informação neste domínio entre nós. Mas os acontecimentos têm a sua escala, têm consequências que é preciso ponderar, e há para esses factores uma ética da informação que não pode ser ignorada. Fazer o contrário seria trair a verdade e responder a interesses que não perfilhamos, o que justamente procuramos sempre evitar desenvolvendo uma acção que estabelece a maior cobertura possível das manifestações de carácter artístico expressas no nosso meio, ao mesmo tempo que se definem alguns juízos de valor, dentro dos limites e da técnica que correspondem a um jornal diário e com os riscos próprios de uma leitura que, por ser imediata, não beneficia das rectificações permitidas pelo distanciamento.

UMA ACÇÃO CONHECIDA

António Sena é o mais jovem autor integrado no grupo de artistas proposto pela Galeria Interior, artistas que encontraram razões de camaradagem e algumas afinidades ideológicas de acção para coexistir como foi anunciado. De acordo com o nosso critério atrás expresso nas suas linhas gerais, as anteriores exposições de António Sena foram sempre noticiadas e comentadas neste Suplemento. Quando da sua última exposição, apresentada na Galeria de Arte Moderna da Sociedade Nacional de Belas-Artes, tivemos oportunidade de analisar alguns dos aspectos da sua proposta no domínio da pintura, acentuando a coerência da sua evolução e os pontos de partida em que ela genèricamente se baseou. Neste momento, ao revermos uma produção de cunho tão pessoal e de invenção tão particular, reconhecemos mais uma vez que António Sena, apesar da sua juventude, continua a dar-nos conta de uma forte coerência na utilização dos meios e na definição dos objectivos. O seu campo de experiência, que à primeira vista parece limitado pelas características de uma escrita espontânea e pela permanência de materiais pobres, é sempre revisto em condições que o desmultipilcam e que permitem naturalmente a descoberta de novos pontos de chegada. Não mudam substancialmente nem os materiais nem as características formais do objecto produzido, mas a escrita é sempre recuperada para outro nível de comunicação e enriquecida através de mecanismos muito simples que a integram na vivência comum.

Pintura de Sena: um modo peculiar de estar dentro do quotidiano

UMA ACÇÃO REAFIRMADA

Desta vez, quase podemos dizer que António Sena se orienta particularmente para o domínio do desenho e da colagem, mas em termos que se identificam com as experiências anteriores quanto à espécie de tratamento operado. Há nisso um estilo que se reconhece nas grandes opções estéticas do autor, em correspondência com um temperamento, com um modo de ser e de viver, em paralelo com um modo peculiar de estar dentro do quotidiano, de o narrar, de o desmontar, de o escrever. Nesta atitude não se descobrem as obsessões comuns de tudo acumular no espaço plástico através das imagens correntes ou dos sinais constantes que reconstróem aos nossos olhos a experiência imediata do quotidiano. Para António Sena, na memória exacta de um tempo de infância em que o gesto se prende ao jogo, à fala, à acção, à virgindade, a escrita continua a servir de matéria inicial para se exprimir. A mão segura o instrumento com o ardor, o lirismo e as hesitações próprias de um começo; nós assistimos ao percurso dessa mão sobre o papel, ao seu caminhar sinuoso e torturado, à resistência e à inoperância do seu destino inicial. Mas tudo recomeça no insistir, na reconstrução dos primeiros gestos: e é a partir daí que as formas se fecham, que os materiais se substituem, que o próprio suporte da escrita se manifesta corporalmente. As folhas timbradas onde se facturam as nossas operações quotidianas, as folhas pautadas onde copiamos laboriosamente os rudimentos da nossa informação, tudo isso se expõe à consciência e se manifesta como testemunho irónico e amargo de uma trajectória que se complica sucessivamente e que sucessivamente nos revela a dimensão do real. Não é por acaso, na consequência desse exercício, que António Sena cola sobre o suporte testemunhos impressos das transações quotidianas ou folhas pautadas de cadernos vulgares e as representa rudemente em paralelo. Do confronto entre o ilusório e o que pertence à opacidade do real, nos termos de uma operação tão clara e tão misteriosa como o desenho infantil, nasce a percepção mais nítida do mundo que nos rodeia e sobretudo das acções que produzimos para o desvendar.

Mestre Esteves

(Continuação da 1.ª página)

formação, muito maiores do que suporíamos a expectativa e a vontade manifestadas por várias agremiações e escolas para nele participar. Mas lutavam com falta de meios e, fundamentalmente, de conhecimentos, de técnica, de treino. Desde há meses venho funcionando, por aqui por ali, como caixeiro-viajante, propagandista das marionetas. E algo de positivo já posso apontar: grupos formados e em plena actividade, outros que tenteiam os primeiros passos... Tenho-me deslocado aos centros mais diversos: Hospital Júlio de Matos; Laboratório de Engenharia Civil; Fábrica da Tabaqueira, em Albarraque; Centro Helen Keller; Fundação Sain; Centro de Diminuídos Motores de Alcoitão; escolas técnicas e liceus; curso de aperfeiçoamento das professoras do Jardim-Escola João de Deus; etc. Teatros de marionetas já criados por estímulo directo da Casa da Comédia, após a minha visita de doutrinação prática: Escola Técnica Francisco Arruda, com progressos que me cumpre aqui destacar; Escola Eugénio dos Santos; Escola Primária do Bairro Padre Cruz; Centro de Alcoitão. Na Mobiloil já havia um teatro de marionetas prestes a fenecer e que ressuscitou após uma visita que fiz ao CAT daquela empresa.»

— *Mas são esses os únicos teatros de marionetas que possuímos?*

«Não. O Teatrinho de Branca-Flor, dirigido por Lília da Fonseca, é um empreendimento de muito mérito. Aliás, Lília da Fonseca é versada neste assunto, tem frequentado centros estrangeiros e o seu conjunto está óptimamente apetrechado, tanto técnica como literàriamente».

— *E dos titeriteiros populares o que perdura? O que aprendeu neles? Ou trata-se de uma tradição a pôr de parte, por demasiado ingénua ou grosseira?*

«Daí, creio eu, o único grupo com interesse é o de Santo Aleixo, de Mestre Palhinhas, que a Casa da Comédia teve a honra de apresentar ao público da capital. Este agrupamento é o único que mantém um repertório que remotamente se pode filiar nos mistérios medievais, coordenados por Baltasar Dias e publicados em princípios do séc. XVII. Os bonecreiros dispersos pela província ainda estão confinados ao repertório tradicional, episódios decerto introduzidos entre nós por trupes estrangeiras. É «o esqueleto desconjuntado», a «tourada», «a Rosa e o namorado», «o Marquês de Pombal e os *Jasuitas*»... Repertório a transcender, que me proponho substituir por algo de nível superior, logo que as condições o permitam e consiga colaboradores devidamente treinados. Dos meus planos fazem parte, por exemplo, montar o «*Ubu Roi*», de Jarry e «*Todo o Mundo e Ninguém*», de Mestre Gil. Utopias minhas?... o tempo o dirá.

Esteves e seu Polichinelo

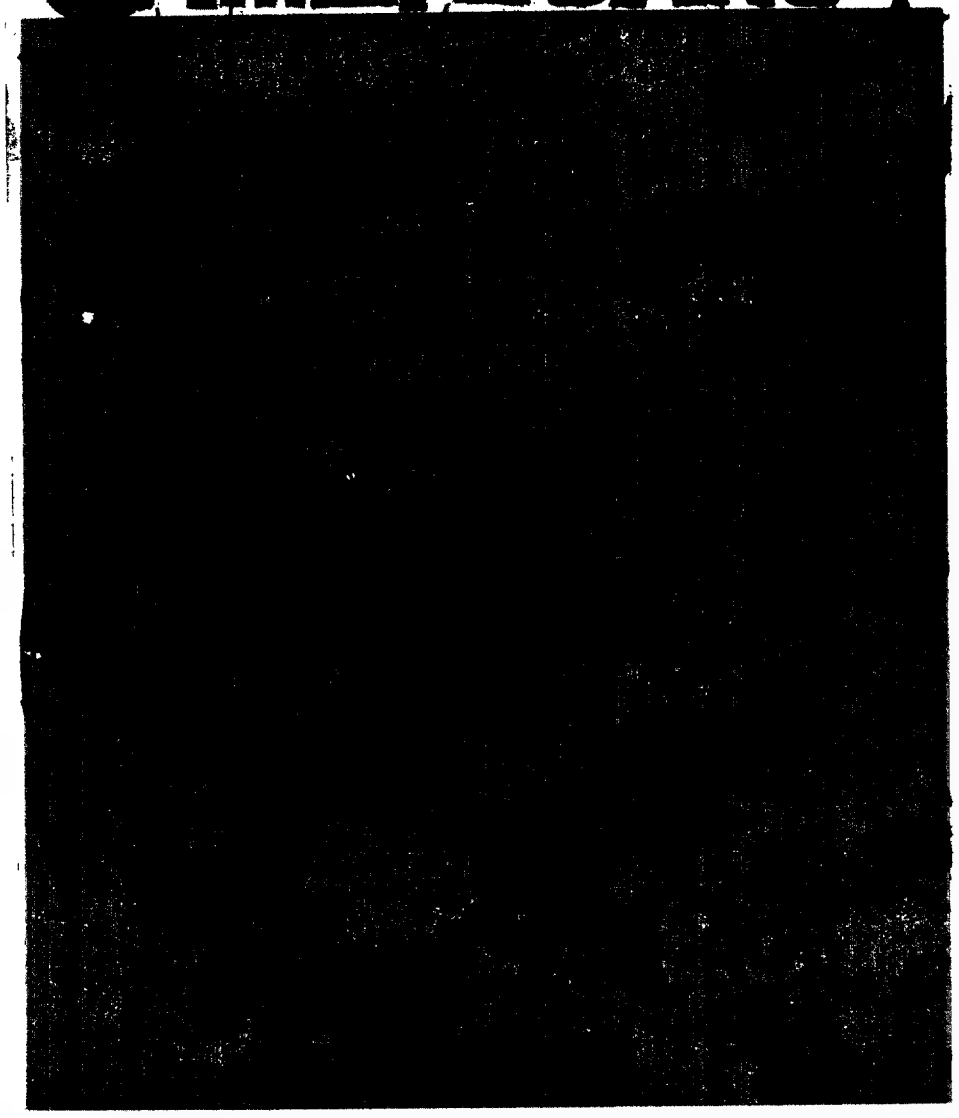
LUIZ PACHECO

Galeria de Exposições Temporárias

Com a inauguração do Museu e outras instalações administrativas e culturais da Fundação Calouste Gulbenkian, foi aberta à circulação do público a Galeria de Exposições Temporárias com uma exposição de obras de pintura, propriedade da Fundação, dos artistas portugueses contemporaneos Amadeo de Souza-Cardoso, Artur Bual, Costa Pinheiro, Eduardo Viana, Fernando de Azevedo, João Vieira, Joaquim Rodrigo, José Escada, José Julio Pomar, Lourdes de Castro, Manuel Baptista, Menez, Nuno de Siqueira, Palolo, Paula Figueiroa Rego, René Bértholo, Santiago Areal, Vasco Costa, Vespeira e Vieira da Silva. No seu conjunto, esta exposição é mais representativa da colecção de arte moderna que a Fundação Gulbenkian tem adquirido do que uma tentativa organizada e objectiva de perspectivar os caminhos da pintura portuguesa desde Souza-Cardoso. Apesar dos dois pontos extremos que poderiam sugerir tal preocupação (Amadeo e Palolo), a exposição é sobretudo nomeada de forma neutra no programa e os autores anotados por ordem alfabética. Essas disposições destinam-se naturalmente a reduzir a margem de equívoco, limitando a iniciativa às suas reais coordenadas: a de se constituir uma exposição de algumas obras modernas que são propriedade da Fundação e que, desse modo, accionaram o espaço da Galeria de Exposições Temporárias e contribuiram para estabelecer, de forma viva, uma ponte entre o Auditório e o Museu. Não podemos deixar de apontar, no entanto e reconhecendo a sua indiscutível importância, que a exposição é lacunar e ambígua, ainda que desculpàvelmente pelas razões já apontadas. Muitos autores significativos não estiveram representados e alguns deles fazem parte, com certeza, das aquisições empreendidas pela Fundação nos últimos anos. Se pensarmos que muitos convidados estrangeiros estiveram em Lisboa para assistir à inauguração da Sede da Fundação Calouste Gulbenkian, e se referirmos o carácter excepcional desse acontecimento, não poderemos deixar de lamentar que a exposição em referência não tivesse sido mais completa na sua capacidade documental. Ela poderia inclusivamente ter-se processado de forma rotativa durante os três dias das cerimónias e constituir ponto de passagem obrigatório dos itinerários previstos para os convidados. Seja como for, é conveniente anotar-se o cuidado da montagem, a boa organização dos espaços, a própria qualidade das obras apresentadas. Com esta Galeria e as suas excelentes condições de trabalho, o público português espera com certeza da Fundação Calouste Gulbenkian uma contribuição assídua no capítulo das artes plásticas, do seu fomento e da sua divulgação constante.

Vieira da Silva

O NOVO ESPECTÁCULO AMERICANO



1 — Para lá do escândalo em plena evolução

NUM «ATELIER» DESOCUPADO da 14.ª Rua, uma centena de pessoas (o número é limitado pelos regulamentos contra o incêndio) podem assistir, uma vez por semana às representações do *Serpent*, improvisação colectiva do *Open Theatre* Nem bilhete nem quota, tudo é gratuito. As pessoas sentam-se no chão ou em almofadas. Ao som de um gongo,

surgem os actores, vindos de todos os lados, atacam a sala com ruidos obtidos por toques que dão em várias partes do corpo, e detêm-se, por vezes, para encarnar um animal ou uma personagem do *Génesis*. Chegados ao centro do espaço cénico, mimam como se se tratasse de tomadas de vista, imagem por imagem, os assassinios de John e Robert Kennedy e de Martin Luther King. O «film» volta para trás segundo o mesmo ritmo sincopado criando esse sentimento de mal-estar que as actualidades televisionadas nos dão, quando a morte de um soldado, filmada à queimá-roupa, se torna, simultâneamente, realidade e espectáculo.

«Este prólogo», diz Joe Chaikin, director do *Open Theatre*, «corresponde às dimensões que tivemos a propósito do *Génesis*, tema geral de *Serpent*. Em que é que esta história nos interessava? Que relação havia entre o assassinio de Abel e o dos Kennedy? A violência era inevitável ou poderia, pelo contrário, passar-se tudo de modo diferente? Há dois anos, durante as nossas sessões de trabalho, decidimos que cada actor expusesse as suas preocupações mais profundas e, procurando um denominador comum às nossas maneiras de estar no mundo, apercebemo-nos de que, fora de toda a crença, elas iam coincidir com os mitos bíblicos. A partir daí cada actor propôs as imagens dinâmicas que lhe inspiravam o estado de inocência, a descoberta do sexo, o primeiro assassinio. O meu papel consistia em guiar estas interpretações quando pareciam próprias para se integrar num conjunto: neste género de teatro, uma improvisação que permaneça individual, não vale nada, deve significar qualquer coisa para os outros actores e para o publico, que *participa* assim, de maneira invisivel nos nossos espectáculos, desde o princípio. Um autor dramático Jean-Claude Van Italie, assistia aos exercícios e estruturava-os, inserindo-lhes palavras».

A colaboração entre o escritor e o director foi eficaz porque a sua concepção de teatro coincidia.

«Se eliminarmos do teatro tudo o que pode ser realizado pela televisão ou pelo cinema», diz-me Jean Claude Van Italie, «conseguimos chegar à sua essência, que consiste em reunir actores e espectadores para lhes fazermos partilhar uma mesma experiência. Construí *The Serpent* como uma cerimónia religiosa.» Chaikin declara, por sua vez: «O teatro é um lugar onde os actores e espectadores partilham em comum a experiência da sua mortalidade».

Assisti a três representações da *Serpent*, separadas por intervalos de seis meses, experiência apaixonante que mostra, à partida, sons e movimentos em estado bruto, depois á sua selecção, segundo uma linha de força achada em comum e á progressiva inserção do diálogo, até às representações actuais cuja perfeição fàcilmente lamentariamos, se elas não conservassem as suas riquezas natas, um esquema flexivel que mantém o aspecto «aberto» deste teatro de ensaio Sem guarda-roupa sem cenários, a mil léguas do realismo, o *Open Theatre* faz-nos partilhar do espanto da criação da angústia do exílio, da exploração dos corpos pelo amor e pelo assassinio, da longa cadeia dos nascimentos e das mortes, num universo animal, vegetal e humano.

Numa sequência lógica, o *Open Theatre* prepara novo improviso — ou antes ensaio — colectivo sobre o tema da reincarnação «não do Além» diz Chaikin, «mas aqui agora». Trata-se de saber se as pessoas podem escapar ao seu comportamento de *robots*, reencontrar as suas qualidades humanas: numa palavra, reincarnar-se.

O improviso colectivo exige um espirito de comunidade, um treino rigoroso, a presença essencial de um autor capaz de construir a peça, e da organização de exercicios precisos. A experiência de Chaikin nestes diversos domínios é exemplar, está à medida da de Grotowski ou de Peter Brook com os quais colaborou, por várias vezes.

O método de Joe Chaikin

Em 1960, Joe Chaikin é um autor muito dotado, formado pelos melhores professores que ensinam o sacrossanto método, adaptação dos cursos de Stanislawski, ás necessidades do teatro ou do cinema americanos: lançam-se no mercado futuras vedetas capazes de incarnar «heróis» individualistas. Chaikin, no dizer do seu agente, está em muito boas condições para vir a ser comprado um dia pela Broadway, mas entra no Living Theatre e descobre aquilo que só Julian Beck podia dar-lhe na época: o exemplo de um espirito de companhia, de uma comunidade que se entrega de corpo e alma ao teatro.

Os Beck, contudo, atarefadissimos com a politica,

afrouxam a técnica do desempenho. Em 1963, Chaikin junta-se a 17 comediógrafos, 3 autores e 2 criticos de Nova Iorque, para fundarem o *Open Theatre* cujos métodos são inteiramente revolucionários.

Sem renegarem Stanislawski procuram fazer sair o actor do *huis clos* psicológico onde o *Actor's Studio* o encerra: «É pela acção por uma série de acções fisicas, que se desenha um carácter de teatro», pretende Chaikin. Estas exigências vão ao encontro da evolução geral das artes nos E. U. A. Durante a guerra, a pintura pós-se novamente em movimento com a *action-painting*.

Em 1959, Allan Kraprow, que a si próprio se definiu como um *action-painter* lançou os primeiros *happenings*, cuja natureza não é o improviso, ao contrário do que se julga, mas a execução, pelos participantes, de tarefas cuidadosamente definidas préviamente, que se separam radicalmente do teatro narrativo. O puro prazer da acção...

Alguns anos mais tarde, as marchas de paz em prol dos direitos civicos, em Washington, entusiasmam os meios teatrais. A cena politica é entrecortada de clamores. Os comediógrafos descem á rua. O *Open Theatre* vem juntar-se aos manifestantes, mas continuando sempre, sobretudo, preocupado com o seu sistema de representação. Chaikin elaborou um exercício de base: a transformação. Durante um improviso entre dois actores, um deles pretende, por exemplo, ser um assassino, e o outro deve reagir imediatamente escolhendo-se polícia ou vitima. O *Living Theatre* insere, em *Mysteries and Smaller Pieces*, outra importante descoberta de Chaikin: o som e o movimento. Os actores formam um circulo. Uma pessoa sai do circulo, adoptando um som e uma atitude que outra pode retomar, transformar ou passar a um terceiro actor.

As variações sobre este dado são infinitas: em *Viet Rock*, de Megan Terry, há actores que se transformam em helicópteros, oficiais americanos ou vietcongs, crianças e velhos, camponeses, pilotos, sem nada mais além da sua expressão corpórea e sem que a anedota gestual rompa nunca a linha de emoção.

Living Theatre: contestado pelos estudantes de Berkeley em nome do real e da filosofia

Representar em Chicago

Uma noite na TV vejo um espectáculo do *Second City* de Chicago: graças à sua virtuosidade técnica, os actores não mimam, mas vivem, num palco nu, o encontro de dois homens, à noite, num cais de «metro» comunicando-nos o seu terror. Reconheço aí, em estado bruto, o exercício de transformação que Joe Chaikin adoptou, dando-lhe uma outra amplitude (trabalhou algumas semanas em Second City). Deparo com uma das fontes do teatro em acção.

Paradise Now: *danças e acções cénicas livremente organizadas*

NUM [illegible] DESOCUPADO [illegible] uma centena de [illegible] número [illegible] presen[illegible] impro[illegible] Open [illegible] As pessoas [illegible]

surgem os actores, vindos de todos os lados, atacam a sala com ruídos obtidos por toques que dão em várias partes do corpo, e detêm-se, por vezes, para encarnar um animal ou uma personagem do *Genesis*. Chegados ao centro do espaço cénico, mimam como se tratasse de tomadas de vista, imagem por imagem, os assassínios de John e Robert Kennedy e de Martin Luther King. O filme volta para trás segundo o mesmo ritmo sincopado criando esse sentimento de mal-estar que as actualidades televisionadas nos dão, quando a morte de um soldado, filmada à queima-roupa, se torna, simultâneamente, realidade e espectáculo.

[illegible] Chaikin, [illegible] *Open Theatre* [illegible] Há dois anos durante as nossas sessões de trabalho, decidimos que cada actor expusesse as suas preocupações mais profundas e, procurando um denominador comum às nossas maneiras de estar no mundo, apercebemo-nos de que fora de toda a crença elas iam coincidir com os mitos bíblicos. A partir daí cada actor propôs as imagens dinâmicas que lhe inspiravam o estado de inocência, a descoberta do sexo, o primeiro assassínio. O meu papel consistia em guiar estas interpretações quando pareciam próprias para se integrar num conjunto: neste género de teatro, uma improvisação que permaneça individual, não vale nada, deve significar qualquer coisa para os outros actores e para o público, que *participa* assim, de maneira invisível nos nossos espectáculos, desde o princípio. Um autor dramático Jean-Claude Van Itallie, assistia aos exercícios e estruturava-os, inserindo-lhes palavras».

A colaboração entre o escritor e o director foi eficaz porque a sua concepção de teatro coincidia.

«Se eliminarmos do teatro tudo o que pode ser realizado pela televisão ou [illegible]

[illegible] representações da *Serpent* separadas por intervalos de seis meses, experiência apaixonante, que mostra, à partida, sons e movimentos em tas-

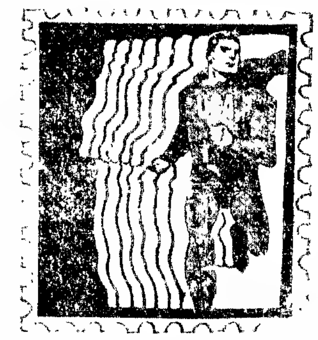
[illegible] ção, segundo uma linha [illegible] a progressiva inserção do diálogo até às representações actuais cuja perfeição facilmente lamentaríamos, se elas não conservassem [illegible] esquema flexível que [illegible] Teatro de [illegible] *Open Theatre* [illegible]

Numa sequência [illegible] o *Open Theatre* [illegible] Chaikin [illegible] de saber se as pessoas podem escapar ao seu comportamento de *robots*, reencontrar as suas qualidades humanas numa [illegible] reencarnar-se.

O improviso [illegible] exige um espírito de comunidade, um [illegible] rigoroso a presença [illegible] de um actor capaz de [illegible] Brook [illegible]

[illegible] de uma comunidade, que se entrega de corpo e alma ao teatro.

Os Beck, contudo, atacam [illegible] com a política

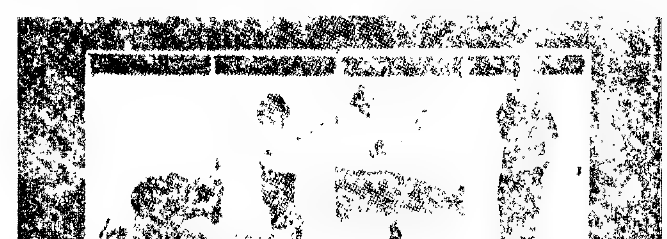


[illegible] Em 1963 Chaikin [illegible] de Nova Iorque [illegible] fundaram o *Open Theatre* [illegible] revolucionários.

Sem [illegible] Stanislawski, procuram fazer sair o actor do [illegible] psicológico onde o *Actors Studio* o [illegible] pela acção por uma série de [illegible] que se destinam [illegible] carácter de [illegible]

[illegible] definidas [illegible] mente, que se separam radicalmente do teatro narrativo. O puro prazer da acção.

Alguns anos mais tarde, as marchas de paz em prol dos direitos cívicos, em Washington, entusiasmam os [illegible]. A cena política é entrecortada de clamores. Os comediógrafos descem à rua. O *Open Theatre* [illegible] Chaikin elaborou um exercício de base: a transformação. Durante um improviso entre dois actores, um deles pretende por exemplo, ser um assassino e o outro deve reagir imediatamente escolhendo ser polícia ou vítima. O *Living Theatre* [illegible] *Mysteries and Smaller Pieces*, outra importante descoberta de Chaikin: o som e o movimento. Os actores formam um círculo. Uma pessoa sai do círculo adoptando um som e uma atitude que outra pode retomar, transformar ou passar a um terceiro actor. [illegible]



O método de Joe Chaikin

[illegible] capazes de [illegible] está em muito boas condições para vir a ser comprado um dia pela Broadway, mas entra no Living Theatre e descobre aquilo que só Julian Beck pode dar-lhe na época: o exemplo de [illegible]

[illegible] Em 1959 Allan Kaprow, que a si próprio se definia como um *action-painter* lançou os primeiros *happenings*, cuja natureza não é o improviso, ao contrário do que se julga, mas a execução precisa de [illegible] Cada [illegible]

[illegible] corpóreos e sem [illegible] Política [illegible]

Representar em Chicago

Uma noite na TV vejo um espectáculo do *Second City* de Chicago: graças à sua virtuosidade técnica os actores não mimam, mas vivem, num palco nu, o encontro de dois homens à noite, num cais de [illegible] comunicando-nos o seu terror. Reconheço aí, em estado bruto, o exercício de transformação que Joe Chaikin adoptou, dando-lhe uma outra amplitude (trabalhou algumas semanas em Second City). Deparo com uma das fontes do teatro em acção.

Paradise Now: *danças e acções cénicas livremente organizadas*

...lo, o reflexo de uma sociedade

Franck Gotterand

Paul Sills, director do Second City, viveu no improviso, desde a infância, seguindo a mãe, Viola Spolin, por todos os bairros de emigrados de Chicago. Para educar e distrair estas crianças que não falavam inglês e não sabiam ler, Viola Spolin criou um sistema de improvisos, aplicou-o mais tarde aos adultos e expô-lo num livro já clássico. O filho de Viola Spolin continua a sua obra em Chicago, onde reúne, duas a três vezes por semana, pessoas que representam e improvisam sobre aspectos da sua vida quotidiana. O público é convidado a participar nas representações.

Acção a fazer-se continuamente. Expressão de uma vida comunitária. Os fins são semelhantes no novo teatro americano, e o aspecto cerimonial não é esquecido. «O teatro será a expressão religiosa de uma comunidade», escreveu Paul Sills. Vamos encontrar esses elementos, em estado difuso, no *Hair*.

Os jovens dos E. U. A. são agora mais cépticos

O nascimento de «Hair»

Na origem desta comédia musical está um actor do *Open Theatre:* Gerome Ragui. De tempos a tempos apresentava *sketches* aos camaradas, que o incitavam a reuni-los num espectáculo, mas só conseguiu fazê-lo com a colaboração de um musico. Daí o aspecto mais «sensato» do argumento, sob o qual, no entanto, reencontramos os dados do novo teatro americano: a acção não «progride» de maneira convencional, mas explode em instantes dançados, cantados, ritmados, graças à encenação de Tom O' Horgan, director da companhia de La Mama, cujo estilo recorre à «dinâmica corpórea». O'Horgan, como já o provou sobretudo noutras peças, em *Futz* ou *Tom Paine*, sabe utilizar a música (inventa instrumentos bizarros e exige que todos os actores sejam musicos) os jogos de luz, os tecidos, os acessórios e os corpos dos actores para esculpir formas que se transformam, no espaço cénico, numa cadela de sequências livremente organizadas à maneira de um *happening*. *Hair* é a sua obra mais convencional. Basta, no entanto, para dar um reflexo desta imensa reivindicação que atravessou os E. U A. do Pacífico ao Atlântico: «A felicidade para já» cantavam os *hippies*, «*Freedom now*», entoava Martin Luther King, enquanto o arquitecto Buckminster Fuller provava nos seus livros que as descobertas técnicas permitiam assegurar imediatamente o bem-estar a todos os habitantes da «nave espacial *Terra*». Foram esses os anos da grande utopia americana, das acções dramáticas em frente do Pentágono e nas estradas dos estados do Sul — depois o

atear dos incêndios de Memphis e de Los Angeles.

Hair consegue um êxito mundial, no momento em que os *hippies*, com a sua religião da droga e do amor se tornaram esse fenómeno histórico do passado. Se o *Living Theatre*, na sua recente *tournée*, deparou em Berkeley com a hostilidade dos estudantes, que voltavam das barricadas e achavam que a sua filosofia não tinha relação com o real em S. Francisco (segundo Saul Gottlieb) foi acolhido pelos *Armed Love*, grupo de 500 pessoas organizadas em comum, com a sua administração e os seus circuitos comerciais, que possuem um teatro em Ashberry Street, onde os actores de *Paradise now* foram submersos pelas suas danças e acções cénicas. Os jovens dos E U. A. são agora mais lúcidos, mais cépticos. Em geral, já não crêem nos movimentos da multidão. Alguns deles tentam agora formar comunas, pequenas células sociais ou artísticas, grupos de teatro que actuam gratuitamente, perante 50 ou 100 pessoas; como as comunidades precisam de ritual para manter a coesão, assim se chega ao teatro de cerimónia. Neste contexto, que significam a nova utilização da nudez, a actividade dos negros e de grupos políticos, o aparecimento de um teatro «*minimal*»?

Disso falaremos num próximo artigo

DE «LE MONDE» em exclusivo para o «DIÁRIO DE LISBOA»

PRONTUÁRIO DAS LETRAS

Descobrir Gandhi

Mohandas Karamchand Gandhi, filho do ministro de Estado do Kathiawar, nasceu em Porbandar (Guzarate) a 2 de Outubro de 1869. O primeiro centenário desta data trouxe o filósofo (e político) indiano para a actualidade editora.

Nos Estados Unidos saiu «Gandhi's Truth» («A verdade de Gandhi»), de Erik H. Erikson, com a chancela de W. W. Norton & Co., que o suplemento literário do «New York Times» classifica como sendo a reconstrução psicológica dos primeiros anos do Mahatma na terra natal e do seu exílio em Londres e na África do Sul, acrescida de uma análise pormenorizada da greve dos operários têxteis em Ahmedabad (1918), na qual Gandhi teve papel importante.

Leitores portugueses têm à mão o recente «Gandhi — vida, obra e pensamento», de Camille Drevet, que Joaquim Osório de Castro traduziu para a União Gráfica. Aliás, a U. G. modernizou-se inegàvelmente de há meses a esta parte, sob a orientação do poeta (e candidato a deputado pela C. E. U. D. de Lisboa) Ruy Belo. Na mesma colecção — «Perfis» — incluem-se também volumes sobre Martin Luther King e Lebret.

Aron em Maio

«É pouco glorioso anunciar grandes reformas que podiam e deviam ter sido feitas. Aos olhos do estrangeiro, a França gaullista revelou-se mais fraca do que se julgava, a nação francesa mais dividida do que se imaginava; a sua fachada de estabilidade e de grandeza como que se desmoronou, e o estrangeiro voltou a encontrar aquilo a que chamo, com humor macabro, a França eterna. Mas a França está dividida. Segundo a ficção gaullista, o general de Gaulle tinha unido os franceses. O menos que se pode dizer é que está ainda por [illegible]ião.» Estas palavras de Raymond Aron dão o tom de «A revolução inexistente», ensaio sobre o 1968 que a Bertrand acaba de lançar em tradução portuguesa (colecção «Documentos de Todos os Tempos»).

Romance americano

A Livraria Almedina, de Coimbra, cuja actividade editorial tem sido constante nos últimos anos, lançou agora «O romance americano», de Ronald Weber, em tradução de António Ratinha. Trata-se da versão revista de cinco lições dadas em Março deste ano pelo professor norte-americano a um curso de cerca de oitenta mestres portugueses de língua inglesa. Weber, que dedica a obra «aos meus alunos da Universidade de Coimbra, 1968-69», foi nesse acto lectivo professor de Cultura e Literatura Norte-Americanas na U. C. por encargo da Fundação Fulbright.

Zaghloul Morsy

A casa Bernard Grasset distribuiu «D'un soleil réticent», grosse volume do poeta marroquino (francófono) Zaghloul Morsy. É uma revelação, diz «Le Monde» pela pena de Alain Bosquet. «Se a leitura de Saint-John Perse, de Char e de Bonnefoy situa Zaghloul Morsy no seio da nossa poesia», acrescenta o poeta-crítico francês, «ele possui não obstante uma densidade própria, um sabor, uma perfeição formal, um frémito de necessidade bastante raros nesta geração. Marrocos acaba de dar-nos um poeta importante.»

Teatro pânico

Assinado por Karlos Faria, 11.º Secretário do M. P. P. (Movimento Pânico Português), recebemos um poema-comunicado de que não foi tirada cópia («a sua não publicação dará origem à perda do dito comunicado») e que por isso vamos ciosamente arquivar. Intitulado «Pânico é bom para amar», o poema de K. F. fala do teatro de Fernando Arrabal e, por extensão, do teatro pânico, um «outro teatro» que «não vem do grego, nem passa por Shakespeare; não historia; não inventa: não relata; não agrada; não impõe gostos: celebra-se na confusão.» Eis um excerto para ilustração de leitores e arrabalistas: «Todo o teatro ainda é grego, como o operário ainda é escravo — seja engenheiro ou bagageiro de ferramentas electrodomésticas. O teatro tem sido andar de-ilha-em-ilha. O teatro tem sido uma tribo, acampado á volta de fogueiras brandas com incendiários, fardados de bombeiros, que apagam. (...) Arte, jogo, festa, diz Arrabal. Não há outra solução: o homem pânico engole os dentes sãos para se morder de raiva até ao estômago!»

«Books from the states»

É um país (U. S. A.) onde se publica muito e nem sempre escolhido, lia-se há tempos no «Newsweek», a tal ponto que só 20 por cento das obras conseguem obter recensão crítica. Últimas novidades com interesse: «Malcolm X» (John Henrik Clarke), «Girls at Play» (Paul Thercux), «My Life with Martin Luther King» (Coretta Scott King), «Edens Lost» (Sumner Locke Elliot), «Love and Will» (Rollo May), «Self-Portrait: U. S. A.» (D. D. Duncan), «The Freudian Left» (Paul A. Robinson). «Ada», a mais recente invenção de Vladimir Nabokov, é um dos maiores «best-sellers» do ano, com 20 semanas de permanência ininterrupta na lista dos «top ten» (cf. Suplemento Literário «D. L.» de 16 do corrente).

Poema da Antígona Moderna

O primeiro tema da reflexão grega é a justiça
E eu penso nesse instante em que ficaste exposta
Estavas grávida. Porém não recuaste
Porque a tua lição é esta: fazer frente

Porque não aprendeste o gesto que se esconde
Não deste homem por ti
Não ficaste em casa a cozinhar intrigas
Segundo o antiquíssimo método obliquo das mulheres
Não usaste de manobra ou de calúnia
Não te ocultaste na sombra como aranha
E não serviste apenas para chorar os mortos

Tinha chegado o tempo
Em que era preciso que alguém não recuasse
E a terra bebeu um sangue duas vezes puro

Porque eras mulher e não sòmente a fêmea
Eras a inocência frontal que não recua
Antígona poisou a sua mão no teu ombro no instante em que morreste

E a busca da justiça continua

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

Esta rapariga adorável que goza as suas férias, sob o quente Sol, naquele "dolce farniente" que uma revista ou um livro mascaram, você reconhecê-la-á sem dúvida, apesar dos óculos escuros... Mas, perdão, já aqui não está!... o apelo das águas cálidas algarvias foi mais forte...
Não desespere, ela volta! Aqui as férias passam-se entre o SOL e o MAR, entre o MAR e o SOL...

CONSOLIMAR URBANIZADORA INTERNACIONAL, S.A.R.L.

LISBOA, CALÇADA DE SANTOS, 19-2º - TELEF. 664497, 664185, 664967, 669849

Integrada no GRUPO DE EMPRESAS SEPULCHRE

Situação do Romance Português

(Continuação da 1.ª página)

ficial do processo de «flash-back» de aqui para a frente utilizado com demasiada frequência, torna-se a própria expressão de um pensamento alucinado e repisado na solidão. O homem não pode fazer mais nada do que recordar e a sua memória apoia-se num sofrimento e numa provação voluntàriamente assumidas mas profundamente alienantes. Existe, pois, entre a situação do narrador e a própria narração, uma harmonia tão natural que quaisquer que sejam a violência e a desordem da

A. Faria: denúncia de uma ordem insuportável

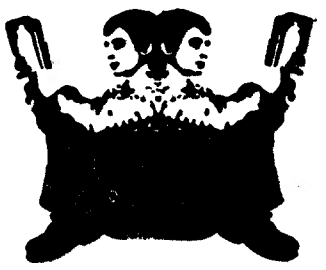
narrativa, ou melhor em função mesmo dessa violência e dessa desordem, encontramo-nos, como escreve Robert Bréchon, «dentro de um cérebro, no tumulto da memória-emoção». E escreve ainda: «Nunca a técnica romanesca moderna da temporalidade segmentada se ajustou mais exactamente ao movimento profundo de uma consciência». Quando o narrador sai, por vezes, de casa para soltar simplesmente um grito, sobre o qual se pergunta se servirá apenas para avaliar do silêncio que o envolve ou se será a expressão mais profunda e mais pura da sua razão desarrazoada, comprende-se então que se trata de um acto de que se sente toda a necessidade e que é surpreendente apenas por não ser habitual.

Alegria Breve é pois um um romance onde se encontram estreitamente imbricados a descrição de uma situação existencial e certos mitos dos mais antigos de que se nutre o espírito humano, o mito do primeiro e do último homem, o mito da destruição e do julgamento, e até talvez de um eterno retorno de uma espécie particular. Porque não é um retorno e um balanceamento entre o humano e o divino ao mesmo tempo que entre o humano e o animal que é aqui descrito e que o autor exprime claramente quando diz que «Os deuses podem nascer não apenas de um carpinteiro mas de uma origem mais rudimentar que é o sangue-escravo de quem sente o peso do próprio excesso que tem de remeter-se à posse de alguém...» Que é portanto o homem solitário, primeiro ou último, senão ao mesmo tempo um homem-animal e um homem-deus? O humilde herói de Ferreira não traz a resposta a esta pergunta, mas vive-a.

A Paixão de Almeida Faria é a obra de um autor muito jovem e este livro é o seu segundo romance. Sem dúvida que esta juventude está na origem de dois dos traços característicos deste romance. Encontramos aqui o que já nos romances de Tavares Rodrigues e de Guerra era manifesto isto é, a denúncia de uma ordem opressiva e insuportável. O drama da condição humana que está no centro do romance de Ferreira não está aqui ausente, mas apresenta-se sob a forma do drama de uma condição social. O que é depois surpreendente é o facto de a narrativa pertencer a um género romanesco contemporâneo de que adoptou a forma sem nada lhe alterar. ***A Paixão*** é construído exactamente pelo modelo de *As 'I 'Lay 'Dying* 'de Faulkner Mas uma vez que se admite ter este romance adoptado um modelo — e porque não este como qualquer outro? — nada impede que se lhe admirem as grandes qualidades.

Esta narrativa de um dia, visto através de diversas personagens que por vezes, «se» falam a si próprias ou cujos pensamentos ajustamos, reúne no seio da mesma família o que pode parecer como a imagem de toda uma sociedade. As criadas são escravas e sem dúvida o mesmo sucede com a jovem amante do chefe de família: e a esposa desaparece por detrás das suas funções de mãe de família. Os que vivem verdadeiramente são os que mais sofrem pela sua situação, ou sejam os escravos, quando, por um instante, têm consciência do seu estado, e os filhos. A ordem implacável na qual se encontram inseridas apenas lhes dá a escolher entre uma revolta «mundana» e uma recusa que não é mais do que uma fuga. Assim a jovem rapariga recorda as circunstâncias em que conheceu aquele que seria seu amante como um momento da sua revolta: ele estava a cair de bêbedo e foi isso que a seduziu. O irmão a quem ela conta isto não se deixa indignar, não por partilhar este espírito de revolta, mas porque a ordem em que vive permite uma desordem autorizada aos jovens patrões, da qual fazem parte as «núpcias». Nesse dia, á noite, em que, simbolo duma autoridade que morre, se incendeia uma quinta pertencente ao chefe da família e em que o povo da aldeia conduz pelas ruas uma procissão ridícula, não haverá mais do que uma criança que aceita viver a sua revolta. E fugirá.

Vemos assim regressar incessantemente, no seio desta ordem anacrónica e revoltante da sociedade portuguesa o tema da fuga. A heroina do romance de Urbano Tavares Rodrigues foge; todos os habitantes da aldeia de que Ferreira nos fala fugiram, como foge esta criança. É o que acontece há séculos com os portugueses: eles fogem. Outrora fugiam dum país demasiado pequeno e pobre. A esta pequenez a esta pobreza vejo juntar-se uma ordem social opressiva e anacrónica. Assim eles continuam a fugir. Foi em Portugal que me ensinaram que, na história do País, a fuga era uma espécie de reflexo habitual. Os portugueses fugiram do seu país para povoar o Brasil, depois a Índia, depois, finalmente, a África. Hoje fogem para povoar as nossas fábricas e a nossa construção. Também os heróis e as heroínas dos seus romances fogem; a de Tavares Rodrigues para a cidade, os de Álvaro Guerra para o estrangeiro, os de Ferreira já fugiram, e os de Faria fogem por fugir, sem saber para onde. Acho que não se pode considerar que se trata aqui apenas de uma coincidência.



JEAN BLOCH-MICHEL

Nova Galeria de Arte

A GALERIA JUDITE DACRUZ abre no dia 7 de Novembro próximo com uma exposição colectiva dos artistas Menez, João Vieira, Rocha de Sousa e Nuno de Siqueira. Haverá uma pré-inauguração destinada em particular à Imprensa, T. V., Cinema e Crítica, que terá lugar no dia 6, pelas 18.30. Lisboa passará assim a dispor de mais uma Galeria de Arte, cujos propósitos parecem alinhar por uma linha de rumo qualificada e dirigida à acção comercial. A Galeria beneficia de uma situação privilegiada dentro da cidade, na Rua do Alecrim, 72, 1.º, e agrupa principalmente os artistas da abertura. Mas a sua acção para a presente temporada, demoradamente prevista, está coberta por completo com exposições variadas, incluindo autores estrangeiros de grande projecção e pintores nacionais de largo significado.

Distância e ausência

(Continuação da 8.ª página)

espaço proibido / entre a palavra e os lábios da cidade». Indicaremos também as relações entre a fala, o silêncio e o grito, e a infidelidade da palavra, palavra «difícil e insincera». Apontaremos ainda a exigência da amizade, figurando-se na «largura dos ombros»: «uma larga amizade nos reúne ao/mistério do silêncio falado / do sangue pronto da garganta enfim». Falaremos, por último, do tão frágil equilíbrio do canto, presença junto á noite, intensidade esquiva, ferida, vulnerável, que se prolonga na ausência de si: «E o canto ainda prossegue: mas ausente.» Aqui se estabelece a origem do desejo, fundada numa dialéctica de presença - ausência que três epígrafes definem: «... ce temps d'annulation ou jouissance se présente comme l'irréductible réalité dans l'épanouissement de son rien...» (S. Leclaire); «Que ce manque de dieu se change en aide» (Hölderlin); «La privation de la présence est la condition de l'expérience, c'est-à-dire de la présence» (J. Derrida). Presença do desejo que se articula em três momentos do poema: «antes já do desejo sou desejo»; «do que desejo é só a pura falta» e «ausência unicamente em que desenho o nome do teu nome».

A distancia que a expressão «o nome do teu nome» parece medir constitui a ausência irredutivl e justa. — isto é, a ausência que, por demasiado injusta, toda a poesia procura suprimir.

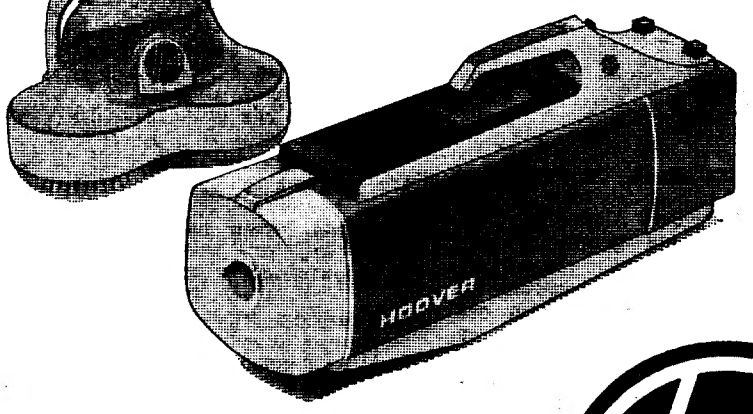
EDUARDO PRADO COELHO

(*) António-Franco Alexandre, *A Distancia*. Edição do Autor, Viseu, 1969.

PARA LARES FELIZES

ENCERADORAS
MODELOS DE 2 E 3 ESCOVAS
COM OU SEM SUCÇÃO.

ASPIRADORES
CILINDRICOS
3 MODELOS DIFERENTES:
417, 419 E O NOVO 507
TODOS COM JOGOS COMPLETÍSSIMOS DE ACESSÓRIOS.



ENCERADORAS
ASPIRADORES

HOOVER

LEOPOLD SHIROI, LDA. LISBOA • PORTO • COIMBRA • FARO

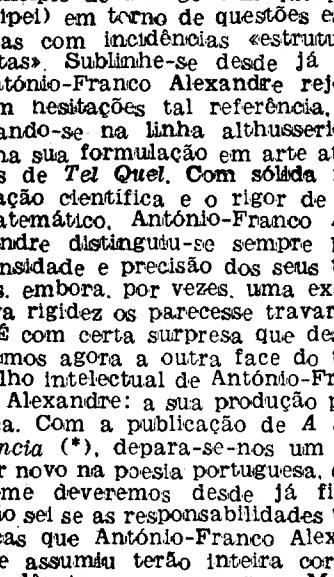
crítica

DISTÂNCIA E AUSÊNCIA

por Eduardo Prado Coelho

O LEITOR que tiver boa memória recordar-se-á, certamente, de alguns textos de António-Franco Alexandre publicados na revista *O Tempo e o Modo*. Houve, até, um princípio de diálogo (em que participei) em torno de questões estéticas com incidências «estruturalistas». Sublinhe-se desde já que António-Franco Alexandre rejeita sem hesitações tal referência, situando-se na linha althusseriana e na sua formulação em arte através de *Tel Quel*. Com sólida formação científica e o rigor de um matemático, António-Franco Alexandre distinguiu-se sempre pela densidade e precisão dos seus textos, embora, por vezes, uma excessiva rigidez os parecesse travar.

É com certa surpresa que descobrimos agora a outra face do trabalho intelectual de António-Franco Alexandre: a sua produção poética. Com a publicação de *A Distância* (*), depara-se-nos um autor novo na poesia portuguesa, cujo nome deveremos desde já fixar. Não sei se as responsabilidades teóricas que António-Franco Alexandre assumiu terão inteira correspondência nos seus versos. Mas é errado pôr as coisas em termos de «responsabilidades»: o valor de uma teoria não se mede predominantemente pelo alcance das suas aplicações práticas. Contudo, na verdade, ao iniciarmos a leitura deste pequeno livro de poesia, sentíamos logo o peso de uma certa expectativa. E bastava percorrer a série das epígrafes, que passavam por Derrida, Char, Leclaire, Hölderlin e Norman Mailer, para vislumbrarmos os contornos de uma certa problemática e a emergência de um dado número de leituras.



PELA ductilidade da escrita e a tensão significante, o livro de António-Franco Alexandre distingue-se logo da produção média. Apesar de algumas reservas, sobretudo no que diz respeito ao perfeito domínio da linguagem, estamos perante um autor que se situa bastante acima do nível habitual dos livros de estreia. Leia-se este poema, por exemplo:

somos loucos de noite ao saltarmos
[as pontes
de aço e gaivotas entre os vastos
[planetas

e roendo a manhã como uma grande
melancia pousada sobre o tempo

guardamos na memória a vertigem
[do salto
e a rede suavemente que caía.

É notável a pluralidade de sugestões e de referências que estes versos produzem. Em torno de três palavras é que o poema se ergue: *noite*, *manhã*, *memória*, que parecem estabelecer uma relação entre o futuro, o presente e o passado. Se o primeiro elemento é *noite*, e o segundo *manhã*, temos aqui algo que nos evoca a divisa de Roger Vailland: «le jour efface les promesses de la nuit». Este gesto de apagar reflecte-se na antítese de ritmos: *ser* e *saltar*, por um lado, *roer* e *pousar*, por outro. Primeiro, a transgressão conduzida hiperbòlicamente (*loucos, entre vastos planetas*). Depois, a presença opaca do tempo, presença esmagadora e congelante de uma insignificância que nos oprime: «como uma grande melancia». Por fim, a diluição dos signos: o gesto de transgredir recolhe-se na memória, coberto pela lentidão de uma rede que cai. A amargura justapõe-se à suavidade, naquele rondar ambíguo da morte que constitui um dos temas preferidos de António-Franco Alexandre. Num dos melhores poemas do volume encontramos uma tal conjunção entre a morte e o saber mais alto:

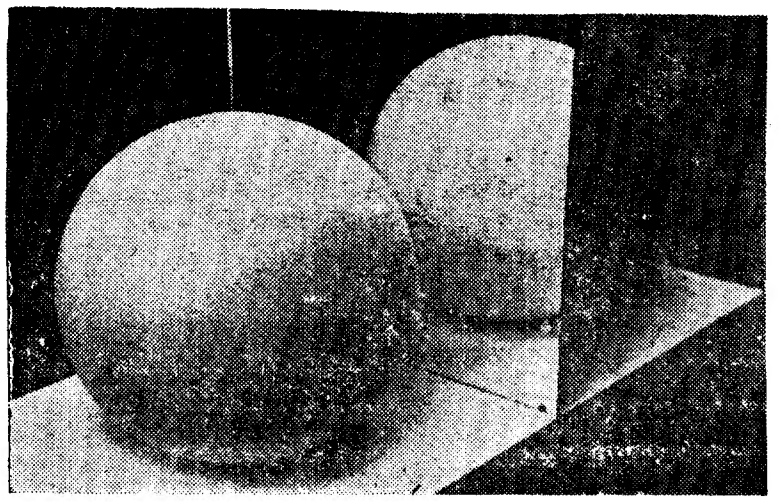
também o verme, ou o
plácido boi que nunca dorme,
ou o peixe dourado no aquário
que nos serviu de carne e
de semente, também o verme
e a erva, a couve, a flor
de laranjeira e o diospiro, e
a víbora calada, até o vírus,
também o verme e o pássaro
como nós nasceram, e
respiram, e procuram não ter
mais fome e sede do que aquela
que nos é pouco a pouco acostumada.
Mas só nós morreremos. Mas só
nós estamos morrendo dia a dia.
Porque só nós sabemos este
peso do céu, o insidioso
veneno da chuva, e o sabre
levantado, e até este artifício
de se esquecer da morte no
fabrico das armas, este
amor da guerra como quem
quisesse regressar ao ventre
de sua mãe, ou simplesmente
reclamasse o direito de ser
verme, ou peixe, plácido boi,
víbora, vírus, diospiro. Só
nós (quando é em nós mais
alto este saber ou o desejo,
de inteiramente recusar o
medo de ainda ser humano)
só nós morremos, que não morre
quem não conhece o vento
de manhã gelado, e o sabre
erguido, e a figura esguia,
e a confusa traça do passado
até ao futuro instante que, já
dito, logo me é passado, e
este artifício de esquecer o tempo
e o peso do céu branco nas espáduas.

Ou ainda num fragmento de outro poema:

de muito pensar na morte havemos
[um dia
de esquecê-la: inquietamente, como
[um barco
mar fora que perdesse o norte, a rede
[escura
onde as escamas brilham no luar de
[estrelas.

INTERESSA-ME apenas neste comentário apresentar o rosto do poeta. Mais do que analisar as formas e os sentidos, importa aqui fazer o inventário dos temas e preocupações onde se engendram estes versos. Indicaremos assim a questão da distância que é preciso construir e fazer distinguir da ausência, definindo-se a distância pela irredutível ausência que se abre na presença das coisas: «este

(Continua na 7.ª página)



Objecto de Noronha da Costa, Prémio Soquil de 1969

Sobre o «Prémio Soquil»

Folhetim artístico de José-Augusto França

FOI atribuído há dias, pela segunda vez, em dois anos sucessivos, o prémio SOQUIL de artes plásticas.

Este prémio foi agora colocado sob o patrocínio da A. I. C. A., Association Internationale des Critiques d'Art, através da sua secção portuguesa, tornando-se assim, à semelhança do que acontece em outros países, um verdadeiro prémio nacional da crítica de arte.

Como se sabe, o prémio SOQUIL distingue os artistas que mais se evidenciaram no decurso da temporada finda, sobretudo através de exposições individuais. Ao prémio pròpriamente dito junta-se um número indeterminado de menções honrosas, ou seja a 40 contos mais 30, a dividir por vários artistas.

Como também se sabe, o prémio SOQUIL é oferecido pela empresa comercial das mesmas iniciais, a Sociedade de Indústria Química Lda., de Lisboa, e o seu valor e despesas inerentes é de supor que fazem parte do orçamento de publicidade desta firma.

Temos aqui quatro factos sobre os quais importa meditar com bom senso e boa-fé.

PRIMEIRO, a periodicidade ou a continuidade do prémio em questão. Outros, mais valiosos, terá havido — mas dão-se uma vez e acabou; ou dão-se de quando em quando. Desta ou daquela forma, não têm papel na vida artística nacional (que dia a dia se vive e não quando lembra a algum generoso interesado), nem na cultura da Nação — porque cultura implica, para além de rupturas e contestações, e através delas próprias, *continuidade*. Dentro dum programa definido.

E chegamos ao 3.º facto. Premiar o artista mais destacado durante a temporada, atendendo lògicamente a exposições individuais e ainda em participações colectivas ou em outras manifestações publicas (como uma estátua — quando alguma for inaugurada, sem as capas nem os capotes do estilo oficial) — é a maneira mais aberta, mais apropriada («decente» quer exactamente dizer «apropriado») e mais leal de compensar um trabalhador. Nenhum concurso em que os artistas sejam chamados a concorrer, considerando-se, por isso mesmo, cada qual melhor que o vizinho — nenhuma compita, nenhuma candidatura, nenhuma subordinação ou acatamento a um júri. O artista fez a sua vida artística como muito bem lhe pareceu, e os críticos do júri fazem a deles; uns produzem, outros apreciam — mas sem porem os produtores na posição de competidores, que só involuntàriamente são. E sem que estes em tal situação se reconheçam. Nos quadros das vidas artísticas, no Ocidente como no Oriente, os concursos são males necessários — mas de modo nenhum indispensáveis. O prémio SOQUIL, extraconcurso ou anticoncurso, prova-o, em Portugal.

POR isso (e é este o 2.º facto), a A. I. C. A. o adoptou, dando-lhe o seu patrocínio. Sem duvida a associação dos críticos tem participado em juris, através de elementos seus, na medida em que cumpre o dever de prestar a esses júris assistência técnica. Melhor participará em júris compostos apenas por críticos, por os considerar mais adequados, mais profissionalmente competentes para a função que se lhes pede. Já expliquei isso várias vezes — e quando estou doente vou ao médico e não ao curandeiro. Patrocínio, porém, isto é, compromisso de apoio, a A. I. C. A. só pôde dá-lo em Portugal ao prémio em questão — porque ele obedece a condições deontológicas que contribuem, sem dúvida, para a valorização moral da vida artística portuguesa (e portanto dos seus costumes). Considerado «prémio da crítica», ele destina-se a agir como tal — e como tal se responsabiliza. Creio, tranquilamente, que o prémio de 1969, como o de 1968 (atribuído pelo mesmo júri, embora fora do quadro da A. I. C. A. portuguesa então ainda inexistente), foram de molde a suportar tal responsabilidade profissional — isto é estética e ética.

...E o facto de os artistas não «concorrerem, ainda por cima lhes permiti, sendo premiados, a não aceitarem o prémio. Como fez o Sartre ao «Nobel» e o Gracq ao «Goncuort», atribuídos também sem concurso. É apenas uma questão de coragem ...

MAS eu apontei quatro factos e resta tratar do último: a publicidade que, para a firma instituidora do prémio, este representa. Sem duvida nem mistério. Com uma centena de contos, a SOQUIL beneficia duma publicidade dita de prestígio de valor superior à importancia despendida. O cálculo foi bem feito por uma agência competente bem aceite por uma administração inteligente. E porque não? *Toda e qualquer realização não anónima é publicitária* — cultural, social, política. Quem leva a cabo uma exposição ou dá um prémio propagandeia-se, mais ou menos discretamente: as municipalidades de Veneza ou de Cassel, o Sr. Matarrazzo em S. Paulo, o Sr. Conde Marzotto em Itália, a industria dos móveis em Lisson, as Fundações Cini em Veneza, Guggenheim em Nova York, Gulbenkian em Lisboa, os museus, os governos daquém e dalém kortina... Mecenas, há dois mil anos, deu o nome a este género de actividades — capitalistas ou socialistas... Aos estados, assim se reclamam, não há razão para não se juntarem as empresas privadas, reclamando-se também. Tenhamos bom senso e boa-fé.

PODEREI contar a anedota dum arquitecto «progressista» que há meses ironizava sobre certo banco organizador de exposições e prémios — e que para outro banco neocapitalistamente afinal ia trabalhando?

...A propósito se lembra que o premiado SOQUIL de 1969 foi *Luís Noronha da Costa* (que esta temporada realizou três exposições importantes), que houve menções honrosas para *Palolo*, *Nery* e *Vasco Costa* — e se recorda que o SOQUIL 1968 foi atribuído a *Carlos Calvet da Costa*, havendo menções para *Costa Pinheiro*, *Nadir*, *Noronha da Costa*, *José Rodrigues* e *António Sena*. E deve ainda informar-se que uma exposição dos artistas distinguidos durante os dois anos irá em breve a Madrid — pois em Espanha também a A. I. C. A. patrocina um importante prémio paralelo.